MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(AEROMÓVEL)
(Companhia de Pedestres do Mato Grosso - 1754)
BATALHÃO AMAZONAS

Classificação: 001

PROCESSO NUP
64114.001536/2025-12

Cód verificador: fb88480d-0afa-45ac

ASSUNTO: Pregão Eletrônico - Contratação de Prestação de Serviço de Manutenção de Equipamentos de Cozinha Industrial para atender a demanda do 1º Batalhão de Infantaria de Selva (Amv).

INTERESSADO: Serviço de Aprovisionamento - Ten Pacheco

Órgão de Origem: 1º Batalhão de Infantaria de Selva (Aeromóvel)

Data da Criação: 28/02/2025

Localização Atual do Processo: Suporte Documental do Btl

Data da Autação: 28/02/2025

Estado: Autuado

PEÇAS PROCESSUAIS

1- Termo de Abertura Nº 109-APROV/CIA C AP/Cmdo (a)
2- DFD.pdf
3- Despacho Nº 235-APROV/CIA C AP/Cmdo
4- Despacho Nº 238-APROV/CIA C AP/Cmdo
5- PASA Sv.pdf
6- Termo de Juntada por Anexação de Documento Nº 001/2025 - Processo 64114.001536/2025-12
7- ETP160006_000015_2025_assinado_assinado_assinado - PASA.pdf
8- TR160006_000005_2025_assinado_assinado_assinado - PASA.pdf
9- MR160006_000017_2025_assinado_%281%29_assinado.pdf
10- Termo de Juntada por Anexação de Documento Nº 002/2025 - Processo 64114.001536/2025-12
11- Relatorio_de_Pesquisa_de_Precos_assinado_assinado_assinado.pdf
12- Termo de Juntada por Anexação de Documento Nº 003/2025 - Processo 64114.001536/2025-12
13- Parecer do Pregoeiro.pdf
14- Termo de Juntada por Anexação de Documento Nº 004/2025 - Processo 64114.001536/2025-12
15- 2 Parecer do Pregoeiro.pdf
16- Termo de Juntada por Anexação de Documento Nº 005/2025 - Processo 64114.001536/2025-12
17- ETP_160006-000015-2025_assinado_assinado_assinado_assinado.pdf
18- TR_160006-000011-2025_assinado_assinado_assinado_assinado.pdf
19- MR160006_000017_2025_assinado_%281%29_assinado.pdf
20- PESQUISA DE PREÇO.pdf
21- Termo de Juntada por Anexação de Documento Nº 006/2025 - Processo 64114.001536/2025-12
22- IRP Pasa.pdf
23- Termo de Juntada por Anexação de Documento Nº 007/2025 - Processo 64114.001536/2025-12
24- ATA PASA.pdf
25- minuta de contrato PASA.pdf
26- EDITAL_PASA_assinado.pdf
27- Termo de Juntada por Anexação de Documento Nº 008/2025 - Processo 64114.001536/2025-12
28- Parecer referencial serviços.pdf
29- Termo de Juntada por Anexação de Documento Nº 009/2025 - Processo 64114.001536/2025-12
30- Parecer referencial serviços.pdf
31- Termo de Juntada por Anexação de Documento Nº 010/2025 - Processo 64114.001536/2025-12
32- Termo_de_acatamento_AGU_assinado.pdf
33- Termo de Juntada por Anexação de Documento Nº 011/2025 - Processo 64114.001536/2025-12
34- 2publicidadelegal.ebc.com.br_ppl_publicacao_ConsultaMateriaCliente.do.pdf
35- Termo de Juntada por Anexação de Documento Nº 012/2025 - Processo 64114.001536/2025-12

36- RECURSO ADMINISTRATIVO - 1 BIS - PE 900072025- F A DOS SANTOS JR LTDa.pdf
37- Decisão Administrativa 1° Grau.pdf
38- Acórdão 2941 de 2018 Plenário.pdf
39- Termo de Juntada por Anexação de Documento Nº 013/2025 - Processo 64114.001536/2025-12
40- relatorio-termo-aceite-16000605900072025-PREGAO.pdf
41- Alex - habilitação (1).pdf
42- Alex - habilitação (2).pdf
43- Alex - Habilitacao, (1).pdf
44- Alex - Habilitacao, (2).pdf
45- Alex - Habilitacao, (3).pdf
46- Energi - Habilitacao (1).pdf
47- Energi - Habilitacao (2).pdf
48- Energi - Habilitacao (3).pdf
49- F A Santos - habilitacao (1).pdf
50- F A Santos - habilitacao (2).pdf
51- F A Santos - habilitacao (3).pdf
52- UNA - Habilitacao (1).pdf
53- UNA - Habilitacao (2).pdf
54- UNA - Habilitacao (3).pdf
55- UNA - Habilitacao (4).pdf
56- Termo de Juntada por Anexação de Documento Nº 014/2025 - Processo 64114.001536/2025-12
57- Despacho Nº 3686-Suport Doc/B Adm/Cmdo
58- Termo de Arquivamento Nº 015/2025 - Processo 64114.001536/2025-12

Legenda
(a) Documento de Origem
(b) Arquivos que não serão impressos por não se tratarem de arquivos de texto ou imagem
(c) Documento desentranhado
(d) Documento desmembrado

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (AEROMÓVEL)
(Companhia de Pedestres do Mato Grosso - 1754)
BATALHÃO AMAZONAS

Termo de Abertura Nº 109-APROV/CIA C AP/Cmdo

Manaus, AM, 28 de fevereiro de 2025.

Assunto: Termo de Abertura de Processo Eletrônico

Anexos:
1) DFD.pdf

1. Em conformidade com a legislação pertinente, o presente processo eletrônico foi autuado conforme necessidade constante do Documento de Formalização de Demanda.

[redacted]**FLORES - 3º Sgt**
Auxiliar do Setor de Aprovisionamento

Documento **assinado eletronicamente**, por meio de **assinatura simples**, pelo(a) **3º Sgt** [redacted] **FLORES**, em 28/02/2025, às 11:07 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

Código de verificação: DuHN-5mNL-QIS2-L5oG

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA AEROMÓVEL
(Companhia de Pedestre do Mato Grosso – 1754)
BATALHÃO AMAZONAS

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA
Órgão: 1º Batalhão de Infantaria de Selva (Aeromóvel)
Setor Requisitante (Unidade/Setor/Depto): Setor de Aprovisionamento
Responsável pela Demanda: 1º Ten Joao [redacted]

1. Objeto da Contratação:

Contratação de serviço de manutenção de equipamentos de cozinha industrial para atender à demanda do 1º Batalhão de Infantaria de Selva (Aeromóvel),

2. Justificativa da necessidade da contratação:

O 1° Batalhão de Infantaria de Selva (Aeromóvel) possui cerca de 790 militares na ativa exercendo as mais diversas funções na organização militar. O Serviço de Aprovisionamento do 1°BIS (Amv) é responsável por confeccionar refeições diárias para todos esses militares e apoiar a OM em diversas missões que lhe são incumbidas, tais como, atividades de terreno, recepções de autoridades, apoio a missões fora da guarnição entre outras.

A aquisição dos serviços pretendidos é necessária em face da manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças em materiais permanentes dos equipamentos de cozinha industrial e frigorífica, visando suprir as necessidades de manutenção de equipamentos essenciais ao funcionamento do Serviço de Aprovisionamento do 1° BIS (Amv), evitando assim a ocorrência da interrupção dos trabalhos. A contratação será, ainda, oportuna para que os equipamentos tenham uma maior e melhor durabilidade, evitando maiores gastos com a aquisição de novos itens por falta de manutenção.

O objetivo visado com a conclusão do processo licitatório é a contração de serviços de manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças em materiais permanentes dos equipamentos de cozinha industrial e frigorífica, do Aprovisionamento do 1°BIS (Amv), em Manaus. Assim, será garantida a permanência de uma funcionalidade regular dos equipamentos para o atendimento da demanda requerida por este Batalhão.

3. Quantidade de contratação de serviços a ser adquirida:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	QTD	UNIDADE	VALOR TOTAL
1	Serviços de Manutenção de Equipamentos de Cozinha Industrial	01	Serviço	R$ 150.000,00

JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO A SER ADQUIRIDO:

O método utilizado para estimar o quantitativo do objeto foi realizado com base na quantidade de equipamentos existentes no Aprovisionamento do 1º BIS (Amv) e a quantidade periódica de manutenções em cada equipamento.

4. Previsão de data em que deve ser iniciada a contratação de serviços:

A data prevista para contratação do serviço será conforme haja a homologação do processo licitatório e assinatura da ATA de Registro de Preços.

5. Grau de prioridade da compra:

( ) Baixo (X) Médio ( )Alto

6. Indicação dos membros da Equipe de Planejamento da Contratação (EPC), e se necessário o responsável pela fiscalização (em conformidade com o inciso III do art. 21 e art. 22 da IN nº 5/2017-SEGES/MPDG):

- Equipe de Planejamento: 1º Ten JOAO [redacted] e 3º Sgt [redacted].
- Fiscal de Contrato: 1º Sgt LUIS [redacted]

7. Responsabilidade pela Formalização da Demanda e Conteúdo do Documento:

Certifico que a formalização da demanda acima identificada se faz necessária pelos motivos expostos no item 2 do presente documento.

Manaus, AM, 24 de fevereiro de 2025.

[redacted]

JOAO [redacted] – 1º Ten
Chefe do Setor de Aprovisionamento 1º BIS (Amv)

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (AEROMÓVEL)
(Companhia de Pedestres do Mato Grosso - 1754)
BATALHÃO AMAZONAS

Despacho Nº 235-APROV/CIA C AP/Cmdo

Manaus, AM, 28 de fevereiro de 2025.

Assunto: Despacho do Fiscal Administrativo

1. Concordo com a demanda apresentada pelo Aprovisionador do 1º BIS (Amv).

2. Encaminho o processo para ciência e aprovação do Ordenador de Despesas.

PAULO [redacted] Maj
Fiscal Administrativo

Documento **assinado eletronicamente**, por meio de **assinatura simples**, pelo(a) **Maj PAULO [redacted]D**, em 28/02/2025, às 19:37 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

Código de verificação: bq0H-AGlr-7xbZ-6Kbu

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (AEROMÓVEL)
(Companhia de Pedestres do Mato Grosso - 1754)
BATALHÃO AMAZONAS

Despacho Nº 238-APROV/CIA C AP/Cmdo

Manaus, AM, 1º de março de 2025.

Assunto: Despacho do Ordenador de Despesas

1. APROVO o DFD apresentado pelo Encarregado do Setor de Aprovisionamento do 1º BIS (Amv) e determino ao Chefe da SALC que designe em Boletim Interno a Equipe de Planejamento da Contratação, corforme inciso VII, do Art. 3°, da IN SEGES/MGI n° 58/2022.

[redacted]**NEVES - TC**
Comandante do 1º Batalhão de Infantaria de Selva (Aeromóvel)

Documento **assinado eletronicamente**, por meio de **assinatura simples**, pelo(a) **TC** [redacted]**NEVES**, em 01/03/2025, às 07:29 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

Código de verificação: Y7Ri-lTX8-H9d4-ZYtp

1. Em atenção ao previsto no art. 7, do caput, da Lei 14133/21 e o inciso IV, do art. 10, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23/12/22, designo para compor a equipe de planejamento de contratação, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para manutenção do Posto de Abastecimento Classe III, os seguintes militares:

Agente da Contratação:

[redacted] 3º Sgt
Pregoeiro

Equipe de Apoio:

RAFAEL [redacted] 1º Ten
Chefe da Equipe

LUIZ [redacted] 3º Sgt
Integrante Área Técnica

CARLOS [redacted] Cb
Integrante Administrativo

2. A Equipe de Planejamento da Contratação deverá elaborar todos os documentos necessários para o processo.
1º Ten RAFAEL [redacted]
3º Sgt LUIZ [redacted]
3º Sgt [redacted]
Cb CARLOS [redacted]

Em consequência:
- a Equipe de Planejamento deverá concluir os trabalhos até 21 MAR 25;
- assim que tomar conhecimento, os militares designados compareçam à SALC para receber as orientações e os modelos de documentação; e
- o Ch 1ª Seç, Fisc Adm, Ch SALC, os militares designados e os demais interessados tomem conhecimento e as providências decorrentes.

(Nota nº 94954, de 15 de março de 2025, da(o) Div Adm)

1. Em atenção ao previsto no art. 7, do caput, da Lei 14133/21 e o inciso IV, do art. 10, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23/12/22, designo para compor a equipe de planejamento de contratação, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para serviços de manutenção (PASA):
Agente da Contratação:

[redacted] 3º Sgt
Pregoeiro

Equipe de Apoio:

JOÃO [redacted] 1º Ten
Chefe da Equipe

LUIS [redacted] 1º Sgt

Integrante Área Técnica

[redacted] DA SILVA [redacted] - 3º Sgt
Integrante Administrativo

2. A Equipe de Planejamento da Contratação deverá elaborar todos os documentos necessários para o processo.

1º Ten JOÃO [redacted]
1º Sgt LUIS [redacted]
3º Sgt [redacted]
3º S[redacted] DA SILVA [redacted]

Em consequência:
- a Equipe de Planejamento deverá concluir os trabalhos até 25 MAR 25;
- assim que tomar conhecimento, os militares designados compareçam à SALC para receber as orientações e os modelos de documentação; e
- o Ch 1ª Seç, Fisc Adm, Ch SALC, os militares designados e os demais interessados tomem conhecimento e as providências decorrentes.

(Nota nº 94955, de 15 de março de 2025, da(o) Div Adm)

c. SINDICÂNCIA

1) SOLUÇÃO - Transcrição

(Sindicância NUP: 64114.008068/2024-18)

1. Da análise das averiguações que mandei proceder por intermédio do 2º Ten OCT JUAN [redacted] da Cia C Ap, através da Portaria nº 137/Div Pes/1º BIS (Amv), de 17 de outubro de 2024, resolvo acolher o parecer do Sindicante no sentido de que o acidente envolvendo o ST ALEXSANDRO [redacted] pertencente à Cia C Ap, configura-se como acidente em serviço, estribado nos seguintes fundamentos:

a. este Cmdo teve conhecimento por intermédio do DIEx Simplificado nº 213-Cia C Ap/Cmdo, de 21 de agosto de 2024, EB: 64114.006626/2024-19, do Comandante da Cia C Ap que, no dia 8 de agosto de 2024, por volta das 16:15h, o ST ALEXSANDRO [redacted] pertencente à Cia C Ap, bateu a cabeça em uma ferragem por ocasião da montagem de uma barraca de campanha. Após o acidente o militar foi encaminhado para a FSB do 1° BIS (Amv), onde foi atendido e posteriormente encaminhado para o HMAM, onde realizou exame de imagem da cabeça e posteriormente liberado;
b. concernente a situação nosológica do sindicado, conforme consta nos autos, o ST ALEXSANDRO [redacted]S, foi Inspecionado com a finalidade de "Controle Periódico de Saúde do Pessoal Militar" e recebeu o diagnóstico "CID-10", com parecer "Apto para o serviço do Exército", conforme Ata de inspeção de Saúde n° 153/2024, Sessão n° 043/2024 - MPOM 2-(1º BIS), de 10 de outubro de 2024 (fl. 19);
c. pode-se extrair dos autos e conforme o relatório do sindicante que não houve por parte do acidentado o cometimento de imperícia, imprudência, negligência, desídia ou transgressão disciplinar na conduta que deu origem ao acidente, pois o referido militar estava realizando atividade no exercício de suas atribuições funcionais;
d. do que restou apurado, verifica-se que o acidente sofrido pelo ST ALEXSANDRO [redacted] da Cia C Ap, configura-se como sendo acidente em serviço, conforme estabelece a letra

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (AEROMÓVEL)
(Companhia de Pedestres do Mato Grosso - 1754)
BATALHÃO AMAZONAS

TERMO DE JUNTADA POR ANEXAÇÃO DE DOCUMENTO

Termo nº 001/2025 - Processo 64114.001536/2025-12

Em 19/03/2025 às 11:08, faço anexar ao presente processo 64114.001536/2025-12, o(s) documento(s): PASA Sv.pdf.

[redacted] 3º Sgt
Auxiliar da SALC

Estudo Técnico Preliminar 15/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 64114.001536/2025-12

2. Descrição da necessidade

1.A aquisição dos serviços pretendidos é necessária em face da manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças em materiais permanentes dos equipamentos de cozinha industrial e frigorífica, visando suprir as necessidades de manutenção de equipamentos essenciais ao funcionamento Serviço de Aprovisionamento do 1° Batalhão de Infantaria de Selva(Aeromóvel) , evitando assim a ocorrência da interrupção dos trabalhos. A contratação será, ainda, oportuna para que os equipamentos tenham uma maior e melhor durabilidade, evitando maiores gastos com a aquisição de novos itens por falta de manutenção.

2.O objetivo visado com a conclusão do processo licitatório é a contração de serviços de manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças em materiais permanentes dos equipamentos de cozinha industrial e frigorífica, do Aprovisionamento do 1° BIS (Amv), em Manaus. Assim, será garantida a permanência de uma funcionalidade regular dos equipamentos para o atendimento da demanda requerida por este Batalhão.

3.Assim sendo, será realizado um processo licitatório na modalidade Pregão, com critério de julgamento pelo menor preço por item, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor de Aprovisionamento	1º Ten João [redacted]

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Comprovação, em nome da empresa licitante como titular do contrato, de aptidão para atender o objeto da presente licitação, o que dar-se-á por meio de atestado(s) fornecido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificado (s)/acervado(s) pela entidade profissional competente que, somados ou não, comprove(m) que já realizou anteriormente obras /serviços com características de execução e quantidades compatíveis ao objeto licitado.

4.1.2. Para o pleno atendimento, somente será(ão) considerado(s) o(s) atestado(s) de capacidade técnica que indique(m) a que contrato se refere(m), a vigência contratual e a especificação dos serviços a serem prestados em consonância com o objeto da presente licitação.

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

4.3. A aquisição a ser contratada terá um prazo determinado para ser concluída.

4.4. Incentiva-se a prática da sustentabilidade.

4.5. Apresentar cronograma de manutenção para os equipamentos de acordo com o manual do fabricante, assinado por engenheiro mecânico responsável, com o devido registro no CREA.

4.6. O fiel cumprimento das normas técnicas, manual do fabricante dos equipamentos e as boas práticas em equipamentos de cozinha industrial e frigorífica.

4.7. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

4.8. A CONTRATADA deverá disponibilizar no mínimo 02 (dois) contatos telefônicos e 01 (um) e-mail válidos, para possíveis contatos em caso de avaria/solicitação de manutenção.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Em recente exercício de benchmarking, verificou-se que há fornecedores com a capacidade de ofertar os serviços que a Administração necessita, na cidade de Manaus.

5.2. A aquisição dos serviços é, no momento, a solução adequada para sanar as necessidades de manutenção preventiva e corretiva em materiais permanentes dos equipamentos de cozinha industrial e frigorífica do Aprovisionamento do 1º BIS (Amv).

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução pretendida será adquirida por um processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento do menor preço por item sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário, para a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em materiais permanentes dos equipamentos de cozinha industrial e frigorífica desta Organização Militar.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As quantidades e itens mínimos previstos para serem ofertados são o que seguem:

Lista de especificações técnicas dos materiais a serem manutenidos						
ITEM	Cat Ser	Objeto	Und	Quantidade de Eqp Existentes	Número de manutenções necessárias	Quantidade total
1	3670	Serviço de manutenção corretiva em forno elétrico/gás turbo industrial, 220 volts, para 10 bandejas, com realização dos procedimentos de: substituição do quadro de comando (painel digital com termostato), compreendendo: fornecer serviços técnicos de manutenção do forno industrial, com todos os ajustes, reparos e substituições necessárias, identificadas por seu corpo técnico; fornecer e efetuar a substituição do quadro de comando (painel digital com termostato) do forno industrial. A empresa contratada deverá fornecer o quadro de comando compatível com o equipamento a ser consertado; realizar a substituição do quadro de comando; fornecer o certificado e a garantia do serviço realizado; ficar responsável por todo o ferramental, insumos (quadro de comando (completo), acessórios, fios, isolamentos, outros produtos e equipamentos aplicados), pessoal e encargos necessários para a correta execução do serviço e ainda pela limpeza do equipamento após a execução do serviço; retirar e devolver o equipamento, com seu funcionamento normalizado na contratante.	sv	2	2	4

2	3670	Manutenção Corretiva E Preventiva Em Forno Combinado Elétrico Marca Wictory Modelo Wcpr 20v, Com Reposição De Aterramento, Sensor E Chave (Liga /Desliga), Borracha De Vedação Da Porta E Fechadura.	sv	1	1	2
3	3670	Câmara Frigorífica Para Congelamento. Serviços De Manutenção Preventiva E Corretiva Com Ações A Serem Realizadas: Limpeza Dos Condensadores E Da U n i d a d e Evaporadora Com Produtos Químicos, Reparo De Buchas Ventiladoras, Reparos Nos Trincos E Dobradiças E Pequenos Reparos Nos Portais De Fibra D e V i d r o , Saneamento De Vazamento De Gás Com Previsão De Recarga De Gás, Troca De Óleo Do Compressor, Revisão Dos Dispositivos Elétricos, Chave Liga / D e s l i g a , Contactores, Relés, Disjuntores Quadro De Comando Com Controlador Digital E Fiação Diversa, Revisão No Sistema De Degelo. Substituição De Qualquer Peça Ou Equipamento Por Conta Da Contratada. Garantia De 3 Meses.	sv	2	2	4
4	3670	Serviço De Manutenção Corretiva E/Ou Preventiva Em Freezer - Serviço De Manutenção Corretiva E /Ou Preventiva Em Freezer Horizontal\ Marca: Frilux, Incluindo Pintura\, T e s t e s D e Funcionamento\, Ajustes De Temperatura\, Prova De Produção Crescente E Decrescente\, Teste De Vazamento De Corrente De Fuga\, Lubrificação Geral\, Verificação Do Funcionamento\, Higienização Técnica Geral E Incluindo Aplicação De Peças. O Serviço Inclui\, Ainda\, Garantia Mínima De 3 Meses, Freezer Horizontal (2 Portas\, Volume 546 Litros) Ou Similar - Serviço De Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial Com A Realização Do Seguinte(S) Procedimento(S): Aperto Dos Bornes E Limpeza De Oxidações Dos Mesmos; Limpeza E T e s t e D o Termostato; Aferição Da Corrente E Tensão; Aferição E Isolamento Dos Compressores; Aferição E Isolamento Dos Motores; Aferição Do Rendimento Frigorigeno; Aferição Da Temperatura; Teste De Estanqueidade D a R e d e Frigorigena; Limpeza Do Condensador E Micro Ventilador; E Lavagem Do Condensador.	sv	4	4	6

5	3670	Manutenção Corretiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Máquina De Gelo Modelo Egc-300+E, Marca Everest, Com A Manutenção Corretiva E Substituição De Compressor, Recompletamento De Gás . Material E Peças Utilizadas Para C o n s e r t o /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	sv	2	2	4
6	3670	Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Caldeirão Industrial Com Pressão A Gás Cozil (500litros E 100litros), Com A Realização Dos Seguintes Serviços: Revisão Do Equipamento, Teste De Estanqueidade, Verificação Do Funcionamento Do Queimador, Limpeza Geral, Regulagem E Pintura Com Tinta Resistente A Altas Temperaturas Do Queimador. Material E Peças Utilizadas Para Conserto /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	sv	2	2	4
7	3670	Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Coifa E Exaustor Com Limpeza De Peças, Remoção De Gordura, Limpeza G e r a l D o Equipamento, Lubrificação E Limpeza Interna, Verificação De Ocorrência De Ruídos Anormais No Equipamento, Verificação Do Sistema Elétrico.	sv	5	5	7
8	3670	Manutenção De Equipamentos De Cozinha-Balcão Térmico - Troca De 1 M De Fio De Caloria, Troca Da Resistência, Troca Da Chave Liga E Esliga, Troca Do Termostato De Temperatura, Troca Do Protetor Salivar, Bem Como Troca De Peças Peculiares Ao Equipamento Material E Peças Utilizadas Para C o n s e r t o	sv	4	4	6

		/Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.				
9	3670	Manutenção Corretiva /Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Passthrough Quente Elvi/Cozil, Com A Execução Dos Seguintes Serviços: Troca Das Borrachas De Vedação, Troca Da Resistência, Troca Da Dobradiça, Troca De Óleo De Compressor, Troca De Filtros, Troca De Válvulas E Peças Peculiares Ao Equipamento. Material E Peças Utilizadas Para C o n s e r t o /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	sv	2	2	4
10	3670	Manutenção Corretiva /Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Máquina De Lavar Louças, Com A Substituição De Peças Da Máquina De Lavar Louças Industrial Netter Modelo Nt300. Material E Peças Utilizadas Para C o n s e r t o /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada .	sv	1	1	2
11	3670	Manutenção Corretiva /Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Refresqueira Industrial Com A Realização Da Troca De Peças. Material E Peças Utilizadas Para C o n s e r t o /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	sv	5	5	17
12	3670	Manutenção Corretiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Fatiador De Frios Industrial, Com A Substituição De Lâminas. Material E Peças Utilizadas Para C o n s e r t o /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	sv	1	1	2
13	3670	Manutenção De Equipamentos De Cozinha Industrial: Serviço De Manutenção Corretiva Em Equipamento De Cozinha Industrial, Tipo Masseira. Substituição Das Correias Originais Da Masseira Industrial (Equipamento De P a d a r i a) \ Compreendendo: - Fornecimento De Serviços Técnicos De Manutenção Da Masseira Industrial\, Incluídos Todos Os Ajustes\, Reparos E Substituições Necessários\, Identificados Por Seu Corpo Técnico. - Fornecimento E Realização Da Substituição Das Correias\, Originais\, Da Masseira Industrial. - Fornecimento, Manutenção Corretiva De Masseira (Troca De Correias\, Religação De Uma Fase Do Motor\, Parte Elétrica\, Limpeza E Higienização\, Teste De Funcionamento).	sv	2	2	4

		Manutenção Corretiva Em Masseira (Troca De Correias\, Limpeza E Higienização\, Parte Elétrica\, Instalação De 4 Pés De Borracha.				
14	3670	Manutenção De Equipamentos De Cozinha-Cafeteira Aço Inox-O, Marca Consercaf, Serviço Inclui: Troca De Torneiras Completas, T r o c a D a Resistência, Troca Do Termostato , Bem Como Troca De Peças Peculiares Ao Equipamento.	sv	2	2	4
15	3670	Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha IndustriaMoedor De Carne Marca Skymsen, Modelo Psp-98m Ou Similar, Com A Realização Do Seguinte(S) Procedimento(S): Limpeza E Retirada De Resíduos; Verificação E Limpeza Dos Pontos De Ferrugem; Lubrificação Das Engrenagens; Verificação De Cabos Elétricos E Conexões; Verificação De Ruídos No Motor; E Reaperto De Conexões.	sv	1	1	2
16	3670	Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Liquidificador Industrial, Com A Realização De Vistoria No Circuito E l é t r i c o , Desmontagem /Montagem, Limpeza E Lubrificação Das Peças E Vedação. Material E Peças Utilizadas Para C o n s e r t o /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	sv	1	1	2
17	3670	Manutenção Preventiva /Corretiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Modeladora De Panificação, Com A Execução Dos Seguintes Serviços: Troca De Pano (Filtro Para Modelar), Correias, Rolamentos E Fios Elétricos. Material E	sv	1	1	2

		Peças Utilizadas Para C o n s e r t o /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.				
18	3670	Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Fogão Industrial, Com A Realização Dos Seguintes Serviços: Limpeza E Retirada De Fuligens Dos Queimadores, Limpeza E Teste Dos Registros Dos Queimadores, Limpeza Geral, Regulagem De Entrada De Ar E Altura Das Chamas, T e s t e D e Estanqueidade Do Ramal De Gás. Material E Peças Utilizadas Para C o n s e r t o /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	sv	4	4	6
19	3670	Serviço De Manutenção Corretiva Em Conexões De Tubulações De Gás (Glp Gás De Cozinha P 45) Em Cozinha Industrial, Com Realização Dos Procedimentos De: Manutenção Da Tubulação Com Troca De Registros De Alta Pressão Da Central De Gás, Troca De Mangueiras E Troca Dos Registros Periféricos, Válvulas, Pintura Da Tubulação Em Cor Prevista Em Legislação, Aperfeiçoamento Da Sinalização De Segurança. Emissão De Laudo Técnico De Inspeção, Apontando As Soluções Necessárias. O Laudo De Inspeção Deve Ser Acompanhado De Anotação De Responsabilidade Técnica (Art) Do Engenheiro Responsável Pela Inspeção.	sv	1	1	2

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R$): 474.069,03

8.2. Visando à contratação de empresa especializada na manutenção de equipamentos de cozinha industrial, foi realizada a pesquisa de preços utilizando os seguintes parâmetros, conforme documentação anexa (Art 5º da IN 65/2021 e suas alterações):

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital.

8.3. Esta administração optou pela utilização dos incisos IV do art. 5º da IN 65/2021, por conta das peculiaridades dos serviços a serem contratados.

Lista de especificações técnicas dos materiais a serem manutenidos						
ITEM	Cat Ser	Objeto	Und	Quantidade de Eqp Existentes	Média de preço (R$)	Valor Total (R$)
		Serviço de manutenção corretiva em forno elétrico/gás turbo industrial, 220 volts, para 10 bandejas, com realização dos				

1	3670	procedimentos de: substituição do quadro de comando (painel digital com termostato), compreendendo: fornecer serviços técnicos de manutenção do forno industrial, com todos os ajustes, reparos e substituições necessárias, identificadas por seu corpo técnico; fornecer e efetuar a substituição do quadro de comando (painel digital com termostato) do forno industrial. A empresa contratada deverá fornecer o quadro de comando compatível com o equipamento a ser consertado; realizar a substituição do quadro de comando; fornecer o certificado e a garantia do serviço realizado; ficar responsável por todo o ferramental, insumos (quadro de comando (completo), acessórios, fios, isolamentos, outros produtos e equipamentos aplicados), pessoal e encargos necessários para a correta execução do serviço e ainda pela limpeza do equipamento após a execução do serviço; retirar e devolver o equipamento, com seu funcionamento normalizado na contratante.	sv	2	R$ 5.066,75	R$ 20.267,00
2	3670	Manutenção Corretiva E Preventiva Em Forno Combinado Elétrico Marca Wictory Modelo Wcpr 20v, Com Reposição De Aterramento, Sensor E Chave (Liga /Desliga), Borracha De Vedação Da Porta E Fechadura.	sv	1	R$ 5.583,66	R$ 11.167,33
		Câmara Frigorífica Para Congelamento. Serviços De Manutenção Preventiva E Corretiva Com Ações A Serem Realizadas: Limpeza Dos Condensadores E				

3	3670	Da U n i d a d e Evaporadora Com Produtos Químicos, Reparo De Buchas Ventiladoras, Reparos Nos Trincos E Dobradiças E Pequenos Reparos Nos Portais De Fibra D e V i d r o , Saneamento De Vazamento De Gás Com Previsão De Recarga De Gás, Troca De Óleo Do Compressor, Revisão Dos Dispositivos Elétricos, Chave Liga / D e s l i g a , Contactores, Relés, Disjuntores Quadro De Comando Com Controlador Digital E Fiação Diversa, Revisão No Sistema De Degelo. Substituição De Qualquer Peça Ou Equipamento Por Conta Da Contratada. Garantia De 3 Meses.	sv	2	R$ 19.685,17	R$ 78.740,69
4	3670	Serviço De Manutenção Corretiva E/Ou Preventiva Em Freezer - Serviço De Manutenção Corretiva E /Ou Preventiva Em Freezer Horizontal\ Marca: Frilux, Incluindo Pintura\, T e s t e s D e Funcionamento\, Ajustes De Temperatura\, Prova De Produção Crescente E Decrescente\, Teste De Vazamento De Corrente De Fuga\, Lubrificação Geral\, Verificação Do Funcionamento\, Higienização Técnica Geral E Incluindo Aplicação De Peças. O Serviço Inclui\, Ainda\, Garantia Mínima De 3 Meses, Freezer Horizontal (2 Portas\, Volume 546 Litros) Ou Similar - Serviço De Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial Com A Realização Do Seguinte (S) Procedimento(S): Aperto Dos Bornes E	sv	4	R$ 4.622,67	R$ 27.736,00

		Limpeza De Oxidações Dos Mesmos; Limpeza E T e s t e D o Termostato; Aferição Da Corrente E Tensão; Aferição E Isolamento Dos Compressores; Aferição E Isolamento Dos Motores; Aferição Do Rendimento Frigorigeno; Aferição Da Temperatura; Teste De Estanqueidade D a R e d e Frigorigena; Limpeza Do Condensador E Micro Ventilador; E Lavagem Do Condensador.				
5	3670	Manutenção Corretiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Máquina De Gelo Modelo Egc-300+E, Marca Everest, Com A Manutenção Corretiva E Substituição De Compressor, Recompletamento De Gás . Material E Peças Utilizadas Para C o n s e r t o /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	sv	2	R$ 5.156,67	R$ 20.626,67
		Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Caldeirão Industrial Com Pressão A Gás Cozil (500litros E 100litros), Com A Realização Dos Seguintes Serviços: Revisão Do Equipamento, Teste De Estanqueidade,				

6	3670	Verificação Do Funcionamento Do Queimador, Limpeza Geral, Regulagem E Pintura Com Tinta Resistente A Altas Temperaturas Do Queimador. Material E Peças Utilizadas Para Conserto /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	sv	2	R$ 9.696,67	R$ 38.786,67
7	3670	Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Coifa E Exaustor Com Limpeza De Peças, Remoção De Gordura, Limpeza G e r a l D o Equipamento, Lubrificação E Limpeza Interna, Verificação De Ocorrência De Ruídos Anormais No Equipamento, Verificação Do Sistema Elétrico.	sv	5	R$ 4.050,00	R$ 28.350,00
8	3670	Manutenção De Equipamentos De Cozinha-Balcão Térmico - Troca De 1 M De Fio De Caloria, Troca Da Resistência, Troca Da Chave Liga E Esliga, Troca Do Termostato De Temperatura, Troca Do Protetor Salivar, Bem Como Troca De Peças Peculiares Ao Equipamento Material E Peças Utilizadas Para C o n s e r t o /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	sv	4	R$ 4.144,67	R$ 24.868,00
9	3670	Manutenção Corretiva /Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Passthrough Quente Elvi /Cozil, Com A Execução Dos Seguintes Serviços: Troca Das Borrachas De Vedação, Troca Da Resistência, Troca Da Dobradiça, Troca De Óleo De Compressor, Troca De Filtros, Troca De Válvulas E Peças Peculiares Ao Equipamento. Material	sv	2	R$ 6.300,00	R$ 25.200,00

		E Peças Utilizadas Para C o n s e r t o /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.				
10	3670	Manutenção Corretiva /Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Máquina De Lavar Louças, Com A Substituição De Peças Da Máquina De Lavar Louças Industrial Netter Modelo Nt300. Material E Peças Utilizadas Para C o n s e r t o /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada .	sv	1	R$ 6.222,67	R$ 12.445,33
11	3670	Manutenção Corretiva /Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Refresqueira Industrial Com A Realização Da Troca De Peças. Material E Peças Utilizadas Para C o n s e r t o /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	sv	5	R$ 4.206,67	R$ 71.513,33
12	3670	Manutenção Corretiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Fatiador De Frios Industrial, Com A Substituição De Lâminas. Material E Peças Utilizadas Para C o n s e r t o /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	sv	1	R$ 3.875,00	R$ 7.750,00
		Manutenção De Equipamentos De Cozinha Industrial: Serviço De Manutenção Corretiva Em Equipamento De Cozinha Industrial, Tipo Masseira. Substituição Das Correias Originais Da Masseira Industrial (Equipamento De P a d a r i a) \ Compreendendo: - Fornecimento De Serviços Técnicos De Manutenção Da Masseira Industrial\, Incluídos Todos Os Ajustes\, Reparos E Substituições Necessários\,				

13	3670	Identificados Por Seu Corpo Técnico. - Fornecimento E Realização Da Substituição Das Correias\, Originais\, Da Masseira Industrial. - Fornecimento, Manutenção Corretiva De Masseira (Troca De Correias\, Religação De Uma Fase Do Motor\, Parte Elétrica\, Limpeza E Higienização\, Teste De Funcionamento). Manutenção Corretiva Em Masseira (Troca De Correias\, Limpeza E Higienização\, Parte Elétrica\, Instalação De 4 Pés De Borracha.	sv	2	R$ 4.323,20	R$ 17.292,81
14	3670	Manutenção De Equipamentos De Cozinha-Cafeteira Aço Inox-O, Marca Consercaf, Serviço Inclui: Troca De Torneiras Completas, T r o c a D a Resistência, Troca Do Termostato , Bem Como Troca De Peças Peculiares Ao Equipamento.	sv	2	R$ 5.132,85	R$ 20.531,40
15	3670	Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha IndustriaMoedor De Carne Marca Skymsen, Modelo Psp-98m Ou Similar, Com A Realização Do Seguinte (S) Procedimento(S): Limpeza E Retirada De Resíduos; Verificação E Limpeza Dos Pontos De Ferrugem; Lubrificação Das Engrenagens; Verificação De Cabos Elétricos E Conexões; Verificação De Ruídos No Motor; E Reaperto De Conexões.	sv	1	R$ 2.920,33	R$ 5.840,66

16	3670	Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Liquidificador Industrial, Com A Realização De Vistoria No Circuito E l é t r i c o , Desmontagem /Montagem, Limpeza E Lubrificação Das Peças E Vedação. Material E Peças Utilizadas Para C o n s e r t o /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	sv	1	R$ 2.710,24	R$ 5.420,47
17	3670	Manutenção Preventiva /Corretiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Modeladora De Panificação, Com A Execução Dos Seguintes Serviços: Troca De Pano (Filtro Para Modelar), Correias, Rolamentos E Fios Elétricos. Material E Peças Utilizadas Para C o n s e r t o /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	sv	1	R$ 4.147,33	R$ 8.294,67
18	3670	Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Fogão Industrial, Com A Realização Dos Seguintes Serviços: Limpeza E Retirada De Fuligens Dos Queimadores, Limpeza E Teste Dos Registros Dos Queimadores, Limpeza Geral, Regulagem De Entrada De Ar E Altura Das Chamas, T e s t e D e Estanqueidade Do Ramal De Gás. Material E Peças Utilizadas Para C o n s e r t o /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	sv	4	R$ 5.149,67	R$ 30.898,00
		Serviço De Manutenção Corretiva Em Conexões De Tubulações De Gás (Glp Gás De Cozinha P 45) Em Cozinha Industrial, Com Realização Dos Procedimentos De:				

19	3670	Manutenção Da Tubulação Com Troca De Registros De Alta Pressão Da Central De Gás, Troca De Mangueiras E Troca Dos Registros Periféricos, Válvulas, Pintura Da Tubulação Em Cor Prevista Em Legislação, Aperfeiçoamento Da Sinalização De Segurança. Emissão De Laudo Técnico De Inspeção, Apontando As Soluções Necessárias. O Laudo De Inspeção Deve Ser Acompanhado De Anotação De Responsabilidade Técnica (Art) Do Engenheiro Responsável Pela Inspeção.	sv	1	R$ 9.170,00	R$ 18.340,00
-	-	VALOR TOTAL	-	-	-	R$ 474.069,03

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Os itens serão licitados de forma parcelada com o objetivo de aumentar a competitividade e a economicidade, já que o parcelamento não prejudicará a solução como um todo.

9.2 O parcelamento é tecnicamente viável e favorece a ampla participação de licitantes

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1A aquisição pretendida não requer contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Objetivos Estratégicos do Exército Brasileiro, definidos no Plano Estratégico do Exército (PEEX) 2020-2023: OEE 10 – Aumentar a Efetividade na Gestão do Bem Público.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. de serviços de manutenção preventiva e corretiva comOs benefícios diretos e indiretos que resultarão da contratação reposição de peças em materiais permanentes dos equipamentos de cozinha industrial e frigorífica alocados no Aprovisionamentodo 1º BIS (Amv), garantindo a continuidade das tarefas diárias da cozinha proporcionando o uso de equipamentos com qualidadee modernidade, assegurando, dessa forma, para que todas as missões institucionais e diárias as quais ao Aprovisionamento sãoatribuídas sejam cumpridas com êxito.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. A Administração tomará as seguintes providências antes da emissão da Nota de Empenho:13.1.1. Definição das quantidades dos itens solicitados, referenciando-se sempre às demandas apresentadas no momentoda aquisição;13.1.2. Atentar para a boa gestão dos serviços a serem contratados; e13.1.3. Acompanhamento rigoroso das ações previstas para um melhor resultado na prestação dos serviços.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Os possíveis impactos ambientais na prestação dos serviços de manutenção estão listados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis no Site da AGU, cabendo as contratadas se atentarem a as seguintes diretrizes:

14.1.1. A CONTRATADA deverá adotar boas práticas de sustentabilidades baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, tais como: Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e /ou poluentes; Substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; Racionalização do consumo de energia elétrica e de água; Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de coleta, transporte e destinação final dos RSS;

14.1.2. A CONTRATADA deverá treinar periodicamente dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

14.1.3. A CONTRATADA deverá observar a Resolução CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento;

14.1.4. A CONTRATADA deverá observar, quando da execução dos serviços, as práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, no que couber.

14.1.5. A CONTRATADA deverá observar, quando da execução dos serviços, as diretrizes de sustentabilidade previstas no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012.

14.1.6. A CONTRATADA deverá observar as demais normas vigentes atinentes à matéria, sempre que aplicáveis.

14.1.7. A CONTRATADA deverá proceder ao recolhimento dos resíduos, entulhos, conforme legislação vigente e conforme exigências legais.

14.1.8. A CONTRATADA deverá manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo;

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Nos termos do presente estudo a opção pela contratação destes serviços se faz necessária para que seja possível manter a eficiência na execução das missões que são de alcunha do 1º Batalhão de Infantaria de Selva (Amv).

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

JOAO [redacted]
Chefe da Equipe de Planejamento

Assinou eletronicamente em 19/03/2025 às 12:28:18.

[redacted]

[redacted] **DA SILVA** [redacted]
Membro da Equipe de Planejamento

[redacted]

MATHEUS [redacted]
Membro da Equipe de Planejamento

Despacho: Aprovo o estudo técnico preliminar da contratação do serviço de manutenção de equipamentos e maquinários de cozinha industrial do 1ºBIS (Amv).

[redacted]

[redacted] **NEVES**
Ordenador de Despesas

Termo de Referência 5/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
5/2025	160006-1 BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/AM	JOAO [redacted]	19/03/2025 12:28 (v 2.0)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	53/2025	64114.001536/2025-12

1. Definição do objeto

1.1. Contratação de empresa especializada na manutenção de máquinas e equipamentos utilizados em cozinha industrial, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Cat Serv	Descrição	Und	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Quantidade Total	Valor Unitário (R$)	Valor Total(R$)
1	3670	Serviço de manutenção corretiva em forno elétrico/gás turbo industrial, 220 volts, para 10 bandejas, com realização dos procedimentos de: substituição do quadro de comando (painel digital com termostato), compreendendo: fornecer serviços técnicos de manutenção do forno industrial, com todos os ajustes, reparos e substituições necessárias, identificadas por seu corpo técnico; fornecer e efetuar a substituição do quadro de comando (painel digital com termostato) do forno industrial. A empresa contratada deverá fornecer o quadro de comando compatível com o equipamento a ser consertado; realizar a substituição do quadro de comando; fornecer o certificado e a garantia do serviço realizado; ficar	Sv	4	2	4	3.781,82	R$ 20.267,00

		responsável por todo o ferramental, insumos (quadro de comando (completo), acessórios, fios, isolamentos, outros produtos e equipamentos aplicados), pessoal e encargos necessários para a correta execução do serviço e ainda pela limpeza do equipamento após a execução do serviço; retirar e devolver o equipamento, com seu funcionamento normalizado na contratante.						
2	3670	Manutenção Corretiva E Preventiva Em Forno Combinado Elétrico Marca Wictory Modelo Wcpr 20v, Com Reposição De Aterramento, Sensor E Chave (Liga/Desliga), Borracha De Vedação Da Porta E Fechadura.	Sv	2	1	2	3.005,56	R$ 11.167,33
3	3670	Câmara Frigorífica Para Congelamento. Serviços De Manutenção Preventiva E Corretiva Com Ações A Serem Realizadas: Limpeza Dos Condensadores E Da Unidade Evaporadora Com Produtos Químicos, Reparo De Buchas Ventiladoras, Reparos Nos Trincos E Dobradiças E Pequenos Reparos Nos Portais De Fibra De Vidro, Saneamento De Vazamento De Gás Com Previsão De Recarga De Gás, Troca De Óleo Do Compressor, Revisão Dos Dispositivos Elétricos, Chave Liga/Desliga, Contactores, Relés, Disjuntores Quadro De Comando Com Controlador Digital E Fiação Diversa, Revisão No Sistema De Degelo. Substituição De Qualquer Peça Ou Equipamento Por Conta Da Contratada. Garantia De 3 Meses.	Sv	4	2	4	9.445,17	R$ 78.740,69
		Serviço De Manutenção Corretiva E/Ou Preventiva Em Freezer - Serviço De Manutenção Corretiva E /Ou Preventiva Em Freezer Horizontal\ Marca: Frilux,						

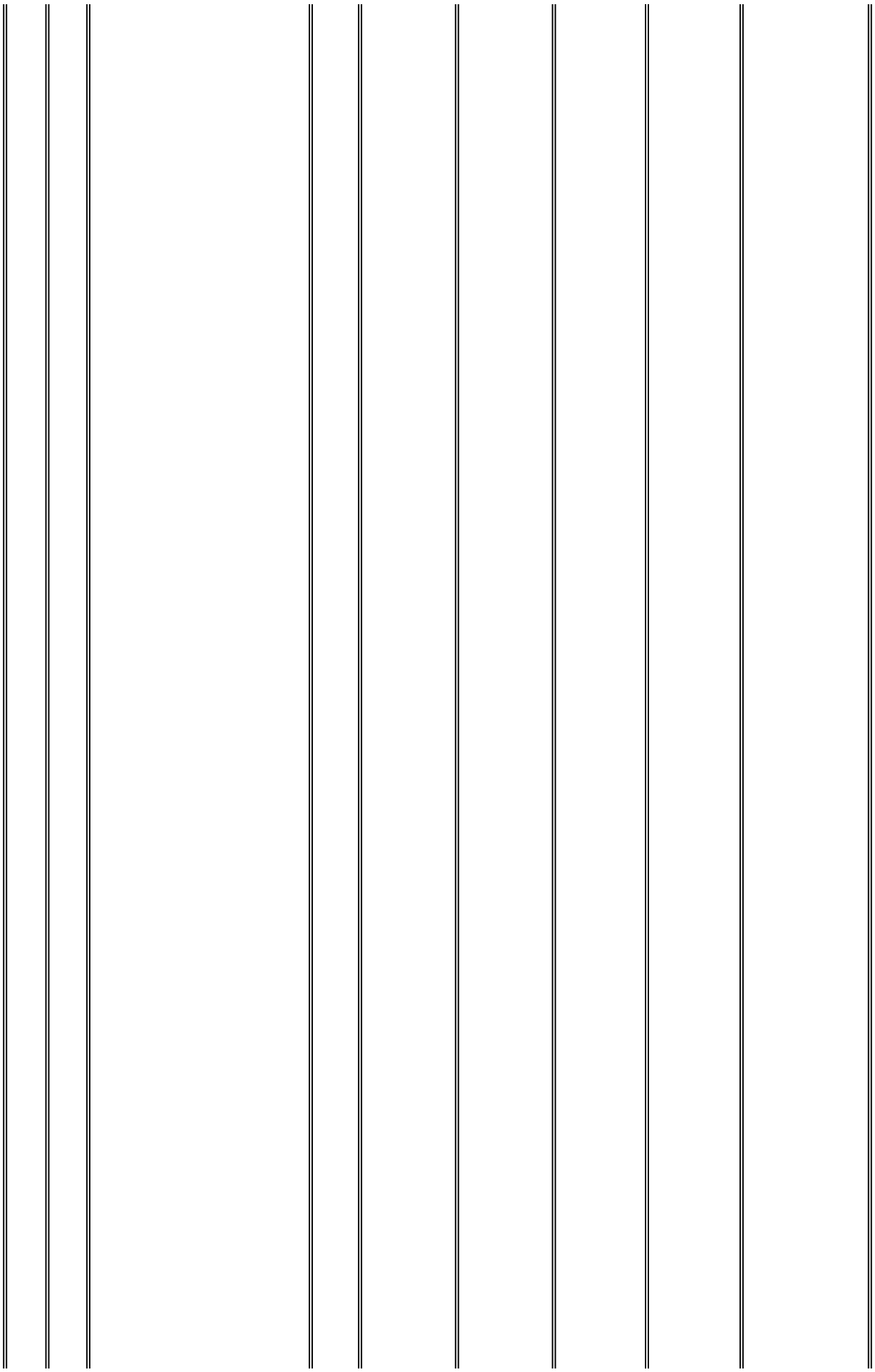
4	3670	Incluindo Pintura\, Testes De Funcionamento\, Ajustes De Temperatura\, Prova De Produção Crescente E Decrescente\, Teste De Vazamento De Corrente De Fuga\, Lubrificação Geral\, Verificação Do Funcionamento\, Higienização Técnica Geral E Incluindo Aplicação De Peças. O Serviço Inclui\, Ainda\, Garantia Mínima De 3 Meses, Freezer Horizontal (2 Portas\, Volume 546 Litros) Ou Similar - Serviço De Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial Com A Realização Do Seguinte(S) Procedimento (S): Aperto Dos Bornes E Limpeza De Oxidações Dos Mesmos; Limpeza E Teste Do Termostato; Aferição Da Corrente E Tensão; Aferição E Isolamento Dos Compressores; Aferição E Isolamento Dos Motores; Aferição Do Rendimento Frigorigeno; Aferição Da Temperatura; Teste De Estanqueidade Da Rede Frigorigena; Limpeza Do Condensador E Micro Ventilador; E Lavagem Do Condensador.	Sv	6	4	6	1.660,67	R$ 27.736,00
5	3670	Manutenção Corretiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Máquina De Gelo Modelo Egc-300+E, Marca Everest, Com A Manutenção Corretiva E Substituição De Compressor, Recompletamento De Gás . Material E Peças Utilizadas Para Conserto/Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	Sv	4	2	4	2.656,73	R$ 20.626,67

6	3670	Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Caldeirão Industrial Com Pressão A Gás Cozil (500litros E 100litros), Com A Realização Dos Seguintes Serviços: Revisão Do Equipamento, Teste De Estanqueidade, Verificação Do Funcionamento Do Queimador, Limpeza Geral, Regulagem E Pintura Com Tinta Resistente A Altas Temperaturas Do Queimador. Material E Peças Utilizadas Para Conserto /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	Sv	4	2	4	3.783,33	R$ 38.786,67
7	3670	Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Coifa E Exaustor Com Limpeza De Peças, Remoção De Gordura, Limpeza Geral Do Equipamento, Lubrificação E Limpeza Interna, Verificação De Ocorrência De Ruídos Anormais No Equipamento, Verificação Do Sistema Elétrico.	Sv	7	5	7	1.635,00	R$ 28.350,00
8	3670	Manutenção De Equipamentos De Cozinha-Balcão Térmico - Troca De 1 M De Fio De Caloria, Troca Da Resistência, Troca Da Chave Liga E Esliga, Troca Do Termostato De Temperatura, Troca Do Protetor Salivar, Bem Como Troca De Peças Peculiares Ao Equipamento Material E Peças Utilizadas Para Conserto /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	Sv	6	4	6	1.777,28	R$ 24.868,00
		Manutenção Corretiva /Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Passthrough Quente Elvi /Cozil, Com A Execução Dos Seguintes Serviços: Troca Das						

9	3670	Borrachas De Vedação, Troca Da Resistência, Troca Da Dobradiça, Troca De Óleo De Compressor, Troca De Filtros, Troca De Válvulas E Peças Peculiares Ao Equipamento. Material E Peças Utilizadas Para Conserto/Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	Sv	4	2	4	2.753,79	R$ 25.200,00
10	3670	Manutenção Corretiva /Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Máquina De Lavar Louças, Com A Substituição De Peças Da Máquina De Lavar Louças Industrial Netter Modelo Nt300. Material E Peças Utilizadas Para Conserto /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada .	Sv	2	1	2	3.398,33	R$ 12.445,33
11	3670	Manutenção Corretiva /Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Refresqueira Industrial Com A Realização Da Troca De Peças. Material E Peças Utilizadas Para Conserto /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	Sv	17	5	17	1.374,03	R$ 71.513,33
12	3670	Manutenção Corretiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Fatiador De Frios Industrial, Com A Substituição De Lâminas. Material E Peças Utilizadas Para Conserto /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	Sv	2	1	2	1.419,58	R$ 7.750,00
		Manutenção De Equipamentos De Cozinha Industrial: Serviço De Manutenção Corretiva Em Equipamento De Cozinha Industrial\, Tipo Substituição Das Correias Originais Da Masseira Industrial (Equipamento De Padaria) \ Compreendendo: - Fornecimento De Serviços Técnicos De Manutenção Da Masseira Industrial\, Incluídos Todos Os Ajustes\, Reparos E Substituições Necessários\, Identificados Por Seu Corpo						

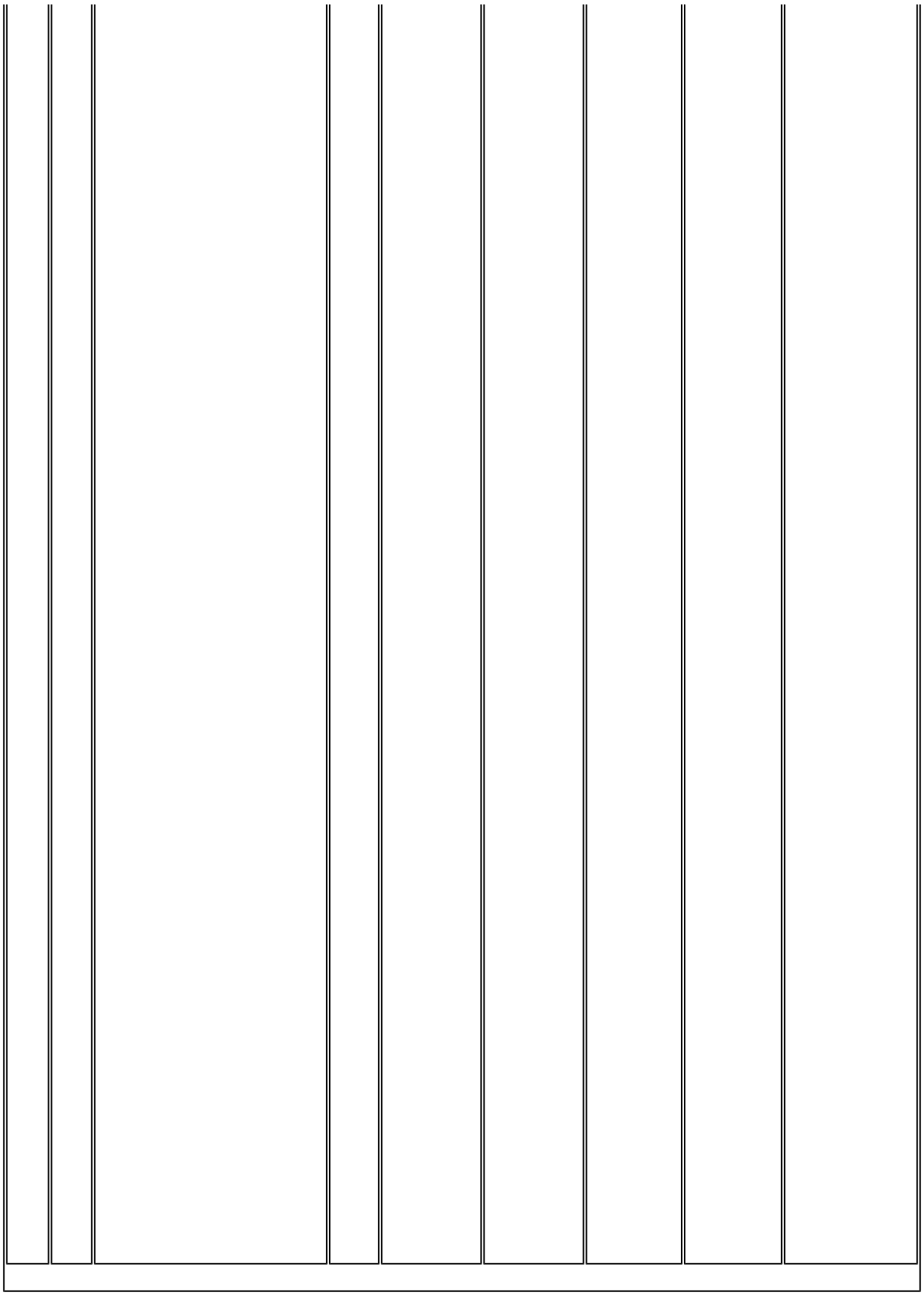
13	3670	Técnico. - Fornecimento E Realização Da Substituição Das Correias\, Originais\, Da Masseira Industrial. - Fornecimento, Manutenção Corretiva De Masseira (Troca De Correias\, Religação De Uma Fase Do Motor\, Parte Elétrica\, Limpeza E Higienização\, Teste De Funcionamento). Manutenção Corretiva Em Masseira (Troca De Correias\, Limpeza E Higienização\, Parte Elétrica\, Instalação De 4 Pés De Borracha.	Sv	4	2	4	2.534,20	R$ 17.292,81
14	3670	Manutenção De Equipamentos De Cozinha-Cafeteira Aço Inox-O, Marca Consercaf, Serviço Inclui: Troca De Torneiras Completas, Troca Da Resistência, Troca Do Termostato , Bem Como Troca De Peças Peculiares Ao Equipamento.	Sv	4	2	4	1.401,42	R$ 20.531,40
15	3670	Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industria- Moedor De Carne Marca Skymsen, Modelo Psp-98m Ou Similar, Com A Realização Do Seguinte(S) Procedimento(S): Limpeza E Retirada De Resíduos; Verificação E Limpeza Dos Pontos De Ferrugem; Lubrificação Das Engrenagens; Verificação De Cabos Elétricos E Conexões; Verificação De Ruídos No Motor; E Reaperto De Conexões.	Sv	2	1	2	1.996,33	R$ 5.840,66
		Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha						

16	3670	Industrial - Liquidificador Industrial, Com A Realização De Vistoria No Circuito Elétrico, Desmontagem /Montagem, Limpeza E Lubrificação Das Peças E Vedação. Material E Peças Utilizadas Para Conserto /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	Sv	2	1	2	1.573,57	R$ 5.420,47
17	3670	Manutenção Preventiva /Corretiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Modeladora De Panificação, Com A Execução Dos Seguintes Serviços: Troca De Pano (Filtro Para Modelar), Correias, Rolamentos E Fios Elétricos. Material E Peças Utilizadas Para Conserto /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	Sv	2	1	2	1.747,33	R$ 8.294,67
18	3670	Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Fogão Industrial, Com A Realização Dos Seguintes Serviços: Limpeza E Retirada De Fuligens Dos Queimadores, Limpeza E Teste Dos Registros Dos Queimadores, Limpeza Geral, Regulagem De Entrada De Ar E Altura Das Chamas, Teste De Estanqueidade Do Ramal De Gás. Material E Peças Utilizadas Para Conserto /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	Sv	6	4	6	2.279,78	R$ 30.898,00



19	3670	Serviço De Manutenção Corretiva Em Conexões De Tubulações De Gás (Glp Gás De Cozinha P 45) Em Cozinha Industrial, Com Realização Dos Procedimentos De: Manutenção Da Tubulação Com Troca De Registros De Alta Pressão Da Central De Gás, Troca De Mangueiras E Troca Dos Registros Periféricos, Válvulas, Pintura Da Tubulação Em Cor Prevista Em Legislação, Aperfeiçoamento Da Sinalização De Segurança. Emissão De Laudo Técnico De Inspeção, Apontando As Soluções Necessárias. O Laudo De Inspeção Deve Ser Acompanhado De Anotação De Responsabilidade Técnica (Art) Do Engenheiro Responsável Pela Inspeção.	Sv	2	1	2	7.383,33	R$ 18.340,00

Este documento é peça do processo 64114.001536/2025-12



1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de doze meses contados da Ata de Registro de Preços, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

Este documento é peça do processo 64114.001536/2025-12

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A CONTRATADA deverá adotar boas práticas de sustentabilidades baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, tais como: Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes; Substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; Racionalização do consumo de energia elétrica e de água; Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de coleta, transporte e destinação final dos RSS;

4.1.2 A CONTRATADA deverá treinar periodicamente dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

4.1.3 A CONTRATADA deverá observar a Resolução CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento;

4.1.4 A CONTRATADA deverá observar, quando da execução dos serviços, as práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, no que couber.

4.1.5 A CONTRATADA deverá observar, quando da execução dos serviços, as diretrizes de sustentabilidade previstas no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012.

4.1.6 A CONTRATADA deverá observar as demais normas vigentes atinentes à matéria, sempre que aplicáveis.

4.1.7 A CONTRATADA deverá proceder ao recolhimento dos resíduos, entulhos, conforme legislação vigente e conforme exigências legais.

4.1.8 A CONTRATADA deverá manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo;

4.1.9 A CONTRATADA deverá observar o decreto n°2.783, e Resolução CONAMA n° 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

Indicação de marcas ou modelos (art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: Wictory, Prática, Venâncio, Cozil, Everest, Tedesco, Frilux, Elvi, Beccaro, Braesi, G- Paniz, FC2, Colombo, Skymsen, Gural e IBBL.

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.5. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é desejável para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à quinta-feira, das 08 horas às 15 horas, e na sexta-feira das 08 horas às 11 horas.

4.6 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.7 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.8 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: até trinta dias contados a partir do recebimento da nota de empenho, em remessa única.

Local da prestação dos serviços

5.2. Local e horário da prestação de serviço: Os serviços serão prestados no Aprovisionamento do 1º Batalhão de Infantaria de Selva (Amv), localizado no seguinte endereço, Avenida São Jorge, 650, São Jorge, CEP 69033-000, cidade de Manaus – AM. Os horários para prestação do serviço serão de segunda à quinta-feira das 08 horas às 16 horas, e sexta-feira das 08 horas às 12 horas, com agendamento prévio com o setor requisitante para estabelecer o horário.

Materiais a serem disponibilizados

5.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4. A demanda do órgão tem como base as seguintes características: equipamentos de cozinha industrial utilizados na confecção e armazenagem de alimentos para todo o 1º BIS (Amv), por se tratarem de equipamentos de uso diário

Este documento é peça do processo 64114.001536/2025-12 Pág 37 de 357

existe a necessidade da manutenção preventiva e corretiva, para aumentar a vida útil e não haja perca de desempenho desses objetos.

5.5. Os itens listados são equipamentos de refrigeração, cocção, utilizados para corte, mistura, processamento e filtragem de alimentos em geral, estes itens são de diversas marcas, fazendo com que a mão de obra tenha conhecimento para realizar os serviços solicitados.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.6 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de doze meses.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. Se o serviço prestado foi o solicitado conforme nota de empenho;

7.3.2. Se os serviços prestados atenderam a demanda solicitada e os equipamentos estão funcionando.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a , da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

Este documento é peça do processo 64114.001536/2025-12 Pág 40 de 357

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022);

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1. o prazo de validade;

7.17.2. a data da emissão;

7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5. o valor a pagar; e

7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.27. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o

pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.31. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.31.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.32. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.33. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.34. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.35. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Regime de execução

8.2. O regime do contrato será o de preço unitário.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.6. **Pessoa física**: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.7. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.8. **Microempreendedor Individual** - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios /pt-br/empreendedor;

8.9. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.11. **Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18.Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19.Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.23.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um);

8.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido

constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação

8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e

poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.27. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.28. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.29. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade;

8.29.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.30. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.30.1.1. Comprovante de capacidade técnica fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que realizou os serviços descritos nesse termo anteriormente;

8.30.1.2. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, o atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

8.30.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.30.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.30.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à

8.31. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.31.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.31.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.31.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.31.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.31.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.31.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.31.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R$): 474.069,03

9.1. O custo estimado total da contratação é de R$ 474.069,03 (quatrocentos e setenta e quatro mil, sessenta e nove reais e três centavos), conforme custos unitários apostos na tabela de condições gerais da contratação.

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida na seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 160006;

II) Fonte de Recursos: 1000000000;

III) Programa de Trabalho: 171397;

IV) Elemento de Despesa: 339039;

V) Plano Interno: E6SUPLJA5PA e E6SUSOPLA5PA.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

11.1.1. der causa á inexecução parcial do contrato;

11.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. der causa a inexecução total do contrato;

11.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

11.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

11.2.4. Multa:

11.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **XX**% (**xxxxx** por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **XX** (**xxxxx**) dias

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

JOAO [redacted]
Chefe da Equipe de Planejamento

Assinou eletronicamente em 19/03/2025 às 12:28:25.

[redacted]

[redacted]**A SILVA**[redacted]
Menbro da Equipe de Planejamento

[redacted]

MATHEUS[redacted]
Menbro da Equipe de Planejamento

Despacho: Aprovo o anexo I - Termo de referência, para contratação de serviço de manutenção de equipamentos e maquinários de cozinha industrial

[redacted]

[redacted]**NEVES**
Ordenador de Despesas

Matriz de Gerenciamento de Riscos

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
17/2025	JOAO [redacted]	21/03/2025 08:26

Objeto da Matriz de Riscos

Prestação de Serviço de Manutenção de Máquinas e Equipamentos de Cozinha Industrial do setor de Aprovisionamento do 1º BIS (Amv).

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Contratação em quantidade de serviço insuficiente	Planejamento de demanda equivocado, mal estruturado	Planejamento	Administração	Alto	
	Impactos					
1	Não atendimento da demanda da unidade requisitante.					
	Ações Preventivas					
P-01	Levantamento adequado da necessidade			**Responsável:** JO[redacted]		
	Ações de Contingência					
C-01	Instrução de novos processos de contratação (licitações, contratações diretas ou adesões).			**Responsável:** JOAO [redacted]		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Não surgimento de empresas interessadas na contratação do serviço	Escolha inadequada da solução de mercado; item mal especificado; catser inadequado; exigências habilitatórias inadequadas	Planejamento	Administração	Alto	
	Impactos					
1	Inviabilidade da contratação do serviço					
	Ações Preventivas					
P-01	Adequada análise do mercado. Busca por catser adequado.			**Responsável:** JOAO [redacted]		
	Ações de Contingência					
C-01	Novo processo de contratação direta.			**Responsável:** JOAO [redacted]		
C-02	Processo de contratação por meio de adesão.			**Responsável:** JOAO [redacted]		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Processo de contratação ineficiente	Morosidade na instrução processual	Planejamento	Administração	Baixo	
	Impactos					
1	Mora na contratação.					
2	Atendimento da demanda em momento inadequado					
	Ações Preventivas					
P-01	Adoção de modelos de documentos.			**Responsável:** JOAO [redacted]		
P-02	Engajamento das equipes de planejamento e/ou unidades técnicas			**Responsável:** JOAO [redacted]		
P-03	Atenção às recomendações de boa práticas processuais			**Responsável:** JOAO [redacted]		
	Ações de Contingência					
C-01	Adequada instrução prestigiando o princípio da celeridade			**Responsável:** JOAO [redacted]		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item

R-04	Serviço não previsto no Plano Anual de Contratações	Não manifestação da unidade demandante do serviço no período de coleta das demandas para o Plano Anual de Contratações.	Planejamento	Administração	Médio	
	Impactos					
1	Lançamento extemporâneo da demanda.					
2	Mora no processo de planejamento.					
	Ações Preventivas					
P-01	Unidades demandantes atentas ao calendário de coleta			**Responsável:** JOAO [redacted]		
	Ações de Contingência					
C-01	Lançamento extemporâneo da demanda			**Responsável:** JOAO [redacted]		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	Contratação de serviços que não atendem a necessidade da unidade requisitante	Itens mal especificados	Planejamento	Administração	Alto	
	Impactos					
1	Não atendimento da demanda					
	Ações Preventivas					
P-01	Adequado estudo das soluções de mercado			**Responsável:** JOAO [redacted]		
P-02	Adequada especificação dos itens			**Responsável:** JOAO [redacted]		
P-03	Envolvimento da equipe de planejamento e/ou unidade técnica			**Responsável:** JOAO [redacted]		
	Ações de Contingência					
C-01	Adequação do edital e/ou termo de referência			**Responsável:** JOAO [redacted]		
C-02	Novas contratações diretas			**Responsável:** JOAO [redacted]		
C-03	Nova contratação por meio de adesão			**Responsável:** JOAO [redacted]		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-06	Atraso na prestação de serviços	Falha por parte da empresa contratada	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
	Impactos					
1	Mora no atendimento da demanda					
	Ações Preventivas					
P-01	Alinhamento com a empresa sobre a execução dos serviços			**Responsável:** JOAO [redacted]		
P-02	Termo de Referência com prazo de prestação de serviço razoável e alinhado aos prazos praticados pelo mercado			**Responsável:** JOAO [redacted]		
	Ações de Contingência					
C-01	Notificação da empresa contratada			**Responsável:** JOAO [redacted]		
C-02	Abertura do processo de apuração de resposabilidade administrativa e aplicação de penalidades quando cabível			**Responsável:** JOAO [redacted]		

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

JOAO [redacted]
Chefe da equipe de planejamento

[redacted]

[redacted]DA SILVA[redacted]
Membro da equipe de planejamento

[redacted]

MATHEUS[redacted]
Membro da equi´pe de planejamento

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (AEROMÓVEL)
(Companhia de Pedestres do Mato Grosso - 1754)
BATALHÃO AMAZONAS

TERMO DE JUNTADA POR ANEXAÇÃO DE DOCUMENTO

Termo nº 002/2025 - Processo 64114.001536/2025-12

Em 21/03/2025 às 10:52, faço anexar ao presente processo 64114.001536/2025-12, o(s) documento(s): ETP160006_000015_2025_assinado_assinado_assinado - PASA.pdf, TR160006_000005_2025_assinado_assinado_assinado - PASA.pdf, MR160006_000017_2025_assinado_%281%29_assinado.pdf.

JOÃO [redacted] 1º Ten
Chefe do Setor de Aprovisionamento

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (AEROMÓVEL)
(Companhia de Pedestre do Mato Grosso - 1754)
BATALHÃO AMAZONAS

RELATÓRIO DA PESQUISA DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 64114.001536/2025-12

I - OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1.Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de cozinha industrial para o serviço de Aprovisionamento do 1º Batalhão de Infantaria de Selva (Amv).

II - FONTES CONSULTADAS

2.1. Para a definição do valor estimado da contratação foram utilizados os parâmetros do inciso IV do artigo 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021.

2.2. Foram priorizados os parâmetros do artigo 5º, incisos I e II, da IN SEGES/ME nº 65/2021, no entanto ao realizar a pesquisa de preços para o processo licitatório destinado à aquisição de bens e contratação de serviços pelo 1º Batalhão de Infantaria de Selva (Amv), optamos pela abordagem da pesquisa direta (Item IV) em detrimento dos parâmetros estabelecidos nos itens I e II, por conta das diversas variáveis e considerações específicas relacionadas ao objeto da licitação. Esta escolha fundamentou-se em diversas variáveis e considerações específicas relacionadas ao objeto da licitação e à dinâmica do mercado envolvido. O 1º BIS(Amv) possui necessidades operacionais e logísticas específicas que demandam uma abordagem personalizada na

aquisição de bens e serviços. A pesquisa direta viabiliza a realização de orçamentos detalhados no próprio campo de operações do 1º BIS. Isso possibilita uma avaliação mais precisa das condições locais, considerando fatores geográficos, climáticos e logísticos que podem influenciar diretamente nos custos associados à aquisição.

2.3. Na consulta direta com fornecedores, foi enviada comunicação às seguintes empresas:

Fornecedor	Apresentou resposta?	Justificativa para escolha
RUTH DE N[redacted]I - 28.685.863/0001-69	Sim	Empresa que atua no ramo da manutenção de equipamentos utilizados em cozinha industrial
ESTHELA LICITAÇÕES COMÉRCIO E VAREJO - 52.481.385/0001-50	Sim	Empresa que atua no ramo da manutenção de equipamentos utilizados em cozinha industrial
META LICITAÇÕES E SOLUÇÕES EM ENGENHARIA - 21.150.162/0001-86	Sim	Empresa que atua no ramo da manutenção de equipamentos utilizados em cozinha industrial

2.3. O preço estimado para a contratação considerou o mínimo de três cotações, nos termos do artigo 6º, §5º da IN SEGES/ME nº 65/2021.

III - SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS

Item	Descrição	Pesquisa 1 (R$) **CNPJ:** 28.685.863/0001-69	Pesquisa 2 (R$) **CNPJ:** 52.481.385/0001-50	Pesquisa 3 (R$) **CNPJ:** 21.150.162/0001-86	Média (R$)
1	Serviço de manutenção corretiva em forno elétrico/gás turbo industrial, 220 volts, para 10 bandejas, com realização dos procedimentos de: substituição do quadro de comando (painel digital com termostato), compreendendo: fornecer serviços técnicos de manutenção do forno industrial,	R$ 1.350,00	R$ 3.900,25	R$ 9.950,00	R$ 5.066,75

	com todos os ajustes, reparos e substituições necessárias, identificadas por seu corpo técnico; fornecer e efetuar a substituição do quadro de comando (painel digital com termostato) do forno industrial. A empresa contratada deverá fornecer o quadro de comando compatível com o equipamento a ser consertado; realizar a substituição do quadro de comando; fornecer o certificado e a garantia do serviço realizado; ficar responsável por todo o ferramental, insumos (quadro de comando (completo), acessórios, fios, isolamentos, outros produtos e equipamentos aplicados), pessoal e encargos necessários para a correta execução do serviço e ainda pela limpeza do equipamento após a execução do serviço; retirar e devolver o equipamento, com seu funcionamento normalizado na contratante.				
2	Manutenção Corretiva E Preventiva Em Forno Combinado Elétrico Marca Wictory Modelo Wcpr 20v,	R$ 1.250,00	R$ 3.210,99	R$ 12.290,00	R$ 5.583,66

	Com Reposição De Aterramento, Sensor E Chave (Liga/Desliga), Borracha De Vedação Da Porta E Fechadura.				
3	Câmara Frigorífica Para Congelamento. Serviços De Manutenção Preventiva E Corretiva Com Ações A Serem Realizadas: Limpeza Dos Condensadores E Da Unidade Evaporadora Com Produtos Químicos, Reparo De Buchas Ventiladoras, Reparos Nos Trincos E Dobradiças E Pequenos Reparos Nos Portais De Fibra De Vidro, Saneamento De Vazamento De Gás Com Previsão De Recarga De Gás, Troca De Óleo Do Compressor, Revisão Dos Dispositivos Elétricos, Chave Liga/Desliga, Contactores, Relés, Disjuntores Quadro De Comando Com Controlador Digital E Fiação Diversa, Revisão No Sistema De Degelo. Substituição De Qualquer Peça Ou Equipamento Por Conta Da Contratada. Garantia De 3 Meses.	R$ 16.000,00	R$ 9.635,52	R$ 33.420,00	R$ 19.685,17
	Serviço De Manutenção Corretiva E/Ou Preventiva Em Freezer - Serviço De				

4	Manutenção Corretiva E /Ou Preventiva Em Freezer Horizontal\ Marca: Frilux, Incluindo Pintura\, Testes De Funcionamento\, Ajustes De Temperatura\, Prova De Produção Crescente E Decrescente\, Teste De Vazamento De Corrente De Fuga\, Lubrificação Geral\, Verificação Do Funcionamento\, Higienização Técnica Geral E Incluindo Aplicação De Peças. O Serviço Inclui\, Ainda\, Garantia Mínima De 3 Meses, Freezer Horizontal (2 Portas\, Volume 546 Litros) Ou Similar - Serviço De Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial Com A Realização Do Seguinte(S) Procedimento(S): Aperto Dos Bornes E Limpeza De Oxidações Dos Mesmos; Limpeza E Teste Do Termostato; Aferição Da Corrente E Tensão; Aferição E Isolamento Dos Compressores; Aferição E Isolamento Dos Motores; Aferição Do Rendimento Frigorigeno;	R$ 1.650,00	R$ 1.650,00	R$ 10.568,00	R$ 4.622,67

	Aferição Da Temperatura; Teste De Estanqueidade Da Rede Frigorigena; Limpeza Do Condensador E Micro Ventilador; E Lavagem Do Condensador.				
5	Manutenção Corretiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Máquina De Gelo Modelo Egc-300+E, Marca Everest, Com A Manutenção Corretiva E Substituição De Compressor, Recompletamento De Gás . Material E Peças Utilizadas Para Conserto/Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	R$ 1.700,00	R$ 2.780,00	R$ 10.990,00	R$ 5.156,67
6	Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Caldeirão Industrial Com Pressão A Gás Cozil (500litros E 100litros), Com A Realização Dos Seguintes Serviços: Revisão Do Equipamento, Teste De Estanqueidade, Verificação Do Funcionamento Do Queimador, Limpeza Geral, Regulagem E	R$ 4.800,00	R$ 3.850,00	R$ 20.440,00	R$ 9.696,67

	Pintura Com Tinta Resistente A Altas Temperaturas Do Queimador. Material E Peças Utilizadas Para Conserto /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.				
7	Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Coifa E Exaustor Com Limpeza De Peças, Remoção De Gordura, Limpeza Geral Do Equipamento, Lubrificação E Limpeza Interna, Verificação De Ocorrência De Ruídos Anormais No Equipamento, Verificação Do Sistema Elétrico.	R$ 2.555,00	R$ 1.755,00	R$ 7.840,00	R$ 4.050,00
8	Manutenção De Equipamentos De Cozinha-Balcão Térmico - Troca De 1 M De Fio De Caloria, Troca Da Resistência, Troca Da Chave Liga E Esliga, Troca Do Termostato De Temperatura, Troca Do Protetor Salivar, Bem Como Troca De Peças Peculiares Ao Equipamento Material E Peças Utilizadas Para Conserto/Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	R$ 4.250,00	R$ 2.250,00	R$ 5.934,00	R$ 4.144,67

9	Manutenção Corretiva /Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Passthrough Quente Elvi/Cozil, Com A Execução Dos Seguintes Serviços: Troca Das Borrachas De Vedação, Troca Da Resistência, Troca Da Dobradiça, Troca De Óleo De Compressor, Troca De Filtros, Troca De Válvulas E Peças Peculiares Ao Equipamento. Material E Peças Utilizadas Para Conserto/Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	R$ 3.850,00	R$ 2.850,00	R$ 12.200,00	R$ 6.300,00
10	Manutenção Corretiva /Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Máquina De Lavar Louças, Com A Substituição De Peças Da Máquina De Lavar Louças Industrial Netter Modelo Nt300. Material E Peças Utilizadas Para Conserto /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada	R$ 5.895,00	R$ 3.695,00	R$ 9.078,00	R$ 6.222,67
11	Manutenção Corretiva /Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Refresqueira Industrial Com A Realização Da Troca De Peças. Material E Peças Utilizadas	R$ 2.550,00	R$ 1.550,00	R$ 8.520,00	R$ 4.206,67

	Para Conserto/Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.				
12	Manutenção Corretiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Fatiador De Frios Industrial, Com A Substituição De Lâminas. Material E Peças Utilizadas Para Conserto/Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada	R$ 2.640,00	R$ 1.640,00	R$ 7.345,00	R$ 3.875,00
13	Manutenção De Equipamentos De Cozinha Industrial: Serviço De Manutenção Corretiva Em Equipamento De Cozinha Industrial\, Tipo Substituição Das Correias Originais Da Masseira Industrial (Equipamento De Padaria) \ Compreendendo: - Fornecimento De Serviços Técnicos De Manutenção Da Masseira Industrial\, Incluídos Todos Os Ajustes\, Reparos E Substituições Necessários\, Identificados Por Seu Corpo Técnico. - Fornecimento E Realização Da Substituição Das Correias\, Originais\, Da Masseira Industrial. - Fornecimento, Manutenção Corretiva De Masseira (Troca	R$ 1.890,00	R$ 2.712,61	R$ 8.367,00	R$ 4.323,20

	De Correias\, Religação De Uma Fase Do Motor\, Parte Elétrica\, Limpeza E Higienização\, Teste De Funcionamento). Manutenção Corretiva Em Masseira (Troca De Correias\, Limpeza E Higienização\, Parte Elétrica\, Instalação De 4 Pés De Borracha.				
14	Manutenção De Equipamentos De Cozinha-Cafeteira Aço Inox-O, Marca Consercaf, Serviço Inclui: Troca De Torneiras Completas, Troca Da Resistência, Troca Do Termostato , Bem Como Troca De Peças Peculiares Ao Equipamento.	R$ 6.450,00	R$ 1.473,55	R$ 7.475,00	R$ 5.132,85
15	Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industria- Moedor De Carne Marca Skymsen, Modelo Psp-98m Ou Similar, Com A Realização Do Seguinte(S) Procedimento(S): Limpeza E Retirada De Resíduos; Verificação E Limpeza Dos Pontos De Ferrugem; Lubrificação Das Engrenagens; Verificação De Cabos Elétricos E Conexões; Verificação De	R$ 950,00	R$ 1.918,99	R$ 5.892,00	R$ 2.920,33

	Ruídos No Motor; E Reaperto De Conexões.				
16	Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Liquidificador Industrial, Com A Realização De Vistoria No Circuito Elétrico, Desmontagem/Montagem, Limpeza E Lubrificação Das Peças E Vedação. Material E Peças Utilizadas Para Conserto/Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	R$ 1.230,00	R$ 1.650,71	R$ 5.250,00	R$ 2.710,24
17	Manutenção Preventiva /Corretiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Modeladora De Panificação, Com A Execução Dos Seguintes Serviços: Troca De Pano (Filtro Para Modelar), Correias, Rolamentos E Fios Elétricos. Material E Peças Utilizadas Para Conserto/Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	R$ 850,00	R$ 1.812,00	R$ 9.780,00	R$ 4.147,33
18	Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Fogão Industrial, Com A Realização Dos Seguintes Serviços: Limpeza E	R$ 4.800,00	R$ 2.350,00	R$ 8.299,00	R$ 5.149,67

	Retirada De Fuligens Dos Queimadores, Limpeza E Teste Dos Registros Dos Queimadores, Limpeza Geral, Regulagem De Entrada De Ar E Altura Das Chamas, Teste De Estanqueidade Do Ramal De Gás. Material E Peças Utilizadas Para Conserto/Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.				
19	Serviço De Manutenção Corretiva Em Conexões De Tubulações De Gás (Glp Gás De Cozinha P 45) Em Cozinha Industrial, Com Realização Dos Procedimentos De: Manutenção Da Tubulação Com Troca De Registros De Alta Pressão Da Central De Gás, Troca De Mangueiras E Troca Dos Registros Periféricos, Válvulas, Pintura Da Tubulação Em Cor Prevista Em Legislação, Aperfeiçoamento Da Sinalização De Segurança. Emissão De Laudo Técnico De Inspeção, Apontando As Soluções Necessárias. O Laudo De Inspeção Deve Ser Acompanhado De Anotação De Responsabilidade Técnica (Art)	R$ 1.850,00	R$ 7.900,00	R$ 17.760,00	R$ 9.170,00

	Do Engenheiro Responsável Pela Inspeção.				

IV - METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO

4.1. A obtenção do preço estimado deu-se com base na média dos valores obtidos na pesquisa de preços, em razão de que refletiu melhor o conjunto dos dados, pois seu valor computou todos os preços coletados.

V - MEMÓRIA DE CÁLCULO E CONCLUSÃO

5.1. O preço global estimado para o grupo 1 é **R$ 474.069,03 (quatrocentos e setenta e quatro mil, sessenta e nove reais e três centavos)**, conforme memória de cálculo abaixo:

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Estimado (R$)	Valor Total Estimado (R$)
1	Serviço de manutenção corretiva em forno elétrico/gás turbo industrial, 220 volts, para 10 bandejas, com realização dos procedimentos de: substituição do quadro de comando (painel digital com termostato), compreendendo: fornecer serviços técnicos de manutenção do forno industrial, com todos os ajustes, reparos e substituições necessárias, identificadas por seu corpo técnico; fornecer e efetuar a substituição do quadro de comando (painel digital com termostato) do forno industrial. A empresa contratada deverá fornecer o quadro de comando compatível com o equipamento a ser consertado; realizar a substituição do quadro de comando; fornecer o certificado e a garantia do serviço realizado; ficar responsável por todo o ferramental, insumos (quadro de comando (completo), acessórios, fios, isolamentos, outros produtos e equipamentos aplicados), pessoal e encargos necessários para a correta execução do serviço e ainda pela limpeza do equipamento após a execução do serviço; retirar e devolver o equipamento, com seu funcionamento normalizado na contratante.	4	R$ 5.066,75	R$ 20.267,00

2	Manutenção Corretiva E Preventiva Em Forno Combinado Elétrico Marca Wictory Modelo Wcpr 20v, Com Reposição De Aterramento, Sensor E Chave (Liga/Desliga), Borracha De Vedação Da Porta E Fechadura.	2	R$ 5.583,66	R$ 11.167,33
3	Câmara Frigorífica Para Congelamento. Serviços De Manutenção Preventiva E Corretiva Com Ações A Serem Realizadas: Limpeza Dos Condensadores E Da Unidade Evaporadora Com Produtos Químicos, Reparo De Buchas Ventiladoras, Reparos Nos Trincos E Dobradiças E Pequenos Reparos Nos Portais De Fibra De Vidro, Saneamento De Vazamento De Gás Com Previsão De Recarga De Gás, Troca De Óleo Do Compressor, Revisão Dos Dispositivos Elétricos, Chave Liga/Desliga, Contactores, Relés, Disjuntores Quadro De Comando Com Controlador Digital E Fiação Diversa, Revisão No Sistema De Degelo. Substituição De Qualquer Peça Ou Equipamento Por Conta Da Contratada. Garantia De 3 Meses.	4	R$ 19.685,17	R$ 78.740,69
4	Serviço De Manutenção Corretiva E/Ou Preventiva Em Freezer - Serviço De Manutenção Corretiva E /Ou Preventiva Em Freezer Horizontal\ Marca: Frilux, Incluindo Pintura\, Testes De Funcionamento\, Ajustes De Temperatura\, Prova De Produção Crescente E Decrescente\, Teste De Vazamento De Corrente De Fuga\, Lubrificação Geral\, Verificação Do Funcionamento\, Higienização Técnica Geral E Incluindo Aplicação De Peças. O Serviço Inclui\, Ainda\, Garantia Mínima De 3 Meses, Freezer Horizontal (2 Portas\, Volume 546 Litros) Ou Similar - Serviço De Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial Com A Realização Do Seguinte(S) Procedimento(S): Aperto Dos Bornes E Limpeza De Oxidações Dos Mesmos; Limpeza E Teste Do Termostato; Aferição Da Corrente E Tensão; Aferição E Isolamento Dos Compressores; Aferição E Isolamento Dos Motores; Aferição Do Rendimento Frigorigeno; Aferição Da Temperatura; Teste De Estanqueidade Da Rede Frigorigena; Limpeza Do Condensador E Micro Ventilador; E Lavagem Do Condensador.	6	R$ 4.622,67	R$ 27.736,00
5	Manutenção Corretiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Máquina De Gelo Modelo Egc-300+E, Marca Everest, Com A Manutenção Corretiva E Substituição De Compressor, Recompletamento De Gás . Material E Peças Utilizadas Para Conserto/Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	4	R$ 5.156,67	R$ 20.626,67

6	Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Caldeirão Industrial Com Pressão A Gás Cozil (500litros E 100litros), Com A Realização Dos Seguintes Serviços: Revisão Do Equipamento, Teste De Estanqueidade, Verificação Do Funcionamento Do Queimador, Limpeza Geral, Regulagem E Pintura Com Tinta Resistente A Altas Temperaturas Do Queimador. Material E Peças Utilizadas Para Conserto /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	4	R$ 9.696,67	R$ 38.786,67
7	Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Coifa E Exaustor Com Limpeza De Peças, Remoção De Gordura, Limpeza Geral Do Equipamento, Lubrificação E Limpeza Interna, Verificação De Ocorrência De Ruídos Anormais No Equipamento, Verificação Do Sistema Elétrico.	7	R$ 4.050,00	R$ 28.350,00
8	Manutenção De Equipamentos De Cozinha-Balcão Térmico - Troca De 1 M De Fio De Caloria, Troca Da Resistência, Troca Da Chave Liga E Esliga, Troca Do Termostato De Temperatura, Troca Do Protetor Salivar, Bem Como Troca De Peças Peculiares Ao Equipamento Material E Peças Utilizadas Para Conserto/Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	6	R$ 4.144,67	R$ 24.868,00
9	Manutenção Corretiva /Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Passthrough Quente Elvi/Cozil, Com A Execução Dos Seguintes Serviços: Troca Das Borrachas De Vedação, Troca Da Resistência, Troca Da Dobradiça, Troca De Óleo De Compressor, Troca De Filtros, Troca De Válvulas E Peças Peculiares Ao Equipamento. Material E Peças Utilizadas Para Conserto/Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	4	R$ 6.300,00	R$ 25.200,00
10	Manutenção Corretiva /Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Máquina De Lavar Louças, Com A Substituição De Peças Da Máquina De Lavar Louças Industrial Netter Modelo Nt300. Material E Peças Utilizadas Para Conserto /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada .	2	R$ 6.222,67	R$ 12.445,33
11	Manutenção Corretiva /Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Refresqueira Industrial Com A Realização Da Troca De Peças. Material E Peças Utilizadas Para Conserto/Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	17	R$ 4.206,67	R$ 71.513,33
12	Manutenção Corretiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Fatiador De Frios Industrial, Com A Substituição De Lâminas. Material E Peças Utilizadas Para Conserto/Manutenção Ficará Por Conta Da	2	R$ 3.875,00	R$ 7.750,00

	Contratada			
13	Manutenção De Equipamentos De Cozinha Industrial: Serviço De Manutenção Corretiva Em Equipamento De Cozinha Industrial\, Tipo Substituição Das Correias Originais Da Masseira Industrial (Equipamento De Padaria) \ Compreendendo: - Fornecimento De Serviços Técnicos De Manutenção Da Masseira Industrial\, Incluídos Todos Os Ajustes\, Reparos E Substituições Necessários\, Identificados Por Seu Corpo Técnico. - Fornecimento E Realização Da Substituição Das Correias\, Originais\, Da Masseira Industrial. - Fornecimento, Manutenção Corretiva De Masseira (Troca De Correias\, Religação De Uma Fase Do Motor\, Parte Elétrica\, Limpeza E Higienização\, Teste De Funcionamento). Manutenção Corretiva Em Masseira (Troca De Correias\, Limpeza E Higienização\, Parte Elétrica\, Instalação De 4 Pés De Borracha.	4	R$ 4.323,20	R$ 17.292,81
14	Manutenção De Equipamentos De Cozinha-Cafeteira Aço Inox-O, Marca Consercaf, Serviço Inclui: Troca De Torneiras Completas, Troca Da Resistência, Troca Do Termostato , Bem Como Troca De Peças Peculiares Ao Equipamento.	4	R$ 5.132,85	R$ 20.531,40
15	Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industria- Moedor De Carne Marca Skymsen, Modelo Psp-98m Ou Similar, Com A Realização Do Seguinte(S) Procedimento(S): Limpeza E Retirada De Resíduos; Verificação E Limpeza Dos Pontos De Ferrugem; Lubrificação Das Engrenagens; Verificação De Cabos Elétricos E Conexões; Verificação De Ruídos No Motor; E Reaperto De Conexões.	2	R$ 2.920,33	R$ 5.840,66
16	Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Liquidificador Industrial, Com A Realização De Vistoria No Circuito Elétrico, Desmontagem/Montagem, Limpeza E Lubrificação Das Peças E Vedação. Material E Peças Utilizadas Para Conserto/Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	2	R$ 2.710,24	R$ 5.420,47
17	Manutenção Preventiva /Corretiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Modeladora De Panificação, Com A Execução Dos Seguintes Serviços: Troca De Pano (Filtro Para Modelar), Correias, Rolamentos E Fios Elétricos. Material E Peças Utilizadas Para Conserto/Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	2	R$ 4.147,33	R$ 8.294,67
18	Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Fogão Industrial, Com A Realização Dos Seguintes Serviços: Limpeza E Retirada De Fuligens Dos Queimadores, Limpeza E Teste Dos	6	R$ 5.149,67	R$ 30.898,00

	Registros Dos Queimadores, Limpeza Geral, Regulagem De Entrada De Ar E Altura Das Chamas, Teste De Estanqueidade Do Ramal De Gás. Material E Peças Utilizadas Para Conserto/Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.			
19	Serviço De Manutenção Corretiva Em Conexões De Tubulações De Gás (Glp Gás De Cozinha P 45) Em Cozinha Industrial, Com Realização Dos Procedimentos De: Manutenção Da Tubulação Com Troca De Registros De Alta Pressão Da Central De Gás, Troca De Mangueiras E Troca Dos Registros Periféricos, Válvulas, Pintura Da Tubulação Em Cor Prevista Em Legislação, Aperfeiçoamento Da Sinalização De Segurança. Emissão De Laudo Técnico De Inspeção, Apontando As Soluções Necessárias. O Laudo De Inspeção Deve Ser Acompanhado De Anotação De Responsabilidade Técnica (Art) Do Engenheiro Responsável Pela Inspeção.	2	R$ 9.170,00	R$ 18.340,00
VALOR TOTAL GLOBAL ESTIMADO				**R$ 474.069,03**

5.2. Após a realização de pesquisa de preços em conformidade com a IN SEGES/ME nº 65/2021, certifica-se que o preço estimado para a presente contratação é compatível com os praticados no mercado.

VI - IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA DE PREÇOS

6.1. A presente pesquisa de preços foi conduzida por: 1º Tenente João Victor de Andrade **Pacheco**, CPF nº 040.469.952-97.

Manaus-AM, 21 de março de 2025.

[redacted]

JOÃO [redacted] 1º Ten

Chefe da Equipe de Planejamento

[redacted] DA SILVA [redacted] - 3º Sgt
Membro da Equipe de Planejamento

MATHEUS [redacted] - 3º Sgt
Membro da Equipe de Planejamento

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (AEROMÓVEL)
(Companhia de Pedestres do Mato Grosso - 1754)
BATALHÃO AMAZONAS

TERMO DE JUNTADA POR ANEXAÇÃO DE DOCUMENTO

Termo nº 003/2025 - Processo 64114.001536/2025-12

Em 21/03/2025 às 13:30, faço anexar ao presente processo 64114.001536/2025-12, o(s) documento(s): Relatorio_de_Pesquisa_de_Precos_assinado_assinado_assinado.pdf.

JOÃO [redacted] 1º Ten
Chefe do Setor de Aprovisionamento

PARECER DO PREGOEIRO

Seguindo as diretrizes do Decreto 11.246/2022 do Presidente da República, conforme art. 14, I e II

> *"Art. 14. Caberá ao agente de contratação, em especial:*
>
> *I - tomar decisões em prol da boa condução da licitação, **dar impulso ao procedimento**, inclusive por meio de demandas às áreas das unidades de contratações, descentralizadas ou não, **para fins de saneamento da fase preparatória**, caso necessário;*
>
> *II - **acompanhar os trâmites da licitação e promover diligências**, se for o caso, para que o calendário de contratação de que trata o inciso III do caput do art. 11 do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, seja cumprido, observado, ainda, o grau de prioridade da contratação;"* (Grifo nosso)

Bem como a doutrina especializada, o qual segundo Raphael Gabriel Leandro

> *"o novo arcabouço legal licitatório, em especial o Decreto nº 11.246/22, **ampliou as competências do pregoeiro**, que passa a tomar decisões não só em prol da boa condução da licitação, mas também **para fomentar as diligências necessárias à garantia do fluxo regular da instrução processual da fase preparatória***
>
> *...*
>
> *Sendo a supervisão o **ato de acompanhar, monitorar e orientar, nada impede que o controle da fase interna pelo pregoeiro seja exercido de forma concomitante ao fomento de cada artefato documental pelas equipes de planejamento**. Contudo, a depender da demanda de processos, tal prática restará inviabilizada, sendo mais produtiva a realização da supervisão quando da entrada formal do inteiro teor do processo licitatório na seção de licitações ou equivalente dos órgãos e entidades.*
>
> *Assim, ao receber o processo administrativo de contratação, o **pregoeiro deve atuar para identificar falhas perceptíveis a qualquer agente**, ainda que com diligência abaixo do normal , a exemplo do erro grosseiro."* (Grifo nosso)
>
> .

Segue o parecer do pregoeiro na atual fase do processo licitatório 64114.001536/2025-12, cujo objeto é serviço de manutenção para equipamentos industriais de cozinha, para fins de evitar erros grosseiros, **não sendo obrigatório à equipe de planejamento acatar as diretrizes do agente da contratação**.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Toda licitação parte da necessidade e, ao verificar o item 7 do ETP, foi encontrado diversas divergências ou obscuridade nas informações.

A tabela apresentada no item supracitado fala sobre a quantidade de equipamentos existentes, quantidades de serviços necessários e a quantidade total. No entanto, não há clareza se as quantidades de serviços necessários são em cada equipamento ou não. E, além disso, a quantidade total não faz sentido com a quantidade necessária.

Por exemplo, o item 4 diz que há 4 equipamentos, há também 4 serviços necessários, porém o total é de 06 serviços. Esses serviços são em cada equipamento? Se sim, o total não deveria ser 16 serviços? Caso a necessidade de 04 serviços seja a necessidade completa, por que o total é 06?

O item 4 é apenas um exemplo a ser citado, **recomendo a equipe de planejamento a reestudar o quantitativos levantados.**

Há ainda na legislação os pontos a serem levantados no ETP, encontrados na lei 14.133/21 §1º que é:

> *"§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:*
>
> *I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;*
>
> *II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;*
>
> *III - requisitos da contratação;*
>
> *IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;*

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.''

Caberá à equipe de planejamento, OBRIGATORIAMENTE, levantar as informações referentes aos incisos I, IV, VI, VIII e XIII, porém a AGU solicita em sua lista de verificação uma justificativa para não ter presente os outros incisos que não são obrigatórios. **Recomendo uma justificativa no ETP para não ter sido levantado os incisos não obrigatórios.**

PESQUISA DE PREÇO

A equipe de planejamento deverá seguir os parâmetros explícitos na Instrução Normativa da SEGES/ME N° 65, de 7 de julho de 2021, mais precisamente no Art. 5, que diz:

> "*Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:*
>
> *IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;*
>
> ***§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV**, deverá ser observado:*
>
> *I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;*
>
> *II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:*
>
> *a) descrição do objeto, valor unitário e total;*
>
> *b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;*
>
> *c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;*
>
> *d) data de emissão; e*
>
> *e) nome completo e identificação do responsável."*

A equipe de planejamento apresenta uma justificativa para se utilizar o inciso IV e apresenta 03 empresas que orçaram os serviços solicitados. No entanto, não está presente no processo o prazo de resposta conferido ao fornecedor (inciso I do §2º, da norma citada acima), nem as propostas formais com os requisitos mínimos (inciso II do §2º da norma citada acima).

Recomendo que coloque os orçamentos enviados pelos fornecedores e o prazo de resposta conferido aos mesmos.

3° Sgt [redacted]

Agente da Contratação

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (AEROMÓVEL)
(Companhia de Pedestres do Mato Grosso - 1754)
BATALHÃO AMAZONAS

TERMO DE JUNTADA POR ANEXAÇÃO DE DOCUMENTO

Termo nº 004/2025 - Processo 64114.001536/2025-12

Em 31/03/2025 às 11:34, faço anexar ao presente processo 64114.001536/2025-12, o(s) documento(s): Parecer do Pregoeiro.pdf.

[redacted] - 3º Sgt
Auxiliar da SALC

2º PARECER DO PREGOEIRO

Para fins de complementação do 1º Parecer do Pregoeiro, recomendo um ponto a mais a ser estudado por esta equipe de planejamento.

TERMO DE REFERÊNCIA

A equipe de planejamento está utilizando um modelo de Termo de Referência desatualizado, sendo este de maio/2023.

Nas últimas atualizações deste modelos, houveram diversas modificações bem como inclusões de pontos inexistentes no modelo supracitado.

Para que não tenhamos problema neste processo licitatório, **recomendo utilizar o modelo de TR Digital mais atualizado presente no sistema do Compras.**

3° Sgt [redacted]

Agente da Contratação

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (AEROMÓVEL)
(Companhia de Pedestres do Mato Grosso - 1754)
BATALHÃO AMAZONAS

TERMO DE JUNTADA POR ANEXAÇÃO DE DOCUMENTO

Termo nº 005/2025 - Processo 64114.001536/2025-12

Em 31/03/2025 às 11:46, faço anexar ao presente processo 64114.001536/2025-12, o(s) documento(s): 2 Parecer do Pregoeiro.pdf.

[redacted] 3º Sgt
Auxiliar da SALC

Estudo Técnico Preliminar 15/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 64114.001536/2025-12

2. Descrição da necessidade

1.A aquisição dos serviços pretendidos é necessária em face da manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças em materiais permanentes dos equipamentos de cozinha industrial e frigorífica, visando suprir as necessidades de manutenção de equipamentos essenciais ao funcionamento Serviço de Aprovisionamento do 1° Batalhão de Infantaria de Selva(Aeromóvel) , evitando assim a ocorrência da interrupção dos trabalhos. A contratação será, ainda, oportuna para que os equipamentos tenham uma maior e melhor durabilidade, evitando maiores gastos com a aquisição de novos itens por falta de manutenção.

2.O objetivo visado com a conclusão do processo licitatório é a contração de serviços de manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças em materiais permanentes dos equipamentos de cozinha industrial e frigorífica, do Aprovisionamento do 1°BIS (Amv), em Manaus. Assim, será garantida a permanência de uma funcionalidade regular dos equipamentos para o atendimento da demanda requerida por este Batalhão.

3.Assim sendo, será realizado um processo licitatório na modalidade Pregão, com critério de julgamento pelo menor preço por item, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor de Aprovisionamento	1º Sgt [redacted]

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Comprovação, em nome da empresa licitante como titular do contrato, de aptidão para atender o objeto da presente licitação, o que dar-se-á por meio de atestado(s) fornecido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificado (s)/acervado(s) pela entidade profissional competente que, somados ou não, comprove(m) que já realizou anteriormente obras /serviços com características de execução e quantidades compatíveis ao objeto licitado.

4.1.2. Para o pleno atendimento, somente será(ão) considerado(s) o(s) atestado(s) de capacidade técnica que indique(m) a que contrato se refere(m), a vigência contratual e a especificação dos serviços a serem prestados em consonância com o objeto da presente licitação.

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

4.3. A aquisição a ser contratada terá um prazo determinado para ser concluída.

4.4. Incentiva-se a prática da sustentabilidade.

4.5. Apresentar cronograma de manutenção para os equipamentos de acordo com o manual do fabricante, assinado por engenheiro mecânico responsável, com o devido registro no CREA.

4.6. O fiel cumprimento das normas técnicas, manual do fabricante dos equipamentos e as boas práticas em equipamentos de cozinha industrial e frigorífica.

4.7. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

4.8. A CONTRATADA deverá disponibilizar no mínimo 02 (dois) contatos telefônicos e 01 (um) e-mail válidos, para possíveis contatos em caso de avaria/solicitação de manutenção.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Em recente exercício de benchmarking, verificou-se que há fornecedores com a capacidade de ofertar os serviços que a Administração necessita, na cidade de Manaus.

5.2. A aquisição dos serviços é, no momento, a solução adequada para sanar as necessidades de manutenção preventiva e corretiva em materiais permanentes dos equipamentos de cozinha industrial e frigorífica do Aprovisionamento do 1º BIS (Amv).

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução pretendida será adquirida por um processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento do menor preço por item sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário, para a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em materiais permanentes dos equipamentos de cozinha industrial e frigorífica desta Organização Militar.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As quantidades e itens mínimos previstos para serem ofertados são o que seguem:

Lista de especificações técnicas dos materiais a serem manutenidos						
ITEM	Cat Ser	Objeto	Und	Quantidade de Eqp Existentes	Número de manutenções necessárias	Quantidade total
1	3670	Serviço de manutenção corretiva em forno elétrico/gás turbo industrial, 220 volts, para 10 bandejas, com realização dos procedimentos de: substituição do quadro de comando (painel digital com termostato), compreendendo: fornecer serviços técnicos de manutenção do forno industrial, com todos os ajustes, reparos e substituições necessárias, identificadas por seu corpo técnico; fornecer e efetuar a substituição do quadro de comando (painel digital com termostato) do forno industrial. A empresa contratada deverá fornecer o quadro de comando compatível com o equipamento a ser consertado; realizar a substituição do quadro de comando; fornecer o certificado e a garantia do serviço realizado; ficar responsável por todo o ferramental, insumos (quadro de comando (completo), acessórios,	sv	2	3	3

		fios, isolamentos, outros produtos e equipamentos aplicados), pessoal e encargos necessários para a correta execução do serviço e ainda pela limpeza do equipamento após a execução do serviço; retirar e devolver o equipamento, com seu funcionamento normalizado na contratante.				
2	3670	Manutenção Corretiva E Preventiva Em Forno Combinado Elétrico Marca Wictory Modelo Wcpr 20v, Com Reposição De Aterramento, Sensor E Chave (Liga /Desliga), Borracha De Vedação Da Porta E Fechadura.	sv	1	1	1
3	3670	Câmara Frigorífica Para Congelamento. Serviços De Manutenção Preventiva E Corretiva Com Ações A Serem Realizadas: Limpeza Dos Condensadores E Da U n i d a d e Evaporadora Com Produtos Químicos, Reparo De Buchas Ventiladoras, Reparos Nos Trincos E Dobradiças E Pequenos Reparos Nos Portais De Fibra D e V i d r o , Saneamento De Vazamento De Gás Com Previsão De Recarga De Gás, Troca De Óleo Do Compressor, Revisão Dos Dispositivos Elétricos, Chave Liga / D e s l i g a , Contactores, Relés, Disjuntores Quadro De Comando Com Controlador Digital E Fiação Diversa, Revisão No Sistema De Degelo. Substituição De Qualquer Peça Ou Equipamento Por Conta Da Contratada. Garantia De 3 Meses.	sv	3	3	3
4	3670	Serviço De Manutenção Corretiva E/Ou Preventiva Em Freezer - Serviço De Manutenção Corretiva E /Ou Preventiva Em Freezer Horizontal\ Marca: Frilux, Incluindo Pintura\, T e s t e s D e Funcionamento\, Ajustes De Temperatura\, Prova De Produção Crescente E Decrescente\, Teste De Vazamento De Corrente De Fuga\, Lubrificação Geral\, Verificação Do Funcionamento\, Higienização Técnica Geral E Incluindo Aplicação De Peças. O Serviço Inclui\, Ainda\, Garantia Mínima De 3 Meses, Freezer Horizontal (2 Portas\, Volume 546 Litros) Ou Similar - Serviço De	sv	3	3	3

		Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial Com A Realização Do Seguinte(S) Procedimento(S): Aperto Dos Bornes E Limpeza De Oxidações Dos Mesmos; Limpeza E T e s t e D o Termostato; Aferição Da Corrente E Tensão; Aferição E Isolamento Dos Compressores; Aferição E Isolamento Dos Motores; Aferição Do Rendimento Frigorigeno; Aferição Da Temperatura; Teste De Estanqueidade D a R e d e Frigorigena; Limpeza Do Condensador E Micro Ventilador; E Lavagem Do Condensador.				
5	3670	Manutenção Corretiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Máquina De Gelo Modelo Egc-300+E, Marca Everest, Com A Manutenção Corretiva E Substituição De Compressor, Recompletamento De Gás . Material E Peças Utilizadas Para C o n s e r t o /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	sv	2	3	3
6	3670	Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Caldeirão Industrial Com Pressão A Gás Cozil (500litros E 100litros), Com A Realização Dos Seguintes Serviços: Revisão Do Equipamento, Teste De Estanqueidade, Verificação Do Funcionamento Do Queimador, Limpeza Geral, Regulagem E Pintura Com Tinta Resistente A Altas Temperaturas Do Queimador. Material E Peças Utilizadas Para Conserto /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	sv	2	2	2
7	3670	Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Coifa E Exaustor Com Limpeza De Peças, Remoção De Gordura, Limpeza G e r a l D o Equipamento, Lubrificação E Limpeza Interna, Verificação De Ocorrência De Ruídos Anormais No Equipamento, Verificação Do Sistema Elétrico.	sv	6	6	6

8	3670	Manutenção De Equipamentos De Cozinha-Balcão Térmico - Troca De 1 M De Fio De Caloria, Troca Da Resistência, Troca Da Chave Liga E Esliga, Troca Do Termostato De Temperatura, Troca Do Protetor Salivar, Bem Como Troca De Peças Peculiares Ao Equipamento Material E Peças Utilizadas Para C o n s e r t o /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	sv	6	6	6
9	3670	Manutenção Corretiva /Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Passthrough Quente Elvi/Cozil, Com A Execução Dos Seguintes Serviços: Troca Das Borrachas De Vedação, Troca Da Resistência, Troca Da Dobradiça, Troca De Óleo De Compressor, Troca De Filtros, Troca De Válvulas E Peças Peculiares Ao Equipamento. Material E Peças Utilizadas Para C o n s e r t o /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	sv	2	2	2
10	3670	Manutenção Corretiva /Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Máquina De Lavar Louças, Com A Substituição De Peças Da Máquina De Lavar Louças Industrial Netter Modelo Nt300. Material E Peças Utilizadas Para C o n s e r t o /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada .	sv	1	2	2
11	3670	Manutenção Corretiva /Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Refresqueira Industrial Com A Realização Da Troca De Peças. Material E Peças Utilizadas Para C o n s e r t o /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	sv	2	2	2
12	3670	Manutenção Corretiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Fatiador De Frios Industrial, Com A Substituição De Lâminas. Material E Peças Utilizadas Para C o n s e r t o /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	sv	1	4	4
		Manutenção De Equipamentos De Cozinha Industrial: Serviço De Manutenção Corretiva Em Equipamento De Cozinha Industrial, Tipo Masseira.				

13	3670	Substituição Das Correias Originais Da Masseira Industrial (Equipamento De P a d a r i a) \ Compreendendo: - Fornecimento De Serviços Técnicos De Manutenção Da Masseira Industrial\, Incluídos Todos Os Ajustes\, Reparos E Substituições Necessários\, Identificados Por Seu Corpo Técnico. - Fornecimento E Realização Da Substituição Das Correias\, Originais\, Da Masseira Industrial. - Fornecimento, Manutenção Corretiva De Masseira (Troca De Correias\, Religação De Uma Fase Do Motor\, Parte Elétrica\, Limpeza E Higienização\, Teste De Funcionamento). Manutenção Corretiva Em Masseira (Troca De Correias\, Limpeza E Higienização\, Parte Elétrica\, Instalação De 4 Pés De Borracha.	sv	2	2	2
14	3670	Manutenção De Equipamentos De Cozinha-Cafeteira Aço Inox-O, Marca Consercaf, Serviço Inclui: Troca De Torneiras Completas, T r o c a D a Resistência, Troca Do Termostato , Bem Como Troca De Peças Peculiares Ao Equipamento.	sv	2	2	2
15	3670	Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha IndustriaMoedor De Carne Marca Skymsen, Modelo Psp-98m Ou Similar, Com A Realização Do Seguinte(S) Procedimento(S): Limpeza E Retirada De Resíduos; Verificação E Limpeza Dos Pontos De Ferrugem; Lubrificação Das Engrenagens; Verificação De Cabos Elétricos E Conexões; Verificação De Ruídos No Motor; E Reaperto De Conexões.	sv	1	2	2

16	3670	Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Liquidificador Industrial, Com A Realização De Vistoria No Circuito E l é t r i c o , Desmontagem /Montagem, Limpeza E Lubrificação Das Peças E Vedação. Material E Peças Utilizadas Para C o n s e r t o /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	sv	1	1	1
17	3670	Manutenção Preventiva /Corretiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Modeladora De Panificação, Com A Execução Dos Seguintes Serviços: Troca De Pano (Filtro Para Modelar), Correias, Rolamentos E Fios Elétricos. Material E Peças Utilizadas Para C o n s e r t o /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	sv	1	1	1
18	3670	Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Fogão Industrial, Com A Realização Dos Seguintes Serviços: Limpeza E Retirada De Fuligens Dos Queimadores, Limpeza E Teste Dos Registros Dos Queimadores, Limpeza Geral, Regulagem De Entrada De Ar E Altura Das Chamas, T e s t e D e Estanqueidade Do Ramal De Gás. Material E Peças Utilizadas Para C o n s e r t o /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	sv	3	3	3
19	3670	Serviço De Manutenção Corretiva Em Conexões De Tubulações De Gás (Glp Gás De Cozinha P 45) Em Cozinha Industrial, Com Realização Dos Procedimentos De: Manutenção Da Tubulação Com Troca De Registros De Alta Pressão Da Central De Gás, Troca De Mangueiras E Troca Dos Registros Periféricos, Válvulas, Pintura Da Tubulação Em Cor Prevista Em Legislação, Aperfeiçoamento Da Sinalização De Segurança. Emissão De Laudo Técnico De Inspeção, Apontando As Soluções Necessárias. O Laudo De Inspeção Deve Ser Acompanhado De Anotação De Responsabilidade Técnica (Art) Do Engenheiro Responsável Pela Inspeção.	sv	2	2	2

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R$): 292.096,77

8.2. Visando à contratação de empresa especializada na manutenção de equipamentos de cozinha industrial, foi realizada a pesquisa de preços utilizando os seguintes parâmetros, conforme documentação anexa (Art 5º da IN 65 /2021 e suas alterações):

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital.

8.3. Esta administração optou pela utilização dos incisos IV do art. 5º da IN 65/2021, por conta das peculiaridades dos serviços a serem contratados.

Lista de especificações técnicas dos materiais a serem manutenidos						
ITEM	Cat Ser	Objeto	Und	Quantidade de Eqp Existentes	Média de preço (R$)	Valor Total (R$)
1	3670	Serviço de manutenção corretiva em forno elétrico/gás turbo industrial, 220 volts, para 10 bandejas, com realização dos procedimentos de: substituição do quadro de comando (painel digital com termostato), compreendendo: fornecer serviços técnicos de manutenção do forno industrial, com todos os ajustes, reparos e substituições necessárias, identificadas por seu corpo técnico; fornecer e efetuar a substituição do quadro de comando (painel digital com termostato) do forno industrial. A empresa contratada deverá fornecer o quadro de comando compatível com o equipamento a ser consertado; realizar a substituição do quadro de comando; fornecer o certificado e a garantia do serviço realizado; ficar responsável por	sv	3	R$ 5.066,75	R$ 15.200,25

		todo o ferramental, insumos (quadro de comando (completo), acessórios, fios, isolamentos, outros produtos e equipamentos aplicados), pessoal e encargos necessários para a correta execução do serviço e ainda pela limpeza do equipamento após a execução do serviço; retirar e devolver o equipamento, com seu funcionamento normalizado na contratante.				
2	3670	Manutenção Corretiva E Preventiva Em Forno Combinado Elétrico Marca Wictory Modelo Wcpr 20v, Com Reposição De Aterramento, Sensor E Chave (Liga /Desliga), Borracha De Vedação Da Porta E Fechadura.	sv	1	R$ 5.583,66	R$ 5.583,66
3	3670	Câmara Frigorífica Para Congelamento. Serviços De Manutenção Preventiva E Corretiva Com Ações A Serem Realizadas: Limpeza Dos Condensadores E Da U n i d a d e Evaporadora Com Produtos Químicos, Reparo De Buchas Ventiladoras, Reparos Nos Trincos E Dobradiças E Pequenos Reparos Nos Portais De Fibra D e V i d r o , Saneamento De Vazamento De Gás Com Previsão De Recarga De Gás, Troca De Óleo Do Compressor,	sv	3	R$ 19.685,17	R$ 59.055,52

		Revisão Dos Dispositivos Elétricos, Chave Liga / D e s l i g a , Contactores, Relés, Disjuntores Quadro De Comando Com Controlador Digital E Fiação Diversa, Revisão No Sistema De Degelo. Substituição De Qualquer Peça Ou Equipamento Por Conta Da Contratada. Garantia De 3 Meses.				
4	3670	Serviço De Manutenção Corretiva E/Ou Preventiva Em Freezer - Serviço De Manutenção Corretiva E /Ou Preventiva Em Freezer Horizontal\ Marca: Frilux, Incluindo Pintura\, T e s t e s D e Funcionamento\, Ajustes De Temperatura\, Prova De Produção Crescente E Decrescente\, Teste De Vazamento De Corrente De Fuga\, Lubrificação Geral\, Verificação Do Funcionamento\, Higienização Técnica Geral E Incluindo Aplicação De Peças. O Serviço Inclui\, Ainda\, Garantia Mínima De 3 Meses, Freezer Horizontal (2 Portas\, Volume 546 Litros) Ou Similar - Serviço De Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial Com A Realização Do Seguinte (S) Procedimento (S): Aperto Dos Bornes E Limpeza De Oxidações Dos	sv	3	R$ 4.622,67	R$ 13.868,00

		Mesmos; Limpeza E T e s t e D o Termostato; Aferição Da Corrente E Tensão; Aferição E Isolamento Dos Compressores; Aferição E Isolamento Dos Motores; Aferição Do Rendimento Frigorigeno; Aferição Da Temperatura; Teste De Estanqueidade D a R e d e Frigorigena; Limpeza Do Condensador E Micro Ventilador; E Lavagem Do Condensador.				
5	3670	Manutenção Corretiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Máquina De Gelo Modelo Egc-300+E, Marca Everest, Com A Manutenção Corretiva E Substituição De Compressor, Recompletamento De Gás . Material E Peças Utilizadas Para C o n s e r t o /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	sv	3	R$ 5.156,67	R$ 15.470,00
		Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Caldeirão Industrial Com Pressão A Gás Cozil (500litros E				

6	3670	100litros), Com A Realização Dos Seguintes Serviços: Revisão Do Equipamento, Teste De Estanqueidade, Verificação Do Funcionamento Do Queimador, Limpeza Geral, Regulagem E Pintura Com Tinta Resistente A Altas Temperaturas Do Queimador. Material E Peças Utilizadas Para Conserto /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	sv	2	R$ 9.696,67	R$ 19.393,33
7	3670	Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Coifa E Exaustor Com Limpeza De Peças, Remoção De Gordura, Limpeza G e r a l D o Equipamento, Lubrificação E Limpeza Interna, Verificação De Ocorrência De Ruídos Anormais No Equipamento, Verificação Do Sistema Elétrico.	sv	6	R$ 4.050,00	R$ 24.300,00
8	3670	Manutenção De Equipamentos De Cozinha-Balcão Térmico - Troca De 1 M De Fio De Caloria, Troca Da Resistência, Troca Da Chave Liga E Esliga, Troca Do Termostato De Temperatura, Troca Do Protetor Salivar, Bem Como Troca De Peças Peculiares Ao Equipamento Material E Peças Utilizadas Para C o n s e r t o /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	sv	6	R$ 4.144,67	R$ 24.868,00
		Manutenção				

9	3670	Corretiva /Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Passthrough Quente Elvi/Cozil, Com A Execução Dos Seguintes Serviços: Troca Das Borrachas De Vedação, Troca Da Resistência, Troca Da Dobradiça, Troca De Óleo De Compressor, Troca De Filtros, Troca De Válvulas E Peças Peculiares Ao Equipamento. Material E Peças Utilizadas Para C o n s e r t o /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	sv	2	R$ 6.300,00	R$ 12.600,00
10	3670	Manutenção Corretiva /Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Máquina De Lavar Louças, Com A Substituição De Peças Da Máquina De Lavar Louças Industrial Netter Modelo Nt300. Material E Peças Utilizadas Para C o n s e r t o /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada .	sv	2	R$ 6.222,67	R$ 12.445,33
11	3670	Manutenção Corretiva /Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Refresqueira Industrial Com A Realização Da Troca De Peças. Material E Peças Utilizadas Para C o n s e r t o /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	sv	2	R$ 4.206,67	R$ 8.413,33
		Manutenção Corretiva De Equipamento De				

12	3670	Cozinha Industrial - Fatiador De Frios Industrial, Com A Substituição De Lâminas. Material E Peças Utilizadas Para C o n s e r t o /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	sv	4	R$ 3.875,00	R$ 15.500,00
13	3670	Manutenção De Equipamentos De Cozinha Industrial: Serviço De Manutenção Corretiva Em Equipamento De Cozinha Industrial, Tipo Masseira. Substituição Das Correias Originais Da Masseira Industrial (Equipamento De P a d a r i a) \ Compreendendo: - Fornecimento De Serviços Técnicos De Manutenção Da Masseira Industrial\, Incluídos Todos Os Ajustes\, Reparos E Substituições Necessários\, Identificados Por Seu Corpo Técnico. - Fornecimento E Realização Da Substituição Das Correias\, Originais\, Da Masseira Industrial. - Fornecimento, Manutenção Corretiva De Masseira (Troca De Correias\, Religação De Uma Fase Do Motor\, Parte Elétrica\, Limpeza E Higienização\, Teste De Funcionamento). Manutenção Corretiva Em Masseira (Troca De Correias\, Limpeza E Higienização\, Parte Elétrica\, Instalação De 4 Pés De Borracha.	sv	2	R$ 4.323,20	R$ 8.646,41

14	3670	Manutenção De Equipamentos De Cozinha-Cafeteira Aço Inox-O, Marca Consercaf, Serviço Inclui: Troca De Torneiras Completas, T r o c a D a Resistência, Troca Do Termostato , Bem Como Troca De Peças Peculiares Ao Equipamento.	sv	2	R$ 5.132,85	R$ 10.265,70
15	3670	Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha IndustriaMoedor De Carne Marca Skymsen, Modelo Psp-98m Ou Similar, Com A Realização Do Seguinte(S) Procedimento(S): Limpeza E Retirada De Resíduos; Verificação E Limpeza Dos Pontos De Ferrugem; Lubrificação Das Engrenagens; Verificação De Cabos Elétricos E Conexões; Verificação De Ruídos No Motor; E Reaperto De Conexões.	sv	2	R$ 2.920,33	R$ 5.840,66
16	3670	Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Liquidificador Industrial, Com A Realização De Vistoria No Circuito E l é t r i c o , Desmontagem /Montagem, Limpeza E Lubrificação Das Peças E Vedação. Material E Peças Utilizadas Para C o	sv	1	R$ 2.710,24	R$ 2.710,24

		n s e r t o /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.				
17	3670	Manutenção Preventiva /Corretiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Modeladora De Panificação, Com A Execução Dos Seguintes Serviços: Troca De Pano (Filtro Para Modelar), Correias, Rolamentos E Fios Elétricos. Material E Peças Utilizadas Para C o n s e r t o /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	sv	1	R$ 4.147,33	R$ 4.147,33
18	3670	Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Fogão Industrial, Com A Realização Dos Seguintes Serviços: Limpeza E Retirada De Fuligens Dos Queimadores, Limpeza E Teste Dos Registros Dos Queimadores, Limpeza Geral, Regulagem De Entrada De Ar E Altura Das Chamas, T e s t e D e Estanqueidade Do Ramal De Gás. Material E Peças Utilizadas Para C o n s e r t o /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	sv	3	R$ 5.149,67	R$ 15.449,00
		Serviço De Manutenção Corretiva Em Conexões De Tubulações De Gás (Glp Gás De Cozinha P 45) Em Cozinha Industrial, Com Realização Dos Procedimentos De: Manutenção Da				

19	3670	Tubulação Com Troca De Registros De Alta Pressão Da Central De Gás, Troca De Mangueiras E Troca Dos Registros Periféricos, Válvulas, Pintura Da Tubulação Em Cor Prevista Em Legislação, Aperfeiçoamento Da Sinalização De Segurança. Emissão De Laudo Técnico De Inspeção, Apontando As Soluções Necessárias. O Laudo De Inspeção Deve Ser Acompanhado De Anotação De Responsabilidade Técnica (Art) Do Engenheiro Responsável Pela Inspeção.	sv	2	R$ 9.170,00	R$ 18.340,00
-	-	VALOR TOTAL	-	-	-	R$ 292.096,77

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Os itens serão licitados de forma parcelada com o objetivo de aumentar a competitividade e a economicidade, já que o parcelamento não prejudicará a solução como um todo.

9.2 O parcelamento é tecnicamente viável e favorece a ampla participação de licitantes

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1A aquisição pretendida não requer contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Objetivos Estratégicos do Exército Brasileiro, definidos no Plano Estratégico do Exército (PEEX) 2020-2023: OEE 10 – Aumentar a Efetividade na Gestão do Bem Público.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Os benefícios diretos e indiretos que resultarão da contratação reposição de peças em materiais permanentes dos equipamentos de cozinha industrial e frigorífica alocados no Aprovisionamentodo 1º BIS (Amv), garantindo a continuidade das tarefas diárias da cozinha proporcionando o uso de equipamentos com qualidadee modernidade, assegurando, dessa forma, para que todas as missões institucionais e diárias as quais o Setor de Aprovisionamento são atribuídas sejam cumpridas com êxito.

13. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Os possíveis impactos ambientais na prestação dos serviços de manutenção estão listados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis no Site da AGU, cabendo as contratadas se atentarem a as seguintes diretrizes:

14.1.1. A CONTRATADA deverá adotar boas práticas de sustentabilidades baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, tais como: Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e /ou poluentes; Substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; Racionalização do consumo de energia elétrica e de água; Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de coleta, transporte e destinação final dos RSS;

14.1.2. A CONTRATADA deverá treinar periodicamente dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

14.1.3. A CONTRATADA deverá observar a Resolução CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento;

14.1.4. A CONTRATADA deverá observar, quando da execução dos serviços, as práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, no que couber.

14.1.5. A CONTRATADA deverá observar, quando da execução dos serviços, as diretrizes de sustentabilidade previstas no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012.

14.1.6. A CONTRATADA deverá observar as demais normas vigentes atinentes à matéria, sempre que aplicáveis.

14.1.7. A CONTRATADA deverá proceder ao recolhimento dos resíduos, entulhos, conforme legislação vigente e conforme exigências legais.

14.1.8. A CONTRATADA deverá manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo;

14. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. Os possíveis impactos ambientais na prestação dos serviços de manutenção estão listados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis no Site da AGU, cabendo as contratadas se atentarem a as seguintes diretrizes:

15.1.1. A CONTRATADA deverá adotar boas práticas de sustentabilidades baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, tais como: Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e /ou poluentes; Substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; Racionalização do consumo de energia elétrica e de água; Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de coleta, transporte e destinação final dos RSS;

15.1.2. A CONTRATADA deverá treinar periodicamente dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

15.1.3. A CONTRATADA deverá observar a Resolução CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento;

15.1.4. A CONTRATADA deverá observar, quando da execução dos serviços, as práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, no que couber.

15.1.5. A CONTRATADA deverá observar, quando da execução dos serviços, as diretrizes de sustentabilidade previstas no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012.

15.1.6. A CONTRATADA deverá observar as demais normas vigentes atinentes à matéria, sempre que aplicáveis.

15.1.7. A CONTRATADA deverá proceder ao recolhimento dos resíduos, entulhos, conforme legislação vigente e conforme exigências legais.

15.1.8. A CONTRATADA deverá manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo;

15. Justificativa

Justificativa por não ter sido levantado os incisos não obrigatórios

15.1 A ausência dos incisos não obrigatórios se justifica pela natureza do serviço a ser contratado e pela simplicidade do processo licitatório, que não demanda um nível de detalhamento tão extenso quanto o previsto para contratações de maior complexidade. A documentação apresentada atende aos requisitos legais e administrativos para a contratação dos serviços de manutenção de cozinha industrial, com foco na eficiência, economicidade e qualidade do serviço a ser prestado.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Nos termos do presente estudo a opção pela contratação destes serviços se faz necessária para que seja possível manter a eficiência na execução das missões que são de alcunha do 1º Batalhão de Infantaria de Selva (Amv).

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

[redacted]

JOAO [redacted]

Chefe da Equipe de Planejamento

[redacted]

[redacted]**DA SILVA**[redacted]
Membro da Equipe de Planejamento

[redacted]

LUIS[redacted]
Menbro da equipe de planejamento

Despacho: Aprovo o estudo técnico preliminar da contratação do serviço de manutenção de equipamentos e maquinários de cozinha industrial do 1ºBIS (Amv)

[redacted]

[redacted]**NEVES**
Ordenador de despesas

Termo de Referência 11/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
11/2025	160006-1 BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/AM	JOAO [redacted]	01/04/2025 18:29 (v 4.0)

Status
CONCLUIDO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		64114.001536/2025-12

1. Condições gerais da contratação

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de a manutenção de máquinas e equipamentos utilizados em cozinha industrial, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de manutenção corretiva em forno elétrico/gás turbo industrial, 220 volts, para 10 bandejas, com realização dos procedimentos de: substituição do quadro de comando (painel digital com termostato), compreendendo: fornecer serviços técnicos de manutenção do forno industrial, com todos os ajustes, reparos e substituições necessárias, identificadas por seu corpo técnico; fornecer e efetuar a substituição do quadro de comando (painel digital com termostato) do forno industrial. A empresa contratada deverá fornecer o quadro de comando compatível com o equipamento a ser consertado; realizar a substituição do quadro de comando; fornecer o certificado e a garantia do serviço realizado; ficar responsável por todo o ferramental, insumos (quadro de comando (completo), acessórios, fios, isolamentos, outros produtos e equipamentos aplicados), pessoal e encargos necessários para a correta execução do serviço e ainda pela limpeza do equipamento após a execução do serviço; retirar e devolver o equipamento, com seu funcionamento normalizado na contratante.	3670	Svç	3	R$ 5.066,75	R$ 15.200,25
2	MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA EM FORNO COMBINADO ELÉTRICO MARCA WICTORY MODELO WCPR 20V, COM REPOSIÇÃO	3670	Svç			

	DE ATERRAMENTO, SENSOR E CHAVE (LIGA /DESLIGA), BORRACHA DE VEDAÇÃO DA PORTA E FECHADURA.			1	R$ 5.583,66	R$ 5.583,66
3	CÂMARA FRIGORÍFICA PARA CONGELAMENTO. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM AÇÕES A SEREM REALIZADAS: LIMPEZA DOS CONDENSADORES E DA UNIDADE EVAPORADORA COM PRODUTOS QUÍMICOS, REPARO DE BUCHAS VENTILADORAS, REPAROS NOS TRINCOS E DOBRADIÇAS E PEQUENOS REPAROS NOS PORTAIS DE FIBRA DE VIDRO, SANEAMENTO DE VAZAMENTO DE GÁS COM PREVISÃO DE RECARGA DE GÁS, TROCA DE ÓLEO DO COMPRESSOR, REVISÃO DOS DISPOSITIVOS ELÉTRICOS, CHAVE LIGA /DESLIGA, CONTACTORES, RELÉS, DISJUNTORES QUADRO DE COMANDO COM CONTROLADOR DIGITAL E FIAÇÃO DIVERSA, REVISÃO NO SISTEMA DE DEGELO. SUBSTITUIÇÃO DE QUALQUER PEÇA OU EQUIPAMENTO POR CONTA DA CONTRATADA. GARANTIA DE 3 MESES.	3670	Svç	3	R$ 19.685,17	R$ 59.055,52
4	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E/OU PREVENTIVA EM FREEZER - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E /OU PREVENTIVA EM FREEZER HORIZONTAL\ MARCA: FRILUX, INCLUINDO PINTURA\, TESTES DE FUNCIONAMENTO\, AJUSTES DE TEMPERATURA\, PROVA DE PRODUÇÃO CRESCENTE E DECRESCENTE\, TESTE DE VAZAMENTO DE CORRENTE DE FUGA\, LUBRIFICAÇÃO GERAL\, VERIFICAÇÃO DO FUNCIONAMENTO\, HIGIENIZAÇÃO TÉCNICA GERAL E INCLUINDO APLICAÇÃO DE PEÇAS. O SERVIÇO INCLUI\, AINDA\, GARANTIA MÍNIMA DE 3 MESES. FREEZER HORIZONTAL (2 PORTAS\, VOLUME 546 LITROS) OU SIMILAR - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL COM A REALIZAÇÃO DO SEGUINTE(S) PROCEDIMENTO(S): APERTO DOS BORNES E LIMPEZA DE OXIDAÇÕES DOS MESMOS; LIMPEZA E TESTE DO TERMOSTATO; AFERIÇÃO DA CORRENTE E TENSÃO; AFERIÇÃO E ISOLAMENTO DOS COMPRESSORES; AFERIÇÃO E ISOLAMENTO DOS MOTORES; AFERIÇÃO DO RENDIMENTO FRIGORIGENO; AFERIÇÃO DA TEMPERATURA; TESTE DE ESTANQUEIDADE DA REDE FRIGORIGENA; LIMPEZA DO CONDENSADOR E MICRO VENTILADOR; E LAVAGEM DO CONDENSADOR.	3670	Svç	3	R$ 4.622,67	R$ 13.868,00
5	MANUTENÇÃO CORRETIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL - MÁQUINA DE GELO MODELO EGC-300+E, MARCA EVEREST, COM A MANUTENÇÃO CORRETIVA E SUBSTITUIÇÃO DE COMPRESSOR, RECOMPLETAMENTO DE GÁS .	3670	Svç	3	R$ 5.156,67	R$ 15.470,00

	MATERIAL E PEÇAS UTILIZADAS PARA CONSERTO/MANUTENÇÃO FICARÁ POR CONTA DA CONTRATADA.					
6	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL - CALDEIRÃO INDUSTRIAL COM PRESSÃO A GÁS COZIL (500LITROS e 100LITROS), COM A REALIZAÇÃO DOS SEGUINTES SERVIÇOS: REVISÃO DO EQUIPAMENTO, TESTE DE ESTANQUEIDADE, VERIFICAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DO QUEIMADOR, LIMPEZA GERAL, REGULAGEM E PINTURA COM TINTA RESISTENTE A ALTAS TEMPERATURAS DO QUEIMADOR. MATERIAL E PEÇAS UTILIZADAS PARA CONSERTO /MANUTENÇÃO FICARÁ POR CONTA DA CONTRATADA.	3670	Svç	2	R$ 9.696,67	R$ 19.393,33
7	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL - COIFA E EXAUSTOR COM LIMPEZA DE PEÇAS, REMOÇÃO DE GORDURA, LIMPEZA GERAL DO EQUIPAMENTO, LUBRIFICAÇÃO E LIMPEZA INTERNA, VERIFICAÇÃO DE OCORRÊNCIA DE RUÍDOS ANORMAIS NO EQUIPAMENTO, VERIFICAÇÃO DO SISTEMA ELÉTRICO.	3670	Svç	6	R$ 4.050,00	R$ 24.300,00
8	MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COZINHA-BALCÃO TÉRMICO - TROCA DE 1 M DE FIO DE CALORIA, TROCA DA RESISTÊNCIA, TROCA DA CHAVE LIGA E ESLIGA, TROCA DO TERMOSTATO DE TEMPERATURA, TROCA DO PROTETOR SALIVAR, BEM COMO TROCA DE PEÇAS PECULIARES AO EQUIPAMENTO MATERIAL E PEÇAS UTILIZADAS PARA CONSERTO/MANUTENÇÃO FICARÁ POR CONTA DA CONTRATADA.	3670	Svç	6	R$ 4.144,67	R$ 24.868,00
9	MANUTENÇÃO CORRETIVA /PREVENTIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL - PASSTHROUGH QUENTE ELVI/COZIL, COM A EXECUÇÃO DOS SEGUINTES SERVIÇOS: TROCA DAS BORRACHAS DE VEDAÇÃO, TROCA DA RESISTÊNCIA, TROCA DA DOBRADIÇA, TROCA DE ÓLEO DE COMPRESSOR, TROCA DE FILTROS, TROCA DE VÁLVULAS E PEÇAS PECULIARES AO EQUIPAMENTO. MATERIAL E PEÇAS UTILIZADAS PARA CONSERTO/MANUTENÇÃO FICARÁ POR CONTA DA CONTRATADA	3670	Svç	2	R$ 6.300,00	R$ 12.600,00

10	MANUTENÇÃO CORRETIVA /PREVENTIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL - MÁQUINA DE LAVAR LOUÇAS, COM A SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS DA MÁQUINA DE LAVAR LOUÇAS INDUSTRIAL NETTER MODELO NT300. MATERIAL E PEÇAS UTILIZADAS PARA CONSERTO /MANUTENÇÃO FICARÁ POR CONTA DA CONTRATADA .	3670	Svç	2	R$ 6.222,67	R$ 12.445,33
11	MANUTENÇÃO CORRETIVA /PREVENTIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL - REFRESQUEIRA INDUSTRIAL COM A REALIZAÇÃO DA TROCA DE PEÇAS. MATERIAL E PEÇAS UTILIZADAS PARA CONSERTO /MANUTENÇÃO FICARÁ POR CONTA DA	3670	Svç	2	R$ 4.206,67	R$ 8.413,33
12	MANUTENÇÃO CORRETIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL - FATIADOR DE FRIOS INDUSTRIAL, COM A SUBSTITUIÇÃO DE LÂMINAS. MATERIAL E PEÇAS UTILIZADAS PARA CONSERTO/MANUTENÇÃO FICARÁ POR CONTA DA CONTRATADA.	3670	Svç	4	R$ 3.875,00	R$ 15.500,00
13	MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COZINHA INDUSTRIAL: SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA EM EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL\, TIPO SUBSTITUIÇÃO DAS CORREIAS ORIGINAIS DA MASSEIRA INDUSTRIAL (EQUIPAMENTO DE PADARIA) \ COMPREENDENDO: - FORNECIMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE MANUTENÇÃO DA MASSEIRA INDUSTRIAL\, INCLUÍDOS TODOS OS AJUSTES\, REPAROS E SUBSTITUIÇÕES NECESSÁRIOS\, IDENTIFICADOS POR SEU CORPO TÉCNICO. - FORNECIMENTO E REALIZAÇÃO DA SUBSTITUIÇÃO DAS CORREIAS\, ORIGINAIS\, DA MASSEIRA INDUSTRIAL. - FORNECIMENTO, MANUTENÇÃO CORRETIVA DE MASSEIRA (TROCA DE CORREIAS\, RELIGAÇÃO DE UMA FASE DO MOTOR\, PARTE ELÉTRICA\, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO\, TESTE DE FUNCIONAMENTO). MANUTENÇÃO CORRETIVA EM MASSEIRA (TROCA DE CORREIAS\, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO\, PARTE ELÉTRICA\, INSTALAÇÃO DE 4 PÉS DE BORRACHA.	3670	Svç	2	R$ 4.323,20	R$ 8.646,41
14	MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COZINHA-CAFETEIRA AÇO INOX-O, MARCA CONSERCAF,	3670	Svç			

	SERVIÇO INCLUI: TROCA DE TORNEIRAS COMPLETAS, TROCA DA RESISTÊNCIA, TROCA DO TERMOSTATO , BEM COMO TROCA DE PEÇAS PECULIARES AO EQUIPAMENTO.			2	R$ 5.132,85	R$ 10.265,70
15	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIA- MOEDOR DE CARNE MARCA SKYMSEN, MODELO PSP-98M OU SIMILAR, COM A REALIZAÇÃO DO SEGUINTE(S) PROCEDIMENTO(S): LIMPEZA E RETIRADA DE RESÍDUOS; VERIFICAÇÃO E LIMPEZA DOS PONTOS DE FERRUGEM; LUBRIFICAÇÃO DAS ENGRENAGENS; VERIFICAÇÃO DE CABOS ELÉTRICOS E CONEXÕES; VERIFICAÇÃO DE RUÍDOS NO MOTOR; E REAPERTO DE CONEXÕES.	3670	Svç	2	R$ 2.920,33	R$ 5.840,66
16	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL - LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL, COM A REALIZAÇÃO DE VISTORIA NO CIRCUITO ELÉTRICO, DESMONTAGEM /MONTAGEM, LIMPEZA E LUBRIFICAÇÃO DAS PEÇAS E VEDAÇÃO. MATERIAL E PEÇAS UTILIZADAS PARA CONSERTO/MANUTENÇÃO FICARÁ POR CONTA DA CONTRATADA.	3670	Svç	1	R$ 2.710,24	R$ 2.710,24
17	MANUTENÇÃO PREVENTIVA /CORRETIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL - MODELADORA DE PANIFICAÇÃO, COM A EXECUÇÃO DOS SEGUINTES SERVIÇOS: TROCA DE PANO (FILTRO PARA MODELAR), CORREIAS, ROLAMENTOS E FIOS ELÉTRICOS. MATERIAL E PEÇAS UTILIZADAS PARA CONSERTO /MANUTENÇÃO FICARÁ POR CONTA DA CONTRATADA.	3670	Svç	1	R$ 4.147,33	R$ 4.147,33
18	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL - FOGÃO INDUSTRIAL, COM A REALIZAÇÃO DOS SEGUINTES SERVIÇOS: LIMPEZA E RETIRADA DE FULIGENS DOS QUEIMADORES, LIMPEZA E TESTE DOS REGISTROS DOS QUEIMADORES, LIMPEZA GERAL, REGULAGEM DE ENTRADA DE AR E ALTURA DAS CHAMAS, TESTE DE ESTANQUEIDADE DO RAMAL DE GÁS.	3670	Svç	3	R$ 5.149,67	R$ 15.449,00

	MATERIAL E PEÇAS UTILIZADAS PARA CONSERTO/MANUTENÇÃO FICARÁ POR CONTA DA CONTRATADA.					
19	Serviço De Manutenção Corretiva Em Conexões De Tubulações De Gás (Glp Gás De Cozinha P 45) Em Cozinha Industrial, Com Realização Dos Procedimentos De: Manutenção Da Tubulação Com Troca De Registros De Alta Pressão Da Central De Gás, Troca De Mangueiras E Troca Dos Registros Periféricos, Válvulas, Pintura Da Tubulação Em Cor Prevista Em Legislação, Aperfeiçoamento Da Sinalização De Segurança. Emissão De Laudo Técnico De Inspeção, Apontando As Soluções Necessárias. O Laudo De Inspeção Deve Ser Acompanhado De Anotação De Responsabilidade Técnica (Art) Do Engenheiro Responsável Pela Inspeção	3670	Svç	2	R$ 9.170,00	R$ 18.340,00
19	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA EM CONEXÕES DE TUBULAÇÕES DE GÁS (GLP GÁS DE COZINHA P 45) EM COZINHA INDUSTRIAL, COM REALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE: MANUTENÇÃO DA TUBULAÇÃO COM TROCA DE REGISTROS DE ALTA PRESSÃO DA CENTRAL DE GÁS, TROCA DE MANGUEIRAS E TROCA DOS REGISTROS PERIFÉRICOS, VÁLVULAS, PINTURA DA TUBULAÇÃO EM COR PREVISTA EM LEGISLAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO DA SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA. EMISSÃO DE LAUDO TÉCNICO DE INSPEÇÃO, APONTANDO AS SOLUÇÕES NECESSÁRIAS. O LAUDO DE INSPEÇÃO DEVE SER ACOMPANHADO DE ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART) DO ENGENHEIRO RESPONSÁVEL PELA INSPEÇÃO.	3670	Svç	2	R$ 9.170,00	R$ 18.340,00

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de doze meses contados da Ata de Registro de Preço, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000351/2025*;*

*II) Data de publicação no PNCP:*14/05/2024*;*

III) Id do item no PCA: 21;

IV) Classe/Grupo: 871 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARO DE PRODUTOS FABRICADOS DE METAL,MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS*;*

V) Identificador da Futura Contratação: 160006-53/2025*;*

3. Descrição da solução como um todo

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A CONTRATADA deverá adotar boas práticas de sustentabilidades baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, tais como: Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes; Substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; Racionalização do consumo de energia elétrica e de água; Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de coleta, transporte e destinação final dos RSS;

4.1.2 A CONTRATADA deverá treinar periodicamente dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

4.1.3 A CONTRATADA deverá observar a Resolução CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento;

4.1.4 A CONTRATADA deverá observar, quando da execução dos serviços, as práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, no que couber.

4.1.5 A CONTRATADA deverá observar, quando da execução dos serviços, as diretrizes de sustentabilidade previstas no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012.

4.1.6 A CONTRATADA deverá observar as demais normas vigentes atinentes à matéria, sempre que aplicáveis.

4.1.7 A CONTRATADA deverá proceder ao recolhimento dos resíduos, entulhos, conforme legislação vigente e conforme exigências legais.

4.1.8 A CONTRATADA deverá manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo;

4.1.9 A CONTRATADA deverá observar o decreto n°2.783, e Resolução CONAMA n° 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

Indicação de marcas ou modelos:

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: Wictory, Prática, Venâncio, Cozil, Everest, Tedesco, Frilux, Elvi, Beccaro, Braesi, G- Paniz, FC2, Colombo, Skymsen, Gural e IBBL.

Da exigência de carta de solidariedade

4.3. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.5.2. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.5.3. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de contratação

5.1. Início da execução do objeto: até trinta dias contados a partir do recebimento da nota de empenho, em remessa única.

5.2. Os serviços devem ser prestados no seguinte endereço:

5.2.1. Os serviços serão prestados no Aprovisionamento do 1º Batalhão de Infantaria de Selva (Amv), localizado no seguinte endereço, Avenida São Jorge, 650, São Jorge, CEP 69033-000, cidade de Manaus – AM. Os horários para prestação do serviço serão de segunda à quinta-feira das 08 horas às 16 horas, e sexta-feira das 08 horas às 12 horas, com agendamento prévio com o setor requisitante para estabelecer o horário.

Materiais a serem disponibilizados

5.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4. A demanda do órgão tem como base as seguintes características: equipamentos de cozinha industrial utilizados na confecção e armazenagem de alimentos para todo o 1º BIS (Amv), por se tratarem de equipamentos de uso diário existe a necessidade da manutenção preventiva e corretiva, para aumentar a vida útil e não haja perca de desempenho desses objetos.

5.5. Os itens listados são equipamentos de refrigeração, cocção, utilizados para corte, mistura, processamento e filtragem de alimentos em geral, estes itens são de diversas marcas, fazendo com que a mão de obra tenha conhecimento para realizar os serviços solicitados

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da

necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a , da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022);

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.15.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.16.1. o prazo de validade;

7.16.2. a data da emissão;

7.16.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.16.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.16.5. o valor a pagar; e

7.16.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.18. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.19. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.20. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.24. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.26. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.28.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.33. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.33.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.34. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.35. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra

impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.36. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.37. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Forma e critérios de seleção e regime

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO

Forma de fornecimento

8.4. O fornecimento do objeto será continuado.

Exigências de habilitação

8.5. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www[redacted];

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www[redacted])

8.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.7. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.8. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.9. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.10. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.11. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.12. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.13. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.14. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.15. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.16. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.17. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.18. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www[redacted]

8.19. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.20. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.21. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.22. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.23. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.24. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.25. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.27. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.28. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.29. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.30. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.31. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

8.32. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.33. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.34. Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.35. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital] ou [Municipal /Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.36. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.37. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.38. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.39. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.39.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.39.2. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.39.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.39.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.40. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 8% do valor total estimado da contratação.

8.41. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.42. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.43. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

8.44. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.45. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade;

8.46. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.47. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.47.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.47.1.1. Comprovante de capacidade técnica fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que realizou os serviços descritos nesse termo anteriormente;

8.47.1.2. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, o atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

8.47.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.47.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.47.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.48. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.48.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.48.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.48.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.48.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.48.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.48.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação direta;

8.48.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R$): 292.096,77

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R$ 292.096,77 (Duzentos e noventa e dois mil, noventa e seis reais e setenta e sete centavos.), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

9.4. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I. Gestão/Unidade: 160006;
II. Fonte de Recursos: 1000000000;
III. Programa de Trabalho: 171397;
IV. Elemento de Despesa: 339039
V. Plano Interno: E6SUPLJA5PA e E6SUSOPLA5PA;

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Manaus - AM, dia 31 de março de 2025.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

[redacted]

JOAC[redacted]
Chefe da equipe de planejamento

[redacted]

LUIS [redacted]
Menbro da equipe de planejamentonto

[redacted]

[redacted]**DA SILVA [redacted]**
Menbro da equipe de planejamento

Despacho: Aprovo o Termo de referência, para contratação de serviço de manutenção de equipamentos e maquinários de cozinha industrial

[redacted]

[redacted]**NEVES**
Ordenador de despesas

Matriz de Gerenciamento de Riscos

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
17/2025	JOAO [redacted]	21/03/2025 08:26

Objeto da Matriz de Riscos

Prestação de Serviço de Manutenção de Máquinas e Equipamentos de Cozinha Industrial do setor de Aprovisionamento do 1º BIS (Amv).

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Contratação em quantidade de serviço insuficiente	Planejamento de demanda equivocado, mal estruturado	Planejamento	Administração	Alto	
	Impactos					
1	Não atendimento da demanda da unidade requisitante.					
	Ações Preventivas					
P-01	Levantamento adequado da necessidade			**Responsável:** JOAO [redacted]		
	Ações de Contingência					
C-01	Instrução de novos processos de contratação (licitações, contratações diretas ou adesões).			**Responsável:** JOAO [redacted]		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Não surgimento de empresas interessadas na contratação do serviço	Escolha inadequada da solução de mercado; item mal especificado; catser inadequado; exigências habilitatórias inadequadas	Planejamento	Administração	Alto	
	Impactos					
1	Inviabilidade da contratação do serviço					
	Ações Preventivas					
P-01	Adequada análise do mercado. Busca por catser adequado.			**Responsável:** JOAO [redacted]		
	Ações de Contingência					
C-01	Novo processo de contratação direta.			**Responsável:** JOAO [redacted]		
C-02	Processo de contratação por meio de adesão.			**Responsável:** [redacted]		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Processo de contratação ineficiente	Morosidade na instrução processual	Planejamento	Administração	Baixo	
	Impactos					
1	Mora na contratação.					
2	Atendimento da demanda em momento inadequado					
	Ações Preventivas					
P-01	Adoção de modelos de documentos.			**Responsável:** JOAO [redacted]		
P-02	Engajamento das equipes de planejamento e/ou unidades técnicas			**Responsável:** JOAO [redacted]		
P-03	Atenção às recomendações de boa práticas processuais			**Responsável:** JOAO [redacted]		
	Ações de Contingência					
C-01	Adequada instrução prestigiando o princípio da celeridade			**Responsável:** JOAO [redacted]		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item

R-04	Serviço não previsto no Plano Anual de Contratações	Não manifestação da unidade demandante do serviço no período de coleta das demandas para o Plano Anual de Contratações.	Planejamento	Administração	Médio	
	Impactos					
1	Lançamento extemporâneo da demanda.					
2	Mora no processo de planejamento.					
	Ações Preventivas					
P-01	Unidades demandantes atentas ao calendário de coleta			**Responsável:** JOAO [redacted]		
	Ações de Contingência					
C-01	Lançamento extemporâneo da demanda			**Responsável:** JOAO [redacted]		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	Contratação de serviços que não atendem a necessidade da unidade requisitante	Itens mal especificados	Planejamento	Administração	Alto	
	Impactos					
1	Não atendimento da demanda					
	Ações Preventivas					
P-01	Adequado estudo das soluções de mercado			**Responsável:** JOAO [redacted]		
P-02	Adequada especificação dos itens			**Responsável:** JOAO [redacted]		
P-03	Envolvimento da equipe de planejamento e/ou unidade técnica			**Responsável:** JOAO [redacted]		
	Ações de Contingência					
C-01	Adequação do edital e/ou termo de referência			**Responsável:** JOAO [redacted]		
C-02	Novas contratações diretas			**Responsável:** JOAO [redacted]		
C-03	Nova contratação por meio de adesão			**Responsável:** JOAO [redacted]		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-06	Atraso na prestação de serviços	Falha por parte da empresa contratada	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
	Impactos					
1	Mora no atendimento da demanda					
	Ações Preventivas					
P-01	Alinhamento com a empresa sobre a execução dos serviços			**Responsável:** JOAO [redacted]		
P-02	Termo de Referência com prazo de prestação de serviço razoável e alinhado aos prazos praticados pelo mercado			**Responsável:** [redacted]		
	Ações de Contingência					
C-01	Notificação da empresa contratada			**Responsável:** JOAO [redacted]		
C-02	Abertura do processo de apuração de resposabilidade administrativa e aplicação de penalidades quando cabível			**Responsável:** [redacted]		

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

JOAO [redacted]
Chefe da equipe de planejamento

[redacted]

[redacted]A SILVA [redacted]

Membro da equipe de planejamento

[redacted]

MATHEUS [redacted]

Membro da equi´pe de planejamento

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (AEROMÓVEL)
(Companhia de Pedestre do Mato Grosso - 1754)
BATALHÃO AMAZONAS

RELATÓRIO DA PESQUISA DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 64114.001536/2025-12

I - OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1.Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de cozinha industrial para o serviço de Aprovisionamento do 1º Batalhão de Infantaria de Selva (Amv).

II - FONTES CONSULTADAS

2.1. Para a definição do valor estimado da contratação foram utilizados os parâmetros do inciso IV do artigo 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021.

2.2. Foram priorizados os parâmetros do artigo 5º, incisos I e II, da IN SEGES/ME nº 65/2021, no entanto ao realizar a pesquisa de preços para o processo licitatório destinado à aquisição de bens e contratação de serviços pelo 1º Batalhão de Infantaria de Selva (Amv), optamos pela abordagem da pesquisa direta (Item IV) em detrimento dos parâmetros estabelecidos nos itens I e II, por conta das diversas variáveis e considerações específicas relacionadas ao objeto da licitação. Esta escolha fundamentou-se em diversas variáveis e considerações específicas relacionadas ao objeto da licitação e à dinâmica do mercado envolvido. O 1º BIS(Amv) possui necessidades operacionais e logísticas específicas que demandam uma abordagem personalizada na

aquisição de bens e serviços. A pesquisa direta viabiliza a realização de orçamentos detalhados no próprio campo de operações do 1º BIS. Isso possibilita uma avaliação mais precisa das condições locais, considerando fatores geográficos, climáticos e logísticos que podem influenciar diretamente nos custos associados à aquisição.

2.3. Na consulta direta com fornecedores, foi enviada comunicação às seguintes empresas:

Fornecedor	Apresentou resposta?	Justificativa para escolha
M R CONSULTORIA E SERVIÇOS EMPRESARIAS LTDA – 04.215.480/0001-69	Sim	Empresa que atua no ramo da manutenção de equipamentos utilizados em cozinha industrial
ESTHELA LICITAÇÕES COMÉRCIO E VAREJO - 52.481.385/0001-50	Sim	Empresa que atua no ramo da manutenção de equipamentos utilizados em cozinha industrial
META LICITAÇÕES E SOLUÇÕES EM ENGENHARIA - 21.150.162/0001-86	Sim	Empresa que atua no ramo da manutenção de equipamentos utilizados em cozinha industrial

2.3. O preço estimado para a contratação considerou o mínimo de três cotações, nos termos do artigo 6º, §5º da IN SEGES/ME nº 65/2021.

III - SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS

Item	Descrição	Pesquisa 1 (R$) **CNPJ:** 04.215.480/0001-69	Pesquisa 2 (R$) **CNPJ:** 52.481.385/0001-50	Pesquisa 3 (R$) **CNPJ:** 21.150.162/0001-86	Média (R$)
1	Serviço de manutenção corretiva em forno elétrico/gás turbo industrial, 220 volts, para 10 bandejas, com realização dos procedimentos de: substituição do quadro de comando (painel digital com termostato), compreendendo: fornecer serviços técnicos de manutenção do forno industrial,	R$ 1.350,00	R$ 3.900,25	R$ 9.950,00	R$ 5.066,75

	com todos os ajustes, reparos e substituições necessárias, identificadas por seu corpo técnico; fornecer e efetuar a substituição do quadro de comando (painel digital com termostato) do forno industrial. A empresa contratada deverá fornecer o quadro de comando compatível com o equipamento a ser consertado; realizar a substituição do quadro de comando; fornecer o certificado e a garantia do serviço realizado; ficar responsável por todo o ferramental, insumos (quadro de comando (completo), acessórios, fios, isolamentos, outros produtos e equipamentos aplicados), pessoal e encargos necessários para a correta execução do serviço e ainda pela limpeza do equipamento após a execução do serviço; retirar e devolver o equipamento, com seu funcionamento normalizado na contratante.				
2	Manutenção Corretiva E Preventiva Em Forno Combinado Elétrico Marca Wictory Modelo Wcpr 20v,	R$ 1.250,00	R$ 3.210,99	R$ 12.290,00	R$ 5.583,66

	Com Reposição De Aterramento, Sensor E Chave (Liga/Desliga), Borracha De Vedação Da Porta E Fechadura.				
3	Câmara Frigorífica Para Congelamento. Serviços De Manutenção Preventiva E Corretiva Com Ações A Serem Realizadas: Limpeza Dos Condensadores E Da Unidade Evaporadora Com Produtos Químicos, Reparo De Buchas Ventiladoras, Reparos Nos Trincos E Dobradiças E Pequenos Reparos Nos Portais De Fibra De Vidro, Saneamento De Vazamento De Gás Com Previsão De Recarga De Gás, Troca De Óleo Do Compressor, Revisão Dos Dispositivos Elétricos, Chave Liga/Desliga, Contactores, Relés, Disjuntores Quadro De Comando Com Controlador Digital E Fiação Diversa, Revisão No Sistema De Degelo. Substituição De Qualquer Peça Ou Equipamento Por Conta Da Contratada. Garantia De 3 Meses.	R$ 16.000,00	R$ 9.635,52	R$ 33.420,00	R$ 19.685,17
	Serviço De Manutenção Corretiva E/Ou Preventiva Em Freezer - Serviço De				

4	Manutenção Corretiva E /Ou Preventiva Em Freezer Horizontal\ Marca: Frilux, Incluindo Pintura\, Testes De Funcionamento\, Ajustes De Temperatura\, Prova De Produção Crescente E Decrescente\, Teste De Vazamento De Corrente De Fuga\, Lubrificação Geral\, Verificação Do Funcionamento\, Higienização Técnica Geral E Incluindo Aplicação De Peças. O Serviço Inclui\, Ainda\, Garantia Mínima De 3 Meses, Freezer Horizontal (2 Portas\, Volume 546 Litros) Ou Similar - Serviço De Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial Com A Realização Do Seguinte(S) Procedimento(S): Aperto Dos Bornes E Limpeza De Oxidações Dos Mesmos; Limpeza E Teste Do Termostato; Aferição Da Corrente E Tensão; Aferição E Isolamento Dos Compressores; Aferição E Isolamento Dos Motores; Aferição Do Rendimento Frigorigeno;	R$ 1.650,00	R$ 1.650,00	R$ 10.568,00	R$ 4.622,67

	Aferição Da Temperatura; Teste De Estanqueidade Da Rede Frigorigena; Limpeza Do Condensador E Micro Ventilador; E Lavagem Do Condensador.				
5	Manutenção Corretiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Máquina De Gelo Modelo Egc-300+E, Marca Everest, Com A Manutenção Corretiva E Substituição De Compressor, Recompletamento De Gás . Material E Peças Utilizadas Para Conserto/Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	R$ 1.700,00	R$ 2.780,00	R$ 10.990,00	R$ 5.156,67
6	Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Caldeirão Industrial Com Pressão A Gás Cozil (500litros E 100litros), Com A Realização Dos Seguintes Serviços: Revisão Do Equipamento, Teste De Estanqueidade, Verificação Do Funcionamento Do Queimador, Limpeza Geral, Regulagem E	R$ 4.800,00	R$ 3.850,00	R$ 20.440,00	R$ 9.696,67

	Pintura Com Tinta Resistente A Altas Temperaturas Do Queimador. Material E Peças Utilizadas Para Conserto /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.				
7	Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Coifa E Exaustor Com Limpeza De Peças, Remoção De Gordura, Limpeza Geral Do Equipamento, Lubrificação E Limpeza Interna, Verificação De Ocorrência De Ruídos Anormais No Equipamento, Verificação Do Sistema Elétrico.	R$ 2.555,00	R$ 1.755,00	R$ 7.840,00	R$ 4.050,00
8	Manutenção De Equipamentos De Cozinha-Balcão Térmico - Troca De 1 M De Fio De Caloria, Troca Da Resistência, Troca Da Chave Liga E Esliga, Troca Do Termostato De Temperatura, Troca Do Protetor Salivar, Bem Como Troca De Peças Peculiares Ao Equipamento Material E Peças Utilizadas Para Conserto/Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	R$ 4.250,00	R$ 2.250,00	R$ 5.934,00	R$ 4.144,67

9	Manutenção Corretiva /Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Passthrough Quente Elvi/Cozil, Com A Execução Dos Seguintes Serviços: Troca Das Borrachas De Vedação, Troca Da Resistência, Troca Da Dobradiça, Troca De Óleo De Compressor, Troca De Filtros, Troca De Válvulas E Peças Peculiares Ao Equipamento. Material E Peças Utilizadas Para Conserto/Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	R$ 3.850,00	R$ 2.850,00	R$ 12.200,00	R$ 6.300,00
10	Manutenção Corretiva /Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Máquina De Lavar Louças, Com A Substituição De Peças Da Máquina De Lavar Louças Industrial Netter Modelo Nt300. Material E Peças Utilizadas Para Conserto /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada	R$ 5.895,00	R$ 3.695,00	R$ 9.078,00	R$ 6.222,67
11	Manutenção Corretiva /Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Refresqueira Industrial Com A Realização Da Troca De Peças. Material E Peças Utilizadas	R$ 2.550,00	R$ 1.550,00	R$ 8.520,00	R$ 4.206,67

	Para Conserto/Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.				
12	Manutenção Corretiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Fatiador De Frios Industrial, Com A Substituição De Lâminas. Material E Peças Utilizadas Para Conserto/Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada	R$ 2.640,00	R$ 1.640,00	R$ 7.345,00	R$ 3.875,00
13	Manutenção De Equipamentos De Cozinha Industrial: Serviço De Manutenção Corretiva Em Equipamento De Cozinha Industrial\, Tipo Substituição Das Correias Originais Da Masseira Industrial (Equipamento De Padaria) \ Compreendendo: - Fornecimento De Serviços Técnicos De Manutenção Da Masseira Industrial\, Incluídos Todos Os Ajustes\, Reparos E Substituições Necessários\, Identificados Por Seu Corpo Técnico. - Fornecimento E Realização Da Substituição Das Correias\, Originais\, Da Masseira Industrial. - Fornecimento, Manutenção Corretiva De Masseira (Troca	R$ 1.890,00	R$ 2.712,61	R$ 8.367,00	R$ 4.323,20

	De Correias\, Religação De Uma Fase Do Motor\, Parte Elétrica\, Limpeza E Higienização\, Teste De Funcionamento). Manutenção Corretiva Em Masseira (Troca De Correias\, Limpeza E Higienização\, Parte Elétrica\, Instalação De 4 Pés De Borracha.				
14	Manutenção De Equipamentos De Cozinha-Cafeteira Aço Inox-O, Marca Consercaf, Serviço Inclui: Troca De Torneiras Completas, Troca Da Resistência, Troca Do Termostato , Bem Como Troca De Peças Peculiares Ao Equipamento.	R$ 6.450,00	R$ 1.473,55	R$ 7.475,00	R$ 5.132,85
15	Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industria- Moedor De Carne Marca Skymsen, Modelo Psp-98m Ou Similar, Com A Realização Do Seguinte(S) Procedimento(S): Limpeza E Retirada De Resíduos; Verificação E Limpeza Dos Pontos De Ferrugem; Lubrificação Das Engrenagens; Verificação De Cabos Elétricos E Conexões; Verificação De	R$ 950,00	R$ 1.918,99	R$ 5.892,00	R$ 2.920,33

	Ruídos No Motor; E Reaperto De Conexões.				
16	Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Liquidificador Industrial, Com A Realização De Vistoria No Circuito Elétrico, Desmontagem/Montagem, Limpeza E Lubrificação Das Peças E Vedação. Material E Peças Utilizadas Para Conserto/Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	R$ 1.230,00	R$ 1.650,71	R$ 5.250,00	R$ 2.710,24
17	Manutenção Preventiva /Corretiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Modeladora De Panificação, Com A Execução Dos Seguintes Serviços: Troca De Pano (Filtro Para Modelar), Correias, Rolamentos E Fios Elétricos. Material E Peças Utilizadas Para Conserto/Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	R$ 850,00	R$ 1.812,00	R$ 9.780,00	R$ 4.147,33
18	Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Fogão Industrial, Com A Realização Dos Seguintes Serviços: Limpeza E	R$ 4.800,00	R$ 2.350,00	R$ 8.299,00	R$ 5.149,67

	Retirada De Fuligens Dos Queimadores, Limpeza E Teste Dos Registros Dos Queimadores, Limpeza Geral, Regulagem De Entrada De Ar E Altura Das Chamas, Teste De Estanqueidade Do Ramal De Gás. Material E Peças Utilizadas Para Conserto/Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.				
19	Serviço De Manutenção Corretiva Em Conexões De Tubulações De Gás (Glp Gás De Cozinha P 45) Em Cozinha Industrial, Com Realização Dos Procedimentos De: Manutenção Da Tubulação Com Troca De Registros De Alta Pressão Da Central De Gás, Troca De Mangueiras E Troca Dos Registros Periféricos, Válvulas, Pintura Da Tubulação Em Cor Prevista Em Legislação, Aperfeiçoamento Da Sinalização De Segurança. Emissão De Laudo Técnico De Inspeção, Apontando As Soluções Necessárias. O Laudo De Inspeção Deve Ser Acompanhado De Anotação De Responsabilidade Técnica (Art)	R$ 1.850,00	R$ 7.900,00	R$ 17.760,00	R$ 9.170,00

	Do Engenheiro Responsável Pela Inspeção.				

IV - METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO

4.1. A obtenção do preço estimado deu-se com base na média dos valores obtidos na pesquisa de preços, em razão de que refletiu melhor o conjunto dos dados, pois seu valor computou todos os preços coletados.

V - MEMÓRIA DE CÁLCULO E CONCLUSÃO

5.1. O preço global estimado para o grupo 1 é **R$ 292.096.77 (duzentos e noventa e dos mil, noventa e seis reais e setenta e sete centavos)**, conforme memória de cálculo abaixo:

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Estimado (R$)	Valor Total Estimado (R$)
1	Serviço de manutenção corretiva em forno elétrico/gás turbo industrial, 220 volts, para 10 bandejas, com realização dos procedimentos de: substituição do quadro de comando (painel digital com termostato), compreendendo: fornecer serviços técnicos de manutenção do forno industrial, com todos os ajustes, reparos e substituições necessárias, identificadas por seu corpo técnico; fornecer e efetuar a substituição do quadro de comando (painel digital com termostato) do forno industrial. A empresa contratada deverá fornecer o quadro de comando compatível com o equipamento a ser consertado; realizar a substituição do quadro de comando; fornecer o certificado e a garantia do serviço realizado; ficar responsável por todo o ferramental, insumos (quadro de comando (completo), acessórios, fios, isolamentos, outros produtos e equipamentos aplicados), pessoal e encargos necessários para a correta execução do serviço e ainda pela limpeza do equipamento após a execução do serviço; retirar e devolver o equipamento, com seu funcionamento normalizado na contratante.	3	R$ 5.066,75	R$ 15.200,25

2	Manutenção Corretiva E Preventiva Em Forno Combinado Elétrico Marca Wictory Modelo Wcpr 20v, Com Reposição De Aterramento, Sensor E Chave (Liga/Desliga), Borracha De Vedação Da Porta E Fechadura.	1	R$ 5.583,66	R$ 5.583,66
3	Câmara Frigorífica Para Congelamento. Serviços De Manutenção Preventiva E Corretiva Com Ações A Serem Realizadas: Limpeza Dos Condensadores E Da Unidade Evaporadora Com Produtos Químicos, Reparo De Buchas Ventiladoras, Reparos Nos Trincos E Dobradiças E Pequenos Reparos Nos Portais De Fibra De Vidro, Saneamento De Vazamento De Gás Com Previsão De Recarga De Gás, Troca De Óleo Do Compressor, Revisão Dos Dispositivos Elétricos, Chave Liga/Desliga, Contactores, Relés, Disjuntores Quadro De Comando Com Controlador Digital E Fiação Diversa, Revisão No Sistema De Degelo. Substituição De Qualquer Peça Ou Equipamento Por Conta Da Contratada. Garantia De 3 Meses.	3	R$ 19.685,17	R$ 59.055,52
4	Serviço De Manutenção Corretiva E/Ou Preventiva Em Freezer - Serviço De Manutenção Corretiva E /Ou Preventiva Em Freezer Horizontal\ Marca: Frilux, Incluindo Pintura\, Testes De Funcionamento\, Ajustes De Temperatura\, Prova De Produção Crescente E Decrescente\, Teste De Vazamento De Corrente De Fuga\, Lubrificação Geral\, Verificação Do Funcionamento\, Higienização Técnica Geral E Incluindo Aplicação De Peças. O Serviço Inclui\, Ainda\, Garantia Mínima De 3 Meses, Freezer Horizontal (2 Portas\, Volume 546 Litros) Ou Similar - Serviço De Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial Com A Realização Do Seguinte(S) Procedimento(S): Aperto Dos Bornes E Limpeza De Oxidações Dos Mesmos; Limpeza E Teste Do Termostato; Aferição Da Corrente E Tensão; Aferição E Isolamento Dos Compressores; Aferição E Isolamento Dos Motores; Aferição Do Rendimento Frigorigeno; Aferição Da Temperatura; Teste De Estanqueidade Da Rede Frigorigena; Limpeza Do Condensador E Micro Ventilador; E Lavagem Do Condensador.	3	R$ 4.622,67	R$ 13.868,00
5	Manutenção Corretiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Máquina De Gelo Modelo Egc-300+E, Marca Everest, Com A Manutenção Corretiva E Substituição De Compressor, Recompletamento De Gás . Material E Peças Utilizadas Para Conserto/Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	3	R$ 5.156,67	R$ 15.470,00

6	Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Caldeirão Industrial Com Pressão A Gás Cozil (500litros E 100litros), Com A Realização Dos Seguintes Serviços: Revisão Do Equipamento, Teste De Estanqueidade, Verificação Do Funcionamento Do Queimador, Limpeza Geral, Regulagem E Pintura Com Tinta Resistente A Altas Temperaturas Do Queimador. Material E Peças Utilizadas Para Conserto /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	2	R$ 9.696,67	R$ 19.393,33
7	Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Coifa E Exaustor Com Limpeza De Peças, Remoção De Gordura, Limpeza Geral Do Equipamento, Lubrificação E Limpeza Interna, Verificação De Ocorrência De Ruídos Anormais No Equipamento, Verificação Do Sistema Elétrico.	6	R$ 4.050,00	R$ 24.300,00
8	Manutenção De Equipamentos De Cozinha-Balcão Térmico - Troca De 1 M De Fio De Caloria, Troca Da Resistência, Troca Da Chave Liga E Esliga, Troca Do Termostato De Temperatura, Troca Do Protetor Salivar, Bem Como Troca De Peças Peculiares Ao Equipamento Material E Peças Utilizadas Para Conserto/Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	6	R$ 4.144,67	R$ 24.868,00
9	Manutenção Corretiva /Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Passthrough Quente Elvi/Cozil, Com A Execução Dos Seguintes Serviços: Troca Das Borrachas De Vedação, Troca Da Resistência, Troca Da Dobradiça, Troca De Óleo De Compressor, Troca De Filtros, Troca De Válvulas E Peças Peculiares Ao Equipamento. Material E Peças Utilizadas Para Conserto/Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	2	R$ 6.300,00	R$ 12.600,00
10	Manutenção Corretiva /Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Máquina De Lavar Louças, Com A Substituição De Peças Da Máquina De Lavar Louças Industrial Netter Modelo Nt300. Material E Peças Utilizadas Para Conserto /Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada .	2	R$ 6.222,67	R$ 12.445,33
11	Manutenção Corretiva /Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Refresqueira Industrial Com A Realização Da Troca De Peças. Material E Peças Utilizadas Para Conserto/Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	2	R$ 4.206,67	R$ 8.413,33
12	Manutenção Corretiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Fatiador De Frios Industrial, Com A Substituição De Lâminas. Material E Peças Utilizadas Para Conserto/Manutenção Ficará Por Conta Da	4	R$ 3.875,00	R$ 15.500,00

	Contratada			
13	Manutenção De Equipamentos De Cozinha Industrial: Serviço De Manutenção Corretiva Em Equipamento De Cozinha Industrial\, Tipo Substituição Das Correias Originais Da Masseira Industrial (Equipamento De Padaria) \ Compreendendo: - Fornecimento De Serviços Técnicos De Manutenção Da Masseira Industrial\, Incluídos Todos Os Ajustes\, Reparos E Substituições Necessários\, Identificados Por Seu Corpo Técnico. - Fornecimento E Realização Da Substituição Das Correias\, Originais\, Da Masseira Industrial. - Fornecimento, Manutenção Corretiva De Masseira (Troca De Correias\, Religação De Uma Fase Do Motor\, Parte Elétrica\, Limpeza E Higienização\, Teste De Funcionamento). Manutenção Corretiva Em Masseira (Troca De Correias\, Limpeza E Higienização\, Parte Elétrica\, Instalação De 4 Pés De Borracha.	2	R$ 4.323,20	R$ 8.646,41
14	Manutenção De Equipamentos De Cozinha-Cafeteira Aço Inox-O, Marca Consercaf, Serviço Inclui: Troca De Torneiras Completas, Troca Da Resistência, Troca Do Termostato , Bem Como Troca De Peças Peculiares Ao Equipamento.	2	R$ 5.132,85	R$ 10.265,70
15	Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industria- Moedor De Carne Marca Skymsen, Modelo Psp-98m Ou Similar, Com A Realização Do Seguinte(S) Procedimento(S): Limpeza E Retirada De Resíduos; Verificação E Limpeza Dos Pontos De Ferrugem; Lubrificação Das Engrenagens; Verificação De Cabos Elétricos E Conexões; Verificação De Ruídos No Motor; E Reaperto De Conexões.	2	R$ 2.920,33	R$ 5.840,66
16	Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Liquidificador Industrial, Com A Realização De Vistoria No Circuito Elétrico, Desmontagem/Montagem, Limpeza E Lubrificação Das Peças E Vedação. Material E Peças Utilizadas Para Conserto/Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	1	R$ 2.710,24	R$ 2.710,24
17	Manutenção Preventiva /Corretiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Modeladora De Panificação, Com A Execução Dos Seguintes Serviços: Troca De Pano (Filtro Para Modelar), Correias, Rolamentos E Fios Elétricos. Material E Peças Utilizadas Para Conserto/Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.	1	R$ 4.147,33	R$ 4.147,33
18	Manutenção Preventiva De Equipamento De Cozinha Industrial - Fogão Industrial, Com A Realização Dos Seguintes Serviços: Limpeza E Retirada De Fuligens Dos Queimadores, Limpeza E Teste Dos	3	R$ 5.149,67	R$ 15.449,00

	Registros Dos Queimadores, Limpeza Geral, Regulagem De Entrada De Ar E Altura Das Chamas, Teste De Estanqueidade Do Ramal De Gás. Material E Peças Utilizadas Para Conserto/Manutenção Ficará Por Conta Da Contratada.			
19	Serviço De Manutenção Corretiva Em Conexões De Tubulações De Gás (Glp Gás De Cozinha P 45) Em Cozinha Industrial, Com Realização Dos Procedimentos De: Manutenção Da Tubulação Com Troca De Registros De Alta Pressão Da Central De Gás, Troca De Mangueiras E Troca Dos Registros Periféricos, Válvulas, Pintura Da Tubulação Em Cor Prevista Em Legislação, Aperfeiçoamento Da Sinalização De Segurança. Emissão De Laudo Técnico De Inspeção, Apontando As Soluções Necessárias. O Laudo De Inspeção Deve Ser Acompanhado De Anotação De Responsabilidade Técnica (Art) Do Engenheiro Responsável Pela Inspeção.	2	R$ 9.170,00	R$ 18.340,00
VALOR TOTAL GLOBAL ESTIMADO				R$ 292.096,77

5.2. Após a realização de pesquisa de preços em conformidade com a IN SEGES/ME nº 65/2021, certifica-se que o preço estimado para a presente contratação é compatível com os praticados no mercado.

VI - IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA DE PREÇOS

6.1. A presente pesquisa de preços foi conduzida por: 1º Tenente João [redacted], CPF nº 040.[redacted]97.

Manaus-AM, 31 de março de 2025.

gov.br Documento assinado digitalmente
JOAO [redacted]
Data: 02/[redacted]
Verifique em https://validar.iti.gov.br

JOÃO [redacted] - 1º Ten
Chefe da Equipe de Planejamento

gov.br Documento assinado digitalmente
LUIS [redacted]
Data: [redacted]
Verifique em https://validar.iti.gov.br

LUIS [redacted] - 1ºSgt
Membro da Equipe de Planejamento

gov.br Documento assinado digitalmente
[redacted]A SILVA [redacted]
[redacted]/04/2025 [redacted]
Verifique em https://validar.iti.gov.br

[redacted]DA SILVA [redacted] - 3º Sgt
Membro da Equipe de Planejamento

Gmail aprov 1bis <a[redacted].com>

Orçamento

2 mensagens

aprov 1bis <[redacted].com> 31 de março de 2025 às 09:18
Para: "[redacted]ail.com" <n[redacted]il.com>

Boa Tarde, sou o 1º Ten Pacheco do 1º BIS (Amv), em Manaus-AM. Solicito a possibilidade de elaboração de um orçamento dos serviços constantes do anexo. Solicito ainda que o orçamento contenha: Nome da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone, e-mail, data de validade do orçamento, assinatura do responsável e carimbo da empresa.

Atenciosamente

1º Ten Pacheco
Tel (watsapp): (92)98438-1493

Pesquisa de preço.doc
34K

Mr Consultoria <[redacted]om> 31 de março de 2025 às 13:21
Para: aprov 1bis <[redacted]com>

Segue a proposta solicitada, qualquer dúvida estamos a disposição

MR CONSULTORIA E SERVICOS EMPRESARIAIS
MATHEUS ROSSETTI
Whatsapp/Celular [redacted]5634
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Proposta 031.03.25 - 1BIS x MR CONSULTORIA.pdf
320K

Ao 1º Batalhão de Infantaria de Selva

ORÇAMENTO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE COZINHA INDUSTRIAL

Item	Descrição	Un	Qtd	Valor unitário(R$)	Valor Total (R$)
1	Serviço de manutenção corretiva em forno elétrico/gás turbo industrial, 220 volts, para 10 bandejas, com realização dos procedimentos de: substituição do quadro de comando (painel digital com termostato), compreendendo: fornecer serviços técnicos de manutenção do forno industrial, com todos os ajustes, reparos e substituições necessárias, identificadas por seu corpo técnico; fornecer e efetuar a substituição do quadro de comando (painel digital com termostato) do forno industrial. A empresa contratada deverá fornecer o quadro de comando compatível com o equipamento a ser consertado; realizar a substituição do quadro de comando; fornecer o certificado e a garantia do serviço realizado; ficar responsável por todo o ferramental, insumos (quadro de comando (completo), acessórios, fios, isolamentos, outros produtos e equipamentos aplicados), pessoal e encargos necessários para a correta execução do serviço e ainda pela limpeza do equipamento após a execução do serviço; retirar e devolver o equipamento, com seu funcionamento normalizado na contratante.	Sv	2	1.350,00	2.700,00
2	MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA EM FORNO COMBINADO ELÉTRICO MARCA WICTORY MODELO WCPR 20V, COM REPOSIÇÃO DE ATERRAMENTO, SENSOR E CHAVE (LIGA/DESLIGA), BORRACHA DE VEDAÇÃO DA PORTA E FECHADURA.	Sv	1	1.250,00	1.250,00
3	CÂMARA FRIGORÍFICA PARA CONGELAMENTO. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM AÇÕES A SEREM REALIZADAS: LIMPEZA DOS CONDENSADORES E DA UNIDADE EVAPORADORA COM PRODUTOS QUÍMICOS, REPARO DE BUCHAS VENTILADORAS, REPAROS NOS TRINCOS E DOBRADIÇAS E PEQUENOS REPAROS NOS PORTAIS DE FIBRA DE VIDRO, SANEAMENTO DE VAZAMENTO DE GÁS COM PREVISÃO DE RECARGA DE GÁS, TROCA DE ÓLEO DO COMPRESSOR, REVISÃO DOS DISPOSITIVOS ELÉTRICOS, CHAVE LIGA/DESLIGA, CONTACTORES, RELÉS, DISJUNTORES QUADRO DE COMANDO COM CONTROLADOR DIGITAL E FIAÇÃO DIVERSA, REVISÃO NO SISTEMA DE DEGELO. SUBSTITUIÇÃO DE QUALQUER PEÇA OU EQUIPAMENTO POR CONTA DA CONTRATADA. GARANTIA DE 3 MESES.	Sv	6	16.000,00	96.000,00
4	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E/OU PREVENTIVA EM FREEZER - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E /OU PREVENTIVA EM FREEZER HORIZONTAL\ MARCA: FRILUX, INCLUINDO PINTURA\, TESTES DE FUNCIONAMENTO\, AJUSTES DE TEMPERATURA\, PROVA DE PRODUÇÃO CRESCENTE E DECRESCENTE\, TESTE DE VAZAMENTO DE CORRENTE DE FUGA\, LUBRIFICAÇÃO GERAL\, VERIFICAÇÃO DO FUNCIONAMENTO\, HIGIENIZAÇÃO TÉCNICA GERAL E INCLUINDO APLICAÇÃO DE PEÇAS. O SERVIÇO INCLUI\, AINDA\, GARANTIA MÍNIMA DE 3 MESES, FREEZER HORIZONTAL (2 PORTAS\, VOLUME 546 LITROS) OU SIMILAR - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL COM A REALIZAÇÃO DO SEGUINTE(S) PROCEDIMENTO(S): APERTO DOS BORNES E LIMPEZA DE OXIDAÇÕES DOS MESMOS; LIMPEZA E TESTE DO TERMOSTATO; AFERIÇÃO DA CORRENTE E TENSÃO; AFERIÇÃO E ISOLAMENTO DOS COMPRESSORES; AFERIÇÃO E ISOLAMENTO DOS MOTORES; AFERIÇÃO DO RENDIMENTO FRIGORIGENO; AFERIÇÃO DA TEMPERATURA; TESTE DE ESTANQUEIDADE DA REDE FRIGORIGENA; LIMPEZA DO CONDENSADOR E MICRO VENTILADOR; E LAVAGEM DO CONDENSADOR.	Sv	8	1.650,00	13.200,00
5	MANUTENÇÃO CORRETIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL - MÁQUINA DE GELO MODELO EGC-300+E, MARCA EVEREST, COM A MANUTENÇÃO CORRETIVA E SUBSTITUIÇÃO DE COMPRESSOR, RECOMPLETAMENTO DE GÁS . MATERIAL E PEÇAS UTILIZADAS PARA CONSERTO/MANUTENÇÃO FICARÁ POR CONTA DA CONTRATADA.	Sv	4	1.700,00	6.800,00
	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL - CALDEIRÃO INDUSTRIAL COM PRESSÃO A GÁS COZIL (500LITROS e	Sv	4	4.800,00	19.200,00

6	100LITROS), COM A REALIZAÇÃO DOS SEGUINTES SERVIÇOS: REVISÃO DO EQUIPAMENTO, TESTE DE ESTANQUEIDADE, VERIFICAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DO QUEIMADOR, LIMPEZA GERAL, REGULAGEM E PINTURA COM TINTA RESISTENTE A ALTAS TEMPERATURAS DO QUEIMADOR. MATERIAL E PEÇAS UTILIZADAS PARA CONSERTO /MANUTENÇÃO FICARÁ POR CONTA DA CONTRATADA.				
7	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL - COIFA E EXAUSTOR COM LIMPEZA DE PEÇAS, REMOÇÃO DE GORDURA, LIMPEZA GERAL DO EQUIPAMENTO, LUBRIFICAÇÃO E LIMPEZA INTERNA, VERIFICAÇÃO DE OCORRÊNCIA DE RUÍDOS ANORMAIS NO EQUIPAMENTO, VERIFICAÇÃO DO SISTEMA ELÉTRICO.	Sv	5	2.555,00	12.775,00
8	MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COZINHA-BALCÃO TÉRMICO - TROCA DE 1 M DE FIO DE CALORIA, TROCA DA RESISTÊNCIA, TROCA DA CHAVE LIGA E ESLIGA, TROCA DO TERMOSTATO DE TEMPERATURA, TROCA DO PROTETOR SALIVAR, BEM COMO TROCA DE PEÇAS PECULIARES AO EQUIPAMENTO MATERIAL E PEÇAS UTILIZADAS PARA CONSERTO/MANUTENÇÃO FICARÁ POR CONTA DA CONTRATADA.	Sv	8	4.250,00	34.000,00
9	MANUTENÇÃO CORRETIVA /PREVENTIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL - PASSTHROUGH QUENTE ELVI/COZIL, COM A EXECUÇÃO DOS SEGUINTES SERVIÇOS: TROCA DAS BORRACHAS DE VEDAÇÃO, TROCA DA RESISTÊNCIA, TROCA DA DOBRADIÇA, TROCA DE ÓLEO DE COMPRESSOR, TROCA DE FILTROS, TROCA DE VÁLVULAS E PEÇAS PECULIARES AO EQUIPAMENTO. MATERIAL E PEÇAS UTILIZADAS PARA CONSERTO/MANUTENÇÃO FICARÁ POR CONTA DA CONTRATADA	Sv	4	3.850,00	15.400,00
10	MANUTENÇÃO CORRETIVA /PREVENTIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL - MÁQUINA DE LAVAR LOUÇAS, COM A SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS DA MÁQUINA DE LAVAR LOUÇAS INDUSTRIAL NETTER MODELO NT300. MATERIAL E PEÇAS UTILIZADAS PARA CONSERTO /MANUTENÇÃO FICARÁ POR CONTA DA CONTRATADA .	Sv	2	5.895,00	11.790,00
11	MANUTENÇÃO CORRETIVA /PREVENTIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL - REFRESQUEIRA INDUSTRIAL COM A REALIZAÇÃO DA TROCA DE PEÇAS. MATERIAL E PEÇAS UTILIZADAS PARA CONSERTO/MANUTENÇÃO FICARÁ POR CONTA DA CONTRATADA.	Sv	10	2.550,00	25.500,00
12	MANUTENÇÃO CORRETIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL - FATIADOR DE FRIOS INDUSTRIAL, COM A SUBSTITUIÇÃO DE LÂMINAS. MATERIAL E PEÇAS UTILIZADAS PARA CONSERTO/MANUTENÇÃO FICARÁ POR CONTA DA CONTRATADA.	Sv	2	2.640,00	5.280,00
13	MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COZINHA INDUSTRIAL: SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA EM EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL\, TIPO SUBSTITUIÇÃO DAS CORREIAS ORIGINAIS DA MASSEIRA INDUSTRIAL (EQUIPAMENTO DE PADARIA) \ COMPREENDENDO: - FORNECIMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE MANUTENÇÃO DA MASSEIRA INDUSTRIAL\, INCLUÍDOS TODOS OS AJUSTES\, REPAROS E SUBSTITUIÇÕES NECESSÁRIOS\, IDENTIFICADOS POR SEU CORPO TÉCNICO. - FORNECIMENTO E REALIZAÇÃO DA SUBSTITUIÇÃO DAS CORREIAS\, ORIGINAIS\, DA MASSEIRA INDUSTRIAL. - FORNECIMENTO, MANUTENÇÃO CORRETIVA DE MASSEIRA (TROCA DE CORREIAS\, RELIGAÇÃO DE UMA FASE DO MOTOR\, PARTE ELÉTRICA\, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO\, TESTE DE FUNCIONAMENTO). MANUTENÇÃO CORRETIVA EM MASSEIRA (TROCA DE CORREIAS\, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO\, PARTE ELÉTRICA\, INSTALAÇÃO DE 4 PÉS DE BORRACHA.	Sv	6	1.890,00	11.340,00
14	MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COZINHA-CAFETEIRA AÇO INOX-O, MARCA CONSERCAF, SERVIÇO INCLUI: TROCA DE TORNEIRAS COMPLETAS, TROCA DA RESISTÊNCIA, TROCA DO TERMOSTATO , BEM COMO TROCA DE PEÇAS PECULIARES AO EQUIPAMENTO.	Sv	4	6.450,00	25.800,00
15	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIA-MOEDOR DE CARNE MARCA SKYMSEN, MODELO PSP-98M OU SIMILAR, COM A REALIZAÇÃO DO SEGUINTE(S) PROCEDIMENTO(S): LIMPEZA E RETIRADA DE RESÍDUOS; VERIFICAÇÃO E LIMPEZA DOS PONTOS DE FERRUGEM; LUBRIFICAÇÃO DAS ENGRENAGENS; VERIFICAÇÃO DE CABOS ELÉTRICOS E CONEXÕES; VERIFICAÇÃO DE RUÍDOS NO MOTOR; E REAPERTO DE CONEXÕES.	Sv	2	950,00	1.900,00
16	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL - LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL, COM A REALIZAÇÃO DE VISTORIA NO CIRCUITO ELÉTRICO, DESMONTAGEM/MONTAGEM, LIMPEZA E	Sv	2	1.230,00	2.460,00

	LUBRIFICAÇÃO DAS PEÇAS E VEDAÇÃO. MATERIAL E PEÇAS UTILIZADAS PARA CONSERTO/MANUTENÇÃO FICARÁ POR CONTA DA CONTRATADA.				
17	MANUTENÇÃO PREVENTIVA /CORRETIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL - MODELADORA DE PANIFICAÇÃO, COM A EXECUÇÃO DOS SEGUINTES SERVIÇOS: TROCA DE PANO (FILTRO PARA MODELAR), CORREIAS, ROLAMENTOS E FIOS ELÉTRICOS. MATERIAL E PEÇAS UTILIZADAS PARA CONSERTO/MANUTENÇÃO FICARÁ POR CONTA DA CONTRATADA.	Sv	4	850,00	3.400,00
18	: MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL - FOGÃO INDUSTRIAL, COM A REALIZAÇÃO DOS SEGUINTES SERVIÇOS: LIMPEZA E RETIRADA DE FULIGENS DOS QUEIMADORES, LIMPEZA E TESTE DOS REGISTROS DOS QUEIMADORES, LIMPEZA GERAL, REGULAGEM DE ENTRADA DE AR E ALTURA DAS CHAMAS, TESTE DE ESTANQUEIDADE DO RAMAL DE GÁS. MATERIAL E PEÇAS UTILIZADAS PARA CONSERTO/MANUTENÇÃO FICARÁ POR CONTA DA CONTRATADA.	Sv	8	4.800,00	38.400,00
19	Serviço de manutenção corretiva em conexões de tubulações de gás (glp gás de cozinha p 45) em cozinha industrial, com realização dos procedimentos de: manutenção da tubulação com troca de registros de alta pressão da central de gás, troca de mangueiras e troca dos registros periféricos, válvulas, pintura da tubulação em cor prevista em legislação, aperfeiçoamento da sinalização de segurança. Emissão de laudo técnico de inspeção, apontando as soluções necessárias. O laudo de inspeção deve ser acompanhado de anotação de responsabilidade técnica (art) do engenheiro responsável pela inspeção.	Sv	1	1.850,00	1.850,00
				Valor Total R$	329.045,00

Validade da Proposta de Preços: 90 Dias.
Manaus/AM, 31 de março de 2025.

MR CONSULTORIA E SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA
MATHEUS BEZERRA ROSSETTI

04.215.480/0001-69

MR CONSULTORIA E SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA

Av. Castelo Branco, n° 375, Sala 203, 2° Andar

Bairro Cachoeirinha, CEP: 69.065-010

MANAUS – AM

Gmail **aprov 1bis <aprov1bis@gmail.com>**

Orçamento

3 mensagens

aprov 1bis <aprov1bis@gmail.com> 14 de março de 2025 às 08:57
Para: mecatronteceservicos@gmail.com, setor execução <setorexecucaometafrio@gmail.com>, "licitareis98@gmail.com" <licitareis98@gmail.com>, refrimaiscomercio@gmail.com

Boa Tarde, sou o 1º Ten Pacheco do 1º BIS (Amv), em Manaus-AM. Solicito a possibilidade de elaboração de um orçamento dos serviços constantes do anexo. Solicito ainda que o orçamento contenha: Nome da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone, e-mail, data de validade do orçamento, assinatura do responsável e carimbo da empresa.

SOLICITO A POSSIBILIDADE DE ENVIO AINDA HOJE

Atenciosamente

1º Ten [redacted]
Tel (watsapp): [redacted]1493

Pesquisa de preço.doc
34K

Esthela Reis <[redacted].com> 14 de março de 2025 às 09:38
Para: aprov 1bis <[redacted]il.com>

boa tarde, remeto em anexo a proposta devidamente assinada,

Atenciosamente,

[Texto das mensagens anteriores oculto]
--



Proposta.pdf
546K

setor execução <s[redacted]@gmail.com> 14 de março de 2025 às 10:46
Para: aprov 1bis[redacted].com>

Bom dia Tenente,
Acuso recebimento do mesmo, estaremos montando a proposta conforme solicitado, assim que concluirmos lhe enviamos.

Atenciosamente, João Paulo
(setor de execução)

Em sex., 14 de mar. de 2025 às 09:10, aprov 1bis [redacted].com> escreveu:
[Texto das mensagens anteriores oculto]

--

META
Licitações e Soluções em Engenharia

SETOR DE LICITAÇÕES (PREGÕES, ATAS)
Contato: [redacted]-9027 | [redacted]@gmail.com
SETOR DE VENDAS (ORÇAMENTOS, SERVIÇOS, NOTAS DE EMPENHO E ADESÕES)
Contato: +[redacted]5708 | [redacted]@gmail.com
SETOR ADMINISTRATIVO/FINANCEIRO
E-mail: [redacted]gmail.com

ESTHELA LICITAÇÕES COMÉRCIO E VAREJO

PROPOSTA COMERCIAL

AO
1° BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (UASG - 160006)

A Empresa **ESTHELA LICITAÇÕES COMÉRCIO E VAREJO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob CNPJ n° 52.481.385/0001-50, com sede na Rua Maceió, 239, Adrianópolis, Manaus/AM, por intermédio de sua Representante Legal Sra. ESTHELA MANY REIS DUTRA, inscrita no CPF n° 703.787.162-12, vem respeitosamente perante Vossa Senhoria remeter a **PROPOSTA** referente à Dispensa Eletrônica n° 90078/2024 conforme se segue:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor unitário(R$)	Valor Total (R$)
1	Serviço de manutenção corretiva em forno elétrico/gás turbo industrial, 220 volts, para 10 bandejas, com realização dos procedimentos de: substituição do quadro de comando (painel digital com termostato), compreendendo: fornecer serviços técnicos de manutenção do forno industrial, com todos os ajustes, reparos e substituições necessárias, identificadas por seu corpo técnico; fornecer e efetuar a substituição do quadro de comando (painel digital com termostato) do forno industrial. A empresa contratada deverá fornecer o quadro de comando compatível com o equipamento a ser consertado; realizar a substituição do quadro de comando; fornecer o certificado e a garantia do serviço realizado; ficar responsável por todo o ferramental, insumos (quadro de comando (completo), acessórios, fios, isolamentos, outros produtos e equipamentos aplicados), pessoal e encargos necessários para a correta execução do serviço e ainda pela limpeza do equipamento após a execução do serviço; retirar e devolver o equipamento, com seu funcionamento normalizado na contratante.	Sv	2	3.900,25	7.800,50
2	MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA EM FORNO COMBINADO ELÉTRICO MARCA WICTORY MODELO WCPR 20V, COM REPOSIÇÃO DE ATERRAMENTO, SENSOR E CHAVE (LIGA/DESLIGA), BORRACHA DE VEDAÇÃO DA PORTA E FECHADURA.	Sv	1	3.210,99	3.210,99
3	CÂMARA FRIGORÍFICA PARA CONGELAMENTO. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM AÇÕES A SEREM REALIZADAS: LIMPEZA DOS CONDENSADORES E DA UNIDADE EVAPORADORA COM PRODUTOS QUÍMICOS, REPARO DE BUCHAS VENTILADORAS, REPAROS NOS TRINCOS E DOBRADIÇAS E PEQUENOS REPAROS NOS PORTAIS DE FIBRA DE VIDRO, SANEAMENTO DE VAZAMENTO DE GÁS COM PREVISÃO DE RECARGA DE GÁS, TROCA DE ÓLEO DO COMPRESSOR, REVISÃO DOS DISPOSITIVOS ELÉTRICOS, CHAVE LIGA/DESLIGA, CONTACTORES, RELÉS,	Sv	6	9.635,52	57.813,12

	DISJUNTORES QUADRO DE COMANDO COM CONTROLADOR DIGITAL E FIAÇÃO DIVERSA, REVISÃO NO SISTEMA DE DEGELO. SUBSTITUIÇÃO DE QUALQUER PEÇA OU EQUIPAMENTO POR CONTA DA CONTRATADA. GARANTIA DE 3 MESES.				
4	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E/OU PREVENTIVA EM FREEZER - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E /OU PREVENTIVA EM FREEZER HORIZONTAL\ MARCA: FRILUX, INCLUINDO PINTURA\, TESTES DE FUNCIONAMENTO\, AJUSTES DE TEMPERATURA\, PROVA DE PRODUÇÃO CRESCENTE E DECRESCENTE\, TESTE DE VAZAMENTO DE CORRENTE DE FUGA\, LUBRIFICAÇÃO GERAL\, VERIFICAÇÃO DO FUNCIONAMENTO\, HIGIENIZAÇÃO TÉCNICA GERAL E INCLUINDO APLICAÇÃO DE PEÇAS. O SERVIÇO INCLUI\, AINDA\, GARANTIA MÍNIMA DE 3 MESES, FREEZER HORIZONTAL (2 PORTAS\, VOLUME 546 LITROS) OU SIMILAR - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL COM A REALIZAÇÃO DO SEGUINTE(S) PROCEDIMENTO(S): APERTO DOS BORNES E LIMPEZA DE OXIDAÇÕES DOS MESMOS; LIMPEZA E TESTE DO TERMOSTATO; AFERIÇÃO DA CORRENTE E TENSÃO; AFERIÇÃO E ISOLAMENTO DOS COMPRESSORES; AFERIÇÃO E ISOLAMENTO DOS MOTORES; AFERIÇÃO DO RENDIMENTO FRIGORIGENO; AFERIÇÃO DA TEMPERATURA; TESTE DE ESTANQUEIDADE DA REDE FRIGORIGENA; LIMPEZA DO CONDENSADOR E MICRO VENTILADOR; E LAVAGEM DO CONDENSADOR.	Sv	8	1.650,00	13.200,00
5	MANUTENÇÃO CORRETIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL - MÁQUINA DE GELO MODELO EGC-300+E, MARCA EVEREST, COM A MANUTENÇÃO CORRETIVA E SUBSTITUIÇÃO DE COMPRESSOR, RECOMPLETAMENTO DE GÁS . MATERIAL E PEÇAS UTILIZADAS PARA CONSERTO/MANUTENÇÃO FICARÁ POR CONTA DA CONTRATADA.	Sv	4	2.780,00	11.120,00
6	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL - CALDEIRÃO INDUSTRIAL COM PRESSÃO A GÁS COZIL (500LITROS e 100LITROS), COM A REALIZAÇÃO DOS SEGUINTES SERVIÇOS: REVISÃO DO EQUIPAMENTO, TESTE DE ESTANQUEIDADE, VERIFICAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DO QUEIMADOR, LIMPEZA GERAL, REGULAGEM E PINTURA COM TINTA RESISTENTE A ALTAS TEMPERATURAS DO QUEIMADOR. MATERIAL E PEÇAS UTILIZADAS PARA CONSERTO /MANUTENÇÃO FICARÁ POR CONTA DA CONTRATADA.	Sv	4	3.850,00	15.400,00
7	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL - COIFA E EXAUSTOR COM LIMPEZA DE PEÇAS, REMOÇÃO DE GORDURA, LIMPEZA GERAL DO EQUIPAMENTO, LUBRIFICAÇÃO E LIMPEZA INTERNA, VERIFICAÇÃO DE OCORRÊNCIA DE RUÍDOS ANORMAIS NO EQUIPAMENTO, VERIFICAÇÃO DO SISTEMA ELÉTRICO.	Sv	5	1.755,00	8.775,00
8	MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COZINHA-BALCÃO TÉRMICO - TROCA DE 1 M DE FIO DE CALORIA, TROCA DA RESISTÊNCIA, TROCA DA CHAVE LIGA E ESLIGA, TROCA DO TERMOSTATO DE TEMPERATURA, TROCA DO PROTETOR SALIVAR, BEM COMO TROCA DE PEÇAS PECULIARES AO EQUIPAMENTO MATERIAL E PEÇAS UTILIZADAS PARA CONSERTO/MANUTENÇÃO FICARÁ POR CONTA	Sv	8	2.250,00	18.000,00

	DA CONTRATADA.				
9	MANUTENÇÃO CORRETIVA /PREVENTIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL - PASSTHROUGH QUENTE ELVI/COZIL, COM A EXECUÇÃO DOS SEGUINTES SERVIÇOS: TROCA DAS BORRACHAS DE VEDAÇÃO, TROCA DA RESISTÊNCIA, TROCA DA DOBRADIÇA, TROCA DE ÓLEO DE COMPRESSOR, TROCA DE FILTROS, TROCA DE VÁLVULAS E PEÇAS PECULIARES AO EQUIPAMENTO. MATERIAL E PEÇAS UTILIZADAS PARA CONSERTO/MANUTENÇÃO FICARÁ POR CONTA DA CONTRATADA	Sv	4	2.850,00	11.400,00
10	MANUTENÇÃO CORRETIVA /PREVENTIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL - MÁQUINA DE LAVAR LOUÇAS, COM A SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS DA MÁQUINA DE LAVAR LOUÇAS INDUSTRIAL NETTER MODELO NT300. MATERIAL E PEÇAS UTILIZADAS PARA CONSERTO /MANUTENÇÃO FICARÁ POR CONTA DA CONTRATADA .	Sv	2	3.695,00	7.390,00
11	MANUTENÇÃO CORRETIVA /PREVENTIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL - REFRESQUEIRA INDUSTRIAL COM A REALIZAÇÃO DA TROCA DE PEÇAS. MATERIAL E PEÇAS UTILIZADAS PARA CONSERTO/MANUTENÇÃO FICARÁ POR CONTA DA CONTRATADA.	Sv	10	1.550,00	15.500,00
12	MANUTENÇÃO CORRETIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL - FATIADOR DE FRIOS INDUSTRIAL, COM A SUBSTITUIÇÃO DE LÂMINAS. MATERIAL E PEÇAS UTILIZADAS PARA CONSERTO/MANUTENÇÃO FICARÁ POR CONTA DA CONTRATADA.	Sv	2	1.640,00	3.280,00
13	MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COZINHA INDUSTRIAL: SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA EM EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL\, TIPO SUBSTITUIÇÃO DAS CORREIAS ORIGINAIS DA MASSEIRA INDUSTRIAL (EQUIPAMENTO DE PADARIA) \ COMPREENDENDO: - FORNECIMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE MANUTENÇÃO DA MASSEIRA INDUSTRIAL\, INCLUÍDOS TODOS OS AJUSTES\, REPAROS E SUBSTITUIÇÕES NECESSÁRIOS\, IDENTIFICADOS POR SEU CORPO TÉCNICO. - FORNECIMENTO E REALIZAÇÃO DA SUBSTITUIÇÃO DAS CORREIAS\, ORIGINAIS\, DA MASSEIRA INDUSTRIAL. - FORNECIMENTO, MANUTENÇÃO CORRETIVA DE MASSEIRA (TROCA DE CORREIAS\, RELIGAÇÃO DE UMA FASE DO MOTOR\, PARTE ELÉTRICA\, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO\, TESTE DE FUNCIONAMENTO). MANUTENÇÃO CORRETIVA EM MASSEIRA (TROCA DE CORREIAS\, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO\, PARTE ELÉTRICA\, INSTALAÇÃO DE 4 PÉS DE BORRACHA.	Sv	6	2.712,61	16.275,66
14	MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COZINHA-CAFETEIRA AÇO INOX-O, MARCA CONSERCAF, SERVIÇO INCLUI: TROCA DE TORNEIRAS COMPLETAS, TROCA DA RESISTÊNCIA, TROCA DO TERMOSTATO , BEM COMO TROCA DE PEÇAS PECULIARES AO EQUIPAMENTO.	Sv	4	1.473,55	5.894,20
15	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIA- MOEDOR DE CARNE MARCA SKYMSEN, MODELO PSP-98M OU SIMILAR, COM A REALIZAÇÃO DO SEGUINTE(S) PROCEDIMENTO(S): LIMPEZA E RETIRADA DE RESÍDUOS; VERIFICAÇÃO E LIMPEZA DOS PONTOS DE FERRUGEM; LUBRIFICAÇÃO DAS ENGRENAGENS; VERIFICAÇÃO DE CABOS ELÉTRICOS E CONEXÕES; VERIFICAÇÃO DE RUÍDOS NO MOTOR; E REAPERTO DE CONEXÕES.	Sv	2	1.918,99	3.837,98

16	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL - LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL, COM A REALIZAÇÃO DE VISTORIA NO CIRCUITO ELÉTRICO, DESMONTAGEM/MONTAGEM, LIMPEZA E LUBRIFICAÇÃO DAS PEÇAS E VEDAÇÃO. MATERIAL E PEÇAS UTILIZADAS PARA CONSERTO/MANUTENÇÃO FICARÁ POR CONTA DA CONTRATADA.	Sv	2	1.650,71	3.301,42
17	MANUTENÇÃO PREVENTIVA /CORRETIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL - MODELADORA DE PANIFICAÇÃO, COM A EXECUÇÃO DOS SEGUINTES SERVIÇOS: TROCA DE PANO (FILTRO PARA MODELAR), CORREIAS, ROLAMENTOS E FIOS ELÉTRICOS. MATERIAL E PEÇAS UTILIZADAS PARA CONSERTO/MANUTENÇÃO FICARÁ POR CONTA DA CONTRATADA.	Sv	4	1.812,00	7.248,00
18	: MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL - FOGÃO INDUSTRIAL, COM A REALIZAÇÃO DOS SEGUINTES SERVIÇOS: LIMPEZA E RETIRADA DE FULIGENS DOS QUEIMADORES, LIMPEZA E TESTE DOS REGISTROS DOS QUEIMADORES, LIMPEZA GERAL, REGULAGEM DE ENTRADA DE AR E ALTURA DAS CHAMAS, TESTE DE ESTANQUEIDADE DO RAMAL DE GÁS. MATERIAL E PEÇAS UTILIZADAS PARA CONSERTO/MANUTENÇÃO FICARÁ POR CONTA DA CONTRATADA.	Sv	8	2.350,00	18.800,00
19	Serviço de manutenção corretiva em conexões de tubulações de gás (glp gás de cozinha p 45) em cozinha industrial, com realização dos procedimentos de: manutenção da tubulação com troca de registros de alta pressão da central de gás, troca de mangueiras e troca dos registros periféricos, válvulas, pintura da tubulação em cor prevista em legislação, aperfeiçoamento da sinalização de segurança. Emissão de laudo técnico de inspeção, apontando as soluções necessárias. O laudo de inspeção deve ser acompanhado de anotação de responsabilidade técnica (art) do engenheiro responsável pela inspeção.	Sv	1	7.900,00	7.900,00
TOTAL					**R$ 236.146,87**

1. Valor total de **duzentos e trinta e seis mil, cento e quarenta e seis reais e 87 centavos**;
2. Declaramos expressamente que nossos preços propostos estão inclusas todas as despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto desta Dispensa.
3. Declaramos que temos total conhecimento e concordância com os termos deste Pregão.

Proposta Válida por 180 dias;

Dados bancários:
Banco: 077 – Inter
Ag: 0001
CC: [redacted]

[redacted]
DUTRA:[redacted]
Dados: 2025.03.14 09:37:29 -03'00'

Manaus, AM, 14 de março de 2025.

[redacted]0967 (whatsapp)
52.481.385/0001-50
Rua Maceió,239, Adrianópolis – Manaus/AM
[redacted]gmail.com

Gmail **aprov 1bis <[redacted]>**

orçamento

2 mensagens

aprov 1bis [redacted] 28 de março de 2025 às 12:52
Para: setor execução <[redacted]mail.com>

Boa Tarde, sou o 1º Ten Pacheco do 1º BIS (Amv), em Manaus-AM. Solicito a possibilidade de elaboração de um orçamento dos serviços constantes do anexo. Solicito ainda que o orçamento contenha: Nome da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone, e-mail, data de validade do orçamento, assinatura do responsável e carimbo da empresa.

Atenciosamente

1º Ten[redacted]
Tel (watsapp): [redacted]1493

Pesquisa de preço.doc
34K

setor execução <[redacted]mail.com> 28 de março de 2025 às 14:25
Para: aprov 1bis <[redacted]om>

Prezados, Boa tarde!
Segue em anexo orçamento conforme solicitado.
Desde já, agradeço e estamos a disposição

Atenciosamente, João Paulo
[Texto das mensagens anteriores oculto]
--

META
Licitações e Soluções em Engenharia

SETOR DE LICITAÇÕES (PREGÕES, ATAS)
Contato:[redacted]-9027 |[redacted]@gmail.com
SETOR DE VENDAS (ORÇAMENTOS, SERVIÇOS, NOTAS DE EMPENHO E ADESÕES)
Contato:[redacted]-5708 [redacted]@gmail.com
SETOR ADMINISTRATIVO/FINANCEIRO
E-mail:[redacted]

PROPOSTA DE ORÇAMENTO - AO 1 BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA.pdf
177K

AO
1º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELA - MANAUS-AM

PROPOSTA DE ORÇAMENTO

Empresa: META LICITAÇÕES E SOLUÇÕES EM ENGENHARIA
CNPJ: 21.150.162/00001-86
Endereço: Rua Quintino Bocaiúva, nº 100, Centro - Sertânia-PE - CEP: 56600-000
Email: [redacted]@gmail.com
Contato: [redacted]5708 / [redacted]-2939

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA EM FORNO ELÉTRICO/GÁS TURBO INDUSTRIAL, 220 VOLTS, PARA 10 BANDEJAS, COM REALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE: SUBSTITUIÇÃO DO QUADRO DE COMANDO (PAINEL DIGITAL COM TERMOSTATO), COMPREENDENDO: FORNECER SERVIÇOS TÉCNICOS DE MANUTENÇÃO DO FORNO INDUSTRIAL, COM TODOS OS AJUSTES, REPAROS E SUBSTITUIÇÕES NECESSÁRIAS, IDENTIFICADAS POR SEU CORPO TÉCNICO; FORNECER E EFETUAR A SUBSTITUIÇÃO DO QUADRO DE COMANDO (PAINEL DIGITAL COM TERMOSTATO) DO FORNO INDUSTRIAL. A EMPRESA CONTRATADA DEVERÁ FORNECER O QUADRO DE COMANDO COMPATÍVEL COM O EQUIPAMENTO A SER CONSERTADO; REALIZAR A SUBSTITUIÇÃO DO QUADRO DE COMANDO; FORNECER O CERTIFICADO E A GARANTIA DO SERVIÇO REALIZADO; FICAR RESPONSÁVEL POR TODO O FERRAMENTAL, INSUMOS (QUADRO DE COMANDO (COMPLETO), ACESSÓRIOS, FIOS, ISOLAMENTOS, OUTROS PRODUTOS E EQUIPAMENTOS APLICADOS), PESSOAL E ENCARGOS NECESSÁRIOS PARA A CORRETA EXECUÇÃO DO SERVIÇO E AINDA PELA LIMPEZA DO EQUIPAMENTO APÓS A EXECUÇÃO DO SERVIÇO; RETIRAR E DEVOLVER O EQUIPAMENTO, COM SEU FUNCIONAMENTO NORMALIZADO NA CONTRATANTE.	2	R$ 9.950,00	R$ 19.900,00
2	MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA EM FORNO COMBINADO ELÉTRICO MARCA WICTORY MODELO WCPR 20V, COM REPOSIÇÃO DE ATERRAMENTO, SENSOR E CHAVE (LIGA/DESLIGA), BORRACHA DE VEDAÇÃO DA PORTA E FECHADURA.	1	R$ 12.290,00	R$ 12.290,00
3	CÂMARA FRIGORÍFICA PARA CONGELAMENTO. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM AÇÕES A SEREM REALIZADAS: LIMPEZA DOS CONDENSADORES E DA UNIDADE EVAPORADORA COM PRODUTOS QUÍMICOS, REPARO DE BUCHAS VENTILADORAS, REPAROS NOS TRINCOS E DOBRADIÇAS E PEQUENOS REPAROS NOS PORTAIS DE FIBRA DE VIDRO, SANEAMENTO DE VAZAMENTO DE GÁS COM PREVISÃO DE RECARGA DE GÁS, TROCA DE ÓLEO DO COMPRESSOR, REVISÃO DOS DISPOSITIVOS ELÉTRICOS, CHAVE LIGA/DESLIGA, CONTACTORES, RELÉS, DISJUNTORES QUADRO DE COMANDO COM CONTROLADOR DIGITAL E FIAÇÃO DIVERSA, REVISÃO NO SISTEMA DE DEGELO. SUBSTITUIÇÃO DE QUALQUER PEÇA OU EQUIPAMENTO POR CONTA DA CONTRATADA. GARANTIA DE 3 MESES.	6	R$ 33.420,00	R$ 200.520,00
4	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E/OU PREVENTIVA EM FREEZER - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E /OU PREVENTIVA EM FREEZER HORIZONTAL\ MARCA: FRILUX, INCLUINDO PINTURA\, TESTES DE FUNCIONAMENTO\, AJUSTES DE TEMPERATURA\, PROVA DE PRODUÇÃO CRESCENTE E DECRESCENTE\, TESTE DE VAZAMENTO DE CORRENTE DE FUGA\, LUBRIFICAÇÃO GERAL\, VERIFICAÇÃO DO FUNCIONAMENTO\, HIGIENIZAÇÃO TÉCNICA GERAL E INCLUINDO APLICAÇÃO DE PEÇAS. O SERVIÇO INCLUI\, AINDA\, GARANTIA MÍNIMA DE 3 MESES, FREEZER HORIZONTAL (2 PORTAS\, VOLUME 546 LITROS) OU SIMILAR - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL COM A REALIZAÇÃO DO SEGUINTE(S) PROCEDIMENTO(S): APERTO DOS BORNES E LIMPEZA DE OXIDAÇÕES DOS MESMOS; LIMPEZA E TESTE DO TERMOSTATO; AFERIÇÃO DA CORRENTE E TENSÃO; AFERIÇÃO E ISOLAMENTO DOS COMPRESSORES; AFERIÇÃO E ISOLAMENTO DOS MOTORES; AFERIÇÃO DO RENDIMENTO FRIGORIGENO; AFERIÇÃO DA TEMPERATURA; TESTE DE ESTANQUEIDADE DA REDE FRIGORIGENA; LIMPEZA DO CONDENSADOR E MICRO VENTILADOR; E LAVAGEM DO CONDENSADOR.	8	R$ 10.568,00	R$ 84.544,00
5	MANUTENÇÃO CORRETIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL - MÁQUINA DE GELO MODELO EGC-300+E, MARCA EVEREST, COM A MANUTENÇÃO CORRETIVA E SUBSTITUIÇÃO DE COMPRESSOR, RECOMPLETAMENTO DE GÁS . MATERIAL E PEÇAS UTILIZADAS PARA CONSERTO/MANUTENÇÃO FICARÁ POR CONTA DA CONTRATADA.	4	R$ 10.990,00	R$ 43.960,00
6	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL - CALDEIRÃO INDUSTRIAL COM PRESSÃO A GÁS COZIL (500LITROS e 100LITROS), COM A REALIZAÇÃO DOS SEGUINTES SERVIÇOS: REVISÃO DO EQUIPAMENTO, TESTE DE ESTANQUEIDADE, VERIFICAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DO QUEIMADOR, LIMPEZA GERAL, REGULAGEM E PINTURA COM TINTA RESISTENTE A ALTAS TEMPERATURAS DO QUEIMADOR. MATERIAL E PEÇAS UTILIZADAS PARA CONSERTO /MANUTENÇÃO FICARÁ POR CONTA DA CONTRATADA.	4	R$ 20.440,00	R$ 81.760,00
7	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL - COIFA E EXAUSTOR COM LIMPEZA DE PEÇAS, REMOÇÃO DE GORDURA, LIMPEZA GERAL DO EQUIPAMENTO, LUBRIFICAÇÃO E LIMPEZA INTERNA, VERIFICAÇÃO DE OCORRÊNCIA DE RUÍDOS ANORMAIS NO EQUIPAMENTO, VERIFICAÇÃO DO SISTEMA ELÉTRICO.	5	R$ 7.840,00	R$ 39.200,00
8	MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COZINHA-BALCÃO TÉRMICO - TROCA DE 1 M DE FIO DE CALORIA, TROCA DA RESISTÊNCIA, TROCA DA CHAVE LIGA E ESLIGA, TROCA DO TERMOSTATO DE TEMPERATURA, TROCA DO PROTETOR SALIVAR, BEM COMO TROCA DE PEÇAS PECULIARES AO EQUIPAMENTO MATERIAL E PEÇAS UTILIZADAS PARA CONSERTO/MANUTENÇÃO FICARÁ POR CONTA DA CONTRATADA.	8	R$ 5.934,00	R$ 47.472,00
9	MANUTENÇÃO CORRETIVA /PREVENTIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL - PASSTHROUGH QUENTE ELVI/COZIL, COM A EXECUÇÃO DOS SEGUINTES SERVIÇOS: TROCA DAS BORRACHAS DE VEDAÇÃO, TROCA DA RESISTÊNCIA, TROCA DA DOBRADIÇA, TROCA DE ÓLEO DE COMPRESSOR, TROCA DE FILTROS, TROCA DE VÁLVULAS E PEÇAS PECULIARES AO EQUIPAMENTO. MATERIAL E PEÇAS UTILIZADAS PARA CONSERTO/MANUTENÇÃO FICARÁ POR CONTA DA CONTRATADA	4	R$ 12.200,00	R$ 48.800,00
10	MANUTENÇÃO CORRETIVA /PREVENTIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL - MÁQUINA DE LAVAR LOUÇAS, COM A SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS DA MÁQUINA DE LAVAR LOUÇAS INDUSTRIAL NETTER MODELO NT300. MATERIAL E PEÇAS UTILIZADAS PARA CONSERTO /MANUTENÇÃO FICARÁ POR CONTA DA CONTRATADA	2	R$ 9.078,00	R$ 18.156,00
11	MANUTENÇÃO CORRETIVA /PREVENTIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL - REFRESQUEIRA INDUSTRIAL COM A REALIZAÇÃO DA TROCA DE PEÇAS. MATERIAL E PEÇAS UTILIZADAS PARA CONSERTO/MANUTENÇÃO FICARÁ POR CONTA DA CONTRATADA.	10	R$ 8.520,00	R$ 85.200,00
12	MANUTENÇÃO CORRETIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL - FATIADOR DE FRIOS INDUSTRIAL, COM A SUBSTITUIÇÃO DE LÂMINAS. MATERIAL E PEÇAS UTILIZADAS PARA CONSERTO/MANUTENÇÃO FICARÁ POR CONTA DA CONTRATADA.	2	R$ 7.345,00	R$ 14.690,00

13	MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COZINHA INDUSTRIAL: SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA EM EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL\, TIPO SUBSTITUIÇÃO DAS CORREIAS ORIGINAIS DA MASSEIRA INDUSTRIAL (EQUIPAMENTO DE PADARIA) \ COMPREENDENDO: - FORNECIMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE MANUTENÇÃO DA MASSEIRA INDUSTRIAL\, INCLUÍDOS TODOS OS AJUSTES\, REPAROS E SUBSTITUIÇÕES NECESSÁRIOS\, IDENTIFICADOS POR SEU CORPO TÉCNICO. - FORNECIMENTO E REALIZAÇÃO DA SUBSTITUIÇÃO DAS CORREIAS\, ORIGINAIS\, DA MASSEIRA INDUSTRIAL. - FORNECIMENTO, MANUTENÇÃO CORRETIVA DE MASSEIRA (TROCA DE CORREIAS\, RELIGAÇÃO DE UMA FASE DO MOTOR\, PARTE ELÉTRICA\, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO\, TESTE DE FUNCIONAMENTO). MANUTENÇÃO CORRETIVA EM MASSEIRA (TROCA DE CORREIAS\, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO\, PARTE ELÉTRICA\, INSTALAÇÃO DE 4 PÉS DE BORRACHA.	6	R$ 8.367,00	R$ 50.202,00
14	MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COZINHA-CAFETEIRA AÇO INOX-O, MARCA CONSERCAF, SERVIÇO INCLUI: TROCA DE TORNEIRAS COMPLETAS, TROCA DA RESISTÊNCIA, TROCA DO TERMOSTATO , BEM COMO TROCA DE PEÇAS PECULIARES AO EQUIPAMENTO.	4	R$ 7.475,00	R$ 29.900,00
15	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL- MOEDOR DE CARNE MARCA SKYMSEN, MODELO PSP-98M OU SIMILAR, COM A REALIZAÇÃO DO SEGUINTE(S) PROCEDIMENTO(S): LIMPEZA E RETIRADA DE RESÍDUOS; VERIFICAÇÃO E LIMPEZA DOS PONTOS DE FERRUGEM; LUBRIFICAÇÃO DAS ENGRENAGENS; VERIFICAÇÃO DE CABOS ELÉTRICOS E CONEXÕES; VERIFICAÇÃO DE RUÍDOS NO MOTOR; E REAPERTO DE CONEXÕES.	2	R$ 5.892,00	R$ 11.784,00
16	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL - LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL, COM A REALIZAÇÃO DE VISTORIA NO CIRCUITO ELÉTRICO, DESMONTAGEM/MONTAGEM, LIMPEZA E LUBRIFICAÇÃO DAS PEÇAS E VEDAÇÃO. MATERIAL E PEÇAS UTILIZADAS PARA CONSERTO/MANUTENÇÃO FICARÁ POR CONTA DA CONTRATADA.	2	R$ 5.250,00	R$ 10.500,00
17	MANUTENÇÃO PREVENTIVA /CORRETIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL - MODELADORA DE PANIFICAÇÃO, COM A EXECUÇÃO DOS SEGUINTES SERVIÇOS: TROCA DE PANO (FILTRO PARA MODELAR), CORREIAS, ROLAMENTOS E FIOS ELÉTRICOS. MATERIAL E PEÇAS UTILIZADAS PARA CONSERTO/MANUTENÇÃO FICARÁ POR CONTA DA CONTRATADA.	4	R$ 9.780,00	R$ 39.120,00
18	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL - FOGÃO INDUSTRIAL, COM A REALIZAÇÃO DOS SEGUINTES SERVIÇOS: LIMPEZA E RETIRADA DE FULIGENS DOS QUEIMADORES, LIMPEZA E TESTE DOS REGISTROS DOS QUEIMADORES, LIMPEZA GERAL, REGULAGEM DE ENTRADA DE AR E ALTURA DAS CHAMAS, TESTE DE ESTANQUEIDADE DO RAMAL DE GÁS. MATERIAL E PEÇAS UTILIZADAS PARA CONSERTO/MANUTENÇÃO FICARÁ POR CONTA DA CONTRATADA.	8	R$ 8.299,00	R$ 66.392,00
19	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA EM CONEXÕES DE TUBULAÇÕES DE GÁS (GLP GÁS DE COZINHA P 45) EM COZINHA INDUSTRIAL COM REALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE: MANUTENÇÃO DE TUBULAÇÃO COM TROCA DE REGISTROS DE ALTA PRESSÃO DA CENTRAL DE GÁS, TROCA DE MANGUEIRAS E TROCA DOS REGISTROS PERIFÉRICOS, VÁLVULAS, PINTURA DA TUBULAÇÃO EM COR PREVISTA EM LEGISLAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO DA SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA. EMISSÃO DE LAUDO TÉCNICO DE INSPEÇÃO, APONTANDO AS SOLUÇÕES NECESSÁRIAS. O LAUDO DE INSPEÇÃO DEVE SER ACOMPANHADO DE ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART) DO ENGENHEIRO RESPONSÁVEL PELA INSPEÇÃO.	1	R$ 17.760,00	R$ 17.760,00
Valor Total				**R$ 922.150,00**

Declaro expressamente que estão incluídos nos preços cotados todos os impostos, taxas, fretes, seguros,bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objetivo deste pregão, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.

CONDIÇÕES GERAIS DESTA PROPOSTA:

Validade da proposta: 30 dias

DADOS BANCÁRIOS:

Banco Santander [redacted] | Agência: 3[redacted] | Conta Corrente[redacted]-0

Sertânia-PE, 17 de Março de 2025

[redacted]

21.150.162/0001-86
Meta Licitações e Soluções em Engenharia Ltda.
Rua Quintino Bocaiúva, 180, Centro
CEP:56600-000 / Sertânia-PE

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (AEROMÓVEL)
(Companhia de Pedestres do Mato Grosso - 1754)
BATALHÃO AMAZONAS

TERMO DE JUNTADA POR ANEXAÇÃO DE DOCUMENTO

Termo nº 006/2025 - Processo 64114.001536/2025-12

Em 02/04/2025 às 09:58, faço anexar ao presente processo 64114.001536/2025-12, o(s) documento(s): ETP_160006-000015-2025_assinado_assinado_assinado_assinado.pdf, TR_160006-000011-2025_assinado_assinado_assinado_assinado.pdf, MR160006_000017_2025_assinado_%281%29_assinado.pdf, PESQUISA DE PREÇO.pdf.

JOÃO [redacted] 1º Ten
Chefe do Setor de Aprovisionamento

Resumo da IRP

Órgão da UASG	UASG Gerenciadora	N° da IRP
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160006 - 1 BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/A	160006 - 00009/2025

Lei	Modalidade da Compra	Critério de Julgamento
Lei nº 14.133/2021	Pregão Eletrônico	Menor Preço/Maior Desconto

Data Provável da Licitação	Prazo Estimado de Validade da Ata	Compra Nacional	Gerenciada/Autorizada ME/SGD
15/05/2025	12	Não	Não

Gestor de Compras

Gestor de Compras Responsável

Nome	CPF
[redacted]	[redacted]

DDD/Telefone	DDD/Fax	E-mail
[redacted]		[redacted]

Gestor de Compras Substituto

Nome	CPF

DDD/Telefone	DDD/Fax	E-mail

UASG Gerenciadora

UASG Gerenciadora	Órgão da UASG
160006 - 1 BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/AM	52121 - COMANDO DO EXERCITO

Logradouro	Número	Complemento
AVENIDA SãO JORGE, NR 650 - SãO JORGE		

Bairro	Município	CEP
	Manaus/AM	69033000

Itens da IRP

N° do Item	Tipo de Item	Item	Unidade de Fornecimento	Critério de Julgamento	Valor Unitário Estimado (R$)	UASG - Município/UF de Entrega - Quantidade		
1	Serviço	3670-Manutenção de Equipamentos de Cozinha Industrial	UNIDADE	Menor Preço	5.066,7500	160006 - 1 BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/AM	Manaus/AM	3
2	Serviço	3670-Manutenção de Equipamentos de Cozinha Industrial	UNIDADE	Menor Preço	5.583,6600	160006 - 1 BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/AM	Manaus/AM	1
3	Serviço	3670-Manutenção de Equipamentos de Cozinha Industrial	UNIDADE	Menor Preço	19.685,1700	160006 - 1 BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/AM	Manaus/AM	3
4	Serviço	3670-Manutenção de Equipamentos de Cozinha Industrial	UNIDADE	Menor Preço	4.622,6700	160006 - 1 BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/AM	Manaus/AM	3
5	Serviço	3670-Manutenção de Equipamentos de Cozinha Industrial	UNIDADE	Menor Preço	5.156,6700	160006 - 1 BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/AM	Manaus/AM	3
6	Serviço	3670-Manutenção de Equipamentos de Cozinha Industrial	UNIDADE	Menor Preço	9.696,6700	160006 - 1 BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/AM	Manaus/AM	2
7	Serviço	3670-Manutenção de Equipamentos de Cozinha Industrial	UNIDADE	Menor Preço	4.050,0000	160006 - 1 BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/AM	Manaus/AM	6
8	Serviço	3670-Manutenção de Equipamentos de Cozinha Industrial	UNIDADE	Menor Preço	4.144,6700	160006 - 1 BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/AM	Manaus/AM	6

N° do Item	Tipo de Item	Item	Unidade de Fornecimento	Critério de Julgamento	Valor Unitário Estimado (R$)	UASG - Município/UF de Entrega - Quantidade		
9	Serviço	3670-Manutenção de Equipamentos de Cozinha Industrial	UNIDADE	Menor Preço	6.300,0000	160006 - 1 BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/AM	Manaus/AM	2
10	Serviço	3670-Manutenção de Equipamentos de Cozinha Industrial	UNIDADE	Menor Preço	6.222,6700	160006 - 1 BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/AM	Manaus/AM	2
11	Serviço	3670-Manutenção de Equipamentos de Cozinha Industrial	UNIDADE	Menor Preço	4.206,6700	160006 - 1 BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/AM	Manaus/AM	2
12	Serviço	3670-Manutenção de Equipamentos de Cozinha Industrial	UNIDADE	Menor Preço	3.875,0000	160006 - 1 BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/AM	Manaus/AM	4
13	Serviço	3670-Manutenção de Equipamentos de Cozinha Industrial	UNIDADE	Menor Preço	4.323,2000	160006 - 1 BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/AM	Manaus/AM	2
14	Serviço	3670-Manutenção de Equipamentos de Cozinha Industrial	UNIDADE	Menor Preço	5.132,8500	160006 - 1 BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/AM	Manaus/AM	2
15	Serviço	3670-Manutenção de Equipamentos de Cozinha Industrial	UNIDADE	Menor Preço	2.920,3300	160006 - 1 BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/AM	Manaus/AM	2
16	Serviço	3670-Manutenção de Equipamentos de Cozinha Industrial	UNIDADE	Menor Preço	2.710,2400	160006 - 1 BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/AM	Manaus/AM	1

N° do Item	Tipo de Item	Item	Unidade de Fornecimento	Critério de Julgamento	Valor Unitário Estimado (R$)	UASG - Município/UF de Entrega - Quantidade		
17	Serviço	3670-Manutenção de Equipamentos de Cozinha Industrial	UNIDADE	Menor Preço	4.147,3300	160006 - 1 BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/AM	Manaus/AM	1
18	Serviço	3670-Manutenção de Equipamentos de Cozinha Industrial	UNIDADE	Menor Preço	5.149,6700	160006 - 1 BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/AM	Manaus/AM	3
19	Serviço	3670-Manutenção de Equipamentos de Cozinha Industrial	UNIDADE	Menor Preço	9.170,0000	160006 - 1 BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/AM	Manaus/AM	2

19 registros encontrados, exibindo todos os registros.

Adicional

Observação

Não serão aceitos participantes por se tratar de uma contratação específica para as necessidades dos equipamentos do 1 BIS, com modelos e problemas diversos.

Anexo(s)

Nenhum registro a ser exibido.

Fechar

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (AEROMÓVEL)
(Companhia de Pedestres do Mato Grosso - 1754)
BATALHÃO AMAZONAS

TERMO DE JUNTADA POR ANEXAÇÃO DE DOCUMENTO

Termo nº 007/2025 - Processo 64114.001536/2025-12

Em 02/04/2025 às 16:08, faço anexar ao presente processo 64114.001536/2025-12, o(s) documento(s): IRP Pasa.pdf.

[redacted] 3º Sgt
Auxiliar da SALC

MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

1º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (AEROMÓVEL)

(Companhia de Pedestre do Mato Grosso – 1754)

BATALHÃO AMAZONAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º .....

O 1º Batalhão de Infantaria de Selva (Aeromóvel), com sede na Avenida São Jorge, nº 650, bairro São Jorge, CEP 69033-000, na cidade de Manaus/AM, inscrito no CNPJ sob o nº 09.595.355/0001-45, neste ato representado pelo Tenente Coronel [redacted] NEVES, Comandante do 1º BIS (Amv), nomeado pela Portaria Cmt Ex nº 730, de 23 de maio de 2024, publicada no DOU nº 100, de 24 de maio de 2024, portador da identidade nº 013090564-9/MDEB, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90007/2025, processo administrativo nº64114.001536/2025-12, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual Contratação de Prestação de Serviço de Manutenção de Equipamentos de Cozinha Industrial para atender a demanda do 1º Batalhão de Infantaria de Selva (Amv). para o 1° Batalhão de Infantaria de Selva (Aeromóvel) , especificado no item 1.1 do Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº 90007/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*							
X	Especificação	*Marca (se exigida no edital)*	*Modelo (se exigido no edital)*	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	*Prazo garantia ou*

								validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o .....(nome do órgão)....

3.2. {Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	*Órgãos Participantes*	*Unidade*	*Quantidade*

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS *(item obrigatório)*

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela ent idade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital;* e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.9, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Manaus/AM, _____de_____de 2025.

[redacted]NEVES – Ten Cel
Representante Legal do Órgão Gerenciador

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*							
X	Especificação	*Marca (se exigida no edital)*	*Modelo (se exigido no edital)*	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	*Prazo garantia ou validade*

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*							
X	Especificação	*Marca (se exigida*	*Modelo (se exigido no*	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade	Valor Un	*Prazo garantia*

		no edital)	*edital)*			Mínima		*ou validade*

Contrato 3/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
3/2025	160006-1 BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/AM	CARLOS [redacted]	14/04/2025 16:26 (v 1.0)

Status
CONCLUIDO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		64114.001536/2025-12

1. OBJETO

(Processo Administrativo n° 64114.001536/2025-12)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº *xx*/*xxxx*, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) ..... E .....

A União, por intermédio do 1º Batalhão de Infantaria de Selva (Aeromovél), com sede na Avenida São Jorge, nº 1986 – São Jorge, na cidade de Manaus/AM, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 04.953.833/0001-58, neste ato representado peloTenente Coronel [redacted]NEVES, nomeado pela Portaria nº 730, de 23 de maio de 2024, publicada no DOU de 24 de maio de 2024, portador da Matrícula Funcional nº[redacted]-9/MDEB, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) *[CONTRATADO]*, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº *[CNPJ],* sediado(a) na *[endereço]*, na cidade de *[cidade]*/*[UF]*, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por *[nome e função no CONTRATADO]*, conforme *[atos constitutivos da empresa]* ***OU*** *[procuração apresentada nos autos],* tendo em vista o que consta no Processo nº 64114.001536/2025-12 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do *Pregão Eletrônico* nº 90007*/2025*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.[A2]

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de *[objeto]*, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1.O Termo de Referência;

1.3.2.O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.2. *O prazo de vigência da contratação é de* 12 (doze) meses *contados do(a)* ***[indicar o termo inicial da vigência]****, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.*

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.4.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.4.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.4.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.4.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.4.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.4.6. Não haja registro Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.5. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.6. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.7. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.8. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

5. PREÇO

5.2. O valor total da contratação é de R$ ***xxxxxx (xxxxxxxxx)***

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de *XXXXXXX*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de *XXXXXX*;

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO[A3] ;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC),quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.35. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (inserir endereço(s));

9.36. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o CONTRATADO tiver unidade de prestação de serviços em distância de [....] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado[A4] .

9.37. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

9.38. Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO.[A5]

9.38.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

10. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

> *10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.[A4]

11. GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.2. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

13.8. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.9. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.10. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.11. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.12. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.12.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.12.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.12.3. Das indenizações e multas.

13.13. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.14. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.14.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.14.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.15. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: [...];

II) Fonte de recursos: [...];

III) Programa de trabalho: [...];

IV) Elemento de despesa: [...]; e

V) Plano interno: [...]; e

VI) Nota de emprenho: [...];

16. DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A1]

17. PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em *XXXXX*, Seção Judiciária de *XXXXX* para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Manaus/AM, [dia] de [mês] de [ano].

_____

Representante legal do CONTRATANTE

_____

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2- [A1]

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

[redacted]**NEVES**
Ordenador de Despesas do 1º BIS (Amv)

Edital 4/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
4/2025	160006-1 BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/AM	CARLOS [redacted]	11/04/2025 20:29 (v 1.0)

Status

CONCLUIDO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		64114.001536/2025-12

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90007/2025

CONTRATANTE (UASG)

(160006) - 1ºBIS (Amv)

OBJETO

Contratação de serviço de manutenção de equipamentos de cozinha industrial

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R$ 474.069,03 (quatrocentos e setenta e quatro mil, sessenta e nove reais e três centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 25/04/2025 às 09h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

menor preço por item

Modo de disputa:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (AEROMÓVEL)
(Companhia de Pedestre do Mato Grosso – 1754)
BATALHÃO AMAZONAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2025
(Processo Administrativo n° 64114.001536/2025-12)

Torna-se público que o(a) 1º Batalhão de Infantaria de Selva (Aeromóvel), por meio da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos, sediado na Avenida São Jorge, 650, bairro São Jorge, na cidade de Manaus/AM, CEP 69033-00, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de serviço de manutenção de equipamentos de cozinha industrial conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

1.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br /compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para os itens 01 a 19 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021 , para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.10. Não poderão disputar esta licitação:

3.10.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.10.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.10.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.10.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.10.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.10.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.10.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.10.9 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.10.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.10.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12. O impedimento de que trata o item 3.10.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.5 e 3.10.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.15. O disposto nos itens 3.10.5 e 3.10.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional

com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.17. A vedação de que trata o item 3.10.13 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

~~4.1. O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso.~~

~~4.2. Para fins do disposto no item anterior, o orçamento estimado para a contratação nã~~o será ~~tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.~~

~~4.3. O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgã~~os ~~de controle interno e externo.~~

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.1 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.7.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.[A3]

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.[A4]

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.13. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.14. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.15. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou

sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01 (um centavo*).*

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.[A3]

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação

/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.[A4]

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores /inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.[A7]

7.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da

licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.23.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.23.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.23.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.23.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.23.2.2. empresas brasileiras;

7.23.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.23.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.25.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.25.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.25.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.25.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.25.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.25.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1.SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep); e.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

8.8. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

8.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.9.1. contiver vícios insanáveis;

8.9.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.9.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.9.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.9.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.11. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.11.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.11.2. nexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.12. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.12.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.12.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

8.12.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.13. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.14. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.14.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.14.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.14.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.14.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.15.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.15.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.17. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra[A3] , o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.18. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.19. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.20. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.21. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

> 9.1.1.A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

> 9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado via e-mail, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

9.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

9.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 3 (três) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 3 (três) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Le*i.*

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin [A1] constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico gov.br/compras.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1.deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2.recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 60 (*sessenta*) dias úteis, a contar da comunicação oficial. [A2]

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de *0,5%* a *15%* do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de *15%* a *30%* do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: salc1bisamv@gmail.com.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico gov.br/compras.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.3. Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.4. Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços;

Manaus/AM, 11 de abril de 2025

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

[redacted]

[redacted]**NEVES**
Ordenador de Despesas do 1º BIS (Amv)

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (AEROMÓVEL)
(Companhia de Pedestres do Mato Grosso - 1754)
BATALHÃO AMAZONAS

TERMO DE JUNTADA POR ANEXAÇÃO DE DOCUMENTO

Termo nº 008/2025 - Processo 64114.001536/2025-12

Em 15/04/2025 às 10:02, faço anexar ao presente processo 64114.001536/2025-12, o(s) documento(s): ATA PASA.pdf, minuta de contrato PASA.pdf, EDITAL_PASA_assinado.pdf.

JOÃO [redacted] - 1º Ten
Chefe do Setor de Aprovisionamento

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
SUBCONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO DE GESTÃO PÚBLICA
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE SERVIÇOS SEM MÃO DE OBRA EXCLUSIVA NOS ESTADOS

PARECER REFERENCIAL n. 00001/2024/CGSEM-EST/SCGP/CGU/AGU

NUP: 00688.001923/2024-82

INTERESSADOS: Órgãos da União assessorados pela Diretoria de Contratação de Serviços Sem Mão de Obra Exclusiva – SCGP/CGU

ASSUNTOS: DISTRIBUIÇÃO

EMENTA: Direito Administrativo. Licitações e contratos. Manifestação Jurídica Referencial (MJR). Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, da Advocacia-Geral da União. Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022;

PROCESSO DE ORIGEM: 00688.001923/2024-82;

Órgão expedidor: Diretoria de Contratação de Serviços Sem Mão de Obra Exclusiva – SCGP/CGU;

Órgão destinatário: Órgãos da União assessorados pela Diretoria de Contratação de Serviços Sem Mão de Obra Exclusiva – SCGP/CGU;

PRAZO DE VALIDADE: 2 (dois) anos, a contar da aprovação da MJR, admitidas renovações. Art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31/03/22;

1. Procedimento licitatório para a prestação de serviços comuns sem dedicação exclusiva de mão de obra, na modalidade pregão eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço ou maior desconto, com valor anual estimado igual ou inferior a R$300.000,00 (trezentos mil reais);

2. Conveniência de confecção de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) para procedimentos licitatórios de baixa complexidade;

3. Comprovação de volume elevado de processos sobre a matéria e demonstração de que a análise individualizada dos expedientes traz prejuízo às atividades da Diretoria de Contratação de Serviços Sem Mão de Obra Exclusiva – SCGP/CGU;

4. Base legal da MJR: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023; Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022; Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022; Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015; Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021; Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022; Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022; Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022; Portaria SEGES/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022; Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019; Portaria ME nº 7.828, de 30 de agosto de 2022; Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021.

5. Esta MJR não se aplica aos procedimentos licitatórios com os seguintes objetos ou características:

a) serviços com dedicação exclusiva de mão de obra (terceirização) ou serviços de engenharia civil;

b) cessão de uso de imóveis da União para atividade de apoio;

c) locação de imóvel de particular para uso por Órgão da União;

d) contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação – TIC;

e) credenciamento de OCS (Organizações Civis de Saúde) e PSA (Profissionais de Saúde Autônomos) para atuar em Fundo de Saúde das Forças Armadas;

f) gerenciamento de frota (quarteirização) para manutenção de veículos;

g) aquisição de bens (aplica-se o Parecer referencial vigente da E-CJU/Aquisições/CGU/AGU);

h) licitações internacionais;

i) licitações em modalidades diversas do Pregão;

j) licitações com procedimento regulado por normas especiais não previstas na base legal do presente parecer.

6. Dispensa de análise individualizada de processos, nas hipóteses e termos delimitados nesta manifestação e mediante certificação nos autos, pela área técnica responsável dos órgãos assessorados, de que a situação concreta se amolda perfeitamente aos termos deste Parecer Referencial e de que foram atendidas as orientações nele emanadas.

1. INTRODUÇÃO

1. A Diretoria de Contratação de Serviços sem Mão de Obra Exclusiva da Subconsultoria-Geral da União de Gestão Pública, composta pela Coordenação-Geral Jurídica de Serviços Sem Mão de Obra Exclusiva em Brasília e pela Coordenação-Geral Jurídica de Serviços Sem Mão de Obra Exclusiva nos Estados, é responsável pela análise de processos relativos à contratação de serviços, exceto os de engenharia, sem a disponibilização de trabalhadores da empresa nas instalações da administração pública federal, mesmo nas hipóteses em que houver fornecimento de bens necessários à execução do serviço, compreendendo a consultoria e assessoramento jurídicos das matérias não relacionadas às atividades finalísticas dos órgãos da Advocacia-Geral da União, das Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios, das Consultorias Jurídicas da União nos Estado, das Assessorias Jurídicas e das Consultorias Jurídicas Adjuntas dos Comandos das Forças Armadas, nos termos da Portaria Normativa AGU nº 152, de 31 de outubro de 2024.

2. Após a edição dos Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação e das minutas elaboradas pela AGU e MGI, o trâmite da fase interna da licitação passou a ser roteirizado. Os gestores públicos passaram a elaborar seus documentos a partir de padrões chancelados pela AGU, atendendo às suas notas explicativas de cunho jurídico. Assim, restou ao parecerista cumprir rito burocrático de simples conferência de documentos em processos de baixa complexidade jurídica, alvo desta Manifestação Jurídica Referencial (MJR), contrário aos princípios da eficiência, da celeridade e da economicidade, reduzindo-se, por consequência, o tempo destinado à função constitucionalmente prevista de assessoramento jurídico do Poder Executivo.

3. Face ao exposto, a presente MJR tem por objetivo estabelecer as diretrizes básicas normativas e fixar os pressupostos jurídicos necessários para a correta instrução dos procedimentos de pregão para contratação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra, sob a égide da Lei nº 14.133, de 2021, com valor anual estimado igual ou inferior a R$300.000,00. A edição da MJR dispensa a análise jurídica individualizada dos processos por ela abrangidos, sem que isso implique em amesquinhamento da atuação consultiva ou fragilização da prestação do assessoramento jurídico imposto por lei (art. 11, VI, da Lei Complementar n. 73/1993; art. 53, da Lei n. 14.133/2021).

4. Em caso de pregão para serviços continuados com vigência plurianual, nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133, de 2021, deve-se dividir o valor total estimado pelo número de anos de vigência da contratação pretendida (valor do contrato/anos vigência). Se o valor anual calculado estiver dentro do limite de R$300.000,00, é possível a aplicação desta MJR.

5. Considerando-se a ampla variedade de matérias inseridas na competência deste órgão consultivo, **não se inserem no âmbito desta MJR** os procedimentos licitatórios abaixo listados cujas peculiaridades afastam a aplicação deste parâmetro, ainda que tenham custo anual relativamente baixo:

a) serviços com dedicação exclusiva de mão de obra (terceirização) ou serviços de engenharia civil;

b) cessão de uso de imóveis da União para atividade de apoio;

c) locação de imóvel de particular para uso por Órgao da União;

d) contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação – TIC;

e) credenciamento de OCS (Organizações Civis de Saúde) e PSA (Profissionais de Saúde Autônomos) para atuar em Fundo de Saúde das Forças Armadas;

f) gerenciamento de frota (quarteirização) para manutenção de veículos;

g) aquisição de bens (aplica-se o Parecer referencial vigente da E-CJU/Aquisições/CGU/AGU);

h) licitações internacionais;

i) licitações em modalidades diversas do Pregão;

j) licitações com procedimento regulado por normas especiais não previstas na base legal do presente parecer.

6. Entende-se pertinente a fixação de **prazo de validade de 2 anos para esta MJR**, contado de sua aprovação, sem prejuízo de que, caso necessário, o projeto passe por ajustes e correções.

2. ANÁLISE JURÍDICA

2.1 Pressupostos para a adoção da Manifestação Jurídica Referencial

7. A MJR traz para o gestor os entendimentos jurídicos consolidados sobre o tema de que trata. A Orientação Normativa AGU nº 55, de 23/05/2014 a criou buscando maior racionalização, celeridade, eficiência e economicidade na atividade de consultoria jurídica:

> ON/AGU nº 55, de 2014
>
> I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.
>
> II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

8. Conforme art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31/03/2022, a construção de uma *MJR* depende da comprovação de que o volume de processos possa impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos. Além disso, deve-se comprovar que a atividade jurídica que seria demandada se restringe à mera conferência de documentos ou à enunciação-padrão de adequação jurídica da instrução ou conclusão firmada pela área técnica.

9. Quanto ao primeiro requisito, atualmente a Diretoria de Contratação de Serviços Sem Mão de Obra Exclusiva é a maior unidade da Subconsultoria-Geral da União de Gestão Pública em volume de processos, lidando com uma gama relevante de diferentes tipos de contratações de serviços, num total de mais de 6.000 (seis mil) processos distribuídos somente no ano de 2023. Historicamente, volume considerável dos procedimentos submetidos à DISEMEX caracteriza-se pelo baixo valor e complexidade jurídica, com matéria repetitiva.

10. O volume de processos sobre a matéria ora tratada impacta a atuação desta Diretoria de Serviços sem Mão de Obra, comprometendo a celeridade dos serviços jurídicos e administrativos prestados, além de reduzir o tempo de que dispõe o Advogado da União para o exame e manifestação nas questões mais complexas, que exijam análise jurídica mais profunda e detalhada.

11. Quanto ao segundo requisito (baixa complexidade), os procedimentos alvo da MJR tem análise jurídica limitada à análise de documentação elaborada a partir de minutas fornecidas pela AGU, conferindo-se o correto preenchimento no caso concreto, e se documentos eminentemente técnicos estão presentes ou se sua ausência é justificada nos autos.

12. Na prática, constata-se que, geralmente, não há necessidade de maiores apontamentos jurídicos nestes procedimentos. Com a edição dos Instrumentos de Padronização já há um prévio e robusto assessoramento jurídico realizado pela AGU, quanto às cautelas que devem ser tomadas quando da formação do processo de contratação.

13. Pelo exposto, restam atendidas as diretrizes para expedição de MJR, dispensando-se a análise jurídica individualizada e obrigatória de processos desta natureza. Ressalva-se que dúvidas jurídicas específicas quanto a forma de proceder podem e devem ser pontualmente submetidas à análise da unidade consultiva sempre que o órgão assessorado entender necessário.

14. **Registre-se que compete ao órgão assessorado atestar que o assunto tratado nos autos corresponde àquele versado na manifestação jurídica referencial, para o fim de não encaminhamento do mesmo**, **ressaltando-se que, na eventualidade de o administrador não atender às orientações do Órgão Consultivo, passa a assumir, inteiramente, a responsabilidade por sua conduta.**

15. Por fim, cumpre esclarecer que qualquer entendimento visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado em manifestação jurídica referencial, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU, bem como o esclarecimento de dúvidas jurídicas suscitadas pelo órgão administrativo, deve ser submetido previamente a esta Unidade Consultiva.

2.2 Finalidade e abrangência do parecer jurídico

16. O parecer jurídico tem por finalidade auxiliar o gestor no controle prévio da legalidade administrativa dos atos praticados, conforme artigo 53, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC). O controle prévio de legalidade não abrange aspectos de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade, conforme Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União.

17. As especificações técnicas contidas no processo de contratação, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, características, requisitos e avaliação do preço estimado, são responsabilidade do órgão contratante. Recomenda-se que o órgão adote parâmetros técnicos objetivos, para melhor atender o interesse público. A decisões discricionárias do gestor (questões de oportunidade e conveniência) devem ser motivadas nos autos.

18. Não é papel da AGU fiscalizar o gestor, nem os atos já praticados. Este parecer não é vinculante, mas em prol da segurança da própria autoridade, recomenda-se avaliar e acatar, sempre que possível, os entendimentos aqui expostos. As questões relacionadas à legalidade serão apontadas neste ato. O eventual prosseguimento do feito sem a observância destes apontamentos é da responsabilidade exclusiva do gestor.

2.3 Regularidade da formação do processo

19. Os documentos juntados aos autos devem integrar um único processo administrativo, devidamente autuado em sequência cronológica, confeccionados preferencialmente de forma digital, revelando-se com fidedignidade a sequência dos atos administrativos realizados no processo, conforme dispõem o art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021, e a Orientação Normativa da AGU nº 2, de 1º de abril de 2009.

20. Nesse contexto, **recomenda-se** ao assessorado que se atente:

- para o dever de formação de um único processo em ordem cronológica;
- que os atos sejam preferencialmente digitais;
- que os autos, quando físicos, sejam justificados e formalizados em volumes contendo até 200 folhas, devidamente numeradas e rubricadas;
- que, caso haja necessidade de se juntar documentos provenientes de outro processo, acoste-se a devida justificativa nos autos;
- que os documentos sejam devidamente datados e assinados pelo agente responsável.

2.4 Governança e conformidade legal

2.4.1. Limites e instâncias de governança

21. O Decreto nº 10.193, de 27/12/19 estabelece limites e instâncias de governança para contratação de bens e serviços pela União. A Portaria ME nº 7.828, de 30/08/22, estabelece normas complementares para seu cumprimento.

22. Em caso de atividade de custeio, necessária a autorização da contratação pela Ministro de Estado ou do titular de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República, ou autoridade delegada, nos termos dos § 2º e § 3º do art. 3º do Decreto nº 10.193, de 2019, antes da assinatura do contrato.

23. Para os contratos com valor inferior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), a competência poderá ser delegada ou subdelegada aos subsecretários de planejamento, orçamento e administração ou à autoridade equivalente, permitida a subdelegação, conforme estabelece o art. 3º, *caput* e § 2º, do Decreto nº 10.193/2019.

24. A chefia do órgão local (Coordenador/Chefe da unidade administrativa) pode receber delegação para autorizar contratações de até R$1.000.000,00 (um milhão de reais), vedada a subdelegação, conforme estabelece o art. 3º, *caput* e § 3º, do Decreto nº 10.193/2019.

25. Nas contratações decorrentes da utilização de **Ata de Registro de Preços**, independentemente de tratar-se de ata elaborada pelo próprio órgão ou à qual tenha aderido, cada contrato deverá, isoladamente, ser precedido de autorização da autoridade correspondente.

26. Nas contratações de prestação de **serviços continuados** deverão ser utilizados os valores (§§3º e 4º do art. 4º da Portaria ME nº 7828/2022):

> I - anualizado, se o prazo do contrato for igual ou inferior a doze meses; ou
>
> II - constante do termo contratual, se o prazo for superior a doze meses.
>
> § 4º No caso de prorrogação contratual, a autoridade responsável pela autorização será definida de acordo com o valor constante do termo aditivo, observados os limites e instâncias de governança definidos nos termos dos § 2º e § 3º do art. 3º do Decreto nº 10.193, de 2019.

27. Assim, necessário que o gestor declare nos autos se a contratação pretendida envolve ou não atividade de custeio e obtenha a autorização para contratação, expedida pela autoridade competente, caso se trate de despesa de custeio.

28. Se o valor da contratação, apurado ao final do procedimento, for superior ao estimado na fase interna do processo, será necessária nova autorização, por parte da autoridade competente (§2º do art. 4º da Portaria ME nº 7828/2022).

29. Recomenda-se que sejam juntadas as publicações dos atos de nomeação ou designação da autoridade e demais agentes administrativos, bem como os atos normativos que estabelecem as respectivas competências.

2.4.2. Instrumentos de governança

30. De acordo com o art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021, a fase preparatória da licitação deve compatibilizar-se com o Plano de Contratações Anual. Por sua vez, o art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022, prevê que o Termo de Referência deverá estar alinhado com o Plano de Contratações Anual e com o Plano Diretor de Logística Sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração.

31. A teor do art. 6º da Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, o Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS e o Plano de Contratações Anual - PCA são instrumentos de governança nas contratações públicas.

32. O PLS é instrumento vinculado ao planejamento estratégico do órgão ou entidade, ou instrumento equivalente, e às leis orçamentárias, que estabelece a estratégia das contratações e da logística no âmbito do órgão ou entidade, considerando objetivos e ações referentes a critérios de sustentabilidade nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural.

33. Segundo o caput do art. 7º da Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021, os órgãos e as entidades devem elaborar e implementar seu PLS de acordo com modelo de referência, que foi definido pela Portaria SEGES/MGI nº 5.376, de 14 de setembro de 2023.

34. Ademais, consoante o parágrafo único do art. 7º e §1º do art. 8º da Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021, o PLS deverá nortear a elaboração do PCA, dos estudos técnicos preliminares e dos anteprojetos, dos projetos básicos ou

dos termos de referência de cada contratação e seus critérios e práticas deverão ser considerados para fins de definição da especificação do objeto a ser contratado, das obrigações da contratada ou de requisito previsto em lei especial.

35. **Recomenda-se** que o órgão assessorado se manifeste a respeito do assunto, demonstrando expressamente a observância do art. 7º da Instrução Normativa SEGES n. 58, de 2022.

36. Por sua vez, de acordo com o art. 18 da Lei nº 14.133/2021, a fase preparatória da licitação deve compatibilizar-se com o PCA, de que trata o inciso VII do caput do art. 12. O Decreto nº 10.947/2022, ao regulamentar o PCA, impôs aos órgãos e entidades a obrigatoriedade de elaboração, até a primeira quinzena de maio de cada exercício, de planos de contratações anuais, os quais conterão todas as contratações que pretendem realizar no exercício subsequente.

37. Ainda, conforme art. 12, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, o PCA deve ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial e deverá ser observado na realização de licitações e na execução dos contratos.

38. A informação relativa à previsão da contratação no PCA deve constar em seção específica do Estudo Técnico Preliminar (Art. 18, §1º, II da Lei nº 14.133/21). **Recomenda-se** atenção quanto ao cumprimento desta exigência.

39. Caso necessário, no ano de sua execução, pode o PCA ser revisado, mediante justificativa aprovada pelo Ordenador de Despesas (Art. 16 do Decreto nº 10.947/22).

40. O setor de contratações é responsável por verificar se a demanda está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) e, caso ausente, **recomenda-se** solicitar justificadamente a sua inclusão ao PCA em vigor, nos termos dos arts. 16 e 17 do Decreto nº 10.947/22.

41. De acordo com art. 1º, parágrafo único, do Decreto nº 10.947, de 2022, a comprovação de inclusão da contratação no PCA é **dispensável** aos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, sem prejuízo da observância do princípio do planejamento de que trata o art. 5º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4.3. Avaliação de conformidade legal

42. O art. 19 da Lei nº 14.133/21, prevê mecanismos e ferramentas voltadas ao gerenciamento de atividades de administração de materiais, obras e serviços. As listas de verificação (disponibilizados pela Advocacia-Geral da União em sua página virtual) são importantes para auxiliar na adequada condução do processo.

43. O art. 36 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017 tornou obrigatório o preenchimento das listas de verificação (Anexo I da Orientação Normativa/SEGES nº 2, de 6 de junho de 2016).

44. As listas atualizadas estão disponíveis no endereço https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/14133/listas-de-verificaca[redacted]

45. **Recomenda-se** ao órgão assessorado que instrua os autos com a lista de verificação adequada (Lista de Verificação Compras e Serviços sem Mão de Obra exclusiva - Lei 14.133). A lista de verificação deve ser preenchida com indicação dos documentos e páginas do processo em que cumprida cada orientação.

2.5 Planejamento da contratação

2.5.1 Aspectos gerais

46. O artigo 18 da Lei nº 14.133/2021 elenca providências e documentos que devem instruir a fase de planejamento:

> Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o **plano de contratações anual d**e que trata o inciso VII do **caput** do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as **leis orçamentárias**, bem como abordar todas as

> **considerações técnicas, mercadológicas e de gestão** que podem interferir na contratação, compreendidos:
>
> I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em **estudo técnico preliminar** que caracterize o interesse público envolvido;
>
> II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de **termo de referência**, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;
>
> III - a definição das **condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento**;
>
> IV - o **orçamento estimado**, com as composições dos preços utilizados para sua formação;
>
> V - a elaboração do **edital** de licitação;
>
> VI - a elaboração de **minuta de contrato**, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;
>
> VII - o **regime de fornecimento de bens**, **de prestação de serviços** ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;
>
> VIII - a **modalidade** de licitação, o **critério de julgamento**, o **modo de disputa** e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
>
> IX - a **motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira,** justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço**, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio**;
>
> X - a **análise dos riscos** que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;
>
> XI - a motivação sobre o **momento da divulgação do orçamento da licitação**, observado o art. 24 desta Lei.
>
> (grifou-se)

47. O planejamento da contratação pressupõe que a própria necessidade administrativa seja investigada, para se compreender o que fundamenta a demanda.

48. Identificada a necessidade, pode-se buscar as soluções disponíveis no mercado. Encontrada mais de uma solução possível, deve-se avaliar e demonstrar qual a melhor para o órgão, para definição do objeto licitatório e seus contornos.

49. Em linhas gerais, a instrução do processo licitatório deve revelar esse encadeamento lógico, como veremos em seguida.

2.5.2. Documento de Formalização da Demanda

50. O Documento de Formalização da Demanda – DFD é o documento em que a área requisitante evidencia e detalha a necessidade de contratação, sendo elaborado – em regra – no exercício anterior à contratação propriamente dita, pois é instrumento de organização e elaboração do Plano Anual de Contratações do órgão, nos termos do inc. VII do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021, e do art. 8º do Decreto nº 10.947, de 2022.

51. Trata-se de instrumento **obrigatório** para o início de todo processo de contratação, **devendo ser confeccionado** no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações – PGC, no Portal de Compras do Governo Federal (compras.gov.br).

52. Para o correto preenchimento do DFD, **recomenda-se** adotar as orientações contidas no **Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação**, disponível no endereço https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/instrumento-de-padronizacao-dos-procedimento-de-contratacao-agu-fev-2024.pdf

2.5.3 Estudo Técnico Preliminar (ETP)

53. O Estudo Técnico Preliminar (ETP), elaborado pelos servidores da área técnica e requisitante ou pela equipe de planejamento da contratação, é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento da contratação. Referido documento deve conter, de forma fundamentada, a descrição da necessidade da contratação, com especial atenção à demonstração do interesse público envolvido, além de abordadas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

54. O artigo 18, § 1º, da Lei nº 14.133/21, apresenta seus elementos essenciais:

> § 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do **caput** deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:
>
> **I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;**
>
> II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração**;**
>
> III - requisitos da contratação;
>
> **IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;**
>
> V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;
>
> **VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;**
>
> VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;
>
> V**III - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;**
>
> IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;
>
> X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;
>
> XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;
>
> XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;
>
> X**III - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.**

55. O ETP, obrigatoriamente, deve conter todos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do §1º do art. 18 (conforme exigido no art. 18, §2º).

56. Em relação aos demais elementos (incisos II, III, V, VII, IX, X, XI, XII do art. 18, §1º), quando não constarem do ETP, a Administração deve justificar a sua ausência.

57. Além das exigências da Lei n. 14.133, de 2022, deve-se observar o disposto na IN SEGES/ME nº 58, de 08/08/2022, que regulamenta a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP pelos órgãos da União, e determina a utilização do Sistema ETP digital.

58. Para o correto preenchimento do ETP, recomenda-se adotar as orientações contidas no Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação, disponível no endereço https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/instrumento-de-padronizacao-dos-procedimento-de-contratacao-agu-fev-2024.pdf.

59. Passa-se em seguida à análise dos principais elementos do ETP.

2.5.3.1 - Descrição da necessidade da contratação

60. A necessidade da contratação é o primeiro aspecto a ser abordado em um estudo técnico preliminar. Trata-se de etapa fundamental, em que o problema da Administração pode ser compreendido sob outra perspectiva, contribuindo para que outras soluções se mostrem propícias a atender a demanda. A clareza da necessidade é a base para possíveis inovações.

61. Nessa primeira etapa, ainda não se sabe quais as soluções disponíveis. Por tal razão, o art. 18, §1º da Lei n. 14.133/21 prevê primeiro a indicação dos requisitos mínimos de atendimento da necessidade da Administração, em seu inciso III, e só depois trata do levantamento de mercado (quando se buscam as soluções disponíveis), no inciso V.

62. **Recomenda-se** ao órgão descrever e justificar sua necessidade administrativa no Documento de Formalização da Demanda e Estudo Técnico Preliminar, esclarecendo por quais razões a contratação pretendida é relevante para o adequado funcionamento de suas atividades.

63. Em caso de licitação realizada pelo sistema de registro de preços (SRP), os participantes também devem demonstrar sua necessidade, ao solicitar a participação (Art. 8º, I do Decreto nº 11.462/23).

64. Caso haja órgãos interessados em participar da licitação pelo SRP, todos devem justificar suas necessidades. **Recomenda-se** ao órgão gerenciador fixar prazo para os potenciais participantes complementarem sua documentação. se necessário, sob pena de indeferimento de seu pedido de participação.

65. Registre-se ainda que, via de regra, adotando-se o SRP, a escolha do método de execução do serviço e definição do objeto licitado são responsabilidade do órgão gerenciador.

66. Contudo, pode o órgão participante solicitar a inclusão de novo item, em prazo previsto pelo gerenciador, informando suas especificações, estimativa de consumo, local de entrega e apresentando pesquisa de mercado que contemple a variação de custos locais e regionais (art. 8º, inc. III do Decreto n. 11.462/23). Caso solicite a inclusão de novo item, o órgão participante deve elaborar Estudo Técnico Preliminar, tratando apenas deste item não contemplado no objeto licitatório definido pelo gerenciador.

67. **Recomenda-se** também definir no Estudo Técnico Preliminar, na seção relativa à descrição da necessidade da contratação, se o objeto contratado tem **natureza contínua ou não**, e se a **despesa é rotineira ou configura-se nova ação governamental**. Tal informação é essencial para correta definição dos prazos de vigência e viabilidade de prorrogação contratual e questões orçamentárias, conforme veremos adiante.

68. A definição de serviços e fornecimentos contínuos consta no art. 6º, XV, da Lei nº 14.133, de 2021, sendo os “serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas”.

69. A descrição da necessidade deve avaliar o interesse público também na perspectiva do impacto ambiental decorrente da contratação e opções que atendam ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, considerando o ciclo de vida do objeto (incisos I e IV, do art. 11, da Lei nº 14.133/2021).

2.5.3.2 Levantamento de Mercado

70. Após identificada a necessidade, o Estudo Técnico Preliminar deve buscar alternativas para atendê-la.

71. Não se trata de realizar pesquisa de preços. Neste momento deve-se estudar as práticas disponíveis no mercado e adotadas por outros órgãos públicos, para verificar se existe outro método disponível para atender a necessidade administrativa, gerando maior produtividade ou economia.

72. O artigo 9º, III, "a" à "d" da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022 indica algumas opções para realizar essa busca. Seu art. 12 estabelece que "os órgãos e entidades deverão pesquisar, no Sistema ETP Digital, os ETP de outras unidades, como forma de identificar soluções semelhantes que possam se adequar à demanda da Administração".

73. Além disso, conforme o art. 10 do Decreto nº 11.462, de 2023, os órgãos e as entidades, antes de iniciar processo licitatório ou a contratação direta, **devem** sempre consultar as IRPs em andamento e deliberarão a respeito da conveniência de sua participação, sendo que essa deliberação deverá constar nos autos do processo de contratação do respectivo órgão.

74. Ao buscar a melhor solução disponível, deve o gestor verificar a possibilidade de adoção de medidas de sustentabilidade eventualmente previstos, sem prejuízo ao caráter competitivo do certame.

75. Em caso de contratação que contemple fornecimento de bens ou cessão de equipamentos em comodato, **recomenda-se** observar o art. 44 da Lei nº 14.133/2021, que determina que se faça a avaliação dos custos e benefícios das opções de compra e locação de bens, quando ambas as soluções foram viáveis, para identificar a alternativa mais vantajosa no caso concreto.

76. Ainda que se conclua que as metodologias já empregadas em contratações anteriores são as mais aptas à satisfação da necessidade administrativa, seja qual for a solução adotada, a escolha deve ser expressamente motivada nos autos.

77. **Recomenda-se** ao órgão que informe na seção específica do ETP, relativa ao "levantamento de mercado":

(i) a busca por metodologias alternativas eventualmente existentes de execução do serviço pretendido, indicando como fez tal busca;

(ii) eventual inexistência de outras formas de atendimento de sua necessidade;

(iii) escolha justificada da metodologia mais adequada a sua necessidade, dentre as alternativas encontradas.

78. **Recomenda-se ainda ao gestor atenção aos seguintes pontos**:

i) a repetição irrefletida de uma modelagem adotada em contratação anterior não será necessariamente a mais adequada, caso o segmento do serviço e/ou bem pretendido rotineiramente apresente inovações. A prospecção do mercado poderá encontrar solução metodológica e tecnologicamente mais eficiente e inovadora;

ii) o órgão poderá realizar audiência pública, preferencialmente na forma eletrônica, em situações específicas ou nos casos de complexidade técnica do objeto;

iii) se a quantidade de fornecedores for considerada restrita, deve-se verificar se os requisitos que limitam a participação são realmente indispensáveis (inciso I e § 2º do art. 9º da IN SEGES/ME nº 58/2022); e

iv) levantamento de mercado não se confunde com pesquisa de preços. A pesquisa de preços é feita posteriormente, porque depende do conhecimento do resultado do levantamento de mercado (melhor solução).

2.5.3.3 Descrição da solução como um todo

2.5.3.3.1 Aspectos gerais

79. A legislação exige que o órgão técnico, no momento da elaboração do ETP, descreva a solução como um todo. **Recomenda-se** aqui abordar **o objeto da contratação,** escolhido pela Equipe de Planejamento da contratação, após levantamento das opções de mercado.

80. A solução escolhida **deve** ser aquela que mais se aproxima dos parâmetros e requisitos da necessidade preestabelecidos, levando-se em conta os aspectos de economicidade, qualidade, segurança, eficácia, eficiência, padronização, competição, entre outros. Note-se que os requisitos da necessidade não se confundem com os requisitos da contratação estabelecidos após a escolha da solução a ser contratada.

81. A fase de planejamento deve abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que possam interferir na contratação. A definição do objeto, modelo de execução e gestão do contrato devem levar em consideração cada um desses aspectos (art. 18, caput, da Lei n. 14.133/21).

82. Uma vez escolhida a melhor solução, esta deve ser descrita de forma completa, inclusive com as exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, bem com todos os elementos que demonstrem que essa solução pode alcançar todos os resultados pretendidos com a contratação no caso concreto.

83. Quanto maior o detalhamento da especificação do objeto, menor é o número de fornecedores capazes de atender a demanda. O excesso de detalhes pode reduzir a disputa a um único ou nenhum fornecedor, limitando a competição indevidamente.

84. Por outro lado, a especificação muito genérica do objeto pode ampliar as opções a ponto de não atender às reais necessidades da Administração.

85. Portanto, o gestor deverá se limitar a descrever o objeto (serviço ou bem a ser contratado) apenas com elementos sem os quais não será atendida a sua necessidade, evitando detalhes supérfluos ou desnecessários.

2.5.3.3.2 Objeto da contratação

86. Uma vez investigada a necessidade administrativa que origina o pedido de contratação e depois de encontrada a solução mais adequada para atendê-la, a Administração passará então a se diferenciar dos particulares em geral porque **deverá** então descrever referida solução, convertendo-a no objeto licitatório.

87. A finalidade principal desta etapa é propiciar que a própria Administração incremente seus conhecimentos sobre o objeto, distinguindo suas características principais, para então, por meio da descrição, possibilitar que todos os fornecedores da solução escolhida venham a saber do interesse administrativo em uma futura contratação.

88. A especificação do objeto deve considerar as normas técnicas elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, eventualmente existentes, quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança (Art. 1º da Lei nº 4.150/1962).

89. Ao inserir o CATMAT/CATSER na descrição do objeto, no termo de referência, o licitante deve dar preferência a bens e serviços identificados como sustentáveis, quando possível.

90. Caso adotado o Sistema de Registro de Preços, após definido o objeto pelo gerenciador, os órgãos participantes devem verificar se a forma de contratação e objeto licitatório são adequados às suas necessidades e se os seus quantitativos estão corretamente previstos no Termo de referência (Art. 7º, VI e art. 8º, VII do Decreto nº 11.462/23).O termo de referência consolidado com os dados dos participantes do registro de preços deve constar como anexo ao Edital da licitação. Havendo dúvida quanto aos itens para os quais é solicitada a participação, bem como seus quantitativos, recomenda-se ao Órgão Gerenciador que solicite a verificação de tais dados pelo participante.

2.5.3.3.3 Catálogo eletrônico de padronização

91. Antes de adentrar os elementos inerentes à caracterização do objeto, destaco que a Lei 14.133/21 trouxe como novidade o princípio da padronização (Art. 40, V, "a" para compras/Art. 47, I para serviços) das contratações.

92. O Catálogo Eletrônico de Padronização, instituído pela Portaria SEGES/ME nº 938, de 2022, constitui ferramenta informatizada, disponibilizada e gerenciada pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, com indicação de preços, destinado a permitir a padronização de itens a serem contratados pela Administração e que estarão disponíveis para a licitação ou para contratação direta.

93. Os itens padronizados (bens e serviços) são inseridos no referido catálogo para contratação direta ou por licitação (critérios menor preço ou maior desconto). O gestor encontra no catálogo todas as minutas específicas para a

contratação do item padronizado (termo de referência/projeto básico, mapa de riscos, conexão com painel de preços, minutas de Edital, ata de registro de preços, contrato - art. 6º da Portaria SEGES/ME nº 938, de 2022).

94. O Catálogo está disponível para consulta em https://www.gov.br/[redacted]

95. A ferramenta é, em regra, de **uso obrigatório** pelos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Portanto, **quando se trata de item padronizado, integrante do Catálogo Eletrônico de Padronização**, deve-se utilizar as minutas padronizadas que compõem esse Catálogo.

96. No caso de existir itens padronizados, a não utilização do Catálogo Eletrônico de Padronização é **situação excepcional**, **devendo ser justificada por escrito e anexada ao respectivo processo de contratação**, nos termos dos arts. 10 e 11 da Portaria SEGES/ME nº 938, de 2022 (*inclusive no caso de um dos vários itens a se adquirir esteja no catálogo eletrônico de padronização).*

97. Assim, **deve** a Administração indicar se o objeto que será contratado está contemplado no catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, conforme Portaria SEGES/ME nº 938, de 2022.

98. Na data de elaboração deste parecer, constavam do catálogo apenas documentação para aquisição de água mineral sem gás, café e açúcar, situações em que esta MJR não se aplica.

99. Contudo, **recomenda-se** ao gestor verificar periodicamente quais objetos constam do Catálogo eletrônico de padronização, para adotar as medidas previstas nesta seção deste parecer, quando for o caso. Destacamos que não é necessária nova análise jurídica das minutas previstas no Catálogo eletrônico de padronização, quando adotadas pelo órgão (Art. 53, §5º da Lei 14.133/21).

2.5.3.4 Quantitativos estimados

100. As quantidades passíveis de contratação devem ser definidas com critérios objetivos. Não são juridicamente adequadas estimativas genéricas. A estimativa deve ser acompanhada das memórias de cálculo e documentos que lhe dão suporte (Art. 18, § 1º, IV da Lei nº 14.133/21).

101. A adoção de orçamento sigiloso não permite o sigilo dos quantitativos. Nessa situação, a necessidade de divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, permanece.

102. Sempre que viável, deve-se utilizar valores históricos de contratos anteriores como parâmetro para estimativa do quantitativo. Deve-se ainda justificar o aumento ou diminuição da demanda a partir do que for encontrado nesses dados, agregando, ainda, outros fatores pertinentes.

103. Caso o órgão não tenha feito a contratação em anos anteriores, deve demonstrar no estudo técnico preliminar (ETP) a metodologia utilizada para estimar o seu consumo.

104. Deve-se evitar estimativas genéricas, sem respaldo em elementos técnicos que evidenciem a exata correlação entre a quantidade estimada e a demanda. Atente-se que a ausência de justificativa, na fase de planejamento, para o quantitativo a ser contratado, pode caracterizar erro grosseiro e, consequentemente, responsabilização do agente público que elaborou o documento correspondente (Acórdão TCU nº 2459/2021 – Plenário).

105. Nesse sentido, recomenda-se que a área técnica discorra expressamente sobre como se chegou à estimativa apresentada nos autos, justificando-a, conforme as orientações acima aventadas.

106. Caso adotado o sistema de registro de preços (SRP) devem os quantitativos de todos os órgãos ser estimados e informados nos autos. A impossibilidade de definição exata do quantitativo não afasta tal necessidade. Neste

caso, deve constar estimativa de consumo e metodologia adotada por gerenciador e eventuais participantes (Art. 8º, b do Decreto nº 11.462/23).

107. Caso algum potencial participante do Registro de Preços não tenha informado seus quantitativos ou a metodologia para estimar seu consumo, recomenda-se ao gerenciador que estabeleça prazo razoável para o interessado complementar sua documentação, sob pena de indeferimento do pedido de participação.

2.5.3.5 Justificativas para o parcelamento ou não da contratação

108. A contratação de bens ou serviços pela Administração Pública deve priorizar o parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso (Art. 40, V, b e Art. 47, II da Lei nº 14.133/21). Sempre que possível, deve-se fazer licitações divididas em vários itens, com disputa e adjudicação independentes entre si.

109. Neste sentido, transcrevo o artigo 47 da Lei nº 14.133/21:

> Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:
> I - da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;
> II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.
> § 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:
> I - a responsabilidade técnica;
> II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;
> III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

110. A Lei nº 14.133/21 trata das hipóteses de não parcelamento em seus arts. 40 e 82. Apesar do art. 40 tratar de compras (art. 40) e o art. 82 tratar do sistema de registro de preços (SRP), por analogia, aplicam-se seus preceitos a todas espécies de contratação:

> Art. 40 (...)
> § 3º O parcelamento não será adotado quando:
> I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;
> II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;
> III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.
>
> Art. 82 (...)
> § 1º O critério de julgamento de menor preço por grupo de itens somente poderá ser adotado quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica, e o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos deverá ser indicado no edital.
> § 2º Na hipótese de que trata o § 1º deste artigo, observados os parâmetros estabelecidos nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 23 desta Lei, a contratação posterior de item específico constante de grupo de itens exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade.

111. Isto posto, a justificativa para o não parcelamento pode ter razões técnicas (demonstrando vantagem técnica do não parcelamento ou inviabilidade do parcelamento), econômicas (menor custo da compra conjunta/economia de escala), ou decorrer da necessidade de padronização (Art. 47, I).

112. Em relação à aglutinação de itens em grupo, o TCU tem apresentado algumas orientações restritivas:

- A licitação por lote, com a adjudicação pelo menor preço global, sem comprovação nos autos de eventual óbice de ordem técnica ou econômica que inviabilize o parcelamento do objeto em itens, pode

caracterizar restrição à competitividade do certame;

- Em licitação para registro de preços, é irregular a adoção de adjudicação por menor preço global por grupo/lote, concomitantemente com disputa por itens, sem que estejam demonstradas as razões pelas quais tal critério, conjuntamente com os que presidiram a formação dos grupos, é o que conduzirá à contratação mais vantajosa, comparativamente ao critério usualmente requerido de adjudicação por menor preço por item;
- A adoção de critério de adjudicação pelo menor preço global por grupo em registro de preços é, em regra, incompatível com a aquisição futura por itens, tendo em vista que alguns itens podem ser ofertados pelo vencedor do lote a preços superiores aos propostos por outros competidores.

113. A preocupação externada pelo TCU decorre da constatação de que a adjudicação por grupo, seguida de ulteriores adjudicações ou contratações de itens isolados, por vezes gera a situação em que o item posteriormente contratado, junto ao licitante vencedor, apresenta valores superiores aos ofertados pelos demais licitantes.

114. Em sua jurisprudência, o TCU firmou o entendimento de que, notadamente nas licitações para registro de preços, a modelagem de aquisição por preço global de grupo de itens, embora medida excepcional, pode ser utilizada quando a Administração pretende contratar a totalidade dos itens do grupo, admitindo-se a aquisição futura de itens isoladamente, "quando o preço unitário ofertado pelo vencedor do grupo for o menor lance válido na disputa relativa ao item" (TCU. Acórdão 1347/2018 Plenário, Consulta, Relator Ministro Bruno Dantas).

115. De qualquer forma, a decisão sobre a aglutinação ou não de itens envolve contornos técnicos específicos. É possível que o órgão contratante identifique a necessidade de reunião e tome essa decisão, **de forma justificada** (no Termo de Referência ou mesmo em outro documento processual), fundamentando-a em ponderações econômicas e gerenciais, como ganhos de economia de escala ou mesmo gerenciamento contratual.

116. Assim, **recomenda-se** ao gestor, em seção do ETP denominada "parcelamento do objeto", que informe se está realizando a licitação por preço global, ou parcelando a licitação em itens, lotes ou grupos de itens.

117. Em caso de parcelamento parcial (reunião de itens em lotes ou grupos), ou a realização de licitação pelo menor preço global, sem parcelamento do objeto licitado, **recomenda-se** esclarecer a questão nesta seção do ETP, apresentando razões técnicas ou de economia para justificar a decisão tomada.

2.5.3.6. Estimativa do valor da contratação

118. Após a escolha da solução e a definição do quantitativo a ser contratado, faz-se necessário verificar qual será o custo total estimado para a contratação pretendida, sendo que este somente poderá ser revelado após pesquisa ampla e idônea com base no valor de mercado, lastreada na legislação pertinente, conforme será tratado em tópico específico deste Parecer.

119. A correta pesquisa de preço é essencial para propiciar a adequada estimativa de custos da contratação e, consequentemente, para possibilitar a aferição do valor referencial da licitação como parâmetro tanto para análise da viabilidade econômica da contratação por parte da Administração, na fase de planejamento, quanto para análise da exequibilidade ou aceitabilidade das propostas ou lances dos licitantes, podendo nortear o valor máximo aceitável, na ocasião do certame.

120. Nesse contexto, cumpre alertar que existe a possibilidade de a cotação orçamentária demonstrar a inviabilidade ou inadequação econômica da solução escolhida.

121. Dessa forma, a depender do caso concreto, postergar a realização da pesquisa de preço (pautada pelos requisitos da Lei nº 14.133, de 2021, e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 2021) para momento posterior à realização do Estudo Técnico Preliminar pode ensejar a perda de todo trabalho já feito ou a necessidade de refazimento dos estudos técnicos para encontrar nova solução que seja viável economicamente ou que tenha melhor custo-benefício.

122. Desta feita, **prudente** constar no ETP, ainda que de forma não conclusiva, a correta estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo, com os parâmetros utilizados para a

obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, apontando os documentos que lhe dão suporte, **que poderão constar de anexo classificado, caso a Administração opte motivadamente por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação**, conforme determina art. 18, § 1º, inc. VI, da Lei nº 14.133, de 2021.

2.5.3.7. Demonstrativo dos resultados pretendidos, providências a serem adotadas e contratações correlatas e interdependentes.

123. Na seção "**Demonstrativo dos resultados pretendidos",** o ETP deve apresentar o demonstrativo de resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis em decorrência da contratação pretendida.

124. Na seção "**Providências a serem adotadas"** do ETP**,** o órgão **deve** informar as providências necessárias que deverá adotar, previamente à celebração do contrato, para viabilizar a sua adequada execução, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual, se for o caso.

125. Na seção "**Contratações correlatas e interdependentes** ", o órgão **deverá** informar a eventual existência de contratações que guardem relação ou afinidade, pretéritas (relativas a exercícios anteriores), atuais ou futuras (ainda em fase de licitação ou contratação direta), com a contratação pretendida.

126. Com tais informações, apresentadas de forma clara, os gestores terão melhores condições na tomada de decisões, com possível aproveitamento de economia de escala e evitando-se posicionamentos contraditórios e sobreposição de contratações.

2.5.3.8 Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento (critérios de sustentabilidade)

127. As contratações governamentais devem estabelecer critérios e práticas que promovam o desenvolvimento nacional sustentável. Assim, as ações da Administração devem ser especialmente voltadas para a redução do consumo de insumos e para a aquisição preferencial de produtos inseridos no conceito de economia circular ou que representem menor impacto ambiental, a exemplo dos produtos reciclados e/ou recicláveis (arts. 5º e 11 da Lei n. 14.133/2021 c/c art. 7º, XI, da Lei nº 12.305/2010).

128. A especificação do objeto de acordo com critérios e práticas de sustentabilidade e a observância de normas especiais de comercialização de produtos ou de licenciamento de atividades (ex.: registro no Cadastro Técnico Federal - CTF), previstos na legislação de regência ou em leis especiais (por exemplo, arts. 66 e 67, IV, da Lei n. 14.133, de 2021), são alguns dos requisitos a serem observados no planejamento da contratação.

129. Desse modo, o desenvolvimento sustentável deve ser implementado no momento da concepção de como os serviços serão executados, de modo que o edital e seus anexos contenham os critérios de sustentabilidade aplicáveis, de acordo com o Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS, com o objeto a ser licitado e com as características próprias de cada tipo de serviço.

130. O planejamento da contratação deve procurar abordar as dimensões econômica, social, ambiental e cultural da sustentabilidade. Nesse sentido, o órgão assessorado deve: a) avaliar se há incidência de critérios e práticas de sustentabilidade no caso concreto; b) indicar as dimensões dessa incidência; e c) definir condições para sua aplicação. Para tanto, é de fundamental importância consultar o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (disponível em [redacted]pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-nacional-de-contratacoes-sustentaveis-2024.pd[redacted] constam subsídios orientadores para tais providências e que foi reputado exemplo de boa prática administrativa pelo TCU (v.g., Acórdão 1056/2017-Plenário).

131. Destaque-se que, antes do encaminhamento do processo administrativo para parecer jurídico, cabe ao gestor público consultar e a inserir as pertinentes previsões legais constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis nas minutas correspondentes, notadamente no Termo de Referência, sem prejuízo da verificação de sua atualidade.

132. Registre-se, mais, que há possibilidade de serem inseridas outras previsões de sustentabilidade além das legalmente previstas e constantes do Guia, desde que observados os demais princípios licitatórios (especialmente, competitividade e economicidade) e motivação administrativa idônea.

133. Em síntese, relativamente à promoção do desenvolvimento nacional sustentável previsto no art. 5º da Lei n. 14.133, de 2021, deverão ser tomados os seguintes cuidados gerais pelos gestores públicos na contratação de serviços:

i) definir os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial (arts. 66 e 67, IV, da Lei n. 14.133, de 2021) e

ii) verificar se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame.

134. Cabe ao órgão assessorado a análise técnica acerca dos critérios de sustentabilidade aplicáveis aos serviços a serem contratados. Se a Administração entender que os serviços objeto da contratação não se sujeitam aos critérios e práticas de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, deverá apresentar a devida justificativa.

135. Nessa linha, o Parecer nº 01/2021/CNS/CGU/AGU (NUP: 00688.000723/2019-45), aprovado pelo Despacho n. 00525/2021/GAB/CGU/AGU, da Consultoria-Geral da União, orienta:

I. Os órgãos e entidades que compõem a administração pública são obrigados a adotar critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade nas contratações públicas, nas fases de planejamento, seleção de fornecedor, execução contratual, fiscalização e na gestão dos resíduos sólidos;

II. A impossibilidade de adoção de tais critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações públicas deverá ser justificada pelo gestor competente nos autos do processo administrativo, com a indicação das pertinentes razões de fato e/ou direito;

III. Recomenda-se aos agentes da administração pública federal encarregados de realizar contratações públicas, que, no exercício de suas atribuições funcionais, consultem o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União.

2.5.3.9. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina

136. A declaração de viabilidade da contratação é a conclusão do Estudo Técnico Preliminar. Deve considerar aspectos técnico-econômicos e precisar analisar a adequação da solução para o atendimento da necessidade e verificar os custos, considerando os quantitativos necessários do objeto a ser contratado.

137. Quanto aos custos, a análise da viabilidade econômica levará em conta dois fatores:

(i) se podem ser arcados com verba já prevista no orçamento e

(ii) se o preço de mercado é razoável. Caso a solução seja nova no mercado, com oferta restrita e com preço elevado, é necessário examinar a proporcionalidade do uso dos recursos públicos, considerando outras necessidades da Administração Pública.

138. Elementos facultativos do ETP também podem influenciar a decisão pela viabilidade da contratação, tais como a dependência da contratação pretendida da execução de outra contratação.

2.5.4. Análise de riscos (Gestão de riscos)

139. O planejamento da contratação deve contemplar a análise dos riscos (art. 18, X, da Lei nº 14.133/21). Consta do Portal de Compras do Governo Federal tópico dedicado à identificação e avaliação de riscos, em conformidade com a Lei nº 14.133/21. Tais recomendações devem ser incorporadas ao planejamento desta contratação.

140. O mapa de gerenciamento de riscos deve ser reanalisado conforme avança o planejamento da contratação. Nesta situação, **recomenda-se** que seja atualizado e juntado: ao final da elaboração do Estudo Técnico Preliminar; ao

final da elaboração do Termo de Referência; após a fase de Seleção do Fornecedor; e após eventos relevantes.

141. Convém registrar que a atividade de **análise de riscos** prevista no art. 18, inciso X da Lei nº 14.133/2021, **não se confunde com a cláusula de matriz de risco**, apesar desta, quando estabelecida, constituir o resultado do primeiro.

142. A elaboração de matriz de riscos da contratação, via de regra, é faculdade do gestor. Esta deve ser feita com base em avaliação do caso concreto e com apresentação de justificativa, tendo em vista a possibilidade de elevação dos custos da contratação.

143. A matriz de riscos visa assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, caso se identifique riscos com potencial para determinar tal desequilíbrio. A Administração poderá contemplar os riscos na matriz de riscos, promovendo a alocação da responsabilidade pelos ônus financeiros decorrentes desses eventos entre contratante e contratado, mediante indicação daqueles a serem assumidos pelo setor público ou pelo setor privado ou daqueles a serem compartilhados.

144. Caso o gestor opte pela matriz de riscos, esta deve definir potenciais riscos contratuais e de responsabilidades entre as partes, com previsão dos elementos indicados nos art. 6º, inciso XXVII, 22 e 103 da Lei 14.133/21.

2.6 Orçamento Estimado e Pesquisa de Preços

145. A pesquisa ampla e idônea com base no valor de mercado visa a adequada estimativa de custos da contratação e a definição do valor de referência como parâmetro de aceitabilidade das propostas dos licitantes.

146. A pesquisa de preços deve atender o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/21 (e a Instrução Normativa SEGES/ME n. 65/2021, que o regulamenta), para evitar distorções que acarretam contratações superfaturadas ou licitações desertas:

> Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.
>
> §1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:
>
> I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
>
> II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
>
> III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;
>
> IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;
>
> V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento."

147. A IN n. 65/2021 prevê a necessidade de a pesquisa de preços ser materializada em documento, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

> "Art. 3º A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo:
>
> I - descrição do objeto a ser contratado;
>
> II - identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento;
>
> III - caracterização das fontes consultadas;
>
> IV - série de preços coletados;
>
> V - método estatístico aplicado para a definição do valor estimado;
>
> VI - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável;
>
> VII - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte; e
>
> VIII - justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 5º."

148. Cumpre salientar que é responsabilidade da autoridade contratante a verificação quanto à plausibilidade dos valores apresentados. O órgão de assessoramento jurídico não detém competência legal, conhecimento técnico e mercadológico especializado ou mesmo ferramentas para avaliar a adequação das avaliações de preços realizadas nos processos submetidos à análise jurídica. A responsabilidade pela idoneidade e lisura de tais atos recai integralmente sobre os agentes do órgão promotor da licitação, os quais podem, inclusive, responder pela prática de ato de improbidade administrativa, nos termos do inciso V, do artigo 10, da Lei n. 8.429/1992.

149. **Recomenda-se** que o gestor realize pesquisa de mercado mais ampla possível, atendendo ao disposto na IN nº 65/2021, bem como as orientações jurídicas constantes das alíneas "a" a "e" desta seção do parecer:

a) Parâmetros preferenciais de pesquisa de preços:

150. O §1º do art. 5º da IN n. 65/2021 determina a priorização dos parâmetros de seus incisos I e II:

> Art. 5º (...)
>
> I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;
>
> II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente; (...)

151. Quando o preço de referência for estimado baseando-se apenas no inciso I do art. 5º, o valor não pode superar a mediana de preços do item, nos sistemas consultados (Art. 6º, §6º da IN n. 65/21).

152. Caso a pesquisa de preços não priorize a consulta junto aos sistemas oficiais de governo, como o PNCP, e às contratações similares feitas pela Administração Pública, deve ser apresentada justificativa da impossibilidade da adoção destes parâmetros preferenciais.

b) Pesquisa direta com fornecedores:

153. Se utilizada apenas a pesquisa direta com fornecedores, via de regra, necessária a obtenção de um mínimo de 3 orçamentos que atendam aos requisitos do §2º do art. 5º da IN n. 65/21 (registro nos autos das empresas consultadas, concessão de prazo adequado para resposta, adequada descrição do objeto orçado, valor unitário dos itens e total, data do orçamento, identificação, e-mail e telefone da empresa, pessoa responsável pelo orçamento, etc.).

154. Recomenda-se que a consulta ao mercado tenha por base a especificação do objeto licitado, prevista no Termo de Referência. Após a pesquisa, a equipe de planejamento da contratação deve verificar se os orçamentos apresentados correspondem às especificações que caracterizam a contratação pretendida, a fim de preservar a fidelidade dos preços pesquisados com o objeto da contratação.

155. Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada a inviabilidade de ampliação da pesquisa (Art. 6º. §5º da IN n. 65/21).

156. Embora a obtenção de, no mínimo, três propostas válidas de fornecedores seja requisito indispensável de aceitabilidade da pesquisa de preços, não deve a Administração se limitar a efetuar o mínimo exigido, buscando obter o maior número possível de cotações de fontes diversas, que reflitam a realidade do mercado. Em se tratando de pregão para registro de preços, a Lei nº 14.133/21 (§ 5º do artigo 82º) exige expressamente a realização de ampla pesquisa. É o que se recomenda.

c) Limites temporais para aceitabilidade de preços:

157. Necessário observar os limites temporais estabelecidos para cada parâmetro, para aceitabilidade dos preços obtidos, evitando o uso de valores desatualizados:

- São aceitáveis os preços de atas de registro de preços ou contratações similares da Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa. Porém, para este parâmetro de pesquisa, o art. 5º, II c/c §3º da IN nº 65/2021, excepcionalmente, admite preços além de tal prazo, desde que justificada a medida pelo agente responsável, observado o índice de atualização de preços correspondente.
- Em caso de pesquisa de preços na internet, em mídia especializada, ou pesquisa direta com fornecedores, são admitidos preços obtidos até 6 (seis) meses antes da divulgação do edital. Para pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, são aceitas notas expedidas até 1 (um) ano antes da divulgação do Edital (Art. 5º, V da IN nº 65/2021). Se ultrapassados tais prazos, a pesquisa com base em tais parâmetros deve ser repetida.

d) Análise crítica de preços obtidos:

158. As diligências relativas à pesquisa de preços não se limitam a anexar orçamentos aos autos. Cabe ao responsável a análise detida de cada proposta, verificando não apenas seus aspectos formais, acima descritos, mas também a adequação dos valores obtidos.

159. Nesse contexto, "os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados " (art. 6º, §4º, da IN nº 65/2021). Para desconsiderar valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo (art. 6º, §3º, da IN nº 65/2021).

e) Pesquisa de preços dos itens dos órgãos participantes (em caso de licitação realizada pelo Sistema de Registro de Preços - SRP)

160. Tratando-se de licitação para registro de preços (SRP), via de regra, a pesquisa de mercado feita pelo gerenciador pode ser aproveitada para todos os participantes que estejam na mesma localidade (Art. 7º, IV do Decreto 11.462/23). Neste sentido, devem ser priorizados sempre os preços praticados na localidade de prestação dos serviços pretendidos.

161. Porém, é necessária pesquisa de mercado pelos órgãos participantes situados em localidades distantes do gerenciador, a ponto dos potenciais interessados e valores praticados variarem de uma localidade para outra (Art. 8º, V do Decreto 11.462/23).

162. Tal medida também e necessária quando o órgão participante solicita inclusão de item não previsto pelo gerenciador (Art. 8º, III do Decreto 11.462/23), em que o participante deve apresentar pesquisa que demonstre os custos de sua localidade.

2.6.1. Orçamento Sigiloso

163. Em regra, o Estudo Técnico Preliminar deve informar a estimativa do valor da contratação, com preços unitários referenciais, memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (art. 18, XI e §1º, VI, Lei 14.133/21).

164. Em caso de adoção do critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado **deve** constar do Termo de Referência, não sendo possível adoção de orçamento sigiloso (art. 24, parágrafo único, da Lei nº 14.133/21).

165. Não utilizando o critério maior desconto, deve-se avaliar, no planejamento da contratação, a conveniência e oportunidade da adoção ou não do orçamento sigiloso. A opção por preservar o sigilo do orçamento estimado até a conclusão da licitação **deve** ser justificada nos autos (art. 18, XI da Lei 14.133/21).

166. Adotado o orçamento sigiloso, todos os dados relativos ao valor estimado da contratação **devem** constar em anexo classificado (sigiloso), conforme autoriza o art. 24, da Lei nº 14.133/21:

> Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas (...)

2.7 Adequação orçamentária

167. A abertura de um processo licitatório depende da previsão de recursos financeiros para a contratação nas leis orçamentárias (art. 18, caput da Lei nº 14.133/21).

168. A declaração de disponibilidade orçamentária pelo Ordenador de Despesas, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica da despesa, é uma imposição legal (art. 10, IX, da Lei 8.429/92 e art. 105 da Lei nº 14.133/21).

169. Em contratos de serviço ou fornecimento contínuo, com vigência superior a 1 (um) ano, além da previsão na Lei Orçamentária Anual (LOA), ainda é necessário que se comprove a previsão da despesa no Plano Plurianual (PPA) em vigor (art. 105 da Lei nº 14.133/21).

170. Em caso de despesa ordinária e rotineira, não é necessário o atendimento ao art. 106 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), conforme Orientação Normativa nº 52. do Advogado-Geral da União:

> ON AGU nº52
>
> "As despesas ordinárias e rotineiras da administração, já previstas no orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, dispensam as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da lei complementar nº 101, de 2000".

171. Para nova ação governamental (criação ou expansão) com aumento da despesa, é preciso estimar o impacto orçamentário no exercício atual e nos dois anos subsequentes, e previsão da despesa na LOA, PPA e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em vigor.

172. Uma contratação que não tenha previsão no Plano Plurianual deve ter a sua integralidade empenhada antes ou de modo concomitante à celebração, conforme Lei nº 4.320, de 17 de março 1964, e Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986. A partir do empenho o contrato terá a vigência necessária prevista, utilizando-se de restos a pagar, se for o caso (art. 30, §2º do Decreto nº 93.872, de 1986).

173. Já a contratação prevista no Plano Plurianual pode ter empenhos em anos distintos, considerando a despesa de cada exercício abrangido pelo PPA.

174. Via de regra, a declaração de disponibilidade orçamentária, elaborada nos termos desta seção, e assinada pelo Ordenador de Despesas, **deve** constar dos autos antes da publicação do Edital. **Ressalva-se** o caso de adoção do Sistema de Registro de Preços, em que tal declaração somente deve ser apresentada antes da efetiva contratação.

2.8 Termo de Referência

2.8.1 Utilização de minuta padronizada de TR

175. A padronização de documentos da fase interna da licitação é medida de eficiência e celeridade prevista no art. 19, inciso IV da Lei nº 14.133/21:

> Art. 19. Os órgãos da Administração com cmpetências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos deverão:
>
> (...)
>
> IV - instituir, com auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, modelos de minutas de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros documentos, admitida a adoção das minutas do Poder Executivo federal por todos os entes federativos; (...)

176. Para que os objetivos de celeridade, eficiência e segurança sejam alcançados, recomenda-se a utilização da correspondente minuta padronizada de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC, atualizada em novembro/2024, a qual encontra-se disponível em: https://www.gov.br/agu/pt-[redacted], apontando claramente nos autos:

1. Se houve utilização de modelos padronizados;
2. Qual modelo foi adotado; e
3. Quais foram as modificações ou adaptações eventualmente efetuadas no modelo, que deverão ser acompanhadas de justificativas.

2.8.2 Definição do objeto

177. O pregão é obrigatório para aquisição de bens e serviços comuns, pelo critério de julgamento menor preço ou maior desconto (Art. 6º, XLI, c/c art. 29 da Lei nº 14.133/21).

178. Bens e serviços comuns, segundo o art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/21, são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

179. Caso os órgãos demandantes verifiquem que os serviços que pretende contratar **não são comuns**, não é possível adotar a modalidade do Pregão, **e, por consequência, não se aplicará este referencial ao processo**. Será necessário observar outra modalidade licitatória, nos termos do art. 28 da Lei nº 14.113, de 2021.

180. Assim, compete ao agente ou setor técnico da administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão, conforme preconiza a Orientação Normativa nº 54, de 2014, da Advocacia-Geral da União, declarando tal situação no Termo de referência, conforme item 1.2 da minuta padrão de Termo de Referência da AGU para serviços (versão novembro/2024):

> 1.2 O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

181. Ainda, compete à Administração indicar a correta especificação e quantitativos do objeto da contratação no Termo de Referência, em conformidade com as informações constantes do Estudo Técnico Preliminar.

182. Embora a contratação seja de serviços, é possível, excepcionalmente, que a Administração indique marcas ou modelos de eventuais bens necessários à execução do objeto da contratação, desde que justificada tecnicamente no processo, nas hipóteses descritas no art. 41, inciso I, alíneas a, b, c e d da Lei nº 14.133, de 2021.

183. Quando necessária a indicação de marca como referência de qualidade ou facilitação da descrição do objeto, deve esta ser seguida das expressões “ou equivalente”, “ou similar” e “ou de melhor qualidade”, devendo, nesse caso, o produto ser aceito de fato e sem restrições pela Administração, podendo, todavia, a Administração exigir que a empresa participante do certame demonstre desempenho, qualidade e produtividade compatíveis com a marca de referência mencionada.

184. Ao descrever o objeto da contratação, a Administração deverá apontar se possui natureza contínua, ou não, que refletirá no prazo de vigência contratual e eventuais prorrogações.

185. Tratando-se de serviço não contínuo, o prazo de vigência terá como fundamento o art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021. Quando se tratar de serviço contínuo, o prazo de vigência deverá observar os arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

186. A utilização do prazo de vigência plurianual no caso de serviço contínuo é **condicionada** ao ateste de maior vantagem econômica, a ser feita pela autoridade competente no processo respectivo, conforme inciso I do art. 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

187. De acordo com o artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021, será possível que contratos de fornecimento contínuo sejam prorrogados por até 10 anos, desde que haja previsão no edital e/ou contrato e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

2.8.3 Regime de execução do serviço

188. Os documentos de planejamento da contratação devem tratar do regime de prestação do serviço (art. 18, VII, Lei nº 14.133/2021), observados os potenciais de economia de escala, cujos impactos podem afetar a decisão sobre o parcelamento do objeto.

189. As opções de regime adequadas aos serviços em geral, não caracterizados como serviços de engenharia, são a empreitada por preço unitário e a empreitada por preço global (art. 6º, XXVIII, XXIX da Lei n. 14.133/21).

190. A opção por um ou outro regime não decorre de mera conveniência, mas sim da possibilidade, no caso concreto, de predefinir uma estimativa precisa dos itens e respectivos quantitativos que compõem o objeto a ser licitado.

191. Na empreitada por preço global, cada parte assume, em tese, o risco de eventuais distorções nos quantitativos a serem executados, que podem ser superiores ou inferiores àqueles originalmente previstos na planilha orçamentária da contratação. Justamente por isso, a adoção de tal regime pressupõe um Termo de Referência de boa qualidade, que estime com adequado nível de precisão as especificações e quantitativos da estimativa precisa dos itens e respectivos quantitativos que compõem o objeto a ser contratado. Se tal possibilidade existir, a regra é a adoção da empreitada por preço global, normalmente atrelada às obras e serviços de menor complexidade. Do contrário, deve ser adotada a empreitada por preço unitário.

192. Definido o regime de execução, a minuta contratual deve trazer cláusula com sua previsão, ao mesmo tempo em que o Termo de referência deve justificar a opção adotada pela Administração.

2.8.4. Condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento

193. A fase de planejamento da contratação deve contemplar as condições de execução e pagamento, as garantias exigidas e ofertadas e as condições de recebimento, conforme juízo de conveniência e oportunidade do administrador, **especialmente quando optar por não usar na integralidade o conteúdo trazido pelas minutas padronizadas da AGU** (art. 18, III da Lei nº 14.133/21).

194. A execução dos contratos deve ser acompanhada por meio de instrumentos de controle que permitam a mensuração de resultados e adequação do objeto prestado. Estes instrumentos de controle, o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou instrumento equivalente, foram idealizados, inicialmente, para contratos de prestação de serviços como mecanismo de monitoramento e mensuração da qualidade e pontualidade na prestação dos serviços e, consequentemente, como forma de adequar os valores devidos como pagamento aos índices de qualidade verificados.

195. Contudo, para correta aplicação da regra insculpida acima, é necessário que o órgão estabeleça quais são os critérios de avaliação e os devidos parâmetros, de forma a se obter uma fórmula que permita quantificar o grau de satisfação na execução do objeto contratado, e, consequentemente, o montante devido em pagamento.

196. Sem o devido estabelecimento dos critérios e parâmetros de avaliação dos itens previstos no artigo, a cláusula torna-se inexequível, absolutamente destituída de efeitos. Consequentemente, para que seja possível efetuar os descontos ou adequações no montante a ser pago ao contratado, é necessário definir, objetivamente, quais os parâmetros para mensuração do percentual do pagamento devido em razão dos níveis esperados de qualidade da prestação do serviço.

197. **Recomenda-se** que os critérios de medição, recebimento provisório e definitivo do objeto e pagamento sejam definidos seguindo redação de cláusulas da seção 7 da minuta padronizada de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC, atualizada em novembro/2024.

198. Em relação à avaliação da execução, destacamos o disposto na seção 7 da minuta padrão indicada, que trata da fiscalização técnica da execução do contrato, conforme art. 19 do Decreto nº 11.246, de 2022:

> 7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO
>
> 7.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo XXX, **OU** outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços **OU** o disposto nesta seção.
>
> 7.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:
>
> 7.2.1. não produziu os resultados acordados,
>
> 7.2.2 deixou de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
>
> 7.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
>
> 7.3 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
>
> 7.4 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
>
> 7.4.1 [.....]; 7.4.2 [.....]; 7.4.3 [.....].

199. Caso o Termo de Referência elaborado pelo órgão estabeleça na cláusula 7.1 que a avaliação da execução se dará pelo Instrumento de Medição de Resultados (IMR), deverá constar o IMR como anexo ao Edital. Neste caso, pode-se excluir a seção 7.4 e subitens, pois os critérios de avaliação constarão do IMR.

200. Caso o gestor opte por não elaborar o IMR, deverá:

- prever no item 7.1 que " A avaliação da execução do objeto observará o disposto nesta seção";
- excluir a cláusula padrão 7.3 (já que não constará IMR dos autos);
- listar as condições de avaliação do serviço no subitem 7.4.

201. Recomenda-se ainda que a definição dos critérios de medição da qualidade da execução do serviço (no IMR ou no item 7.4 do TR) observe as seguintes questões:

a) unidade de medida para faturamento e mensuração do resultado;

b) produtividade de referência ou critérios de qualidade para a execução contratual;

c) indicadores mínimos de desempenho para aceitação do serviço ou eventual glosa.

202. A adoção de pagamento antecipado é medida absolutamente excepcional, tendo a o art. 145 da Lei n. 14.133, de 2021, admitido sua adoção somente em situações em que houver sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a prestação do serviço. Nesse caso, deve o processo ser instruído com a competente justificativa, com previsão expressa no edital. O art. 145, §2º*, prevê que a Administração poderá exigir*

garantia adicional como condição para o pagamento antecipado, devendo o administrador considerar essa possibilidade.

203. No que tange à garantia de execução contratual, o art. 96, da Lei n. 14.133/2021 dispõe que cabe à Administração avaliar a necessidade de exigência ou não desta, salvo nos casos em que consta em norma a obrigatoriedade de sua exigência. Exigindo, deve haver previsão no edital e no contrato. Não exigindo, deve fazer constar a previsão, e justificar as razões para essa decisão, considerando os estudos preliminares e a análise de riscos feita para a contratação.

204. A definição do percentual de garantia a ser previsto para a contratação deve considerar a complexidade técnica da contratação e a previsão ou não da possibilidade de antecipação de pagamentos (vide art. 98 e 145, §2º da Lei 13.133/21.

205. Note-se que a garantia de execução é independente da garantia do serviço prevista no Termo de Referência.

206. Assim, recomenda-se definir se o prazo de garantia do serviço prestado observará apenas o prazo legal do Código de Defesa do Consumidor ou será fixado prazo mais alongado.

207. Caso prevista garantia em prazo superior à garantia legal, cabe ao órgão demandante esclarecer no seu ETP as razões pelas quais entendeu necessário fixar prazo mais longo.

208. A garantia não tem sua vigência atrelada à duração do contrato, podendo ter prazo diferente da vigência contratual (Orientação Normativa AGU nº 51, de 25 de abril de 2014).

2.8.5 Habilitação fiscal, social e trabalhista e verificação de penalidades impeditivas da contratação

209. Recomenda-se a adoção da redação das cláusulas 9.18 a 9.25 da minuta padronizada de termo de referência para obras e serviços, exceto TIC (versão novembro/2024) que estabelece os requisitos de habilitação fiscal, social e trabalhista aplicáveis à licitação, previstos no art. 68 da Lei nº 14.133/2021:

> I - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
>
> II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
>
> III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
>
> IV - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
>
> V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;
>
> VI - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

210. O Edital deverá ainda exigir que o licitante declare o cumprimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (vide Art. 68, VI da Lei 14.133/21).

211. Antes da efetiva assinatura do contrato, deverá a área técnica atentar-se para a validade de todas as certidões e declarações que comprovam os requisitos de habilitação, pois estas refletem a possibilidade da contratada em contratar com o Poder Público.

212. Em cumprimento ao art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 2002, e recomendação do Acórdão nº 1.793/2011 - Plenário/TCU, recomenda-se ainda ao gestor que verifique, antes da contratação, se consta penalidade imposta ao licitante vencedor, proibindo-o de contratar com a Administração, através de consulta aos seguintes cadastros (nem

sempre a existência de cadastro positivo gera o impedimento de contratar. Deve ser verificada a penalidade efetivamente aplicada e sua abrangência):

- SICAF;
- Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN;
- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- Lista de Inidôneos mantida pelo TCU;
- Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU , que abrange o cadastro do CNJ, do CEIS, do próprio TCU e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP do Portal da Transparência.

213. As consultas quanto à inexistência de sanções impeditivas da contratação deverão ser realizadas em nome da empresa contratada e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n. 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

214. Recomenda-se especial atenção em relação à existência de cadastro positivo do licitante perante o CADIN, tendo em vista que o Art. 6º-A da Lei nº 10.522/2002, instituído pela Lei nº 14.973, em 16/09/2024, estabelece que a existência de débito registrado no Cadin inviabiliza a celebração de contratos e respectivos aditivos contratuais com o devedor, embora não proíba expressamente a participação de tal empresa na licitação. Vejamos:

> Lei nº 10.522/2002
>
> Art. 6º É obrigatória a consulta prévia ao Cadin, pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, para: (Vide Medida Provisória nº 958, de 2020) (Vide Lei nº 13.999, de 2020) (Vide Medida Provisória nº 975, de 2020) (Vide Medida Provisória nº 1.028, de 2021) (Vide Lei nº 14.179, de 2021) (Vide Medida Provisória nº 1.176, de 2023) (Vide Lei nº 14.690, de 2023)
>
> (...)
>
> **III - celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos, e respectivos aditamentos.**
>
> (...)
>
> Art. 6º-A. A existência de registro no Cadin, quando da consulta prévia de que trata o art. 6º, constitui **fator impeditivo** para a realização de qualquer dos atos previstos nos incisos I, II e III do caput do art. 6º. (Incluído pela Lei nº 14.973, de 16/09/2024)

2.8.6. Objetividade das exigências de qualificação técnica e econômico-financeira

215. O art. 18, IX, da Lei nº 14.133/2021 demanda justificativa para as exigências de qualificação técnica e de qualificação econômico-financeira. Por seu turno, o art. 67 da Lei n. 14.133/2021 elenca rol exaustivo de documentos exigíveis para fins de qualificação técnico-profissional e técnico-operacional.

216. Tais requisitos de habilitação constam das minutas padrão da AGU, podendo o gestor optar por exigir todos ou limitar-se a alguns itens, adequados à realidade de sua demanda específica, com base em justificativa do ETP, ou mesmo não ser exigido nenhum requisito técnico ou econômico, nos casos de licitações de menor complexidade.

217. Enquanto a habilitação profissional procura investigar se o licitante tem experiência anterior na execução de parcela relevante do objeto, a habilitação operacional visa verificar se o licitante reúne condições de executar o objeto na dimensão que ele possui.

218. A exigência de qualificação técnico-profissional é mais comum em obras e serviços de engenharia, mas não é vedada nos demais objetos. Caso se a entenda indispensável à garantia do adimplemento das obrigações, segundo o art. 37, XXI, da Constituição Federal, então será necessário especificar de forma clara e expressa de qual parcela do

objeto será exigida comprovação de experiência anterior, e por meio de qual(is) profissional(is), para permitir o julgamento objetivo quanto ao atendimento da exigência na fase de habilitação do certame.

219. O requisito legal a ser observado é que esta parcela claramente especificada represente ao menos 4% do valor estimado da contratação, conforme art. 67, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

220. No que tange à qualificação técnica, tem-se, como regra, que apenas os serviços com maior complexidade de execução ou previsão de longa duração devem incluir a qualificação técnica na minuta editalícia, devendo ser a exigência justificada pelo Consulente. Neste aspecto, devem ser observadas as Notas explicativas da minuta-padrão da AGU sobre o tema. Cumpre registrar que, em qualquer caso, os atestados de capacidade técnica têm a finalidade de comprovar que o licitante já realizou atividades compatíveis com as parcelas de maior relevância do serviço licitado e tem condições técnicas de executá-lo, quando necessário.

221. A referida comprovação da qualificação técnico-operacional costuma ser exigida na generalidade dos casos e afere a capacidade de gestão do licitante de executar o objeto licitatório. Por isso é indispensável indicar quantitativos mínimos a serem comprovados, até o limite de 50% do quantitativo previsto, conforme art. 67, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

222. Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos, a teor do §5º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

223. A propósito, ressalte-se que a exigência de experiência anterior mínima superior ao prazo de vigência inicial do contrato demanda justificativa robusta, baseada em estudos prévios e na experiência pretérita do órgão contratante, que indiquem ser tal lapso indispensável para assegurar a prestação do serviço em conformidade com as necessidades específicas do órgão, por força da sua essencialidade, quantitativo, risco, complexidade ou qualquer outra particularidade *(*Acórdão nº 503/2021 – Plenário).

224. Eventuais requisitos de qualificação técnica previstos em lei específica e que incidam sobre a atividade objeto da contratação, deverão ser indicados no Termo Referência, com fundamento no art. 67, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021. Cita-se, exemplificativamente, a exigência de apresentação de alvará ou licença de funcionamento expedida pelo poder público, previstos em lei e considerados indispensáveis ao regular exercício da atividade.

225. Resumidamente, caso o órgão considere oportuna a habilitação técnica, deve observar o disposto nas cláusulas 9.34. a 9.44, e suas respectivas notas explicativas, da minuta padrão de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Lei nº 14.133, de 2021, elaborada pela AGU (Atualização:NOV/2024), com as devidas adequações, além de indicar a parcela da contratação que possui maior relevância técnica ou de maior valor significativo (art. 18, inc. IX, da Lei n. 14.133/21).

226. Os requisitos de habilitação econômico-financeira constam das cláusulas 9.26 a 9.33 da minuta padrão de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Lei nº 14.133, de 2021, elaborada pela AGU (Atualização:NOV/2024), sendo certo que o órgão assessorado deve examinar, diante do caso concreto, se o objeto da contratação demanda a exigência de todos os requisitos de habilitação apresentados no modelo, levando-se em consideração o vulto e/ou a complexidade e a essencialidade do objeto, bem como os riscos decorrentes de sua paralisação em função da eventual incapacidade econômica da contratada em suportar os deveres contratuais, excluindo-se o que entender excessivo.

227. Atente-se que não podem ser exigidos, ao mesmo tempo, comprovação de capital mínimo e patrimônio líquido mínimo. Ademais, a fixação do percentual se insere na esfera de atuação discricionária da Administração até o limite legal de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação e deve ser proporcional aos riscos que a inexecução total ou parcial do contrato poderá acarretar para a Administração, considerando-se, entre outros fatores, o valor do contrato, a essencialidade do objeto, o tempo de duração do contrato.

228. Deve o órgão assessorado apresentar as justificativas das exigências de qualificação técnica e econômico-financeira no Estudo Técnico Preliminar, levando em consideração os parâmetros aqui traçados.

2.8.7. Análise da classificação do Termo de Referência

229. O art. 10 da IN SEGES/ME nº 81/2022 demanda que seja avaliada a necessidade de classificar o TR nos termos da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI).

230. Nesta avaliação, vale ter em conta algumas previsões da LAI:

i) a publicidade é um preceito geral e o sigilo é exceção (art. 3º, I), motivo por que, na ausência de justificativa idônea, não se deve classificar o TR;

ii) o direito de acesso aos documentos ou às informações neles contidas utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo será assegurado com a edição do ato decisório respectivo (art. 7º, §3º), razão pela qual, se for o caso, é possível postegar o acesso de tais documentos mesmo sem necessidade de classificação na forma dos arts. 23 e 24;

iii) a LAI não exclui as demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça nem as hipóteses de segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo Estado ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer vínculo com o poder público (art. 22).

2.9 Minuta de edital

231. O artigo 25 da Lei nº 14.133, de 2021, elenca as informações que deverão constar do Edital., enquanto o §1º determina, sempre que o objeto permitir, a adoção de minutas padronizadas de edital e contrato com cláusulas uniformes.

232. Para tanto, recomenda-se a utilização da correspondente minuta de edital padronizada e atualizada em novembro/2024, a qual encontra-se disponível em: https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/14133/pregao-e-concorrencia apontando claramente nos autos:

1. Se houve utilização de modelos padronizados;

2. Qual modelo foi adotado; e

3. Quais foram as modificações ou adaptações eventualmente efetuadas no modelo, que deverão ser acompanhadas de justificativas.

233. O Edital deve ser sempre criado a partir do "Gerador de Editais de Pregão e Concorrência" (disponibilizado pela AGU na página https://cgu.agu.gov.br/edital/), evitando-se assim, que tal documento possua cláusulas inadequadas ou impertinentes ao objeto, tipo e características da licitação a ser realizada.

2.9.1. Modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa

234. Em busca da proposta mais vantajosa para a Administração, a Equipe de planejamento da contratação deve definir a modalidade de licitação, o critério de julgamento e o modo de disputa, atentando para a adequação e eficiência da combinação desses parâmetros, com a devida motivação (art. 18, VIII, da Lei nº 14.133/21).

235. Recomenda-se que tais informações constem do Edital e Termo de Referência da seguinte forma (considerando o texto das minutas padrão/AGU)**:**

- modalidade de licitação (Pregão Eletrônico ou Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços) - capa/epígrafe do Edital e cláusula 9.1 do Termo de Referência;
- critério de julgamento: (menor preço/maior desconto - global/por grupo/por item) - capa do Edital e cláusula 9.1 do Termo de referência;
- modo de disputa: "aberto" ou "aberto e fechado" (OU) "fechado e aberto" - capa do Edital.

236. A definição da modalidade de licitação está prevista na cláusula 9.1 da minuta padrão de Termo de Referência da AGU, onde deverá o gestor informar se o Pregão irá adotar ou não o Sistema de Registro de Preços (**Pregão Eletrônico/Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços**).

237. Na mesma cláusula 9.1 da minuta padrão de Termo de Referência da AGU, deve-se informar qual o critério de julgamento adotado (**menor preço ou maior desconto**), esclarecendo se o objeto será licitado de forma **global,**

por grupo ou por item.

238. No que tange ao critério de julgamento, a adoção do menor preço global requer a adoção de providências no sentido de cuidar para que a agregação de itens em grupo para julgamento da proposta pelo menor preço global do grupo não comprometa a competitividade e a seleção das propostas efetivamente mais vantajosas. Assim, recomenda-se aplicar em um pregão comum, por analogia, as regras previstas nos §§ 1º e 2º do art. 82 da Lei n.14.133/2021, relativas ao Sistema de Registro de Preços, *in verbis*:

> § 1º O critério de julgamento de menor preço por grupo de itens somente poderá ser adotado quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada asua vantagem técnica e econômica, e o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos deverá ser indicado no edital.
>
> § 2º Na hipótese de que trata o § 1º deste artigo, observados os parâmetros estabelecidos nos §§ 1º,2º e 3º do art. 23 desta Lei, a contratação posterior de item específico constante de grupo de itens exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade.

239. Com relação ao modo de disputa da licitação, o art. 56 da Lei nº 14.133, de 2021, dispõe que poderá ser aberto ou fechado, podendo-se adotar de forma isolada ou conjunta. Porém, a utilização isolada do modo de disputa fechado é vedada quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou maior desconto (Art. 56, §1º).

240. A escolha do modo de disputa é decisão discricionária do gestor, e deve constar expressamente do texto do Edital. A minuta padrão de Edital de Pregão/AGU detalha os três modos de disputa possíveis:

- "aberto" (cláusula 7.11 a 7.11.5);
- "aberto e fechado" (cláusula 7.12 a 7.12.6)
- "fechado e aberto" (cláusula 7.13 a 7.13.6).

241. As notas explicativas da minuta padrão AGU explicam o funcionamento de cada modo de disputa, da seguinte forma:

> "No modo de disputa aberto, a fase de lances resume-se à disputa eletrônica, realizada por todos os licitantes, oportunidade em que os valores são registrados pelo sistema e o lance vencedor é aquele que contém o melhor preço, obtido no encerramento da sessão.
>
> No modo de disputa “aberto e fechado” inicia-se com a apresentação de lances sucessivos (fase aberta), com envio final de um lance fechado pelos detentores das melhores propostas da fase aberta (fase fechada).
>
> No modo de disputa fechado e aberto, serão classificados para a etapa da disputa aberta, com a apresentação de lances públicos e sucessivos, o licitante que apresentou a proposta de menor preço ou maior percentual desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério de julgamento adotado."

242. **Recomenda-se** que o modo de disputa adotado ("aberto"/"fechado e aberto"/"aberto e fechado"), além de constar da capa do Edital, seja também previsto na cláusula 7.10 do Edital adotando-se a seguinte redação

> 7.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa _____(informar aqui o modo de disputa escolhido, dentre as três opções disponíveis - "aberto", "fechado e aberto" ou "aberto e fechado").

2.9.2. Restrição à participação de interessados no certame

243. O art. 9º da Lei nº 14.133/2021 veda ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei, admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas.

244. Também veda o estabelecimento de preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes ou, ainda, a inclusão de regras que sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato.

245. O agente público também não poderá estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional.

246. Logo, eventuais restrições à participação no certame devem ser devidamente justificadas nos autos do processo.

2.9.3. Participação de licitantes em consórcio

247. A matéria foi disciplinada pelo o art. 15, da Lei n. 14.133/21. Tem-se, portanto, que a autorização de consórcios na licitação dispensa qualquer justificativa, sendo que somente a vedação ou a limitação do número de empresas por consórcio devem ser justificados pelo gestor público no Estudo Técnico Preliminar ou em despacho da autoridade competente (Art. 15, caput e §4º e art. 18, IX da Lei 14.133/21).

248. Sendo permitida a participação de licitantes em consórcio, **recomenda-se** observar o art. 15 da Lei nº 14.133/21, que disciplina a questão. Vejamos:

> Art. 15. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:
>
> I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
>
> II - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
>
> III - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
>
> IV - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
>
> V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.
>
> § 1º O edital deverá estabelecer para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação.
>
> § 2º O acréscimo previsto no § 1º deste artigo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.
>
> § 3º O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do **caput** deste artigo.
>
> § 4º Desde que haja justificativa técnica aprovada pela autoridade competente, o edital de licitação poderá estabelecer limite máximo para o número de empresas consorciadas.
>
> § 5º A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

249. Assim é indispensável que conste do Edital as cláusulas 9.4 e 9.4.1 da Minuta Padrão de Edital de Pregão da AGU, que trazem as regras dos §§1º e 2º do art. 15 da Lei nº 14.133/21:

> 9.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de

> habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
>
> 9.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de (inserir um percentual entre 10 a 30%, salvo se houver justificativa nos autos para suprimir esse acréscimo) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

250. Por sua vez, a cláusula 9.15 da minuta padrão de Termo de Referência da AGU (versão novembro/2024) traz os requisitos de habilitação jurídica dos consórcios:

> Habilitação Jurídica
>
> (...)
>
> 9.15 Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

2.9.4 Da participação de cooperativas

251. Conforme art. 9º da Lei nº 14.133/21, a vedação à participação de cooperativas na licitação somente é possível mediante justificativa técnica nos autos demonstrando a inviabilidade da participação.

252. Uma vez autorizada a participação das cooperativas, o art. 16 da Lei nº 14.133/21 traz os requisitos necessários para sua participação em licitações:

> Art. 16. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:
>
> I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;
>
> II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;
>
> III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;
>
> IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

253. Neste caso, recomenda-se ainda prever em Edital a obrigação de cumprimento do disposto no art. 16 da Lei 14133/21 pelas cooperativas, conforme disposto na cláusula 5.5 do Edital padrão da AGU (versão novembro/2024):

> 5.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/21.

2.9.5 Da participação de ME, EPP e equiparados

254. Os arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 preveem tratamento favorecido e simplificado para microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) nas contratações públicas. A questão foi regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

255. O microempreendedor individual (MEI), cooperativas, agricultor familiar e produtor rural pessoa física são equiparados às ME e EPP (conforme art. 1º c/c art. 13 do Decreto 8538/2015 e cláusula 3.8 do Edital padrão da AGU).

Quando viável a sua participação na licitação, o tratamento favorecido também se aplica a estes potenciais licitantes, em todos os aspectos. Porém, a participação de tais grupos em licitação depende da pertinência do objeto licitado com as atividades desenvolvidas por eles.

256. Via de regra, tais participantes terão preferência na contratação, com o benefício do empate fictício na faixa de até 5% da melhor proposta de empresa de maior porte (Arts. 44 e 45 da LC nº 123/06 - Cláusulas 7.21 e subcláusulas 7.21.1 a 7.21.4 do Edital padrão AGU), e prazo diferido para comprovação da regularidade fiscal (Art. 42 da LC nº 123/06 - cláusula 9.19 do Edital Padrão AGU).

2.9.5.1 Aplicação dos benefícios da LC nº 123/06 na licitação (Art. 4º da Lei nº 14.133/21)

257. O tratamento favorecido às ME/EPP/Equiparados não se aplica às empresas que, no ano da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração em valor superior à receita bruta máxima das empresas de pequeno porte - EPP (art. 4º, §2º e §3º da Lei nº 14.133/21).

258. Também não se aplicam tais benefícios aos itens/lotes/grupos de licitações visando contratações com valor estimado superior ao faturamento máximo anual das EPP (art. 4º, §1º, I e §3º da Lei nº 14.133/21).

259. Em contratações com prazo de vigência superior a 1 ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º.

260. Atualmente, o valor anual máximo de faturamento, para caracterização da empresa como Empresa de Pequeno Porte (EPP), corresponde a R$4.8000.000,00, conforme art. 3º, II, da LC nº 123/2006.

261. Como este parecer referencial é aplicável apenas a licitações com valor anual inferior ao referido limite de faturamento, os benefícios às ME/EPP e demais equiparados, previstos na LC nº 123/06, devem constar no Edital e seus anexos, conforme disposto na minuta padrão de Edital da AGU.

2.9.5.2 Licitação exclusiva

262. Como regra, os itens, grupos ou lotes de licitação com valor até R$ 80.000,00 anuais, a licitação terão participação exclusiva de ME, EPP e equiparados (Art. 6º do Decreto nº 8.538/2015).

263. O valor máximo estabelecido refere-se a cada um dos itens, grupos ou lotes licitados separadamente, ainda que em uma mesma licitação. Não se pode considerar a soma total das contratações para afastar a exclusividade (Orientação Normativa AGU nº 47/2014).

264. O limite de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), para aplicação do benefício às ME/EPP's e equiparados, refere-se ao período de um ano de contratação (Orientação Normativa AGU nº 10/2009).

265. Assim, **recomendas-se** que apenas para os itens, grupos ou lotes com valor anual estimado em até R$80.000,00 deverá a participação na licitação ser restrita às microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparados (cooperativas, produtor rural, etc).

266. Porém, presente qualquer das situações do art. 10 do Decreto nº 8.538/2015 (conforme veremos mais adiante), a licitação deve permitir a ampla participação de quaisquer interessados, mesmo para os itens, lotes ou grupos com valor até R$80.000,00.

2.9.5.3 Subcontratação compulsória (previsão facultativa em Edital)

267. Embora seja mais usual em obras e serviços de engenharia, na licitação para prestação de serviços em geral, o gestor pode exigir no Edital a subcontratação de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparados, caso queira, sob pena de rescisão do contrato (nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.538/2015/Art. 48, II da LC nº 123/2006).

268. Tal exigência é uma mera faculdade do gestor, a quem cabe decidir se vai ou não incluir tal questão no Edital.

269. Assim, caso juridicamente viável e o órgão entenda oportuno e conveniente prever a possibilidade de subcontratação compulsória, recomenda-se que conste do Termo de Referência, além das cláusulas 4.6 a 4.12 da minuta padrão de Termo de Referência para serviços (versão novembro/2024), que tratam da subcontratação em geral, as seguintes cláusulas, conforme Nota Explicativa da AGU:

> "Nas contratações de serviços e obras, é possível à Administração exigir do futuro contratado a subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inciso II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, e do art. 7º, do Decreto n.º 8.538, de 2015. Nesse caso, recomenda-se a inclusão, neste item do Termo de Referência, das disposições a seguir:
>
> 4.13. Deverá haver subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, e art. 7º, do Decreto n.º 8.538, de 2015), com observância das seguintes disposições específicas:
>
> 4.14. A subcontratação deverá observar o percentual mínimo de XX% (xxxxx por cento) e o máximo de XX% (xxxxx por cento) do valor da contratação, abrangendo as seguintes parcelas do objeto:
>
> 4.14.1 [...]; e
>
> 4.14.2 [...].
>
> 4.15. O Contratado deverá apresentar, ao longo da vigência contratual, sempre que solicitada, a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;
>
> 4.16. O Contratado deverá a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o Contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada; e
>
> 4.17. O Contratado será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.
>
> 4.18. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas".

270. Não é possível exigir a subcontratação quando o contratado for ME, EPP ou Equiparado, ou o vencedor for consórcio com participação de empresas deste porte (ME/EPP). Além disso, é vedada a indicação da parcela do serviço a ser subcontratado, a subcontratação completa ou da parcela de maior relevância do serviço licitado.

271. Presente qualquer das situações do art. 10 do Decreto nº 8.538/2015, conforme veremos mais adiante, não será possível prever a subcontratação compulsória.

2.9.5.4 Do afastamento da licitação exclusiva e da exigência de subcontratação compulsória no Edital

272. A participação exclusiva de ME/EPP (e equiparados) ou a exigência de subcontratação de ME/EPP/Equiparados em licitações são **proibidos** nas situações previstas no art. 10 do Decreto nº 8.538/2015 (e art. 49 da LC nº 123/2006):

> Art. 10. Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando:
>
> I - não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
>
> II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

> III - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 1993 , excetuadas as dispensas tratadas pelos incisos I e II do **caput** do referido art. 24, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente por microempresas e empresas de pequeno porte, observados, no que couber, os incisos I, II e IV do **caput** deste artigo; ou
>
> IV - o tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º.
>
> Parágrafo único. Para o disposto no inciso II do **caput** , considera-se não vantajosa a contratação quando:
>
> I - resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência; ou
>
> II - a natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios.
>
> Art. 11. Os critérios de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte deverão estar expressamente previstos no instrumento convocatório.

273. Assim, caso o gestor verifique que não existem na localidade do órgão licitante pelo menos 3 empresas que sejam ME/EPP e Equiparados capazes de participar da licitação com preços competitivos e de mercado; que o tratamento diferenciado e simplificado não é vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente; ou que o tratamento diferenciado e simplificado não é capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º do Decreto nº 8.538/2015, o Edital de licitação **deverá permitir a** ampla participação de quaisquer interessados e **não exigir** a subcontratação obrigatória de ME/EPP para executar parcela do objeto licitado.

2.9.6. Critérios de desempate de propostas ou lances

274. Preconiza o art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, que havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate, nesta ordem, serão:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

275. Adotando-se os critérios acima dispostos e não sendo possível averiguar o desempate, estabelece o § 1º do art. 60, da Lei nº 14.133, de 2021, que será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

276. A Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de dezembro de 2022, recentemente alterada pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024, estabeleceu que, permanecendo o empate após aplicação de todos os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

277. Tal disposição foi incorporada no item 7.24 da minuta do Edital padrão da AGU (versão novembro/2024):

7.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

2.10 Minuta de termo de contrato

278. O artigo 92 da Lei nº 14.133/21, trata dos requisitos da minuta de termo de contrato.

279. Conforme determina o art. 25, §1º da Lei 14.133/21, recomenda-se a **utilização da minuta padrão de** contrato para serviços sem mão de obra - Lei 14.133/21, na versão atualizada (Novembro/2024), disponível em [redacted]t-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/14133/pregao-e-concorrencia, ressaltando que eventuais alterações na referida minuta deverão ser acompanhadas de justificativas.

2.10.1. Vigência contratual

280. Em relação à vigência contratual, em caso de contratação por escopo, ou seja, de serviço não contínuo que se exaure com a prestação do serviço, deve-se utilizar a redação do subitem 2.1 e 2.2 da minuta padrão de contrato da AGU para serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra.

281. Caso se trate de contratação de serviço contínuo (art. 6º, XV da Lei 14.133/21), deve-se utilizar a redação do subitem 2.3 a 2.8 da minuta padrão de contrato da AGU para serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra, podendo ser fixado prazo inicial de 5 anos, e prazo de prorrogação por até 10 anos, desde que cumprido o disposto nos arts. 106 e 107 da Lei 14.133/21.

282. A vigência dos contratos é tratada também na seção 1 da minuta padrão de Termo de Referência da AGU para serviços (versão novembro/2024), onde deve-se adotar redação compatível com as respectivas cláusulas da minuta de contrato.

283. Em caso de licitação pelo Sistema de Registro de Preços, destaca-se que a vigência dos contratos não se confunde com a vigência da Ata de Registro de Preços. Mesmo quando assinado contrato no último dia de vigência da ata, pode o contrato vigorar conforme prazo de vigência contratual estabelecido no Edital ou em suas cláusulas.

2.10.2. Reajuste

284. Independentemente do prazo de duração do contrato, é obrigatória a previsão de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos (art. 25, §7º, da Lei nº 14.133/21).

285. A Lei n.º 14.133, de 2021 (art. 25, § 7, e art. 92, inciso V e § 3º), exige que a Administração indique, no edital ou em seus anexos, a data-base do orçamento estimado, a fim de que os licitantes possam aferir, de antemão, a partir de quando os custos contratuais poderão ser atualizados.

286. Como destacado na NOTA n. 00019/2023/CNMLC/CGU/AGU (NUP: 00688.008091/2023-44), compete ao gestor, em cada caso concreto, diante das circunstâncias apresentadas, fixar a data-base do orçamento estimado a ser considerado para fins de reajustamento em sentido estrito dos preços contratuais.

287. Ainda, sobre o assunto, ressalta-se posicionamento firmado pelo TCU no sentido de ser ilegal a previsão de reajuste contratual com prazo contado da data da apresentação da proposta (Acórdão 1795/2024 - Plenário).

288. A cláusula sétima da minuta padrão de contrato da AGU para serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra (versão Novembro/2024) remete às regras definidas no Termo de Referência, anexo ao Contrato.

289. Assim, recomenda-se a previsão de índice de reajustamento de preço do contrato, conforme disposto nas cláusulas 7.74 a 7.82 da correspondente minuta padrão de Termo de Referência da AGU.

2.10.3. Dever de observância às prescrições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

290. As contratações públicas se submetem à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPDP - Lei nº 13.709/2018), que envolve questão alçada à categoria de direito fundamental pela Emenda Constitucional nº 115, de 2022.

291. Seguindo orientação do PARECER n. 00004/2022/CNMLC/CGU/AGU, **recomenda-se** ao órgão assessorado que não inclua nos instrumentos de contratação números de documentos pessoais.

292. Os representantes da Administração devem ser identificados no contrato apenas com a matrícula funcional. Tal informação é suficiente para a finalidade a que se destina e evita a desnecessária exposição de números de documentos pessoais.

293. Os representantes da contratada devem ser identificados no contrato (ou instrumento substitutivo) apenas pelo nome, até porque o §1º do art. 89 da Lei nº 14.133/ 21 exige apenas esse dado.

294. Tal medida busca evitar a necessidade de adoção de cuidados adicionais para garantir o sigilo de números de documentos pessoais, para que tais informações não sejam indevidamente acessadas.

2.10.4. Definição das multas. Proporcionalidade

295. No que diz respeito às multas, faz-se necessário que o órgão demandante verifique os percentuais estabelecidos para aplicação da penalidade de multa, considerando o disposto no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021. A fixação do percentual de multa **deve** ser estabelecida de forma proporcional à infração, isto é, que haja uma multa maior para infrações mais graves e menor para infrações menos graves, considerando os limites de percentuais mínimos e máximos (0,5% a 30%) dispostos no § 3º do referido art. 156.

296. Quando do preenchimento das lacunas nos modelos da AGU, importante se valer da expressão "até", pois permite mensuração da penalidade conforme reprovabilidade da conduta.

2.10.5. Facultatividade do instrumento contratual

297. A Lei nº 14.133, de 2021, previu que, em regra, é obrigatório o uso do instrumento contratual para formalizar o ajuste entre Administração e contratado, facultando-se, contudo, a sua não utilização nos casos de: a) dispensa em razão do valor; b) nas compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras (art. 95).

298. A facultatividade da não utilização do instrumento contratual somente é possível nos casos taxativos previstos no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, e depende de prévia **justificativa** nos autos. A flexibilização legal do uso do instrumento contratual deve levar em consideração os casos de contratações mais simples, seja sob o aspecto econômico (inc. I do art. 95) seja sob o aspecto da durabilidade das relações jurídicas (inc. II do art. 95).

299. Nesse sentido, dispõe a Orientação Normativa AGU nº 84/2024:

> I - É possível a substituição do instrumento de contrato a que alude o art. 92 da Lei nº 14.133, de 2021, por outro instrumento mais simples, com base no art. 95, inciso I, do mesmo diploma legal, sempre que:
>
> a) o valor de contratos relativos a obras, serviços de engenharia e de manutenção de veículos automotores se encaixe no valor atualizado autorizativo da dispensa de licitação prevista no inciso I do art. 75, da Lei nº 14.133, de 2021; ou
>
> b) o valor de contratos relativos a compras e serviços em geral se encaixe no valor atualizado que autoriza a dispensa de licitação prevista no inciso II do art. 75, da Lei nº 14.133, de 2021.

II - Não importa para a aplicação do inciso I do art. 95, da Lei nº 14.133, de 2021, se a contratação resultou de licitação, inexigibilidade ou dispensa.

300. Nos casos em que a Lei faculta o uso do instrumento contratual, a Administração **poderá** utilizar outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

301. **Note-se que mesmo nas hipóteses de substituição do instrumento de contrato, deve-se aplicar, no que couber, as cláusulas contratuais necessárias, previstas no art. 92 da nova Lei, conforme estabeleceu o § 1º do art. 95 supratranscrito.**

302. Decidindo a Administração pela substituição do contrato, **deve,** ainda, adotar as seguintes cautelas apontadas no PARECER n. 00016/2023/CNLCA/CGU/AGU, elaborado pela CÂMARA NACIONAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CNLCA/DECOR/CGU:

> *"Considerando a relevância da informação para a regência da relação contratual, seria recomendável que o termo simplificado a que se refere o art. 95, caput e § 1º, da NLL, contasse com: a) o objeto do contrato (art. 92, I); b) o regime de execução e/ou a forma de fornecimento (art. 92, IV); c) o preço e as condições de pagamento, assim como as regras necessárias para a aplicação do reajuste[2] (art. 92, V); d) o cronograma de execução físico-financeiro do objeto (art. 92, incisos VI e VII); e e) os direitos e responsabilidades do contratado e da contratante, assim como as regras para a aplicação da pena de multa[3] (art. 92, XIV). Vale dizer que tais itens são aqui apontados apenas de forma exemplificativa, devendo sempre haver a ponderação da autoridade competente para cada caso concreto.*
>
> *Essa formalidade mitigada do art. 95 da NLL é a consagração do princípio da proporcionalidade (art. 5º da NLL), pois o Legislador, considerando os bens jurídicos envolvidos em questão, flexibiliza a forma em termos de elementos conteudísticos do instrumento, mas mantém a necessidade de cristalização dos termos da relação por meio de um documento escrito, física ou eletronicamente (§ 3º do art. 91). Ou seja, a Lei nº 14.133, de 2021, aplica o princípio da proporcionalidade para estabelecer medidas de formalização da relação contratual.*
>
> ***Assim, é lícito dizer que para as situações do caput do art. 95 é exigida a forma escrita, mas com flexibilização dos requisitos do art. 92 (conteúdo do instrumento). É necessário, então, que haja um documento (carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço) no qual constem as cláusulas indispensáveis para o caso concreto. É possível, também, que tais cláusulas estejam escritas no termo de referência ou no projeto básico da contratação, devendo a Administração, em tal caso, colher a assinatura do contratado em um documento no qual ele dê ciência do quanto consta no termo de referência ou no projeto básico e manifeste sua aquiescência com as obrigações ali contidas."***

2.11 Designação de agentes públicos

303. Os arts. 7º a 9º da Lei nº 14.133/21, tratam da designação dos agentes públicos para desempenho das funções essenciais à execução da lei, destacando-se o seguinte:

a) Regras de designação de responsáveis pela licitação/contratação, pela autoridade máxima do órgão:

- Designação preferencial de servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública (Art. 7º, I);
- Designação de agente com atribuições relacionadas a licitações e contratos ou com formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público (Art. 7º, II);
- Responsabilidade pessoal do agente da contratação por seus atos, salvo quando induzido a erro pela atuação de sua equipe de apoio (Art. 8º, §1º);

- Possibilidade de designação de comissão de contratação com 3 membros solidariamente responsáveis pelos atos, em caso de licitação de bens ou serviços especiais (Art. 8º, §2º);
- Possibilidade de contratação de serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação em caso de bens ou serviços especiais não contratados rotineiramente (Art. 8º, §4º).

b) Proibições:

- Proibição de designação de cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração, que tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil (Art. 7º, III);
- Necessidade de segregação de funções, sendo vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação (artigo 5º e 7º, §1º, da Lei nº 14.133/21 e art. 12 do Decreto nº 11.246/22);
- Proibição de participação direta ou indireta ou contratação de agente público do órgão licitante/contratante ou de terceiro que auxilie na licitação, face a potencial situação de conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego público (Art. 9º, §§1º e 2º).

304. À autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, cabe promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais ao procedimento de contratação pública.

305. Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro (Art. 8º, §5º da Lei 14.133/21).

306. Os designados devem respeitar as regras de atuação de sua respectiva função, previstas em regulamento (Art. 8º, §3º da Lei 14.133/21). Neste sentido, o Decreto nº 11.246/22 regulamenta a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos.

307. Os agentes públicos designados são responsáveis pela elaboração dos documentos que compõem todo lastro licitatório: Estudo Técnico Preliminar, Análise de Riscos, Planilha e análise técnica dos preços pesquisados, Termo de Referência, minuta de Edital e anexos.

308. Tais agentes devem reunir as competências necessárias à completa execução das etapas de planejamento da contratação, o que inclui conhecimentos sobre aspectos técnicos-operacionais e de uso do objeto, licitações e contratos, dentre outros.

309. Em razão do princípio da segregação de funções, os Pregoeiros (Agentes de Contratação) não podem ser os mesmos agentes públicos que participaram da fase interna da licitação, ou seja, não podem ser os mesmos integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação.

310. Quanto à designação do Pregoeiro e Equipe de Apoio, **recomenda-se** que a autoridade competente, ao editar a Portaria de designação dos agentes da contratação, observe as regras e os limites de competência estabelecidos no Decreto nº 11.246, de 2022, bem como as recomendações acima apresentadas.

311. **Recomenda-se** a juntada ao processo das portarias de designação do pregoeiro e da equipe de apoio, com a respectiva publicação de tais Portarias em boletim interno ou no Diário Oficial da União, antes da divulgação do Edital.

312. **Recomenda-se**, ainda, em momento oportuno, providenciar a designação de gestores, fiscais de contratos e respectivos substitutos, em conformidade com as disposições contidas nos arts. 8º, 10 e 21 a 24 do Decreto nº 11.246, de 2022.

2.12 Publicidade do edital e do termo do contrato

313. Recomenda-se a divulgação e manutenção do inteiro teor do edital de licitação, seus anexos e **o termo de contrato** no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União. O extrato do Edital deve ainda ser publicado em jornal diário de grande circulação (art. 54, *caput* e §1º, e **art. 94** da Lei nº 14.133, de 2021).

314. Caso as publicações obrigatórias exigidas na Lei (PNCP, DOU e Jornal de Grande Circulação) ocorram em datas diferentes, o prazo do art. 55, II, a, da Lei nº 14.133/2021 deverá ser contado a partir da última publicação.

315. Após a homologado o processo licitatório, os documentos elaborados na fase preparatória, que não tenham integrado o edital e seus anexos, devem ser disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) (art. 54, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021).

2.13 Sistema de registro de Preços

2.13.1 - Cabimento do SRP

316. Caso o gestor decida adotar o Sistema de Registro de Preços na licitação, deve primeiramente verificar se é possível o uso de tal sistema, atendendo o disposto nesta seção do parecer referencial.

317. O sistema de registro de preços (SRP) visa o registro formal de preços relativos para contratações futuras. É procedimento auxiliar das licitações e das contratações (arts. 5º, XLV e 78, IV da Lei 14.133/21).

318. O Decreto nº 11.462/23, ao regulamentar o SRP, prevê em seu art. 3º que a Administração pode adotar o SRP "quando julgar pertinente", e, em especial, nas seguintes hipóteses (rol exemplificativo, admitindo outras hipóteses):

> I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;
>
> II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;
>
> III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;
>
> IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou
>
> V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

319. A licitação pelo SRP é possível mesmo quando o caso não se enquadre nos incisos I a V do art. 3º , mas em todos os casos é preciso justificar a pertinência de adoção deste sistema no procedimento.

320. Caso opte pelo uso do Sistema de Registro de Preços, recomenda-se ao gestor esclarecer porque este sistema é adequado para a contratação pretendida, não bastando apenas transcrever o texto legal (Art. 3º do Decreto nº 11.462/23) como fundamento.

321. Para uso do sistema de registro de preços, de acordo com o §5º do art. 82 da Lei 14.133/21, deve o órgão gerenciador se atentar para a correta adoção das seguintes medidas:

> I - realização prévia de ampla pesquisa de mercado;
>
> II - seleção de acordo com os procedimentos previstos em regulamento;
>
> III - desenvolvimento obrigatório de rotina de controle;
>
> IV - atualização periódica dos preços registrados;
>
> V - definição do período de validade do registro de preços;
>
> VI - inclusão, em ata de registro de preços, do licitante que aceitar cotar os bens ou serviços em preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação e inclusão do

licitante que mantiver sua proposta original.

322. O órgão gerenciador deve atentar-se para a aplicação de todos os atos de controle e administração previstos no art. 7º do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, com destaque, neste momento para os seguintes:

> Art.7º (...)
>
> VII - promover os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório ou da contratação direta e todos os atos deles decorrentes, como a assinatura da ata e a sua disponibilização aos órgãos ou às entidades participantes;
>
> **VIII - remanejar os quantitativos da ata, observado o disposto no art. 30;**
>
> IX - gerenciar a ata de registro de preços;
>
> X - conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados;
>
> **XI - deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP;**
>
> (...)
>
> XIII - aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório ou na contratação direta e registrá-las no SICAF;
>
> (...)
>
> XV - aceitar, excepcionalmente, a prorrogação do prazo previsto no § 2º do art. 31, nos termos do disposto no § 3º do art. 31.
>
> (...)
>
> § 3º Na hipótese de compras nacionais ou centralizadas, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá centralizar a aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços para todos os participantes.

323. Em cumprimento ao art. 10, parágrafo único do Decreto nº 11.462/23, antes de iniciar processo, **recomenda-se** ao órgão consultar as Intenções de Registro de Preços (IRP's) em andamento e deliberar a respeito da conveniência de sua participação, devendo tal deliberação constar nos autos do processo licitatório.

324. Caso existente IRP em andamento com o mesmo objeto do presente processo, recomenda-se justificar a inconveniência de participação do órgão em IRP já aberta, caso o gestor decida dar continuidade ao seu próprio processo de contratação, sem solicitar a participação na IRP.

325. O registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido é medida excepcional, admitida apenas nas situações previstas no art. 4º do Decreto nº 11.462, de 2023. Nestes casos**, é obrigatória a indicação do valor máximo da despesa e vedada a participação de outro órgão ou entidade na ata de registro de preços.**

2.13.2 Intenção de registro de preços – IRP

326. Decidindo a unidade gestora pela adoção do Sistema de Registro de Preços, caberá a ela realizar o procedimento de intenção de registro de preços, conforme preconiza o art. 86 da Lei nº 14.133, de 2021, sendo este procedimento dispensado apenas na hipótese de ser o órgão ou entidade gerenciadora o único contratante, devendo, nesse caso, constar nos autos a devida **justificativa** para não permitir a participação de órgãos ou entidades no registro de preços.

327. Nos termos do art. 86 da NLLCA, o órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

328. Recomenda-se a divulgação da IRP, salvo justificativa quanto à necessidade de restrição do número de participantes, considerando a capacidade de gerenciamento pelo Órgão licitante/gerenciador, conforme art. 7º, I do Decreto nº 11.462/23.

329. Havendo interessados na participação, o órgão gerenciador e os entes participantes devem assegurar-se de que foram observadas as incumbências dos arts. 7 e 8º do Decreto nº 11.462/23 a seguir destacadas:

> Art. 7º Compete ao órgão ou à entidade gerenciadora praticar todos os atos de controle e de administração do SRP, em especial:
>
> II - aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à IRP:
>
> a) os quantitativos considerados ínfimos;
>
> b) a inclusão de novos itens; e
>
> c) os itens de mesma natureza com modificações em suas especificações;
>
> **III - consolidar informações relativas à estimativa individual e ao total de consumo, promover a adequação dos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização, e determinar a estimativa total de quantidades da contratação;**
>
> **VI - confirmar, junto aos órgãos ou às entidades participantes, a sua concordância com o objeto, inclusive quanto aos quantitativos e ao termo de referência ou projeto básico, caso o órgão ou a entidade gerenciadora entenda pertinente;**
>
> (...)
>
> XII - verificar, pelas informações a que se refere a alínea "a" do inciso I do **caput** do art. 8º, se as manifestações de interesse em participar do registro de preços atendem ao disposto no art. 3º e indeferir os pedidos que não o atendam;
>
> (...)
>
> § 1º Os procedimentos de que tratam os incisos I a VI do **caput** serão efetivados anteriormente à elaboração do edital, do aviso ou do instrumento de contratação direta.
>
> (...)
>
> § 5º O órgão ou a entidade gerenciadora deliberará, excepcionalmente, quanto à inclusão, como participante, de órgão ou entidade que não tenha manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP, desde que não tenha sido finalizada a consolidação de que trata o inciso III do **caput**.

> Art. 8º Compete ao órgão ou à entidade participante, que será responsável por manifestar seu interesse em participar do registro de preços:
>
> I - registrar no SRP digital sua intenção de participar do registro de preços, acompanhada:
>
> a) das especificações do item ou do termo de referência ou projeto básico adequado ao registro de preços do qual pretende participar;
>
> b) da estimativa de consumo; e
>
> c) do local de entrega;
>
> II - garantir que os atos relativos à inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;
>
> III - solicitar, se necessário, a inclusão de novos itens, no prazo previsto pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, acompanhada das informações a que se refere o inciso I e da pesquisa de mercado que contemple a variação de custos locais e regionais;
>
> IV - manifestar, junto ao órgão ou à entidade gerenciadora, por meio da IRP, sua concordância com o objeto, anteriormente à realização do procedimento licitatório ou da contratação direta;
>
> V - auxiliar tecnicamente, por solicitação do órgão ou da entidade gerenciadora, as atividades previstas nos incisos IV e VII do **caput** do art. 7º;
>
> VI - tomar conhecimento da ata de registro de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;
>
> VII - assegurar-se, quando do uso da ata de registro de preços, de que a contratação a ser realizada atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados;
>
> VIII - zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais;
>
> IX - aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua

> demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informar as ocorrências ao órgão ou à entidade gerenciadora e registrá-las no SICAF; e
>
> X - prestar as informações solicitadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou à sua entidade.

330. Quando houver participação de órgãos participantes, **recomenda-se** ao setor demandante avaliar se não é o caso de refazer a pesquisa de preços, por razão de economia de escala (em razão do aumento do número dos bens licitados) ou do endereço dos participantes (considerando a variação do preço do serviço em localidades distintas, lembrando que cabe ao participante apresentar sua pesquisa de mercado, caso não esteja na mesma localidade do órgão gerenciador).

331. Para uma licitação exitosa faz-se **necessário** uma adequada e prévia comunicação entre os órgãos envolvidos, e quanto antes se estabelecer a troca de informações entre gerenciador e participantes, melhores as condições de elaborar um Edital e um Termo de Referência adequado às demandas individuais e conjuntas.

332. Assim, tanto o órgão gerenciador como os participantes **deverão** adotar as providências que lhe competirem para a elaboração de um edital e um TR coerentes e precisos, que possam resultar em uma licitação proveitosa.

333. Caso algum órgãos interessado na participação não atenda os requisitos de participação previstos no(s) inciso(s) I, "a", "b", "c" , II do art. 8º do Decreto nº 11.462/23, **recomenda-se** ao gerenciador que notifique o interessado, fixando prazo para complementação da sua documentação de participação, sob pena de indeferimento de seu pedido.

334. Oportuno registrar que, em regra, o órgão participante deverá instruir procedimento administrativo próprio, com formalização da demanda e posterior Estudo Técnico Preliminar no qual, após avaliar as possíveis decisões a se tomar para garantir a aquisição de bens que supram suas necessidades, opte, de forma motivada nos autos, pela participação em registro de preço gerenciado por outro órgão.

335. Embora não seja corriqueiro, não há óbices jurídicos, por si só, que o participante adira já ao ETP formulado pelo gerenciador, desde que esteja na mesma estrutura administrativa e comprovadamente tenha participado dos debates e decisões que resultaram no artefato preliminar, que deverá ser por ambos assinado. Atenção: não é suficiente a simples apresentação do DFD (documento de formalização da demanda).

2.13.3. Minuta de Ata de Registro de Preços

336. Em caso de Pregão pelo Sistema de registro de Preços, **recomenda-se** a elaboração de ata de registro de preços, a partir de minuta padrão disponibilizada pela AGU, e sua previsão como anexo ao Edital.

337. O item 4.1 da minuta padrão da Ata de Registro de Preços traz a alternativa de se admitir ou não a adesão à Ata de Registro de Preços.

338. Tendo em vista decisões do Tribunal de Contas da União, recomenda-se que "e*ventual previsão em edital da possibilidade de adesão à ata por órgãos ou entidades não participantes esteja devidamente motivada no processo administrativo (TCU. Acórdão 2037/2019 Plenári*o).

339. Optando o gestor pela possibilidade de adesão, **recomenda-se** que a justificativa de tal decisão conste do Estudo Técnico Preliminar ou em despacho da autoridade competente.

340. Para autorizar adesão de não participantes, o órgão gerenciador deve observar o disposto no art. 31 do Decreto nº 11.462/23 (c/c art. 86, § 2ºda Lei 14.133/21):

> I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021;

III - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

§ 1º A autorização do órgão ou da entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

§ 2º Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante efetivará a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

§ 3º O prazo previsto no § 2º poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

§ 4º O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos neste artigo.

341. Ressaltamos que segundo o TCU, "é *indevida a utilização da ata de registro de preços por quaisquer interessados – incluindo o próprio gerenciador, os órgãos participantes e eventuais caronas, caso tenha sido prevista a adesão para órgãos não participantes – para aquisição separada de itens de objeto adjudicado por preço global de lote ou grupo para os quais o fornecedor convocado para assinar a ata não tenha apresentado o menor preço na licitação"* (TCU. Acórdão 1893/2017 Plenário).

342. Recomenda-se que seja definido o período de validade da ata (cláusula 5.1 da minuta padrão), respeitado o limite de 1 ano de vigência inicial, prorrogável por igual período, desde que comprovada a vantajosidade da medida (art. 82, §5º, V c/c art. 84, caput e parágrafo único da Lei 14.133/21).

2.14 Atestado de adequação do processo ao Parecer Referencial.

343. O órgão assessorado deve informar em seus processos que esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) foi adotada no caso. Recomenda-se a juntada da seguinte declaração aos autos, com o adequado preenchimento das lacunas (espaços em branco):

ATESTADO DE ADEQUAÇÃO DO PROCESSO AO PARECER REFERENCIAL

Processo NUP: _____

Objeto: Pregão ( ) Pregão SRP ( )

Valor anual estimado (Valor de referência): R$_____

Atesto que o presente processo, após devidamente verificados os casos em que os objetos ou características impedem a sua aplicação**,** se enquadra no ***PARECER REFERENCIAL n. 00001/2024/CGSEM-EST/SCGP/CGU/AGU***, cujas recomendações foram atendidas no caso concreto.

A instrução dos autos está regular, de acordo com o previsto em lista de verificação juntada aos autos. Fica, assim, dispensada a remessa deste processo para análise da AGU (Coordenação-Geral Jurídica de Serviços Sem Mão de Obra Exclusiva nos Estados - CGSEM-EST/SCGP/SCGP/CGU/AGU), conforme autorizado pela Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União.

_____, _____ de _____ de

_____

Identificação (nome e matrícula) e assinatura

344. O *Edital, Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Contrato e Ata de Registro de Preços* – **devem estar alinhados entre si, não podendo apresentar discrepâncias, inexatidões materiais ou inconsistências redacionais que possam ensejar arguição ou em alguma medida comprometer a segurança e efetividade da realização da licitação/contratação**.

3. CONCLUSÃO

345. Ante o exposto, ressalvando-se os aspectos de conveniência e oportunidade, não sujeitos ao crivo deste Órgão especializado na análise de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra, **é juridicamente possível dar prosseguimento ao processo, sem submeter os autos à AGU, consoante Orientação Normativa nº 55, do Advogado-Geral da União, desde que:**

- Atendidas as recomendações deste parecer, ou seja justificado o não atendimento, de forma motivada (art. 50, VII, da Lei nº 9.784/1999);
- Inexistindo dúvida jurídica que justifique o envio de consulta específica, o Órgão assessorado **ateste**, **de forma expressa e em cada processo**, que o assunto nele debatido é tratado na presente Manifestação Jurídica Referencial **(MJR).**

346. A utilização deste parecer referencial será possível sempre que a contratação se enquadrar em suas orientações. Novas hipóteses concretas, que apresentem questões não abrangidas por este parecer, **deverão** ser objeto de consulta específica.

347. Em atenção ao art. 4º, inciso III, alínea "a", da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, **confere-se o prazo de validade de 02 (dois) anos para a presente Manifestação Jurídica Referencial - MJ, a contar de sua aprovação.**

348. O gestor público deve estar ciente que, em caso de discordância com o parecer, age por sua conta e risco, sob sua exclusiva e integral responsabilidade (Acórdãos nº 826/2011 e nº 521/2013 - Plenário; nº 1.449/2007 e nº 1.333/2011 - 1ªCâmara; nº 4.984/2011 - 2ª Câmara do TCU).

349. Uma vez aprovada a presente manifestação, recomenda-se, nos termos do art. 9º, inciso III, alíneas "b" e "c", da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, o encaminhamento ao **Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União** e, para os fins do art. 20, VI da Portaria Normativa AGU nº 152, de 31 de outubro de 2024, o encaminhamento à **Diretoria de Contratação de Serviços Sem Mão de Obra Exclusiva (DISEMEX/SCGP/CGU/AGU)**, para avaliação e comunicações pertinentes, notadamente conferindo-se ciência deste parecer às Consultorias Jurídicas da União nos Estados.

Brasília, 10 de dezembro de 2024.

(DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE)

[redacted]

ADVOGADO DA UNIÃO

SIAPE 150[redacted]

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em https://supersapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00688001923202482 e da chave de acesso 9d49852c

Documento assinado eletronicamente por [redacted] com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1782890072 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): GUILHERME SALGADO LAGE, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 10-12-2024 10:48. Número de Série: 654372557451877645764062110 80. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (AEROMÓVEL)
(Companhia de Pedestres do Mato Grosso - 1754)
BATALHÃO AMAZONAS

TERMO DE JUNTADA POR ANEXAÇÃO DE DOCUMENTO

Termo nº 009/2025 - Processo 64114.001536/2025-12

Em 15/04/2025 às 18:17, faço anexar ao presente processo 64114.001536/2025-12, o(s) documento(s): Parecer referencial serviços.pdf.

[redacted] - 3º Sgt
Auxiliar da SALC

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
SUBCONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO DE GESTÃO PÚBLICA
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE SERVIÇOS SEM MÃO DE OBRA EXCLUSIVA NOS ESTADOS

PARECER REFERENCIAL n. 00001/2024/CGSEM-EST/SCGP/CGU/AGU

NUP: 00688.001923/2024-82

INTERESSADOS: Órgãos da União assessorados pela Diretoria de Contratação de Serviços Sem Mão de Obra Exclusiva – SCGP/CGU

ASSUNTOS: DISTRIBUIÇÃO

EMENTA: Direito Administrativo. Licitações e contratos. Manifestação Jurídica Referencial (MJR). Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, da Advocacia-Geral da União. Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022;

PROCESSO DE ORIGEM: 00688.001923/2024-82;

Órgão expedidor: Diretoria de Contratação de Serviços Sem Mão de Obra Exclusiva – SCGP/CGU;

Órgão destinatário: Órgãos da União assessorados pela Diretoria de Contratação de Serviços Sem Mão de Obra Exclusiva – SCGP/CGU;

PRAZO DE VALIDADE: 2 (dois) anos, a contar da aprovação da MJR, admitidas renovações. Art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31/03/22;

1. Procedimento licitatório para a prestação de serviços comuns sem dedicação exclusiva de mão de obra, na modalidade pregão eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço ou maior desconto, com valor anual estimado igual ou inferior a R$300.000,00 (trezentos mil reais);

2. Conveniência de confecção de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) para procedimentos licitatórios de baixa complexidade;

3. Comprovação de volume elevado de processos sobre a matéria e demonstração de que a análise individualizada dos expedientes traz prejuízo às atividades da Diretoria de Contratação de Serviços Sem Mão de Obra Exclusiva – SCGP/CGU;

4. Base legal da MJR: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023; Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022; Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022; Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015; Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021; Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022; Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022; Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022; Portaria SEGES/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022; Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019; Portaria ME nº 7.828, de 30 de agosto de 2022; Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021.

5. Esta MJR não se aplica aos procedimentos licitatórios com os seguintes objetos ou características:

a) serviços com dedicação exclusiva de mão de obra (terceirização) ou serviços de engenharia civil;

b) cessão de uso de imóveis da União para atividade de apoio;

c) locação de imóvel de particular para uso por Órgão da União;

d) contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação – TIC;

e) credenciamento de OCS (Organizações Civis de Saúde) e PSA (Profissionais de Saúde Autônomos) para atuar em Fundo de Saúde das Forças Armadas;

f) gerenciamento de frota (quarteirização) para manutenção de veículos;

g) aquisição de bens (aplica-se o Parecer referencial vigente da E-CJU/Aquisições/CGU/AGU);

h) licitações internacionais;

i) licitações em modalidades diversas do Pregão;

j) licitações com procedimento regulado por normas especiais não previstas na base legal do presente parecer.

6. Dispensa de análise individualizada de processos, nas hipóteses e termos delimitados nesta manifestação e mediante certificação nos autos, pela área técnica responsável dos órgãos assessorados, de que a situação concreta se amolda perfeitamente aos termos deste Parecer Referencial e de que foram atendidas as orientações nele emanadas.

1. INTRODUÇÃO

1. A Diretoria de Contratação de Serviços sem Mão de Obra Exclusiva da Subconsultoria-Geral da União de Gestão Pública, composta pela Coordenação-Geral Jurídica de Serviços Sem Mão de Obra Exclusiva em Brasília e pela Coordenação-Geral Jurídica de Serviços Sem Mão de Obra Exclusiva nos Estados, é responsável pela análise de processos relativos à contratação de serviços, exceto os de engenharia, sem a disponibilização de trabalhadores da empresa nas instalações da administração pública federal, mesmo nas hipóteses em que houver fornecimento de bens necessários à execução do serviço, compreendendo a consultoria e assessoramento jurídicos das matérias não relacionadas às atividades finalísticas dos órgãos da Advocacia-Geral da União, das Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios, das Consultorias Jurídicas da União nos Estado, das Assessorias Jurídicas e das Consultorias Jurídicas Adjuntas dos Comandos das Forças Armadas, nos termos da Portaria Normativa AGU nº 152, de 31 de outubro de 2024.

2. Após a edição dos Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação e das minutas elaboradas pela AGU e MGI, o trâmite da fase interna da licitação passou a ser roteirizado. Os gestores públicos passaram a elaborar seus documentos a partir de padrões chancelados pela AGU, atendendo às suas notas explicativas de cunho jurídico. Assim, restou ao parecerista cumprir rito burocrático de simples conferência de documentos em processos de baixa complexidade jurídica, alvo desta Manifestação Jurídica Referencial (MJR), contrário aos princípios da eficiência, da celeridade e da economicidade, reduzindo-se, por consequência, o tempo destinado à função constitucionalmente prevista de assessoramento jurídico do Poder Executivo.

3. Face ao exposto, a presente MJR tem por objetivo estabelecer as diretrizes básicas normativas e fixar os pressupostos jurídicos necessários para a correta instrução dos procedimentos de pregão para contratação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra, sob a égide da Lei nº 14.133, de 2021, com valor anual estimado igual ou inferior a R$300.000,00. A edição da MJR dispensa a análise jurídica individualizada dos processos por ela abrangidos, sem que isso implique em amesquinhamento da atuação consultiva ou fragilização da prestação do assessoramento jurídico imposto por lei (art. 11, VI, da Lei Complementar n. 73/1993; art. 53, da Lei n. 14.133/2021).

4. Em caso de pregão para serviços continuados com vigência plurianual, nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133, de 2021, deve-se dividir o valor total estimado pelo número de anos de vigência da contratação pretendida (valor do contrato/anos vigência). Se o valor anual calculado estiver dentro do limite de R$300.000,00, é possível a aplicação desta MJR.

5. Considerando-se a ampla variedade de matérias inseridas na competência deste órgão consultivo, **não se inserem no âmbito desta MJR** os procedimentos licitatórios abaixo listados cujas peculiaridades afastam a aplicação deste parâmetro, ainda que tenham custo anual relativamente baixo:

a) serviços com dedicação exclusiva de mão de obra (terceirização) ou serviços de engenharia civil;

b) cessão de uso de imóveis da União para atividade de apoio;

c) locação de imóvel de particular para uso por Órgao da União;

d) contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação – TIC;

e) credenciamento de OCS (Organizações Civis de Saúde) e PSA (Profissionais de Saúde Autônomos) para atuar em Fundo de Saúde das Forças Armadas;

f) gerenciamento de frota (quarteirização) para manutenção de veículos;

g) aquisição de bens (aplica-se o Parecer referencial vigente da E-CJU/Aquisições/CGU/AGU);

h) licitações internacionais;

i) licitações em modalidades diversas do Pregão;

j) licitações com procedimento regulado por normas especiais não previstas na base legal do presente parecer.

6. Entende-se pertinente a fixação de **prazo de validade de 2 anos para esta MJR**, contado de sua aprovação, sem prejuízo de que, caso necessário, o projeto passe por ajustes e correções.

2. ANÁLISE JURÍDICA

2.1 Pressupostos para a adoção da Manifestação Jurídica Referencial

7. A MJR traz para o gestor os entendimentos jurídicos consolidados sobre o tema de que trata. A Orientação Normativa AGU nº 55, de 23/05/2014 a criou buscando maior racionalização, celeridade, eficiência e economicidade na atividade de consultoria jurídica:

> ON/AGU nº 55, de 2014
>
> I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.
>
> II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

8. Conforme art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31/03/2022, a construção de uma *MJR* depende da comprovação de que o volume de processos possa impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos. Além disso, deve-se comprovar que a atividade jurídica que seria demandada se restringe à mera conferência de documentos ou à enunciação-padrão de adequação jurídica da instrução ou conclusão firmada pela área técnica.

9. Quanto ao primeiro requisito, atualmente a Diretoria de Contratação de Serviços Sem Mão de Obra Exclusiva é a maior unidade da Subconsultoria-Geral da União de Gestão Pública em volume de processos, lidando com uma gama relevante de diferentes tipos de contratações de serviços, num total de mais de 6.000 (seis mil) processos distribuídos somente no ano de 2023. Historicamente, volume considerável dos procedimentos submetidos à DISEMEX caracteriza-se pelo baixo valor e complexidade jurídica, com matéria repetitiva.

10. O volume de processos sobre a matéria ora tratada impacta a atuação desta Diretoria de Serviços sem Mão de Obra, comprometendo a celeridade dos serviços jurídicos e administrativos prestados, além de reduzir o tempo de que dispõe o Advogado da União para o exame e manifestação nas questões mais complexas, que exijam análise jurídica mais profunda e detalhada.

11. Quanto ao segundo requisito (baixa complexidade), os procedimentos alvo da MJR tem análise jurídica limitada à análise de documentação elaborada a partir de minutas fornecidas pela AGU, conferindo-se o correto preenchimento no caso concreto, e se documentos eminentemente técnicos estão presentes ou se sua ausência é justificada nos autos.

12. Na prática, constata-se que, geralmente, não há necessidade de maiores apontamentos jurídicos nestes procedimentos. Com a edição dos Instrumentos de Padronização já há um prévio e robusto assessoramento jurídico realizado pela AGU, quanto às cautelas que devem ser tomadas quando da formação do processo de contratação.

13. Pelo exposto, restam atendidas as diretrizes para expedição de MJR, dispensando-se a análise jurídica individualizada e obrigatória de processos desta natureza. Ressalva-se que dúvidas jurídicas específicas quanto a forma de proceder podem e devem ser pontualmente submetidas à análise da unidade consultiva sempre que o órgão assessorado entender necessário.

14. **Registre-se que compete ao órgão assessorado atestar que o assunto tratado nos autos corresponde àquele versado na manifestação jurídica referencial, para o fim de não encaminhamento do mesmo**, **ressaltando-se que, na eventualidade de o administrador não atender às orientações do Órgão Consultivo, passa a assumir, inteiramente, a responsabilidade por sua conduta.**

15. Por fim, cumpre esclarecer que qualquer entendimento visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado em manifestação jurídica referencial, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU, bem como o esclarecimento de dúvidas jurídicas suscitadas pelo órgão administrativo, deve ser submetido previamente a esta Unidade Consultiva.

2.2 Finalidade e abrangência do parecer jurídico

16. O parecer jurídico tem por finalidade auxiliar o gestor no controle prévio da legalidade administrativa dos atos praticados, conforme artigo 53, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC). O controle prévio de legalidade não abrange aspectos de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade, conforme Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União.

17. As especificações técnicas contidas no processo de contratação, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, características, requisitos e avaliação do preço estimado, são responsabilidade do órgão contratante. Recomenda-se que o órgão adote parâmetros técnicos objetivos, para melhor atender o interesse público. A decisões discricionárias do gestor (questões de oportunidade e conveniência) devem ser motivadas nos autos.

18. Não é papel da AGU fiscalizar o gestor, nem os atos já praticados. Este parecer não é vinculante, mas em prol da segurança da própria autoridade, recomenda-se avaliar e acatar, sempre que possível, os entendimentos aqui expostos. As questões relacionadas à legalidade serão apontadas neste ato. O eventual prosseguimento do feito sem a observância destes apontamentos é da responsabilidade exclusiva do gestor.

2.3 Regularidade da formação do processo

19. Os documentos juntados aos autos devem integrar um único processo administrativo, devidamente autuado em sequência cronológica, confeccionados preferencialmente de forma digital, revelando-se com fidedignidade a sequência dos atos administrativos realizados no processo, conforme dispõem o art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021, e a Orientação Normativa da AGU nº 2, de 1º de abril de 2009.

20. Nesse contexto, **recomenda-se** ao assessorado que se atente:

- para o dever de formação de um único processo em ordem cronológica;
- que os atos sejam preferencialmente digitais;
- que os autos, quando físicos, sejam justificados e formalizados em volumes contendo até 200 folhas, devidamente numeradas e rubricadas;
- que, caso haja necessidade de se juntar documentos provenientes de outro processo, acoste-se a devida justificativa nos autos;
- que os documentos sejam devidamente datados e assinados pelo agente responsável.

2.4 Governança e conformidade legal

2.4.1. Limites e instâncias de governança

21. O Decreto nº 10.193, de 27/12/19 estabelece limites e instâncias de governança para contratação de bens e serviços pela União. A Portaria ME nº 7.828, de 30/08/22, estabelece normas complementares para seu cumprimento.

22. Em caso de atividade de custeio, necessária a autorização da contratação pela Ministro de Estado ou do titular de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República, ou autoridade delegada, nos termos dos § 2º e § 3º do art. 3º do Decreto nº 10.193, de 2019, antes da assinatura do contrato.

23. Para os contratos com valor inferior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), a competência poderá ser delegada ou subdelegada aos subsecretários de planejamento, orçamento e administração ou à autoridade equivalente, permitida a subdelegação, conforme estabelece o art. 3º, *caput* e § 2º, do Decreto nº 10.193/2019.

24. A chefia do órgão local (Coordenador/Chefe da unidade administrativa) pode receber delegação para autorizar contratações de até R$1.000.000,00 (um milhão de reais), vedada a subdelegação, conforme estabelece o art. 3º, *caput* e § 3º, do Decreto nº 10.193/2019.

25. Nas contratações decorrentes da utilização de **Ata de Registro de Preços**, independentemente de tratar-se de ata elaborada pelo próprio órgão ou à qual tenha aderido, cada contrato deverá, isoladamente, ser precedido de autorização da autoridade correspondente.

26. Nas contratações de prestação de **serviços continuados** deverão ser utilizados os valores (§§3º e 4º do art. 4º da Portaria ME nº 7828/2022):

> I - anualizado, se o prazo do contrato for igual ou inferior a doze meses; ou
>
> II - constante do termo contratual, se o prazo for superior a doze meses.
>
> § 4º No caso de prorrogação contratual, a autoridade responsável pela autorização será definida de acordo com o valor constante do termo aditivo, observados os limites e instâncias de governança definidos nos termos dos § 2º e § 3º do art. 3º do Decreto nº 10.193, de 2019.

27. Assim, necessário que o gestor declare nos autos se a contratação pretendida envolve ou não atividade de custeio e obtenha a autorização para contratação, expedida pela autoridade competente, caso se trate de despesa de custeio.

28. Se o valor da contratação, apurado ao final do procedimento, for superior ao estimado na fase interna do processo, será necessária nova autorização, por parte da autoridade competente (§2º do art. 4º da Portaria ME nº 7828/2022).

29. Recomenda-se que sejam juntadas as publicações dos atos de nomeação ou designação da autoridade e demais agentes administrativos, bem como os atos normativos que estabelecem as respectivas competências.

2.4.2. Instrumentos de governança

30. De acordo com o art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021, a fase preparatória da licitação deve compatibilizar-se com o Plano de Contratações Anual. Por sua vez, o art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022, prevê que o Termo de Referência deverá estar alinhado com o Plano de Contratações Anual e com o Plano Diretor de Logística Sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração.

31. A teor do art. 6º da Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, o Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS e o Plano de Contratações Anual - PCA são instrumentos de governança nas contratações públicas.

32. O PLS é instrumento vinculado ao planejamento estratégico do órgão ou entidade, ou instrumento equivalente, e às leis orçamentárias, que estabelece a estratégia das contratações e da logística no âmbito do órgão ou entidade, considerando objetivos e ações referentes a critérios de sustentabilidade nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural.

33. Segundo o caput do art. 7º da Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021, os órgãos e as entidades devem elaborar e implementar seu PLS de acordo com modelo de referência, que foi definido pela Portaria SEGES/MGI nº 5.376, de 14 de setembro de 2023.

34. Ademais, consoante o parágrafo único do art. 7º e §1º do art. 8º da Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021, o PLS deverá nortear a elaboração do PCA, dos estudos técnicos preliminares e dos anteprojetos, dos projetos básicos ou

dos termos de referência de cada contratação e seus critérios e práticas deverão ser considerados para fins de definição da especificação do objeto a ser contratado, das obrigações da contratada ou de requisito previsto em lei especial.

35. **Recomenda-se** que o órgão assessorado se manifeste a respeito do assunto, demonstrando expressamente a observância do art. 7º da Instrução Normativa SEGES n. 58, de 2022.

36. Por sua vez, de acordo com o art. 18 da Lei nº 14.133/2021, a fase preparatória da licitação deve compatibilizar-se com o PCA, de que trata o inciso VII do caput do art. 12. O Decreto nº 10.947/2022, ao regulamentar o PCA, impôs aos órgãos e entidades a obrigatoriedade de elaboração, até a primeira quinzena de maio de cada exercício, de planos de contratações anuais, os quais conterão todas as contratações que pretendem realizar no exercício subsequente.

37. Ainda, conforme art. 12, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, o PCA deve ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial e deverá ser observado na realização de licitações e na execução dos contratos.

38. A informação relativa à previsão da contratação no PCA deve constar em seção específica do Estudo Técnico Preliminar (Art. 18, §1º, II da Lei nº 14.133/21). **Recomenda-se** atenção quanto ao cumprimento desta exigência.

39. Caso necessário, no ano de sua execução, pode o PCA ser revisado, mediante justificativa aprovada pelo Ordenador de Despesas (Art. 16 do Decreto nº 10.947/22).

40. O setor de contratações é responsável por verificar se a demanda está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) e, caso ausente, **recomenda-se** solicitar justificadamente a sua inclusão ao PCA em vigor, nos termos dos arts. 16 e 17 do Decreto nº 10.947/22.

41. De acordo com art. 1º, parágrafo único, do Decreto nº 10.947, de 2022, a comprovação de inclusão da contratação no PCA é **dispensável** aos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, sem prejuízo da observância do princípio do planejamento de que trata o art. 5º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4.3. Avaliação de conformidade legal

42. O art. 19 da Lei nº 14.133/21, prevê mecanismos e ferramentas voltadas ao gerenciamento de atividades de administração de materiais, obras e serviços. As listas de verificação (disponibilizados pela Advocacia-Geral da União em sua página virtual) são importantes para auxiliar na adequada condução do processo.

43. O art. 36 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017 tornou obrigatório o preenchimento das listas de verificação (Anexo I da Orientação Normativa/SEGES nº 2, de 6 de junho de 2016).

44. As listas atualizadas estão disponíveis no endereço https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/14133/listas-de-verificaca

45. **Recomenda-se** ao órgão assessorado que instrua os autos com a lista de verificação adequada (Lista de Verificação Compras e Serviços sem Mão de Obra exclusiva - Lei 14.133). A lista de verificação deve ser preenchida com indicação dos documentos e páginas do processo em que cumprida cada orientação.

2.5 Planejamento da contratação

2.5.1 Aspectos gerais

46. O artigo 18 da Lei nº 14.133/2021 elenca providências e documentos que devem instruir a fase de planejamento:

> Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o **plano de contratações anual d**e que trata o inciso VII do **caput** do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as **leis orçamentárias**, bem como abordar todas as

> **considerações técnicas, mercadológicas e de gestão** que podem interferir na contratação, compreendidos:
>
> I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em **estudo técnico preliminar** que caracterize o interesse público envolvido;
>
> II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de **termo de referência**, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;
>
> III - a definição das **condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento**;
>
> IV - o **orçamento estimado**, com as composições dos preços utilizados para sua formação;
>
> V - a elaboração do **edital** de licitação;
>
> VI - a elaboração de **minuta de contrato**, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;
>
> VII - o **regime de fornecimento de bens**, **de prestação de serviços** ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;
>
> VIII - a **modalidade** de licitação, o **critério de julgamento**, o **modo de disputa** e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
>
> IX - a **motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira,** justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço**, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio**;
>
> X - a **análise dos riscos** que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;
>
> XI - a motivação sobre o **momento da divulgação do orçamento da licitação**, observado o art. 24 desta Lei.
>
> (grifou-se)

47. O planejamento da contratação pressupõe que a própria necessidade administrativa seja investigada, para se compreender o que fundamenta a demanda.

48. Identificada a necessidade, pode-se buscar as soluções disponíveis no mercado. Encontrada mais de uma solução possível, deve-se avaliar e demonstrar qual a melhor para o órgão, para definição do objeto licitatório e seus contornos.

49. Em linhas gerais, a instrução do processo licitatório deve revelar esse encadeamento lógico, como veremos em seguida.

2.5.2. Documento de Formalização da Demanda

50. O Documento de Formalização da Demanda – DFD é o documento em que a área requisitante evidencia e detalha a necessidade de contratação, sendo elaborado – em regra – no exercício anterior à contratação propriamente dita, pois é instrumento de organização e elaboração do Plano Anual de Contratações do órgão, nos termos do inc. VII do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021, e do art. 8º do Decreto nº 10.947, de 2022.

51. Trata-se de instrumento **obrigatório** para o início de todo processo de contratação, **devendo ser confeccionado** no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações – PGC, no Portal de Compras do Governo Federal (compras.gov.br).

52. Para o correto preenchimento do DFD, **recomenda-se** adotar as orientações contidas no **Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação**, disponível no endereço https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/instrumento-de-padronizacao-dos-procedimento-de-contratacao-agu-fev-2024.pdf.

2.5.3 Estudo Técnico Preliminar (ETP)

53. O Estudo Técnico Preliminar (ETP), elaborado pelos servidores da área técnica e requisitante ou pela equipe de planejamento da contratação, é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento da contratação. Referido documento deve conter, de forma fundamentada, a descrição da necessidade da contratação, com especial atenção à demonstração do interesse público envolvido, além de abordadas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

54. O artigo 18, § 1º, da Lei nº 14.133/21, apresenta seus elementos essenciais:

> § 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do **caput** deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:
>
> **I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;**
>
> II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração**;**
>
> III - requisitos da contratação;
>
> **IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;**
>
> V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;
>
> **VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;**
>
> VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;
>
> V**III - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;**
>
> IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;
>
> X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;
>
> XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;
>
> XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;
>
> X**III - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.**

55. O ETP, obrigatoriamente, deve conter todos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do §1º do art. 18 (conforme exigido no art. 18, §2º).

56. Em relação aos demais elementos (incisos II, III, V, VII, IX, X, XI, XII do art. 18, §1º), quando não constarem do ETP, a Administração deve justificar a sua ausência.

57. Além das exigências da Lei n. 14.133, de 2022, deve-se observar o disposto na IN SEGES/ME nº 58, de 08/08/2022, que regulamenta a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP pelos órgãos da União, e determina a utilização do Sistema ETP digital.

58. Para o correto preenchimento do ETP, recomenda-se adotar as orientações contidas no Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação, disponível no endereço https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/instrumento-de-padronizacao-dos-procedimento-de-contratacao-agu-fev-2024.pdf.

59. Passa-se em seguida à análise dos principais elementos do ETP.

2.5.3.1 - Descrição da necessidade da contratação

60. A necessidade da contratação é o primeiro aspecto a ser abordado em um estudo técnico preliminar. Trata-se de etapa fundamental, em que o problema da Administração pode ser compreendido sob outra perspectiva, contribuindo para que outras soluções se mostrem propícias a atender a demanda. A clareza da necessidade é a base para possíveis inovações.

61. Nessa primeira etapa, ainda não se sabe quais as soluções disponíveis. Por tal razão, o art. 18, §1º da Lei n. 14.133/21 prevê primeiro a indicação dos requisitos mínimos de atendimento da necessidade da Administração, em seu inciso III, e só depois trata do levantamento de mercado (quando se buscam as soluções disponíveis), no inciso V.

62. **Recomenda-se** ao órgão descrever e justificar sua necessidade administrativa no Documento de Formalização da Demanda e Estudo Técnico Preliminar, esclarecendo por quais razões a contratação pretendida é relevante para o adequado funcionamento de suas atividades.

63. Em caso de licitação realizada pelo sistema de registro de preços (SRP), os participantes também devem demonstrar sua necessidade, ao solicitar a participação (Art. 8º, I do Decreto nº 11.462/23).

64. Caso haja órgãos interessados em participar da licitação pelo SRP, todos devem justificar suas necessidades. **Recomenda-se** ao órgão gerenciador fixar prazo para os potenciais participantes complementarem sua documentação. se necessário, sob pena de indeferimento de seu pedido de participação.

65. Registre-se ainda que, via de regra, adotando-se o SRP, a escolha do método de execução do serviço e definição do objeto licitado são responsabilidade do órgão gerenciador.

66. Contudo, pode o órgão participante solicitar a inclusão de novo item, em prazo previsto pelo gerenciador, informando suas especificações, estimativa de consumo, local de entrega e apresentando pesquisa de mercado que contemple a variação de custos locais e regionais (art. 8º, inc. III do Decreto n. 11.462/23). Caso solicite a inclusão de novo item, o órgão participante deve elaborar Estudo Técnico Preliminar, tratando apenas deste item não contemplado no objeto licitatório definido pelo gerenciador.

67. **Recomenda-se** também definir no Estudo Técnico Preliminar, na seção relativa à descrição da necessidade da contratação, se o objeto contratado tem **natureza contínua ou não**, e se a **despesa é rotineira ou configura-se nova ação governamental**. Tal informação é essencial para correta definição dos prazos de vigência e viabilidade de prorrogação contratual e questões orçamentárias, conforme veremos adiante.

68. A definição de serviços e fornecimentos contínuos consta no art. 6º, XV, da Lei nº 14.133, de 2021, sendo os “serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas”.

69. A descrição da necessidade deve avaliar o interesse público também na perspectiva do impacto ambiental decorrente da contratação e opções que atendam ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, considerando o ciclo de vida do objeto (incisos I e IV, do art. 11, da Lei nº 14.133/2021).

2.5.3.2 Levantamento de Mercado

70. Após identificada a necessidade, o Estudo Técnico Preliminar deve buscar alternativas para atendê-la.

71. Não se trata de realizar pesquisa de preços. Neste momento deve-se estudar as práticas disponíveis no mercado e adotadas por outros órgãos públicos, para verificar se existe outro método disponível para atender a necessidade administrativa, gerando maior produtividade ou economia.

72. O artigo 9º, III, "a" à "d" da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022 indica algumas opções para realizar essa busca. Seu art. 12 estabelece que "os órgãos e entidades deverão pesquisar, no Sistema ETP Digital, os ETP de outras unidades, como forma de identificar soluções semelhantes que possam se adequar à demanda da Administração".

73. Além disso, conforme o art. 10 do Decreto nº 11.462, de 2023, os órgãos e as entidades, antes de iniciar processo licitatório ou a contratação direta, **devem** sempre consultar as IRPs em andamento e deliberarão a respeito da conveniência de sua participação, sendo que essa deliberação deverá constar nos autos do processo de contratação do respectivo órgão.

74. Ao buscar a melhor solução disponível, deve o gestor verificar a possibilidade de adoção de medidas de sustentabilidade eventualmente previstos, sem prejuízo ao caráter competitivo do certame.

75. Em caso de contratação que contemple fornecimento de bens ou cessão de equipamentos em comodato, **recomenda-se** observar o art. 44 da Lei nº 14.133/2021, que determina que se faça a avaliação dos custos e benefícios das opções de compra e locação de bens, quando ambas as soluções foram viáveis, para identificar a alternativa mais vantajosa no caso concreto.

76. Ainda que se conclua que as metodologias já empregadas em contratações anteriores são as mais aptas à satisfação da necessidade administrativa, seja qual for a solução adotada, a escolha deve ser expressamente motivada nos autos.

77. **Recomenda-se** ao órgão que informe na seção específica do ETP, relativa ao "levantamento de mercado":

(i) a busca por metodologias alternativas eventualmente existentes de execução do serviço pretendido, indicando como fez tal busca;

(ii) eventual inexistência de outras formas de atendimento de sua necessidade;

(iii) escolha justificada da metodologia mais adequada a sua necessidade, dentre as alternativas encontradas.

78. **Recomenda-se ainda ao gestor atenção aos seguintes pontos**:

i) a repetição irrefletida de uma modelagem adotada em contratação anterior não será necessariamente a mais adequada, caso o segmento do serviço e/ou bem pretendido rotineiramente apresente inovações. A prospecção do mercado poderá encontrar solução metodológica e tecnologicamente mais eficiente e inovadora;

ii) o órgão poderá realizar audiência pública, preferencialmente na forma eletrônica, em situações específicas ou nos casos de complexidade técnica do objeto;

iii) se a quantidade de fornecedores for considerada restrita, deve-se verificar se os requisitos que limitam a participação são realmente indispensáveis (inciso I e § 2º do art. 9º da IN SEGES/ME nº 58/2022); e

iv) levantamento de mercado não se confunde com pesquisa de preços. A pesquisa de preços é feita posteriormente, porque depende do conhecimento do resultado do levantamento de mercado (melhor solução).

2.5.3.3 Descrição da solução como um todo

2.5.3.3.1 Aspectos gerais

79. A legislação exige que o órgão técnico, no momento da elaboração do ETP, descreva a solução como um todo. **Recomenda-se** aqui abordar **o objeto da contratação,** escolhido pela Equipe de Planejamento da contratação, após levantamento das opções de mercado.

80. A solução escolhida **deve** ser aquela que mais se aproxima dos parâmetros e requisitos da necessidade preestabelecidos, levando-se em conta os aspectos de economicidade, qualidade, segurança, eficácia, eficiência, padronização, competição, entre outros. Note-se que os requisitos da necessidade não se confundem com os requisitos da contratação estabelecidos após a escolha da solução a ser contratada.

81. A fase de planejamento deve abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que possam interferir na contratação. A definição do objeto, modelo de execução e gestão do contrato devem levar em consideração cada um desses aspectos (art. 18, caput, da Lei n. 14.133/21).

82. Uma vez escolhida a melhor solução, esta deve ser descrita de forma completa, inclusive com as exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, bem com todos os elementos que demonstrem que essa solução pode alcançar todos os resultados pretendidos com a contratação no caso concreto.

83. Quanto maior o detalhamento da especificação do objeto, menor é o número de fornecedores capazes de atender a demanda. O excesso de detalhes pode reduzir a disputa a um único ou nenhum fornecedor, limitando a competição indevidamente.

84. Por outro lado, a especificação muito genérica do objeto pode ampliar as opções a ponto de não atender às reais necessidades da Administração.

85. Portanto, o gestor deverá se limitar a descrever o objeto (serviço ou bem a ser contratado) apenas com elementos sem os quais não será atendida a sua necessidade, evitando detalhes supérfluos ou desnecessários.

2.5.3.3.2 Objeto da contratação

86. Uma vez investigada a necessidade administrativa que origina o pedido de contratação e depois de encontrada a solução mais adequada para atendê-la, a Administração passará então a se diferenciar dos particulares em geral porque **deverá** então descrever referida solução, convertendo-a no objeto licitatório.

87. A finalidade principal desta etapa é propiciar que a própria Administração incremente seus conhecimentos sobre o objeto, distinguindo suas características principais, para então, por meio da descrição, possibilitar que todos os fornecedores da solução escolhida venham a saber do interesse administrativo em uma futura contratação.

88. A especificação do objeto deve considerar as normas técnicas elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, eventualmente existentes, quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança (Art. 1º da Lei nº 4.150/1962).

89. Ao inserir o CATMAT/CATSER na descrição do objeto, no termo de referência, o licitante deve dar preferência a bens e serviços identificados como sustentáveis, quando possível.

90. Caso adotado o Sistema de Registro de Preços, após definido o objeto pelo gerenciador, os órgãos participantes devem verificar se a forma de contratação e objeto licitatório são adequados às suas necessidades e se os seus quantitativos estão corretamente previstos no Termo de referência (Art. 7º, VI e art. 8º, VII do Decreto nº 11.462/23).O termo de referência consolidado com os dados dos participantes do registro de preços deve constar como anexo ao Edital da licitação. Havendo dúvida quanto aos itens para os quais é solicitada a participação, bem como seus quantitativos, recomenda-se ao Órgão Gerenciador que solicite a verificação de tais dados pelo participante.

2.5.3.3.3 Catálogo eletrônico de padronização

91. Antes de adentrar os elementos inerentes à caracterização do objeto, destaco que a Lei 14.133/21 trouxe como novidade o princípio da padronização (Art. 40, V, "a" para compras/Art. 47, I para serviços) das contratações.

92. O Catálogo Eletrônico de Padronização, instituído pela Portaria SEGES/ME nº 938, de 2022, constitui ferramenta informatizada, disponibilizada e gerenciada pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, com indicação de preços, destinado a permitir a padronização de itens a serem contratados pela Administração e que estarão disponíveis para a licitação ou para contratação direta.

93. Os itens padronizados (bens e serviços) são inseridos no referido catálogo para contratação direta ou por licitação (critérios menor preço ou maior desconto). O gestor encontra no catálogo todas as minutas específicas para a

contratação do item padronizado (termo de referência/projeto básico, mapa de riscos, conexão com painel de preços, minutas de Edital, ata de registro de preços, contrato - art. 6º da Portaria SEGES/ME nº 938, de 2022).

94. O Catálogo está disponível para consulta em https://www.gov.br/pncp/pt-br/[redacted]

95. A ferramenta é, em regra, de **uso obrigatório** pelos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Portanto, **quando se trata de item padronizado, integrante do Catálogo Eletrônico de Padronização**, deve-se utilizar as minutas padronizadas que compõem esse Catálogo.

96. No caso de existir itens padronizados, a não utilização do Catálogo Eletrônico de Padronização é **situação excepcional**, **devendo ser justificada por escrito e anexada ao respectivo processo de contratação**, nos termos dos arts. 10 e 11 da Portaria SEGES/ME nº 938, de 2022 (*inclusive no caso de um dos vários itens a se adquirir esteja no catálogo eletrônico de padronização).*

97. Assim, **deve** a Administração indicar se o objeto que será contratado está contemplado no catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, conforme Portaria SEGES/ME nº 938, de 2022.

98. Na data de elaboração deste parecer, constavam do catálogo apenas documentação para aquisição de água mineral sem gás, café e açúcar, situações em que esta MJR não se aplica.

99. Contudo, **recomenda-se** ao gestor verificar periodicamente quais objetos constam do Catálogo eletrônico de padronização, para adotar as medidas previstas nesta seção deste parecer, quando for o caso. Destacamos que não é necessária nova análise jurídica das minutas previstas no Catálogo eletrônico de padronização, quando adotadas pelo órgão (Art. 53, §5º da Lei 14.133/21).

2.5.3.4 Quantitativos estimados

100. As quantidades passíveis de contratação devem ser definidas com critérios objetivos. Não são juridicamente adequadas estimativas genéricas. A estimativa deve ser acompanhada das memórias de cálculo e documentos que lhe dão suporte (Art. 18, § 1º, IV da Lei nº 14.133/21).

101. A adoção de orçamento sigiloso não permite o sigilo dos quantitativos. Nessa situação, a necessidade de divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, permanece.

102. Sempre que viável, deve-se utilizar valores históricos de contratos anteriores como parâmetro para estimativa do quantitativo. Deve-se ainda justificar o aumento ou diminuição da demanda a partir do que for encontrado nesses dados, agregando, ainda, outros fatores pertinentes.

103. Caso o órgão não tenha feito a contratação em anos anteriores, deve demonstrar no estudo técnico preliminar (ETP) a metodologia utilizada para estimar o seu consumo.

104. Deve-se evitar estimativas genéricas, sem respaldo em elementos técnicos que evidenciem a exata correlação entre a quantidade estimada e a demanda. Atente-se que a ausência de justificativa, na fase de planejamento, para o quantitativo a ser contratado, pode caracterizar erro grosseiro e, consequentemente, responsabilização do agente público que elaborou o documento correspondente (Acórdão TCU nº 2459/2021 – Plenário).

105. Nesse sentido, recomenda-se que a área técnica discorra expressamente sobre como se chegou à estimativa apresentada nos autos, justificando-a, conforme as orientações acima aventadas.

106. Caso adotado o sistema de registro de preços (SRP) devem os quantitativos de todos os órgãos ser estimados e informados nos autos. A impossibilidade de definição exata do quantitativo não afasta tal necessidade. Neste

caso, deve constar estimativa de consumo e metodologia adotada por gerenciador e eventuais participantes (Art. 8º, b do Decreto nº 11.462/23).

107. Caso algum potencial participante do Registro de Preços não tenha informado seus quantitativos ou a metodologia para estimar seu consumo, recomenda-se ao gerenciador que estabeleça prazo razoável para o interessado complementar sua documentação, sob pena de indeferimento do pedido de participação.

2.5.3.5 Justificativas para o parcelamento ou não da contratação

108. A contratação de bens ou serviços pela Administração Pública deve priorizar o parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso (Art. 40, V, b e Art. 47, II da Lei nº 14.133/21). Sempre que possível, deve-se fazer licitações divididas em vários itens, com disputa e adjudicação independentes entre si.

109. Neste sentido, transcrevo o artigo 47 da Lei nº 14.133/21:

> Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:
> I - da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;
> II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.
> § 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:
> I - a responsabilidade técnica;
> II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;
> III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

110. A Lei nº 14.133/21 trata das hipóteses de não parcelamento em seus arts. 40 e 82. Apesar do art. 40 tratar de compras (art. 40) e o art. 82 tratar do sistema de registro de preços (SRP), por analogia, aplicam-se seus preceitos a todas espécies de contratação:

> Art. 40 (...)
> § 3º O parcelamento não será adotado quando:
> I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;
> II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;
> III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

> Art. 82 (...)
> § 1º O critério de julgamento de menor preço por grupo de itens somente poderá ser adotado quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica, e o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos deverá ser indicado no edital.
> § 2º Na hipótese de que trata o § 1º deste artigo, observados os parâmetros estabelecidos nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 23 desta Lei, a contratação posterior de item específico constante de grupo de itens exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade.

111. Isto posto, a justificativa para o não parcelamento pode ter razões técnicas (demonstrando vantagem técnica do não parcelamento ou inviabilidade do parcelamento), econômicas (menor custo da compra conjunta/economia de escala), ou decorrer da necessidade de padronização (Art. 47, I).

112. Em relação à aglutinação de itens em grupo, o TCU tem apresentado algumas orientações restritivas:

- A licitação por lote, com a adjudicação pelo menor preço global, sem comprovação nos autos de eventual óbice de ordem técnica ou econômica que inviabilize o parcelamento do objeto em itens, pode

caracterizar restrição à competitividade do certame;

- Em licitação para registro de preços, é irregular a adoção de adjudicação por menor preço global por grupo/lote, concomitantemente com disputa por itens, sem que estejam demonstradas as razões pelas quais tal critério, conjuntamente com os que presidiram a formação dos grupos, é o que conduzirá à contratação mais vantajosa, comparativamente ao critério usualmente requerido de adjudicação por menor preço por item;
- A adoção de critério de adjudicação pelo menor preço global por grupo em registro de preços é, em regra, incompatível com a aquisição futura por itens, tendo em vista que alguns itens podem ser ofertados pelo vencedor do lote a preços superiores aos propostos por outros competidores.

113. A preocupação externada pelo TCU decorre da constatação de que a adjudicação por grupo, seguida de ulteriores adjudicações ou contratações de itens isolados, por vezes gera a situação em que o item posteriormente contratado, junto ao licitante vencedor, apresenta valores superiores aos ofertados pelos demais licitantes.

114. Em sua jurisprudência, o TCU firmou o entendimento de que, notadamente nas licitações para registro de preços, a modelagem de aquisição por preço global de grupo de itens, embora medida excepcional, pode ser utilizada quando a Administração pretende contratar a totalidade dos itens do grupo, admitindo-se a aquisição futura de itens isoladamente, "quando o preço unitário ofertado pelo vencedor do grupo for o menor lance válido na disputa relativa ao item" (TCU. Acórdão 1347/2018 Plenário, Consulta, Relator Ministro Bruno Dantas).

115. De qualquer forma, a decisão sobre a aglutinação ou não de itens envolve contornos técnicos específicos. É possível que o órgão contratante identifique a necessidade de reunião e tome essa decisão, **de forma justificada** (no Termo de Referência ou mesmo em outro documento processual), fundamentando-a em ponderações econômicas e gerenciais, como ganhos de economia de escala ou mesmo gerenciamento contratual.

116. Assim, **recomenda-se** ao gestor, em seção do ETP denominada "parcelamento do objeto", que informe se está realizando a licitação por preço global, ou parcelando a licitação em itens, lotes ou grupos de itens.

117. Em caso de parcelamento parcial (reunião de itens em lotes ou grupos), ou a realização de licitação pelo menor preço global, sem parcelamento do objeto licitado, **recomenda-se** esclarecer a questão nesta seção do ETP, apresentando razões técnicas ou de economia para justificar a decisão tomada.

2.5.3.6. Estimativa do valor da contratação

118. Após a escolha da solução e a definição do quantitativo a ser contratado, faz-se necessário verificar qual será o custo total estimado para a contratação pretendida, sendo que este somente poderá ser revelado após pesquisa ampla e idônea com base no valor de mercado, lastreada na legislação pertinente, conforme será tratado em tópico específico deste Parecer.

119. A correta pesquisa de preço é essencial para propiciar a adequada estimativa de custos da contratação e, consequentemente, para possibilitar a aferição do valor referencial da licitação como parâmetro tanto para análise da viabilidade econômica da contratação por parte da Administração, na fase de planejamento, quanto para análise da exequibilidade ou aceitabilidade das propostas ou lances dos licitantes, podendo nortear o valor máximo aceitável, na ocasião do certame.

120. Nesse contexto, cumpre alertar que existe a possibilidade de a cotação orçamentária demonstrar a inviabilidade ou inadequação econômica da solução escolhida.

121. Dessa forma, a depender do caso concreto, postergar a realização da pesquisa de preço (pautada pelos requisitos da Lei nº 14.133, de 2021, e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 2021) para momento posterior à realização do Estudo Técnico Preliminar pode ensejar a perda de todo trabalho já feito ou a necessidade de refazimento dos estudos técnicos para encontrar nova solução que seja viável economicamente ou que tenha melhor custo-benefício.

122. Desta feita, **prudente** constar no ETP, ainda que de forma não conclusiva, a correta estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo, com os parâmetros utilizados para a

obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, apontando os documentos que lhe dão suporte, **que poderão constar de anexo classificado, caso a Administração opte motivadamente por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação**, conforme determina art. 18, § 1º, inc. VI, da Lei nº 14.133, de 2021.

2.5.3.7. Demonstrativo dos resultados pretendidos, providências a serem adotadas e contratações correlatas e interdependentes.

123. Na seção "**Demonstrativo dos resultados pretendidos",** o ETP deve apresentar o demonstrativo de resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis em decorrência da contratação pretendida.

124. Na seção "**Providências a serem adotadas"** do ETP**,** o órgão **deve** informar as providências necessárias que deverá adotar, previamente à celebração do contrato, para viabilizar a sua adequada execução, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual, se for o caso.

125. Na seção "**Contratações correlatas e interdependentes** ", o órgão **deverá** informar a eventual existência de contratações que guardem relação ou afinidade, pretéritas (relativas a exercícios anteriores), atuais ou futuras (ainda em fase de licitação ou contratação direta), com a contratação pretendida.

126. Com tais informações, apresentadas de forma clara, os gestores terão melhores condições na tomada de decisões, com possível aproveitamento de economia de escala e evitando-se posicionamentos contraditórios e sobreposição de contratações.

2.5.3.8 Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento (critérios de sustentabilidade)

127. As contratações governamentais devem estabelecer critérios e práticas que promovam o desenvolvimento nacional sustentável. Assim, as ações da Administração devem ser especialmente voltadas para a redução do consumo de insumos e para a aquisição preferencial de produtos inseridos no conceito de economia circular ou que representem menor impacto ambiental, a exemplo dos produtos reciclados e/ou recicláveis (arts. 5º e 11 da Lei n. 14.133/2021 c/c art. 7º, XI, da Lei nº 12.305/2010).

128. A especificação do objeto de acordo com critérios e práticas de sustentabilidade e a observância de normas especiais de comercialização de produtos ou de licenciamento de atividades (ex.: registro no Cadastro Técnico Federal - CTF), previstos na legislação de regência ou em leis especiais (por exemplo, arts. 66 e 67, IV, da Lei n. 14.133, de 2021), são alguns dos requisitos a serem observados no planejamento da contratação.

129. Desse modo, o desenvolvimento sustentável deve ser implementado no momento da concepção de como os serviços serão executados, de modo que o edital e seus anexos contenham os critérios de sustentabilidade aplicáveis, de acordo com o Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS, com o objeto a ser licitado e com as características próprias de cada tipo de serviço.

130. O planejamento da contratação deve procurar abordar as dimensões econômica, social, ambiental e cultural da sustentabilidade. Nesse sentido, o órgão assessorado deve: a) avaliar se há incidência de critérios e práticas de sustentabilidade no caso concreto; b) indicar as dimensões dessa incidência; e c) definir condições para sua aplicação. Para tanto, é de fundamental importância consultar o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (disponível em https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-nacional-de-contratacoes-sustentaveis-2024.pdf), donde constam subsídios orientadores para tais providências e que foi reputado exemplo de boa prática administrativa pelo TCU (v.g., Acórdão 1056/2017-Plenário).

131. Destaque-se que, antes do encaminhamento do processo administrativo para parecer jurídico, cabe ao gestor público consultar e a inserir as pertinentes previsões legais constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis nas minutas correspondentes, notadamente no Termo de Referência, sem prejuízo da verificação de sua atualidade.

132. Registre-se, mais, que há possibilidade de serem inseridas outras previsões de sustentabilidade além das legalmente previstas e constantes do Guia, desde que observados os demais princípios licitatórios (especialmente, competitividade e economicidade) e motivação administrativa idônea.

133. Em síntese, relativamente à promoção do desenvolvimento nacional sustentável previsto no art. 5º da Lei n. 14.133, de 2021, deverão ser tomados os seguintes cuidados gerais pelos gestores públicos na contratação de serviços:

i) definir os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial (arts. 66 e 67, IV, da Lei n. 14.133, de 2021) e

ii) verificar se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame.

134. Cabe ao órgão assessorado a análise técnica acerca dos critérios de sustentabilidade aplicáveis aos serviços a serem contratados. Se a Administração entender que os serviços objeto da contratação não se sujeitam aos critérios e práticas de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, deverá apresentar a devida justificativa.

135. Nessa linha, o Parecer nº 01/2021/CNS/CGU/AGU (NUP: 00688.000723/2019-45), aprovado pelo Despacho n. 00525/2021/GAB/CGU/AGU, da Consultoria-Geral da União, orienta:

I. Os órgãos e entidades que compõem a administração pública são obrigados a adotar critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade nas contratações públicas, nas fases de planejamento, seleção de fornecedor, execução contratual, fiscalização e na gestão dos resíduos sólidos;

II. A impossibilidade de adoção de tais critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações públicas deverá ser justificada pelo gestor competente nos autos do processo administrativo, com a indicação das pertinentes razões de fato e/ou direito;

III. Recomenda-se aos agentes da administração pública federal encarregados de realizar contratações públicas, que, no exercício de suas atribuições funcionais, consultem o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União.

2.5.3.9. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina

136. A declaração de viabilidade da contratação é a conclusão do Estudo Técnico Preliminar. Deve considerar aspectos técnico-econômicos e precisar analisar a adequação da solução para o atendimento da necessidade e verificar os custos, considerando os quantitativos necessários do objeto a ser contratado.

137. Quanto aos custos, a análise da viabilidade econômica levará em conta dois fatores:

(i) se podem ser arcados com verba já prevista no orçamento e

(ii) se o preço de mercado é razoável. Caso a solução seja nova no mercado, com oferta restrita e com preço elevado, é necessário examinar a proporcionalidade do uso dos recursos públicos, considerando outras necessidades da Administração Pública.

138. Elementos facultativos do ETP também podem influenciar a decisão pela viabilidade da contratação, tais como a dependência da contratação pretendida da execução de outra contratação.

2.5.4. Análise de riscos (Gestão de riscos)

139. O planejamento da contratação deve contemplar a análise dos riscos (art. 18, X, da Lei nº 14.133/21). Consta do Portal de Compras do Governo Federal tópico dedicado à identificação e avaliação de riscos, em conformidade com a Lei nº 14.133/21. Tais recomendações devem ser incorporadas ao planejamento desta contratação.

140. O mapa de gerenciamento de riscos deve ser reanalisado conforme avança o planejamento da contratação. Nesta situação, **recomenda-se** que seja atualizado e juntado: ao final da elaboração do Estudo Técnico Preliminar; ao

final da elaboração do Termo de Referência; após a fase de Seleção do Fornecedor; e após eventos relevantes.

141. Convém registrar que a atividade de **análise de riscos** prevista no art. 18, inciso X da Lei nº 14.133/2021, **não se confunde com a cláusula de matriz de risco**, apesar desta, quando estabelecida, constituir o resultado do primeiro.

142. A elaboração de matriz de riscos da contratação, via de regra, é faculdade do gestor. Esta deve ser feita com base em avaliação do caso concreto e com apresentação de justificativa, tendo em vista a possibilidade de elevação dos custos da contratação.

143. A matriz de riscos visa assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, caso se identifique riscos com potencial para determinar tal desequilíbrio. A Administração poderá contemplar os riscos na matriz de riscos, promovendo a alocação da responsabilidade pelos ônus financeiros decorrentes desses eventos entre contratante e contratado, mediante indicação daqueles a serem assumidos pelo setor público ou pelo setor privado ou daqueles a serem compartilhados.

144. Caso o gestor opte pela matriz de riscos, esta deve definir potenciais riscos contratuais e de responsabilidades entre as partes, com previsão dos elementos indicados nos art. 6º, inciso XXVII, 22 e 103 da Lei 14.133/21.

2.6 Orçamento Estimado e Pesquisa de Preços

145. A pesquisa ampla e idônea com base no valor de mercado visa a adequada estimativa de custos da contratação e a definição do valor de referência como parâmetro de aceitabilidade das propostas dos licitantes.

146. A pesquisa de preços deve atender o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/21 (e a Instrução Normativa SEGES/ME n. 65/2021, que o regulamenta), para evitar distorções que acarretam contratações superfaturadas ou licitações desertas:

> Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.
>
> §1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:
>
> I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
>
> II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
>
> III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;
>
> IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;
>
> V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento."

147. A IN n. 65/2021 prevê a necessidade de a pesquisa de preços ser materializada em documento, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

> "Art. 3º A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo:
>
> I - descrição do objeto a ser contratado;
>
> II - identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento;
>
> III - caracterização das fontes consultadas;
>
> IV - série de preços coletados;
>
> V - método estatístico aplicado para a definição do valor estimado;
>
> VI - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável;
>
> VII - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte; e
>
> VIII - justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 5º."

148. Cumpre salientar que é responsabilidade da autoridade contratante a verificação quanto à plausibilidade dos valores apresentados. O órgão de assessoramento jurídico não detém competência legal, conhecimento técnico e mercadológico especializado ou mesmo ferramentas para avaliar a adequação das avaliações de preços realizadas nos processos submetidos à análise jurídica. A responsabilidade pela idoneidade e lisura de tais atos recai integralmente sobre os agentes do órgão promotor da licitação, os quais podem, inclusive, responder pela prática de ato de improbidade administrativa, nos termos do inciso V, do artigo 10, da Lei n. 8.429/1992.

149. **Recomenda-se** que o gestor realize pesquisa de mercado mais ampla possível, atendendo ao disposto na IN nº 65/2021, bem como as orientações jurídicas constantes das alíneas "a" a "e" desta seção do parecer:

a) Parâmetros preferenciais de pesquisa de preços:

150. O §1º do art. 5º da IN n. 65/2021 determina a priorização dos parâmetros de seus incisos I e II:

> Art. 5º (...)
>
> I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;
>
> II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente; (...)

151. Quando o preço de referência for estimado baseando-se apenas no inciso I do art. 5º, o valor não pode superar a mediana de preços do item, nos sistemas consultados (Art. 6º, §6º da IN n. 65/21).

152. Caso a pesquisa de preços não priorize a consulta junto aos sistemas oficiais de governo, como o PNCP, e às contratações similares feitas pela Administração Pública, deve ser apresentada justificativa da impossibilidade da adoção destes parâmetros preferenciais.

b) Pesquisa direta com fornecedores:

153. Se utilizada apenas a pesquisa direta com fornecedores, via de regra, necessária a obtenção de um mínimo de 3 orçamentos que atendam aos requisitos do §2º do art. 5º da IN n. 65/21 (registro nos autos das empresas consultadas, concessão de prazo adequado para resposta, adequada descrição do objeto orçado, valor unitário dos itens e total, data do orçamento, identificação, e-mail e telefone da empresa, pessoa responsável pelo orçamento, etc.).

154. Recomenda-se que a consulta ao mercado tenha por base a especificação do objeto licitado, prevista no Termo de Referência. Após a pesquisa, a equipe de planejamento da contratação deve verificar se os orçamentos apresentados correspondem às especificações que caracterizam a contratação pretendida, a fim de preservar a fidelidade dos preços pesquisados com o objeto da contratação.

155. Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada a inviabilidade de ampliação da pesquisa (Art. 6º. §5º da IN n. 65/21).

156. Embora a obtenção de, no mínimo, três propostas válidas de fornecedores seja requisito indispensável de aceitabilidade da pesquisa de preços, não deve a Administração se limitar a efetuar o mínimo exigido, buscando obter o maior número possível de cotações de fontes diversas, que reflitam a realidade do mercado. Em se tratando de pregão para registro de preços, a Lei nº 14.133/21 (§ 5º do artigo 82º) exige expressamente a realização de ampla pesquisa. É o que se recomenda.

c) Limites temporais para aceitabilidade de preços:

157. Necessário observar os limites temporais estabelecidos para cada parâmetro, para aceitabilidade dos preços obtidos, evitando o uso de valores desatualizados:

- São aceitáveis os preços de atas de registro de preços ou contratações similares da Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa. Porém, para este parâmetro de pesquisa, o art. 5º, II c/c §3º da IN nº 65/2021, excepcionalmente, admite preços além de tal prazo, desde que justificada a medida pelo agente responsável, observado o índice de atualização de preços correspondente.
- Em caso de pesquisa de preços na internet, em mídia especializada, ou pesquisa direta com fornecedores, são admitidos preços obtidos até 6 (seis) meses antes da divulgação do edital. Para pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, são aceitas notas expedidas até 1 (um) ano antes da divulgação do Edital (Art. 5º, V da IN nº 65/2021). Se ultrapassados tais prazos, a pesquisa com base em tais parâmetros deve ser repetida.

d) Análise crítica de preços obtidos:

158. As diligências relativas à pesquisa de preços não se limitam a anexar orçamentos aos autos. Cabe ao responsável a análise detida de cada proposta, verificando não apenas seus aspectos formais, acima descritos, mas também a adequação dos valores obtidos.

159. Nesse contexto, "os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados " (art. 6º, §4º, da IN nº 65/2021). Para desconsiderar valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo (art. 6º, §3º, da IN nº 65/2021).

e) Pesquisa de preços dos itens dos órgãos participantes (em caso de licitação realizada pelo Sistema de Registro de Preços - SRP)

160. Tratando-se de licitação para registro de preços (SRP), via de regra, a pesquisa de mercado feita pelo gerenciador pode ser aproveitada para todos os participantes que estejam na mesma localidade (Art. 7º, IV do Decreto 11.462/23). Neste sentido, devem ser priorizados sempre os preços praticados na localidade de prestação dos serviços pretendidos.

161. Porém, é necessária pesquisa de mercado pelos órgãos participantes situados em localidades distantes do gerenciador, a ponto dos potenciais interessados e valores praticados variarem de uma localidade para outra (Art. 8º, V do Decreto 11.462/23).

162. Tal medida também e necessária quando o órgão participante solicita inclusão de item não previsto pelo gerenciador (Art. 8º, III do Decreto 11.462/23), em que o participante deve apresentar pesquisa que demonstre os custos de sua localidade.

2.6.1. Orçamento Sigiloso

163. Em regra, o Estudo Técnico Preliminar deve informar a estimativa do valor da contratação, com preços unitários referenciais, memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (art. 18, XI e §1º, VI, Lei 14.133/21).

164. Em caso de adoção do critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado **deve** constar do Termo de Referência, não sendo possível adoção de orçamento sigiloso (art. 24, parágrafo único, da Lei nº 14.133/21).

165. Não utilizando o critério maior desconto, deve-se avaliar, no planejamento da contratação, a conveniência e oportunidade da adoção ou não do orçamento sigiloso. A opção por preservar o sigilo do orçamento estimado até a conclusão da licitação **deve** ser justificada nos autos (art. 18, XI da Lei 14.133/21).

166. Adotado o orçamento sigiloso, todos os dados relativos ao valor estimado da contratação **devem** constar em anexo classificado (sigiloso), conforme autoriza o art. 24, da Lei nº 14.133/21:

> Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas (...)

2.7 Adequação orçamentária

167. A abertura de um processo licitatório depende da previsão de recursos financeiros para a contratação nas leis orçamentárias (art. 18, caput da Lei nº 14.133/21).

168. A declaração de disponibilidade orçamentária pelo Ordenador de Despesas, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica da despesa, é uma imposição legal (art. 10, IX, da Lei 8.429/92 e art. 105 da Lei nº 14.133/21).

169. Em contratos de serviço ou fornecimento contínuo, com vigência superior a 1 (um) ano, além da previsão na Lei Orçamentária Anual (LOA), ainda é necessário que se comprove a previsão da despesa no Plano Plurianual (PPA) em vigor (art. 105 da Lei nº 14.133/21).

170. Em caso de despesa ordinária e rotineira, não é necessário o atendimento ao art. 106 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), conforme Orientação Normativa nº 52. do Advogado-Geral da União:

> ON AGU nº52
>
> "As despesas ordinárias e rotineiras da administração, já previstas no orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, dispensam as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da lei complementar nº 101, de 2000".

171. Para nova ação governamental (criação ou expansão) com aumento da despesa, é preciso estimar o impacto orçamentário no exercício atual e nos dois anos subsequentes, e previsão da despesa na LOA, PPA e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em vigor.

172. Uma contratação que não tenha previsão no Plano Plurianual deve ter a sua integralidade empenhada antes ou de modo concomitante à celebração, conforme Lei nº 4.320, de 17 de março 1964, e Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986. A partir do empenho o contrato terá a vigência necessária prevista, utilizando-se de restos a pagar, se for o caso (art. 30, §2º do Decreto nº 93.872, de 1986).

173. Já a contratação prevista no Plano Plurianual pode ter empenhos em anos distintos, considerando a despesa de cada exercício abrangido pelo PPA.

174. Via de regra, a declaração de disponibilidade orçamentária, elaborada nos termos desta seção, e assinada pelo Ordenador de Despesas, **deve** constar dos autos antes da publicação do Edital. **Ressalva-se** o caso de adoção do Sistema de Registro de Preços, em que tal declaração somente deve ser apresentada antes da efetiva contratação.

2.8 Termo de Referência

2.8.1 Utilização de minuta padronizada de TR

175. A padronização de documentos da fase interna da licitação é medida de eficiência e celeridade prevista no art. 19, inciso IV da Lei nº 14.133/21:

> Art. 19. Os órgãos da Administração com cmpetências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos deverão:
>
> (...)
>
> IV - instituir, com auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, modelos de minutas de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros documentos, admitida a adoção das minutas do Poder Executivo federal por todos os entes federativos; (...)

176. Para que os objetivos de celeridade, eficiência e segurança sejam alcançados, recomenda-se a utilização da correspondente minuta padronizada de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC, atualizada em novembro/2024, a qual encontra-se disponível em: https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/14133/pregao-e-concorren[redacted]

1. Se houve utilização de modelos padronizados;
2. Qual modelo foi adotado; e
3. Quais foram as modificações ou adaptações eventualmente efetuadas no modelo, que deverão ser acompanhadas de justificativas.

2.8.2 Definição do objeto

177. O pregão é obrigatório para aquisição de bens e serviços comuns, pelo critério de julgamento menor preço ou maior desconto (Art. 6º, XLI, c/c art. 29 da Lei nº 14.133/21).

178. Bens e serviços comuns, segundo o art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/21, são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

179. Caso os órgãos demandantes verifiquem que os serviços que pretende contratar **não são comuns**, não é possível adotar a modalidade do Pregão, **e, por consequência, não se aplicará este referencial ao processo**. Será necessário observar outra modalidade licitatória, nos termos do art. 28 da Lei nº 14.113, de 2021.

180. Assim, compete ao agente ou setor técnico da administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão, conforme preconiza a Orientação Normativa nº 54, de 2014, da Advocacia-Geral da União, declarando tal situação no Termo de referência, conforme item 1.2 da minuta padrão de Termo de Referência da AGU para serviços (versão novembro/2024):

> 1.2 O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

181. Ainda, compete à Administração indicar a correta especificação e quantitativos do objeto da contratação no Termo de Referência, em conformidade com as informações constantes do Estudo Técnico Preliminar.

182. Embora a contratação seja de serviços, é possível, excepcionalmente, que a Administração indique marcas ou modelos de eventuais bens necessários à execução do objeto da contratação, desde que justificada tecnicamente no processo, nas hipóteses descritas no art. 41, inciso I, alíneas a, b, c e d da Lei nº 14.133, de 2021.

183. Quando necessária a indicação de marca como referência de qualidade ou facilitação da descrição do objeto, deve esta ser seguida das expressões “ou equivalente”, “ou similar” e “ou de melhor qualidade”, devendo, nesse caso, o produto ser aceito de fato e sem restrições pela Administração, podendo, todavia, a Administração exigir que a empresa participante do certame demonstre desempenho, qualidade e produtividade compatíveis com a marca de referência mencionada.

184. Ao descrever o objeto da contratação, a Administração deverá apontar se possui natureza contínua, ou não, que refletirá no prazo de vigência contratual e eventuais prorrogações.

185. Tratando-se de serviço não contínuo, o prazo de vigência terá como fundamento o art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021. Quando se tratar de serviço contínuo, o prazo de vigência deverá observar os arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

186. A utilização do prazo de vigência plurianual no caso de serviço contínuo é **condicionada** ao ateste de maior vantagem econômica, a ser feita pela autoridade competente no processo respectivo, conforme inciso I do art. 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

187. De acordo com o artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021, será possível que contratos de fornecimento contínuo sejam prorrogados por até 10 anos, desde que haja previsão no edital e/ou contrato e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

2.8.3 Regime de execução do serviço

188. Os documentos de planejamento da contratação devem tratar do regime de prestação do serviço (art. 18, VII, Lei nº 14.133/2021), observados os potenciais de economia de escala, cujos impactos podem afetar a decisão sobre o parcelamento do objeto.

189. As opções de regime adequadas aos serviços em geral, não caracterizados como serviços de engenharia, são a empreitada por preço unitário e a empreitada por preço global (art. 6º, XXVIII, XXIX da Lei n. 14.133/21).

190. A opção por um ou outro regime não decorre de mera conveniência, mas sim da possibilidade, no caso concreto, de predefinir uma estimativa precisa dos itens e respectivos quantitativos que compõem o objeto a ser licitado.

191. Na empreitada por preço global, cada parte assume, em tese, o risco de eventuais distorções nos quantitativos a serem executados, que podem ser superiores ou inferiores àqueles originalmente previstos na planilha orçamentária da contratação. Justamente por isso, a adoção de tal regime pressupõe um Termo de Referência de boa qualidade, que estime com adequado nível de precisão as especificações e quantitativos da estimativa precisa dos itens e respectivos quantitativos que compõem o objeto a ser contratado. Se tal possibilidade existir, a regra é a adoção da empreitada por preço global, normalmente atrelada às obras e serviços de menor complexidade. Do contrário, deve ser adotada a empreitada por preço unitário.

192. Definido o regime de execução, a minuta contratual deve trazer cláusula com sua previsão, ao mesmo tempo em que o Termo de referência deve justificar a opção adotada pela Administração.

2.8.4. Condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento

193. A fase de planejamento da contratação deve contemplar as condições de execução e pagamento, as garantias exigidas e ofertadas e as condições de recebimento, conforme juízo de conveniência e oportunidade do administrador, **especialmente quando optar por não usar na integralidade o conteúdo trazido pelas minutas padronizadas da AGU** (art. 18, III da Lei nº 14.133/21).

194. A execução dos contratos deve ser acompanhada por meio de instrumentos de controle que permitam a mensuração de resultados e adequação do objeto prestado. Estes instrumentos de controle, o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou instrumento equivalente, foram idealizados, inicialmente, para contratos de prestação de serviços como mecanismo de monitoramento e mensuração da qualidade e pontualidade na prestação dos serviços e, consequentemente, como forma de adequar os valores devidos como pagamento aos índices de qualidade verificados.

195. Contudo, para correta aplicação da regra insculpida acima, é necessário que o órgão estabeleça quais são os critérios de avaliação e os devidos parâmetros, de forma a se obter uma fórmula que permita quantificar o grau de satisfação na execução do objeto contratado, e, consequentemente, o montante devido em pagamento.

196. Sem o devido estabelecimento dos critérios e parâmetros de avaliação dos itens previstos no artigo, a cláusula torna-se inexequível, absolutamente destituída de efeitos. Consequentemente, para que seja possível efetuar os descontos ou adequações no montante a ser pago ao contratado, é necessário definir, objetivamente, quais os parâmetros para mensuração do percentual do pagamento devido em razão dos níveis esperados de qualidade da prestação do serviço.

197. **Recomenda-se** que os critérios de medição, recebimento provisório e definitivo do objeto e pagamento sejam definidos seguindo redação de cláusulas da seção 7 da minuta padronizada de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC, atualizada em novembro/2024.

198. Em relação à avaliação da execução, destacamos o disposto na seção 7 da minuta padrão indicada, que trata da fiscalização técnica da execução do contrato, conforme art. 19 do Decreto nº 11.246, de 2022:

> 7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO
>
> 7.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo XXX, **OU** outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços **OU** o disposto nesta seção.
>
> 7.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:
>
> 7.2.1. não produziu os resultados acordados,
>
> 7.2.2 deixou de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
>
> 7.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
>
> 7.3 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
>
> 7.4 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
>
> 7.4.1 [.....]; 7.4.2 [.....]; 7.4.3 [.....].

199. Caso o Termo de Referência elaborado pelo órgão estabeleça na cláusula 7.1 que a avaliação da execução se dará pelo Instrumento de Medição de Resultados (IMR), deverá constar o IMR como anexo ao Edital. Neste caso, pode-se excluir a seção 7.4 e subitens, pois os critérios de avaliação constarão do IMR.

200. Caso o gestor opte por não elaborar o IMR, deverá:

- prever no item 7.1 que " A avaliação da execução do objeto observará o disposto nesta seção";
- excluir a cláusula padrão 7.3 (já que não constará IMR dos autos);
- listar as condições de avaliação do serviço no subitem 7.4.

201. Recomenda-se ainda que a definição dos critérios de medição da qualidade da execução do serviço (no IMR ou no item 7.4 do TR) observe as seguintes questões:

a) unidade de medida para faturamento e mensuração do resultado;

b) produtividade de referência ou critérios de qualidade para a execução contratual;

c) indicadores mínimos de desempenho para aceitação do serviço ou eventual glosa.

202. A adoção de pagamento antecipado é medida absolutamente excepcional, tendo a o art. 145 da Lei n. 14.133, de 2021, admitido sua adoção somente em situações em que houver sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a prestação do serviço. Nesse caso, deve o processo ser instruído com a competente justificativa, com previsão expressa no edital. O art. 145, §2º*, prevê que a Administração poderá exigir*

garantia adicional como condição para o pagamento antecipado, devendo o administrador considerar essa possibilidade.

203. No que tange à garantia de execução contratual, o art. 96, da Lei n. 14.133/2021 dispõe que cabe à Administração avaliar a necessidade de exigência ou não desta, salvo nos casos em que consta em norma a obrigatoriedade de sua exigência. Exigindo, deve haver previsão no edital e no contrato. Não exigindo, deve fazer constar a previsão, e justificar as razões para essa decisão, considerando os estudos preliminares e a análise de riscos feita para a contratação.

204. A definição do percentual de garantia a ser previsto para a contratação deve considerar a complexidade técnica da contratação e a previsão ou não da possibilidade de antecipação de pagamentos (vide art. 98 e 145, §2º da Lei 13.133/21.

205. Note-se que a garantia de execução é independente da garantia do serviço prevista no Termo de Referência.

206. Assim, recomenda-se definir se o prazo de garantia do serviço prestado observará apenas o prazo legal do Código de Defesa do Consumidor ou será fixado prazo mais alongado.

207. Caso prevista garantia em prazo superior à garantia legal, cabe ao órgão demandante esclarecer no seu ETP as razões pelas quais entendeu necessário fixar prazo mais longo.

208. A garantia não tem sua vigência atrelada à duração do contrato, podendo ter prazo diferente da vigência contratual (Orientação Normativa AGU nº 51, de 25 de abril de 2014).

2.8.5 Habilitação fiscal, social e trabalhista e verificação de penalidades impeditivas da contratação

209. Recomenda-se a adoção da redação das cláusulas 9.18 a 9.25 da minuta padronizada de termo de referência para obras e serviços, exceto TIC (versão novembro/2024) que estabelece os requisitos de habilitação fiscal, social e trabalhista aplicáveis à licitação, previstos no art. 68 da Lei nº 14.133/2021:

> I - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
>
> II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
>
> III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
>
> IV - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
>
> V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;
>
> VI - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

210. O Edital deverá ainda exigir que o licitante declare o cumprimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (vide Art. 68, VI da Lei 14.133/21).

211. Antes da efetiva assinatura do contrato, deverá a área técnica atentar-se para a validade de todas as certidões e declarações que comprovam os requisitos de habilitação, pois estas refletem a possibilidade da contratada em contratar com o Poder Público.

212. Em cumprimento ao art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 2002, e recomendação do Acórdão nº 1.793/2011 - Plenário/TCU, recomenda-se ainda ao gestor que verifique, antes da contratação, se consta penalidade imposta ao licitante vencedor, proibindo-o de contratar com a Administração, através de consulta aos seguintes cadastros (nem

sempre a existência de cadastro positivo gera o impedimento de contratar. Deve ser verificada a penalidade efetivamente aplicada e sua abrangência):

- SICAF;
- Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN;
- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- Lista de Inidôneos mantida pelo TCU;
- Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU , que abrange o cadastro do CNJ, do CEIS, do próprio TCU e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP do Portal da Transparência.

213. As consultas quanto à inexistência de sanções impeditivas da contratação deverão ser realizadas em nome da empresa contratada e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n. 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

214. Recomenda-se especial atenção em relação à existência de cadastro positivo do licitante perante o CADIN, tendo em vista que o Art. 6º-A da Lei nº 10.522/2002, instituído pela Lei nº 14.973, em 16/09/2024, estabelece que a existência de débito registrado no Cadin inviabiliza a celebração de contratos e respectivos aditivos contratuais com o devedor, embora não proíba expressamente a participação de tal empresa na licitação. Vejamos:

> Lei nº 10.522/2002
>
> Art. 6º É obrigatória a consulta prévia ao Cadin, pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, para: (Vide Medida Provisória nº 958, de 2020) (Vide Lei nº 13.999, de 2020) (Vide Medida Provisória nº 975, de 2020) (Vide Medida Provisória nº 1.028, de 2021) (Vide Lei nº 14.179, de 2021) (Vide Medida Provisória nº 1.176, de 2023) (Vide Lei nº 14.690, de 2023)
>
> (...)
>
> **III - celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos, e respectivos aditamentos.**
>
> (...)
>
> Art. 6º-A. A existência de registro no Cadin, quando da consulta prévia de que trata o art. 6º, constitui **fator impeditivo** para a realização de qualquer dos atos previstos nos incisos I, II e III do caput do art. 6º. (Incluído pela Lei nº 14.973, de 16/09/2024)

2.8.6. Objetividade das exigências de qualificação técnica e econômico-financeira

215. O art. 18, IX, da Lei nº 14.133/2021 demanda justificativa para as exigências de qualificação técnica e de qualificação econômico-financeira. Por seu turno, o art. 67 da Lei n. 14.133/2021 elenca rol exaustivo de documentos exigíveis para fins de qualificação técnico-profissional e técnico-operacional.

216. Tais requisitos de habilitação constam das minutas padrão da AGU, podendo o gestor optar por exigir todos ou limitar-se a alguns itens, adequados à realidade de sua demanda específica, com base em justificativa do ETP, ou mesmo não ser exigido nenhum requisito técnico ou econômico, nos casos de licitações de menor complexidade.

217. Enquanto a habilitação profissional procura investigar se o licitante tem experiência anterior na execução de parcela relevante do objeto, a habilitação operacional visa verificar se o licitante reúne condições de executar o objeto na dimensão que ele possui.

218. A exigência de qualificação técnico-profissional é mais comum em obras e serviços de engenharia, mas não é vedada nos demais objetos. Caso se a entenda indispensável à garantia do adimplemento das obrigações, segundo o art. 37, XXI, da Constituição Federal, então será necessário especificar de forma clara e expressa de qual parcela do

objeto será exigida comprovação de experiência anterior, e por meio de qual(is) profissional(is), para permitir o julgamento objetivo quanto ao atendimento da exigência na fase de habilitação do certame.

219. O requisito legal a ser observado é que esta parcela claramente especificada represente ao menos 4% do valor estimado da contratação, conforme art. 67, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

220. No que tange à qualificação técnica, tem-se, como regra, que apenas os serviços com maior complexidade de execução ou previsão de longa duração devem incluir a qualificação técnica na minuta editalícia, devendo ser a exigência justificada pelo Consulente. Neste aspecto, devem ser observadas as Notas explicativas da minuta-padrão da AGU sobre o tema. Cumpre registrar que, em qualquer caso, os atestados de capacidade técnica têm a finalidade de comprovar que o licitante já realizou atividades compatíveis com as parcelas de maior relevância do serviço licitado e tem condições técnicas de executá-lo, quando necessário.

221. A referida comprovação da qualificação técnico-operacional costuma ser exigida na generalidade dos casos e afere a capacidade de gestão do licitante de executar o objeto licitatório. Por isso é indispensável indicar quantitativos mínimos a serem comprovados, até o limite de 50% do quantitativo previsto, conforme art. 67, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

222. Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos, a teor do §5º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

223. A propósito, ressalte-se que a exigência de experiência anterior mínima superior ao prazo de vigência inicial do contrato demanda justificativa robusta, baseada em estudos prévios e na experiência pretérita do órgão contratante, que indiquem ser tal lapso indispensável para assegurar a prestação do serviço em conformidade com as necessidades específicas do órgão, por força da sua essencialidade, quantitativo, risco, complexidade ou qualquer outra particularidade *(*Acórdão nº 503/2021 – Plenário).

224. Eventuais requisitos de qualificação técnica previstos em lei específica e que incidam sobre a atividade objeto da contratação, deverão ser indicados no Termo Referência, com fundamento no art. 67, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021. Cita-se, exemplificativamente, a exigência de apresentação de alvará ou licença de funcionamento expedida pelo poder público, previstos em lei e considerados indispensáveis ao regular exercício da atividade.

225. Resumidamente, caso o órgão considere oportuna a habilitação técnica, deve observar o disposto nas cláusulas 9.34. a 9.44, e suas respectivas notas explicativas, da minuta padrão de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Lei nº 14.133, de 2021, elaborada pela AGU (Atualização:NOV/2024), com as devidas adequações, além de indicar a parcela da contratação que possui maior relevância técnica ou de maior valor significativo (art. 18, inc. IX, da Lei n. 14.133/21).

226. Os requisitos de habilitação econômico-financeira constam das cláusulas 9.26 a 9.33 da minuta padrão de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Lei nº 14.133, de 2021, elaborada pela AGU (Atualização:NOV/2024), sendo certo que o órgão assessorado deve examinar, diante do caso concreto, se o objeto da contratação demanda a exigência de todos os requisitos de habilitação apresentados no modelo, levando-se em consideração o vulto e/ou a complexidade e a essencialidade do objeto, bem como os riscos decorrentes de sua paralisação em função da eventual incapacidade econômica da contratada em suportar os deveres contratuais, excluindo-se o que entender excessivo.

227. Atente-se que não podem ser exigidos, ao mesmo tempo, comprovação de capital mínimo e patrimônio líquido mínimo. Ademais, a fixação do percentual se insere na esfera de atuação discricionária da Administração até o limite legal de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação e deve ser proporcional aos riscos que a inexecução total ou parcial do contrato poderá acarretar para a Administração, considerando-se, entre outros fatores, o valor do contrato, a essencialidade do objeto, o tempo de duração do contrato.

228. Deve o órgão assessorado apresentar as justificativas das exigências de qualificação técnica e econômico-financeira no Estudo Técnico Preliminar, levando em consideração os parâmetros aqui traçados.

2.8.7. Análise da classificação do Termo de Referência

229. O art. 10 da IN SEGES/ME nº 81/2022 demanda que seja avaliada a necessidade de classificar o TR nos termos da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI).

230. Nesta avaliação, vale ter em conta algumas previsões da LAI:

i) a publicidade é um preceito geral e o sigilo é exceção (art. 3º, I), motivo por que, na ausência de justificativa idônea, não se deve classificar o TR;

ii) o direito de acesso aos documentos ou às informações neles contidas utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo será assegurado com a edição do ato decisório respectivo (art. 7º, §3º), razão pela qual, se for o caso, é possível postegar o acesso de tais documentos mesmo sem necessidade de classificação na forma dos arts. 23 e 24;

iii) a LAI não exclui as demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça nem as hipóteses de segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo Estado ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer vínculo com o poder público (art. 22).

2.9 Minuta de edital

231. O artigo 25 da Lei nº 14.133, de 2021, elenca as informações que deverão constar do Edital., enquanto o §1º determina, sempre que o objeto permitir, a adoção de minutas padronizadas de edital e contrato com cláusulas uniformes.

232. Para tanto, recomenda-se a utilização da correspondente minuta de edital padronizada e atualizada em novembro/2024, a qual encontra-se disponível em: https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/14133/pregao-e-concorrencia apontando claramente nos autos:

1. Se houve utilização de modelos padronizados;

2. Qual modelo foi adotado; e

3. Quais foram as modificações ou adaptações eventualmente efetuadas no modelo, que deverão ser acompanhadas de justificativas.

233. O Edital deve ser sempre criado a partir do "Gerador de Editais de Pregão e Concorrência" (disponibilizado pela AGU na página https://cgu.agu.gov.br/edital/), evitando-se assim, que tal documento possua cláusulas inadequadas ou impertinentes ao objeto, tipo e características da licitação a ser realizada.

2.9.1. Modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa

234. Em busca da proposta mais vantajosa para a Administração, a Equipe de planejamento da contratação deve definir a modalidade de licitação, o critério de julgamento e o modo de disputa, atentando para a adequação e eficiência da combinação desses parâmetros, com a devida motivação (art. 18, VIII, da Lei nº 14.133/21).

235. Recomenda-se que tais informações constem do Edital e Termo de Referência da seguinte forma (considerando o texto das minutas padrão/AGU)**:**

- modalidade de licitação (Pregão Eletrônico ou Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços) - capa/epígrafe do Edital e cláusula 9.1 do Termo de Referência;
- critério de julgamento: (menor preço/maior desconto - global/por grupo/por item) - capa do Edital e cláusula 9.1 do Termo de referência;
- modo de disputa: "aberto" ou "aberto e fechado" (OU) "fechado e aberto" - capa do Edital.

236. A definição da modalidade de licitação está prevista na cláusula 9.1 da minuta padrão de Termo de Referência da AGU, onde deverá o gestor informar se o Pregão irá adotar ou não o Sistema de Registro de Preços (**Pregão Eletrônico/Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços**).

237. Na mesma cláusula 9.1 da minuta padrão de Termo de Referência da AGU, deve-se informar qual o critério de julgamento adotado (**menor preço ou maior desconto**), esclarecendo se o objeto será licitado de forma **global,**

por grupo ou por item.

238. No que tange ao critério de julgamento, a adoção do menor preço global requer a adoção de providências no sentido de cuidar para que a agregação de itens em grupo para julgamento da proposta pelo menor preço global do grupo não comprometa a competitividade e a seleção das propostas efetivamente mais vantajosas. Assim, recomenda-se aplicar em um pregão comum, por analogia, as regras previstas nos §§ 1º e 2º do art. 82 da Lei n.14.133/2021, relativas ao Sistema de Registro de Preços, *in verbis*:

> § 1º O critério de julgamento de menor preço por grupo de itens somente poderá ser adotado quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada asua vantagem técnica e econômica, e o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos deverá ser indicado no edital.
>
> § 2º Na hipótese de que trata o § 1º deste artigo, observados os parâmetros estabelecidos nos §§ 1º,2º e 3º do art. 23 desta Lei, a contratação posterior de item específico constante de grupo de itens exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade.

239. Com relação ao modo de disputa da licitação, o art. 56 da Lei nº 14.133, de 2021, dispõe que poderá ser aberto ou fechado, podendo-se adotar de forma isolada ou conjunta. Porém, a utilização isolada do modo de disputa fechado é vedada quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou maior desconto (Art. 56, §1º).

240. A escolha do modo de disputa é decisão discricionária do gestor, e deve constar expressamente do texto do Edital. A minuta padrão de Edital de Pregão/AGU detalha os três modos de disputa possíveis:

- "aberto" (cláusula 7.11 a 7.11.5);
- "aberto e fechado" (cláusula 7.12 a 7.12.6)
- "fechado e aberto" (cláusula 7.13 a 7.13.6).

241. As notas explicativas da minuta padrão AGU explicam o funcionamento de cada modo de disputa, da seguinte forma:

> "No modo de disputa aberto, a fase de lances resume-se à disputa eletrônica, realizada por todos os licitantes, oportunidade em que os valores são registrados pelo sistema e o lance vencedor é aquele que contém o melhor preço, obtido no encerramento da sessão.
>
> No modo de disputa “aberto e fechado” inicia-se com a apresentação de lances sucessivos (fase aberta), com envio final de um lance fechado pelos detentores das melhores propostas da fase aberta (fase fechada).
>
> No modo de disputa fechado e aberto, serão classificados para a etapa da disputa aberta, com a apresentação de lances públicos e sucessivos, o licitante que apresentou a proposta de menor preço ou maior percentual desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério de julgamento adotado."

242. **Recomenda-se** que o modo de disputa adotado ("aberto"/"fechado e aberto"/"aberto e fechado"), além de constar da capa do Edital, seja também previsto na cláusula 7.10 do Edital adotando-se a seguinte redação

> 7.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa _____(informar aqui o modo de disputa escolhido, dentre as três opções disponíveis - "aberto", "fechado e aberto" ou "aberto e fechado").

2.9.2. Restrição à participação de interessados no certame

243. O art. 9º da Lei nº 14.133/2021 veda ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei, admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas.

244. Também veda o estabelecimento de preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes ou, ainda, a inclusão de regras que sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato.

245. O agente público também não poderá estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional.

246. Logo, eventuais restrições à participação no certame devem ser devidamente justificadas nos autos do processo.

2.9.3. Participação de licitantes em consórcio

247. A matéria foi disciplinada pelo o art. 15, da Lei n. 14.133/21. Tem-se, portanto, que a autorização de consórcios na licitação dispensa qualquer justificativa, sendo que somente a vedação ou a limitação do número de empresas por consórcio devem ser justificados pelo gestor público no Estudo Técnico Preliminar ou em despacho da autoridade competente (Art. 15, caput e §4º e art. 18, IX da Lei 14.133/21).

248. Sendo permitida a participação de licitantes em consórcio, **recomenda-se** observar o art. 15 da Lei nº 14.133/21, que disciplina a questão. Vejamos:

> Art. 15. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:
>
> I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
>
> II - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
>
> III - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
>
> IV - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
>
> V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.
>
> § 1º O edital deverá estabelecer para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação.
>
> § 2º O acréscimo previsto no § 1º deste artigo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.
>
> § 3º O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do **caput** deste artigo.
>
> § 4º Desde que haja justificativa técnica aprovada pela autoridade competente, o edital de licitação poderá estabelecer limite máximo para o número de empresas consorciadas.
>
> § 5º A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

249. Assim é indispensável que conste do Edital as cláusulas 9.4 e 9.4.1 da Minuta Padrão de Edital de Pregão da AGU, que trazem as regras dos §§1º e 2º do art. 15 da Lei nº 14.133/21:

> 9.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de

> habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
>
> 9.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de (inserir um percentual entre 10 a 30%, salvo se houver justificativa nos autos para suprimir esse acréscimo) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

250. Por sua vez, a cláusula 9.15 da minuta padrão de Termo de Referência da AGU (versão novembro/2024) traz os requisitos de habilitação jurídica dos consórcios:

> Habilitação Jurídica
>
> (...)
>
> 9.15 Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

2.9.4 Da participação de cooperativas

251. Conforme art. 9º da Lei nº 14.133/21, a vedação à participação de cooperativas na licitação somente é possível mediante justificativa técnica nos autos demonstrando a inviabilidade da participação.

252. Uma vez autorizada a participação das cooperativas, o art. 16 da Lei nº 14.133/21 traz os requisitos necessários para sua participação em licitações:

> Art. 16. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:
>
> I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;
>
> II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;
>
> III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;
>
> IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

253. Neste caso, recomenda-se ainda prever em Edital a obrigação de cumprimento do disposto no art. 16 da Lei 14133/21 pelas cooperativas, conforme disposto na cláusula 5.5 do Edital padrão da AGU (versão novembro/2024):

> 5.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/21.

2.9.5 Da participação de ME, EPP e equiparados

254. Os arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 preveem tratamento favorecido e simplificado para microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) nas contratações públicas. A questão foi regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

255. O microempreendedor individual (MEI), cooperativas, agricultor familiar e produtor rural pessoa física são equiparados às ME e EPP (conforme art. 1º c/c art. 13 do Decreto 8538/2015 e cláusula 3.8 do Edital padrão da AGU).

Quando viável a sua participação na licitação, o tratamento favorecido também se aplica a estes potenciais licitantes, em todos os aspectos. Porém, a participação de tais grupos em licitação depende da pertinência do objeto licitado com as atividades desenvolvidas por eles.

256. Via de regra, tais participantes terão preferência na contratação, com o benefício do empate fictício na faixa de até 5% da melhor proposta de empresa de maior porte (Arts. 44 e 45 da LC nº 123/06 - Cláusulas 7.21 e subcláusulas 7.21.1 a 7.21.4 do Edital padrão AGU), e prazo diferido para comprovação da regularidade fiscal (Art. 42 da LC nº 123/06 - cláusula 9.19 do Edital Padrão AGU).

2.9.5.1 Aplicação dos benefícios da LC nº 123/06 na licitação (Art. 4º da Lei nº 14.133/21)

257. O tratamento favorecido às ME/EPP/Equiparados não se aplica às empresas que, no ano da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração em valor superior à receita bruta máxima das empresas de pequeno porte - EPP (art. 4º, §2º e §3º da Lei nº 14.133/21).

258. Também não se aplicam tais benefícios aos itens/lotes/grupos de licitações visando contratações com valor estimado superior ao faturamento máximo anual das EPP (art. 4º, §1º, I e §3º da Lei nº 14.133/21).

259. Em contratações com prazo de vigência superior a 1 ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º.

260. Atualmente, o valor anual máximo de faturamento, para caracterização da empresa como Empresa de Pequeno Porte (EPP), corresponde a R$4.8000.000,00, conforme art. 3º, II, da LC nº 123/2006.

261. Como este parecer referencial é aplicável apenas a licitações com valor anual inferior ao referido limite de faturamento, os benefícios às ME/EPP e demais equiparados, previstos na LC nº 123/06, devem constar no Edital e seus anexos, conforme disposto na minuta padrão de Edital da AGU.

2.9.5.2 Licitação exclusiva

262. Como regra, os itens, grupos ou lotes de licitação com valor até R$ 80.000,00 anuais, a licitação terão participação exclusiva de ME, EPP e equiparados (Art. 6º do Decreto nº 8.538/2015).

263. O valor máximo estabelecido refere-se a cada um dos itens, grupos ou lotes licitados separadamente, ainda que em uma mesma licitação. Não se pode considerar a soma total das contratações para afastar a exclusividade (Orientação Normativa AGU nº 47/2014).

264. O limite de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), para aplicação do benefício às ME/EPP's e equiparados, refere-se ao período de um ano de contratação (Orientação Normativa AGU nº 10/2009).

265. Assim, **recomendas-se** que apenas para os itens, grupos ou lotes com valor anual estimado em até R$80.000,00 deverá a participação na licitação ser restrita às microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparados (cooperativas, produtor rural, etc).

266. Porém, presente qualquer das situações do art. 10 do Decreto nº 8.538/2015 (conforme veremos mais adiante), a licitação deve permitir a ampla participação de quaisquer interessados, mesmo para os itens, lotes ou grupos com valor até R$80.000,00.

2.9.5.3 Subcontratação compulsória (previsão facultativa em Edital)

267. Embora seja mais usual em obras e serviços de engenharia, na licitação para prestação de serviços em geral, o gestor pode exigir no Edital a subcontratação de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparados, caso queira, sob pena de rescisão do contrato (nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.538/2015/Art. 48, II da LC nº 123/2006).

268. Tal exigência é uma mera faculdade do gestor, a quem cabe decidir se vai ou não incluir tal questão no Edital.

269. Assim, caso juridicamente viável e o órgão entenda oportuno e conveniente prever a possibilidade de subcontratação compulsória, recomenda-se que conste do Termo de Referência, além das cláusulas 4.6 a 4.12 da minuta padrão de Termo de Referência para serviços (versão novembro/2024), que tratam da subcontratação em geral, as seguintes cláusulas, conforme Nota Explicativa da AGU:

> "Nas contratações de serviços e obras, é possível à Administração exigir do futuro contratado a subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inciso II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, e do art. 7º, do Decreto n.º 8.538, de 2015. Nesse caso, recomenda-se a inclusão, neste item do Termo de Referência, das disposições a seguir:
>
> 4.13. Deverá haver subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, e art. 7º, do Decreto n.º 8.538, de 2015), com observância das seguintes disposições específicas:
>
> 4.14. A subcontratação deverá observar o percentual mínimo de XX% (xxxxx por cento) e o máximo de XX% (xxxxx por cento) do valor da contratação, abrangendo as seguintes parcelas do objeto:
>
> 4.14.1 [...]; e
>
> 4.14.2 [...].
>
> 4.15. O Contratado deverá apresentar, ao longo da vigência contratual, sempre que solicitada, a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;
>
> 4.16. O Contratado deverá a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o Contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada; e
>
> 4.17. O Contratado será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.
>
> 4.18. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas".

270. Não é possível exigir a subcontratação quando o contratado for ME, EPP ou Equiparado, ou o vencedor for consórcio com participação de empresas deste porte (ME/EPP). Além disso, é vedada a indicação da parcela do serviço a ser subcontratado, a subcontratação completa ou da parcela de maior relevância do serviço licitado.

271. Presente qualquer das situações do art. 10 do Decreto nº 8.538/2015, conforme veremos mais adiante, não será possível prever a subcontratação compulsória.

2.9.5.4 Do afastamento da licitação exclusiva e da exigência de subcontratação compulsória no Edital

272. A participação exclusiva de ME/EPP (e equiparados) ou a exigência de subcontratação de ME/EPP/Equiparados em licitações são **proibidos** nas situações previstas no art. 10 do Decreto nº 8.538/2015 (e art. 49 da LC nº 123/2006):

> Art. 10. Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando:
>
> I - não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
>
> II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

> III - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 1993 , excetuadas as dispensas tratadas pelos incisos I e II do **caput** do referido art. 24, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente por microempresas e empresas de pequeno porte, observados, no que couber, os incisos I, II e IV do **caput** deste artigo; ou
>
> IV - o tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º.
>
> Parágrafo único. Para o disposto no inciso II do **caput** , considera-se não vantajosa a contratação quando:
>
> I - resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência; ou
>
> II - a natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios.
>
> Art. 11. Os critérios de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte deverão estar expressamente previstos no instrumento convocatório.

273. Assim, caso o gestor verifique que não existem na localidade do órgão licitante pelo menos 3 empresas que sejam ME/EPP e Equiparados capazes de participar da licitação com preços competitivos e de mercado; que o tratamento diferenciado e simplificado não é vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente; ou que o tratamento diferenciado e simplificado não é capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º do Decreto nº 8.538/2015, o Edital de licitação **deverá permitir a** ampla participação de quaisquer interessados e **não exigir** a subcontratação obrigatória de ME/EPP para executar parcela do objeto licitado.

2.9.6. Critérios de desempate de propostas ou lances

274. Preconiza o art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, que havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate, nesta ordem, serão:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

275. Adotando-se os critérios acima dispostos e não sendo possível averiguar o desempate, estabelece o § 1º do art. 60, da Lei nº 14.133, de 2021, que será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

276. A Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de dezembro de 2022, recentemente alterada pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024, estabeleceu que, permanecendo o empate após aplicação de todos os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

277. Tal disposição foi incorporada no item 7.24 da minuta do Edital padrão da AGU (versão novembro/2024):

7.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

2.10 Minuta de termo de contrato

278. O artigo 92 da Lei nº 14.133/21, trata dos requisitos da minuta de termo de contrato.

279. Conforme determina o art. 25, §1º da Lei 14.133/21, recomenda-se a **utilização da minuta padrão de** contrato para serviços sem mão de obra - Lei 14.133/21, na versão atualizada (Novembro/2024), disponível em [redacted]composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/14133/pregao-e-concorrenc[redacted] ressaltando que eventuais alterações na referida minuta deverão ser acompanhadas de justificativas.

2.10.1. Vigência contratual

280. Em relação à vigência contratual, em caso de contratação por escopo, ou seja, de serviço não contínuo que se exaure com a prestação do serviço, deve-se utilizar a redação do subitem 2.1 e 2.2 da minuta padrão de contrato da AGU para serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra.

281. Caso se trate de contratação de serviço contínuo (art. 6º, XV da Lei 14.133/21), deve-se utilizar a redação do subitem 2.3 a 2.8 da minuta padrão de contrato da AGU para serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra, podendo ser fixado prazo inicial de 5 anos, e prazo de prorrogação por até 10 anos, desde que cumprido o disposto nos arts. 106 e 107 da Lei 14.133/21.

282. A vigência dos contratos é tratada também na seção 1 da minuta padrão de Termo de Referência da AGU para serviços (versão novembro/2024), onde deve-se adotar redação compatível com as respectivas cláusulas da minuta de contrato.

283. Em caso de licitação pelo Sistema de Registro de Preços, destaca-se que a vigência dos contratos não se confunde com a vigência da Ata de Registro de Preços. Mesmo quando assinado contrato no último dia de vigência da ata, pode o contrato vigorar conforme prazo de vigência contratual estabelecido no Edital ou em suas cláusulas.

2.10.2. Reajuste

284. Independentemente do prazo de duração do contrato, é obrigatória a previsão de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos (art. 25, §7º, da Lei nº 14.133/21).

285. A Lei n.º 14.133, de 2021 (art. 25, § 7, e art. 92, inciso V e § 3º), exige que a Administração indique, no edital ou em seus anexos, a data-base do orçamento estimado, a fim de que os licitantes possam aferir, de antemão, a partir de quando os custos contratuais poderão ser atualizados.

286. Como destacado na NOTA n. 00019/2023/CNMLC/CGU/AGU (NUP: 00688.008091/2023-44), compete ao gestor, em cada caso concreto, diante das circunstâncias apresentadas, fixar a data-base do orçamento estimado a ser considerado para fins de reajustamento em sentido estrito dos preços contratuais.

287. Ainda, sobre o assunto, ressalta-se posicionamento firmado pelo TCU no sentido de ser ilegal a previsão de reajuste contratual com prazo contado da data da apresentação da proposta (Acórdão 1795/2024 - Plenário).

288. A cláusula sétima da minuta padrão de contrato da AGU para serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra (versão Novembro/2024) remete às regras definidas no Termo de Referência, anexo ao Contrato.

289. Assim, recomenda-se a previsão de índice de reajustamento de preço do contrato, conforme disposto nas cláusulas 7.74 a 7.82 da correspondente minuta padrão de Termo de Referência da AGU.

2.10.3. Dever de observância às prescrições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

290. As contratações públicas se submetem à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPDP - Lei nº 13.709/2018), que envolve questão alçada à categoria de direito fundamental pela Emenda Constitucional nº 115, de 2022.

291. Seguindo orientação do PARECER n. 00004/2022/CNMLC/CGU/AGU, **recomenda-se** ao órgão assessorado que não inclua nos instrumentos de contratação números de documentos pessoais.

292. Os representantes da Administração devem ser identificados no contrato apenas com a matrícula funcional. Tal informação é suficiente para a finalidade a que se destina e evita a desnecessária exposição de números de documentos pessoais.

293. Os representantes da contratada devem ser identificados no contrato (ou instrumento substitutivo) apenas pelo nome, até porque o §1º do art. 89 da Lei nº 14.133/ 21 exige apenas esse dado.

294. Tal medida busca evitar a necessidade de adoção de cuidados adicionais para garantir o sigilo de números de documentos pessoais, para que tais informações não sejam indevidamente acessadas.

2.10.4. Definição das multas. Proporcionalidade

295. No que diz respeito às multas, faz-se necessário que o órgão demandante verifique os percentuais estabelecidos para aplicação da penalidade de multa, considerando o disposto no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021. A fixação do percentual de multa **deve** ser estabelecida de forma proporcional à infração, isto é, que haja uma multa maior para infrações mais graves e menor para infrações menos graves, considerando os limites de percentuais mínimos e máximos (0,5% a 30%) dispostos no § 3º do referido art. 156.

296. Quando do preenchimento das lacunas nos modelos da AGU, importante se valer da expressão "até", pois permite mensuração da penalidade conforme reprovabilidade da conduta.

2.10.5. Facultatividade do instrumento contratual

297. A Lei nº 14.133, de 2021, previu que, em regra, é obrigatório o uso do instrumento contratual para formalizar o ajuste entre Administração e contratado, facultando-se, contudo, a sua não utilização nos casos de: a) dispensa em razão do valor; b) nas compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras (art. 95).

298. A facultatividade da não utilização do instrumento contratual somente é possível nos casos taxativos previstos no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, e depende de prévia **justificativa** nos autos. A flexibilização legal do uso do instrumento contratual deve levar em consideração os casos de contratações mais simples, seja sob o aspecto econômico (inc. I do art. 95) seja sob o aspecto da durabilidade das relações jurídicas (inc. II do art. 95).

299. Nesse sentido, dispõe a Orientação Normativa AGU nº 84/2024:

> I - É possível a substituição do instrumento de contrato a que alude o art. 92 da Lei nº 14.133, de 2021, por outro instrumento mais simples, com base no art. 95, inciso I, do mesmo diploma legal, sempre que:
>
> a) o valor de contratos relativos a obras, serviços de engenharia e de manutenção de veículos automotores se encaixe no valor atualizado autorizativo da dispensa de licitação prevista no inciso I do art. 75, da Lei nº 14.133, de 2021; ou
>
> b) o valor de contratos relativos a compras e serviços em geral se encaixe no valor atualizado que autoriza a dispensa de licitação prevista no inciso II do art. 75, da Lei nº 14.133, de 2021.

II - Não importa para a aplicação do inciso I do art. 95, da Lei nº 14.133, de 2021, se a contratação resultou de licitação, inexigibilidade ou dispensa.

300. Nos casos em que a Lei faculta o uso do instrumento contratual, a Administração **poderá** utilizar outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

301. **Note-se que mesmo nas hipóteses de substituição do instrumento de contrato, deve-se aplicar, no que couber, as cláusulas contratuais necessárias, previstas no art. 92 da nova Lei, conforme estabeleceu o § 1º do art. 95 supratranscrito.**

302. Decidindo a Administração pela substituição do contrato, **deve,** ainda, adotar as seguintes cautelas apontadas no PARECER n. 00016/2023/CNLCA/CGU/AGU, elaborado pela CÂMARA NACIONAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CNLCA/DECOR/CGU:

> *"Considerando a relevância da informação para a regência da relação contratual, seria recomendável que o termo simplificado a que se refere o art. 95, caput e § 1º, da NLL, contasse com: a) o objeto do contrato (art. 92, I); b) o regime de execução e/ou a forma de fornecimento (art. 92, IV); c) o preço e as condições de pagamento, assim como as regras necessárias para a aplicação do reajuste[2] (art. 92, V); d) o cronograma de execução físico-financeiro do objeto (art. 92, incisos VI e VII); e e) os direitos e responsabilidades do contratado e da contratante, assim como as regras para a aplicação da pena de multa[3] (art. 92, XIV). Vale dizer que tais itens são aqui apontados apenas de forma exemplificativa, devendo sempre haver a ponderação da autoridade competente para cada caso concreto.*
>
> *Essa formalidade mitigada do art. 95 da NLL é a consagração do princípio da proporcionalidade (art. 5º da NLL), pois o Legislador, considerando os bens jurídicos envolvidos em questão, flexibiliza a forma em termos de elementos conteudísticos do instrumento, mas mantém a necessidade de cristalização dos termos da relação por meio de um documento escrito, física ou eletronicamente (§ 3º do art. 91). Ou seja, a Lei nº 14.133, de 2021, aplica o princípio da proporcionalidade para estabelecer medidas de formalização da relação contratual.*
>
> ***Assim, é lícito dizer que para as situações do caput do art. 95 é exigida a forma escrita, mas com flexibilização dos requisitos do art. 92 (conteúdo do instrumento). É necessário, então, que haja um documento (carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço) no qual constem as cláusulas indispensáveis para o caso concreto. É possível, também, que tais cláusulas estejam escritas no termo de referência ou no projeto básico da contratação, devendo a Administração, em tal caso, colher a assinatura do contratado em um documento no qual ele dê ciência do quanto consta no termo de referência ou no projeto básico e manifeste sua aquiescência com as obrigações ali contidas."***

2.11 Designação de agentes públicos

303. Os arts. 7º a 9º da Lei nº 14.133/21, tratam da designação dos agentes públicos para desempenho das funções essenciais à execução da lei, destacando-se o seguinte:

a) Regras de designação de responsáveis pela licitação/contratação, pela autoridade máxima do órgão:

- Designação preferencial de servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública (Art. 7º, I);
- Designação de agente com atribuições relacionadas a licitações e contratos ou com formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público (Art. 7º, II);
- Responsabilidade pessoal do agente da contratação por seus atos, salvo quando induzido a erro pela atuação de sua equipe de apoio (Art. 8º, §1º);

- Possibilidade de designação de comissão de contratação com 3 membros solidariamente responsáveis pelos atos, em caso de licitação de bens ou serviços especiais (Art. 8º, §2º);
- Possibilidade de contratação de serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação em caso de bens ou serviços especiais não contratados rotineiramente (Art. 8º, §4º).

b) Proibições:

- Proibição de designação de cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração, que tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil (Art. 7º, III);
- Necessidade de segregação de funções, sendo vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação (artigo 5º e 7º, §1º, da Lei nº 14.133/21 e art. 12 do Decreto nº 11.246/22);
- Proibição de participação direta ou indireta ou contratação de agente público do órgão licitante/contratante ou de terceiro que auxilie na licitação, face a potencial situação de conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego público (Art. 9º, §§1º e 2º).

304. À autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, cabe promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais ao procedimento de contratação pública.

305. Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro (Art. 8º, §5º da Lei 14.133/21).

306. Os designados devem respeitar as regras de atuação de sua respectiva função, previstas em regulamento (Art. 8º, §3º da Lei 14.133/21). Neste sentido, o Decreto nº 11.246/22 regulamenta a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos.

307. Os agentes públicos designados são responsáveis pela elaboração dos documentos que compõem todo lastro licitatório: Estudo Técnico Preliminar, Análise de Riscos, Planilha e análise técnica dos preços pesquisados, Termo de Referência, minuta de Edital e anexos.

308. Tais agentes devem reunir as competências necessárias à completa execução das etapas de planejamento da contratação, o que inclui conhecimentos sobre aspectos técnicos-operacionais e de uso do objeto, licitações e contratos, dentre outros.

309. Em razão do princípio da segregação de funções, os Pregoeiros (Agentes de Contratação) não podem ser os mesmos agentes públicos que participaram da fase interna da licitação, ou seja, não podem ser os mesmos integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação.

310. Quanto à designação do Pregoeiro e Equipe de Apoio, **recomenda-se** que a autoridade competente, ao editar a Portaria de designação dos agentes da contratação, observe as regras e os limites de competência estabelecidos no Decreto nº 11.246, de 2022, bem como as recomendações acima apresentadas.

311. **Recomenda-se** a juntada ao processo das portarias de designação do pregoeiro e da equipe de apoio, com a respectiva publicação de tais Portarias em boletim interno ou no Diário Oficial da União, antes da divulgação do Edital.

312. **Recomenda-se**, ainda, em momento oportuno, providenciar a designação de gestores, fiscais de contratos e respectivos substitutos, em conformidade com as disposições contidas nos arts. 8º, 10 e 21 a 24 do Decreto nº 11.246, de 2022.

2.12 Publicidade do edital e do termo do contrato

313. Recomenda-se a divulgação e manutenção do inteiro teor do edital de licitação, seus anexos e **o termo de contrato** no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União. O extrato do Edital deve ainda ser publicado em jornal diário de grande circulação (art. 54, *caput* e §1º, e **art. 94** da Lei nº 14.133, de 2021).

314. Caso as publicações obrigatórias exigidas na Lei (PNCP, DOU e Jornal de Grande Circulação) ocorram em datas diferentes, o prazo do art. 55, II, a, da Lei nº 14.133/2021 deverá ser contado a partir da última publicação.

315. Após a homologado o processo licitatório, os documentos elaborados na fase preparatória, que não tenham integrado o edital e seus anexos, devem ser disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) (art. 54, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021).

2.13 Sistema de registro de Preços

2.13.1 - Cabimento do SRP

316. Caso o gestor decida adotar o Sistema de Registro de Preços na licitação, deve primeiramente verificar se é possível o uso de tal sistema, atendendo o disposto nesta seção do parecer referencial.

317. O sistema de registro de preços (SRP) visa o registro formal de preços relativos para contratações futuras. É procedimento auxiliar das licitações e das contratações (arts. 5º, XLV e 78, IV da Lei 14.133/21).

318. O Decreto nº 11.462/23, ao regulamentar o SRP, prevê em seu art. 3º que a Administração pode adotar o SRP "quando julgar pertinente", e, em especial, nas seguintes hipóteses (rol exemplificativo, admitindo outras hipóteses):

> I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;
>
> II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;
>
> III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;
>
> IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou
>
> V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

319. A licitação pelo SRP é possível mesmo quando o caso não se enquadre nos incisos I a V do art. 3º , mas em todos os casos é preciso justificar a pertinência de adoção deste sistema no procedimento.

320. Caso opte pelo uso do Sistema de Registro de Preços, recomenda-se ao gestor esclarecer porque este sistema é adequado para a contratação pretendida, não bastando apenas transcrever o texto legal (Art. 3º do Decreto nº 11.462/23) como fundamento.

321. Para uso do sistema de registro de preços, de acordo com o §5º do art. 82 da Lei 14.133/21, deve o órgão gerenciador se atentar para a correta adoção das seguintes medidas:

> I - realização prévia de ampla pesquisa de mercado;
>
> II - seleção de acordo com os procedimentos previstos em regulamento;
>
> III - desenvolvimento obrigatório de rotina de controle;
>
> IV - atualização periódica dos preços registrados;
>
> V - definição do período de validade do registro de preços;
>
> VI - inclusão, em ata de registro de preços, do licitante que aceitar cotar os bens ou serviços em preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação e inclusão do

licitante que mantiver sua proposta original.

322. O órgão gerenciador deve atentar-se para a aplicação de todos os atos de controle e administração previstos no art. 7º do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, com destaque, neste momento para os seguintes:

> Art.7º (...)
>
> VII - promover os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório ou da contratação direta e todos os atos deles decorrentes, como a assinatura da ata e a sua disponibilização aos órgãos ou às entidades participantes;
>
> **VIII - remanejar os quantitativos da ata, observado o disposto no art. 30;**
>
> IX - gerenciar a ata de registro de preços;
>
> X - conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados;
>
> **XI - deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP;**
>
> (...)
>
> XIII - aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório ou na contratação direta e registrá-las no SICAF;
>
> (...)
>
> XV - aceitar, excepcionalmente, a prorrogação do prazo previsto no § 2º do art. 31, nos termos do disposto no § 3º do art. 31.
>
> (...)
>
> § 3º Na hipótese de compras nacionais ou centralizadas, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá centralizar a aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços para todos os participantes.

323. Em cumprimento ao art. 10, parágrafo único do Decreto nº 11.462/23, antes de iniciar processo, **recomenda-se** ao órgão consultar as Intenções de Registro de Preços (IRP's) em andamento e deliberar a respeito da conveniência de sua participação, devendo tal deliberação constar nos autos do processo licitatório.

324. Caso existente IRP em andamento com o mesmo objeto do presente processo, recomenda-se justificar a inconveniência de participação do órgão em IRP já aberta, caso o gestor decida dar continuidade ao seu próprio processo de contratação, sem solicitar a participação na IRP.

325. O registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido é medida excepcional, admitida apenas nas situações previstas no art. 4º do Decreto nº 11.462, de 2023. Nestes casos**, é obrigatória a indicação do valor máximo da despesa e vedada a participação de outro órgão ou entidade na ata de registro de preços.**

2.13.2 Intenção de registro de preços – IRP

326. Decidindo a unidade gestora pela adoção do Sistema de Registro de Preços, caberá a ela realizar o procedimento de intenção de registro de preços, conforme preconiza o art. 86 da Lei nº 14.133, de 2021, sendo este procedimento dispensado apenas na hipótese de ser o órgão ou entidade gerenciadora o único contratante, devendo, nesse caso, constar nos autos a devida **justificativa** para não permitir a participação de órgãos ou entidades no registro de preços.

327. Nos termos do art. 86 da NLLCA, o órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

328. Recomenda-se a divulgação da IRP, salvo justificativa quanto à necessidade de restrição do número de participantes, considerando a capacidade de gerenciamento pelo Órgão licitante/gerenciador, conforme art. 7º, I do Decreto nº 11.462/23.

329. Havendo interessados na participação, o órgão gerenciador e os entes participantes devem assegurar-se de que foram observadas as incumbências dos arts. 7 e 8º do Decreto nº 11.462/23 a seguir destacadas:

> Art. 7º Compete ao órgão ou à entidade gerenciadora praticar todos os atos de controle e de administração do SRP, em especial:
>
> II - aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à IRP:
>
> a) os quantitativos considerados ínfimos;
>
> b) a inclusão de novos itens; e
>
> c) os itens de mesma natureza com modificações em suas especificações;
>
> **III - consolidar informações relativas à estimativa individual e ao total de consumo, promover a adequação dos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização, e determinar a estimativa total de quantidades da contratação;**
>
> **VI - confirmar, junto aos órgãos ou às entidades participantes, a sua concordância com o objeto, inclusive quanto aos quantitativos e ao termo de referência ou projeto básico, caso o órgão ou a entidade gerenciadora entenda pertinente;**
>
> (...)
>
> XII - verificar, pelas informações a que se refere a alínea "a" do inciso I do **caput** do art. 8º, se as manifestações de interesse em participar do registro de preços atendem ao disposto no art. 3º e indeferir os pedidos que não o atendam;
>
> (...)
>
> § 1º Os procedimentos de que tratam os incisos I a VI do **caput** serão efetivados anteriormente à elaboração do edital, do aviso ou do instrumento de contratação direta.
>
> (...)
>
> § 5º O órgão ou a entidade gerenciadora deliberará, excepcionalmente, quanto à inclusão, como participante, de órgão ou entidade que não tenha manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP, desde que não tenha sido finalizada a consolidação de que trata o inciso III do **caput**.

> Art. 8º Compete ao órgão ou à entidade participante, que será responsável por manifestar seu interesse em participar do registro de preços:
>
> I - registrar no SRP digital sua intenção de participar do registro de preços, acompanhada:
>
> a) das especificações do item ou do termo de referência ou projeto básico adequado ao registro de preços do qual pretende participar;
>
> b) da estimativa de consumo; e
>
> c) do local de entrega;
>
> II - garantir que os atos relativos à inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;
>
> III - solicitar, se necessário, a inclusão de novos itens, no prazo previsto pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, acompanhada das informações a que se refere o inciso I e da pesquisa de mercado que contemple a variação de custos locais e regionais;
>
> IV - manifestar, junto ao órgão ou à entidade gerenciadora, por meio da IRP, sua concordância com o objeto, anteriormente à realização do procedimento licitatório ou da contratação direta;
>
> V - auxiliar tecnicamente, por solicitação do órgão ou da entidade gerenciadora, as atividades previstas nos incisos IV e VII do **caput** do art. 7º;
>
> VI - tomar conhecimento da ata de registro de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;
>
> VII - assegurar-se, quando do uso da ata de registro de preços, de que a contratação a ser realizada atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados;
>
> VIII - zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais;
>
> IX - aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua

> demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informar as ocorrências ao órgão ou à entidade gerenciadora e registrá-las no SICAF; e
>
> X - prestar as informações solicitadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou à sua entidade.

330. Quando houver participação de órgãos participantes, **recomenda-se** ao setor demandante avaliar se não é o caso de refazer a pesquisa de preços, por razão de economia de escala (em razão do aumento do número dos bens licitados) ou do endereço dos participantes (considerando a variação do preço do serviço em localidades distintas, lembrando que cabe ao participante apresentar sua pesquisa de mercado, caso não esteja na mesma localidade do órgão gerenciador).

331. Para uma licitação exitosa faz-se **necessário** uma adequada e prévia comunicação entre os órgãos envolvidos, e quanto antes se estabelecer a troca de informações entre gerenciador e participantes, melhores as condições de elaborar um Edital e um Termo de Referência adequado às demandas individuais e conjuntas.

332. Assim, tanto o órgão gerenciador como os participantes **deverão** adotar as providências que lhe competirem para a elaboração de um edital e um TR coerentes e precisos, que possam resultar em uma licitação proveitosa.

333. Caso algum órgãos interessado na participação não atenda os requisitos de participação previstos no(s) inciso(s) I, "a", "b", "c" , II do art. 8º do Decreto nº 11.462/23, **recomenda-se** ao gerenciador que notifique o interessado, fixando prazo para complementação da sua documentação de participação, sob pena de indeferimento de seu pedido.

334. Oportuno registrar que, em regra, o órgão participante deverá instruir procedimento administrativo próprio, com formalização da demanda e posterior Estudo Técnico Preliminar no qual, após avaliar as possíveis decisões a se tomar para garantir a aquisição de bens que supram suas necessidades, opte, de forma motivada nos autos, pela participação em registro de preço gerenciado por outro órgão.

335. Embora não seja corriqueiro, não há óbices jurídicos, por si só, que o participante adira já ao ETP formulado pelo gerenciador, desde que esteja na mesma estrutura administrativa e comprovadamente tenha participado dos debates e decisões que resultaram no artefato preliminar, que deverá ser por ambos assinado. Atenção: não é suficiente a simples apresentação do DFD (documento de formalização da demanda).

2.13.3. Minuta de Ata de Registro de Preços

336. Em caso de Pregão pelo Sistema de registro de Preços, **recomenda-se** a elaboração de ata de registro de preços, a partir de minuta padrão disponibilizada pela AGU, e sua previsão como anexo ao Edital.

337. O item 4.1 da minuta padrão da Ata de Registro de Preços traz a alternativa de se admitir ou não a adesão à Ata de Registro de Preços.

338. Tendo em vista decisões do Tribunal de Contas da União, recomenda-se que "e*ventual previsão em edital da possibilidade de adesão à ata por órgãos ou entidades não participantes esteja devidamente motivada no processo administrativo (TCU. Acórdão 2037/2019 Plenári*o).

339. Optando o gestor pela possibilidade de adesão, **recomenda-se** que a justificativa de tal decisão conste do Estudo Técnico Preliminar ou em despacho da autoridade competente.

340. Para autorizar adesão de não participantes, o órgão gerenciador deve observar o disposto no art. 31 do Decreto nº 11.462/23 (c/c art. 86, § 2ºda Lei 14.133/21):

> I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021;

III - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

§ 1º A autorização do órgão ou da entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

§ 2º Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante efetivará a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

§ 3º O prazo previsto no § 2º poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

§ 4º O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos neste artigo.

341. Ressaltamos que segundo o TCU, "é *indevida a utilização da ata de registro de preços por quaisquer interessados – incluindo o próprio gerenciador, os órgãos participantes e eventuais caronas, caso tenha sido prevista a adesão para órgãos não participantes – para aquisição separada de itens de objeto adjudicado por preço global de lote ou grupo para os quais o fornecedor convocado para assinar a ata não tenha apresentado o menor preço na licitação"* (TCU. Acórdão 1893/2017 Plenário).

342. Recomenda-se que seja definido o período de validade da ata (cláusula 5.1 da minuta padrão), respeitado o limite de 1 ano de vigência inicial, prorrogável por igual período, desde que comprovada a vantajosidade da medida (art. 82, §5º, V c/c art. 84, caput e parágrafo único da Lei 14.133/21).

2.14 Atestado de adequação do processo ao Parecer Referencial.

343. O órgão assessorado deve informar em seus processos que esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) foi adotada no caso. Recomenda-se a juntada da seguinte declaração aos autos, com o adequado preenchimento das lacunas (espaços em branco):

ATESTADO DE ADEQUAÇÃO DO PROCESSO AO PARECER REFERENCIAL

Processo NUP: _____

Objeto: Pregão ( ) Pregão SRP ( )

Valor anual estimado (Valor de referência): R$_____

Atesto que o presente processo, após devidamente verificados os casos em que os objetos ou características impedem a sua aplicação**,** se enquadra no ***PARECER REFERENCIAL n. 00001/2024/CGSEM-EST/SCGP/CGU/AGU***, cujas recomendações foram atendidas no caso concreto.

A instrução dos autos está regular, de acordo com o previsto em lista de verificação juntada aos autos. Fica, assim, dispensada a remessa deste processo para análise da AGU (Coordenação-Geral Jurídica de Serviços Sem Mão de Obra Exclusiva nos Estados - CGSEM-EST/SCGP/SCGP/CGU/AGU), conforme autorizado pela Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União.

_____, _____ de _____ de

_____

Identificação (nome e matrícula) e assinatura

344. O *Edital, Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Contrato e Ata de Registro de Preços* – **devem estar alinhados entre si, não podendo apresentar discrepâncias, inexatidões materiais ou inconsistências redacionais que possam ensejar arguição ou em alguma medida comprometer a segurança e efetividade da realização da licitação/contratação**.

3. CONCLUSÃO

345. Ante o exposto, ressalvando-se os aspectos de conveniência e oportunidade, não sujeitos ao crivo deste Órgão especializado na análise de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra, **é juridicamente possível dar prosseguimento ao processo, sem submeter os autos à AGU, consoante Orientação Normativa nº 55, do Advogado-Geral da União, desde que:**

- Atendidas as recomendações deste parecer, ou seja justificado o não atendimento, de forma motivada (art. 50, VII, da Lei nº 9.784/1999);
- Inexistindo dúvida jurídica que justifique o envio de consulta específica, o Órgão assessorado **ateste**, **de forma expressa e em cada processo**, que o assunto nele debatido é tratado na presente Manifestação Jurídica Referencial **(MJR).**

346. A utilização deste parecer referencial será possível sempre que a contratação se enquadrar em suas orientações. Novas hipóteses concretas, que apresentem questões não abrangidas por este parecer, **deverão** ser objeto de consulta específica.

347. Em atenção ao art. 4º, inciso III, alínea "a", da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, **confere-se o prazo de validade de 02 (dois) anos para a presente Manifestação Jurídica Referencial - MJ, a contar de sua aprovação.**

348. O gestor público deve estar ciente que, em caso de discordância com o parecer, age por sua conta e risco, sob sua exclusiva e integral responsabilidade (Acórdãos nº 826/2011 e nº 521/2013 - Plenário; nº 1.449/2007 e nº 1.333/2011 - 1ªCâmara; nº 4.984/2011 - 2ª Câmara do TCU).

349. Uma vez aprovada a presente manifestação, recomenda-se, nos termos do art. 9º, inciso III, alíneas "b" e "c", da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, o encaminhamento ao **Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União** e, para os fins do art. 20, VI da Portaria Normativa AGU nº 152, de 31 de outubro de 2024, o encaminhamento à **Diretoria de Contratação de Serviços Sem Mão de Obra Exclusiva (DISEMEX/SCGP/CGU/AGU)**, para avaliação e comunicações pertinentes, notadamente conferindo-se ciência deste parecer às Consultorias Jurídicas da União nos Estados.

Brasília, 10 de dezembro de 2024.

(DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE)

[redacted]

ADVOGADO DA UNIÃO

SIAPE 1507325

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em https://supersapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00688001923202482 e da chave de acesso 9d49852c

Documento assinado eletronicamente por [redacted] com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1782890072 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): GUILHERME SALGADO LAGE, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 10-12-2024 10:48. Número de Série: 654372557451877645764062110 80. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (AEROMÓVEL)
(Companhia de Pedestres do Mato Grosso - 1754)
BATALHÃO AMAZONAS

TERMO DE JUNTADA POR ANEXAÇÃO DE DOCUMENTO

Termo nº 010/2025 - Processo 64114.001536/2025-12

Em 15/04/2025 às 18:23, faço anexar ao presente processo 64114.001536/2025-12, o(s) documento(s): Parecer referencial serviços.pdf.

[redacted] - 3º Sgt
Auxiliar da SALC

ATESTADO DE ADEQUAÇÃO DO PROCESSO AO PARECER REFERENCIAL

Processo NUP: 64114.001536/2025-12

Objeto: Pregão ( ) Pregão SRP (X)

Valor anual estimado (Valor de referência): R$ 292.096,77

Atesto que o presente processo, após devidamente verificados os casos em que os objetos ou características impedem a sua aplicação, se enquadra no PARECER REFERENCIAL n. 00001/2024/CGSEM-EST/SCGP/CGU/AGU, cujas recomendações foram atendidas no caso concreto. A instrução dos autos está regular, de acordo com o previsto em lista de verificação juntada aos autos. Fica, assim, dispensada a remessa deste processo para análise da AGU (Coordenação-Geral Jurídica de Serviços Sem Mão de Obra Exclusiva nos Estados - CGSEMEST/SCGP/SCGP/CGU/AGU), conforme autorizado pela Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União.

[redacted]

Presidente da Equipe de Planejamento

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (AEROMÓVEL)
(Companhia de Pedestres do Mato Grosso - 1754)
BATALHÃO AMAZONAS

TERMO DE JUNTADA POR ANEXAÇÃO DE DOCUMENTO

Termo nº 011/2025 - Processo 64114.001536/2025-12

Em 16/04/2025 às 11:10, faço anexar ao presente processo 64114.001536/2025-12, o(s) documento(s): Termo_de_acatamento_AGU_assinado.pdf.

JOÃO [redacted] - 1º Ten
Chefe do Setor de Aprovisionamento

EBC - EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A.
SCS Q. 8, Bl. B-50, Ed. Venâncio 2000 - 1º Subsolo
Asa Sul - CEP 70333-900
Brasília/DF
CNPJ: 09.168.704/0001-42

Nº Planilha: **0013/2025**
Data Emissão: 17/04/2025

Planilha de Ações de Divulgação - EBC

Identificação do órgão: **CMDO - 1° B INF SL AMV - MANAUS - AM**	CNPJ: 09.595.355/0001-45
Razão Social: 1º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (AEROMÓVEL) - MANAUS - AM	Incrição Estadual:

Título da publicação: **AVISO DE LICITAÇÃO 90007/2025**	
Fornecedor: **EBC Serviços**	Tipo de campanha: **LEGAL**
Mídia solicitada pelo cliente: **R$ 405,54**	Midia solicitada pelo cliente: **R$ 0,00**
Mídia valor total: **R$ 405,54**	

MÍDIA SOLICITADA PELO CLIENTE

PI / PO	Nome do Veículo	Cidade - UF	Data de publicação	Desconto %	Formato col x alt	Edição	Valor	Circulação	Fonte	CPM **
PI007923/2025	Site Dez Minutos (AM)	Manaus - AM	26/04/2025	0,00	3 x 6	Clas. Reg.	R$ 405,54	7.041	Editor	57,60

MÍDIA TÉCNICA OPCIONAL INFORMADA PELA EBC

PI / PO	Nome do Veículo	Cidade - UF	Data de publicação	Desconto %	Formato col x alt	Edição	Valor	Circulação	Fonte	CPM **

Observações, justificativas e esclarecimentos:
** CPM = Custo por mil: valor a ser pago pela publicação em cada 1.000 exemplares deste jornal.

> As datas mencionadas acima são apenas exemplo para efeito de cálculo.
> Os jornais listados fazem parte da mídia indicada pelo cliente, conforme clausula contratual.

Cidade - UF	Solicitante	Identificação e assinatura do responsável
Manaus - AM	[redacted] Fone:	Responsável

Espaço reservado à subsecretaria de comunicação institucional da SCS/PR.

"A concordância da subsecretaria de Comunicação Institucional da SCS/PR com a Ação de Comunicação caracterizada nesta Planilha limita-se aos aspectos técnico-publicitários e não exime a responsabilidade administrativa dos dirigentes da Entidade que a propõe."

DÚVIDAS - TELEFONES: (61) 3799-5629 / 5630 / 5616

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (AEROMÓVEL)
(Companhia de Pedestres do Mato Grosso - 1754)
BATALHÃO AMAZONAS

TERMO DE JUNTADA POR ANEXAÇÃO DE DOCUMENTO

Termo nº 012/2025 - Processo 64114.001536/2025-12

Em 28/04/2025 às 14:29, faço anexar ao presente processo 64114.001536/2025-12, o(s) documento(s): 2publicidadelegal.ebc.com.br_ppl_publicacao_ConsultaMateriaCliente.do.pdf.

[redacted] 3º Sgt
Auxiliar da SALC

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO 1º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (AEROMÓVEL) - UASG 160006

Ref.: RECURSO ADMINISTRATIVO - Processo: Pregão Eletrônico n.º 90007/2025
Pregão Eletrônico nº 90007/2025
Recorrente: F.A DOS SANTOS JUNIOR ME, CNPJ nº 27.985.750/0001-16

F. A. DOS SANTOS JUNIOR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 27.985.750/0001-16, com sede na Avenida Laguna, nº 68, Sala 11, 2º andar, Planalto, Manaus/AM, CEP 69.044-800, neste ato representada por seu proprietário, Sr. Fernando Alves dos Santos Júnior, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, com fulcro no art. 165 e seguintes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais disposições aplicáveis, interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra a decisão que desclassificou injustamente os itens 1, 2, 4, 6, 8, 10, 11, 13, 14, 15 e 16, sob a alegação infundada de não demonstrada a exequibilidade das propostas, nos termos do item 8.9.4 do edital, pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos:

1. DA TEMPESTIVIDADE

O presente recurso é tempestivo, haja vista o prazo previsto no § 1º do artigo 165 da Lei nº 14.133/2021, encontrando-se devidamente protocolado dentro do período estipulado pelo referido dispositivo legal.

2. DOS FATOS

A Recorrente sagrou-se vencedora na fase de lances para os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 10, 11, 13, 14, 15 e 16 do Pregão Eletrônico em epígrafe, cujo objeto é a contratação de serviços de manutenção de equipamentos de cozinha industrial.

Após a fase de lances, a Recorrente foi convocada diversas vezes a apresentar documentação complementar para demonstrar a exequibilidade de suas propostas, notadamente

planilhas de custos detalhadas, propostas ajustadas, notas fiscais de aquisição de materiais e atestados de capacidade técnica. A Recorrente envidou todos os esforços para atender às solicitações do D. Pregoeiro, apresentando a documentação requerida.

Não obstante, conforme se depreende da comunicação no sistema Compras.gov.br (chat em anexo – ITEM 1), a Recorrente foi desclassificada dos itens 1, 2, 4, 6, 8, 10, 11, 13, 14, 15 e 16, sob o argumento de *"Por não ter sua exequibilidade demonstrada após diversas convocações. Conforme item 8.9.4 do edital"*. Apenas os itens 3 e 5 foram adjudicados à Recorrente, conforme Ata de Registro de Preços N.º 90032/2025, já assinada pela empresa como demonstração de sua idoneidade e compromisso.

Envie nesta convocação os comprovantes para todos os itens dos quais o senhor resulte como 1° colocado.
15:17:57
Sr. Fornecedor F. A. DOS SANTOS JUNIOR LTDA, CNPJ 27.985.750/0001-16, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 17:18:00 do dia 08/05/2025. Justificativa: Em caráter de diligência, solicito mais uma vez os comprovantes de exequibilidade para que os custos da proposta restem comprovados..
15:17:06
Irei convocá-lo mais uma vez em caráter de diligência. Se não me fiz claro em minha solicitação, por favor me avise.
15:13:43
Por exemplo, no item 1 o senhor falou que tem um custo de R$ 875,00 (35% da oferta). Quais materiais o senhor está se referindo? Qual documento comprova o valor citado? (orçamento, oferta na internet, NF de compras anteriores atuais).
15:11:22
Para deixar claro a solicitação por este agente: Solicito que o senhor DESCREVA quais peças estão sendo abordadas ao concluir que o valor do material apresentado na coluna "MATERIAL" em sua Planilha de Custos e COMPROVE os valores apresentados no documento através de NF ou orçamentos ou ofertas de quaisquer empresas que demonstre o valor ali apresentado
15:09:14
Não há comprovação de CUSTO do licitante com atestados de capacidade técnica
15:05:52
Quando há tal indício na proposta, o item 8.11 do edital obriga o pregoeiro a diligênciar para que reste comprovado se O CUSTO do licitante ultrapassa ou não o valor da proposta
15:05:27
A exequibilidade é referente ao valor ofertado que contém indícios de inexequilidade PREVISTA NO EDITAL através do item 8.10.
15:03:36
Senhor licitante, há uma vasta diferença entre atestado de capacidade TÉCNICA para comprovante de EXEQUIBILIDADE.
15:01:24
Pois ja apresentamos, proposta, planilha e Nfs diversas comprovando assim a execução da empresa
11:49:51
solicito prorrogação se caso queiram dessa forma,
11:49:19
O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:47:35 de 08/05/2025. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor F. A. DOS SANTOS JUNIOR LTDA, CNPJ 27.985.750/0001-16.
11:47:35
Solicitamos que o respeitado orgão seja mais claro no que diz sobre essa solicitação, pois temos diversos orçamentos, porém um detalhado, teriamos que listar para nosso fornecedor e isso leva tempo.
11:47:21
Sr Pregoeiro, nossa maior comprovação de execução de serviços são nossos Atestados de Capacidade Tecnica, e quanto a isso não a nada que desabone nossa conduta em relação a execução de serviços. Cada serviço difere do outro, porém os valores lançados estão de acordo com o nosso orçamento ja incluso todos os tributos, taxas, impostos, custos e mao de obra, conforme posto em planilha de custo

A Recorrente discorda da respeitável decisão, por entender que demonstrou, por meio da documentação acostada, a plena capacidade de executar os serviços nos termos e preços ofertados, em conformidade com a legislação vigente e os princípios que regem as licitações públicas.

3. DO DIREITO

3.1. Da Exequibilidade da Proposta e o Dever de Diligência da Administração

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 59, estabelece que serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços inexequíveis (inciso III) ou que não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração (inciso IV). Contudo, o §2º do mesmo artigo faculta à Administração, e implicitamente impõe o dever, de realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

O próprio Edital do Pregão Eletrônico n.º 90007/2025, em seus itens 8.10 e 8.11, estabelece que valores inferiores a 50% do orçado pela Administração configuram apenas um *indício* de inexequibilidade, a qual somente será declarada após diligência que *comprove* que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta e que inexistem custos de oportunidade. Ademais, o item 8.13 reforça a possibilidade de diligências para que a empresa comprove a exequibilidade.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) é pacífica no sentido de que a presunção de inexequibilidade é relativa, mesmo em casos onde os preços ofertados sejam inferiores a determinados percentuais do valor orçado pela Administração (e.g., 50% para bens e serviços em geral, conforme Art. 29 da IN SEGES/ME nº 73/2022, ou 75% para obras e serviços de engenharia, conforme art. 59, §4º da Lei 14.133/2021). É imperioso que se conceda ao licitante a oportunidade de comprovar a viabilidade de sua proposta (Acórdãos TCU nº 948/2024-Plenário, 2088/2024-Segunda Câmara, 465/2024-Plenário).

Ademais, o TCU já se manifestou no sentido de que a inexequibilidade de itens isolados da planilha de custos, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta global, devendo-se analisar o conjunto da oferta.

3.2. Do Princípio do Formalismo Moderado

O princípio do formalismo moderado, consagrado no art. 12, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, preceitua que *"o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo"*. O próprio Pregoeiro mencionou a aplicação deste princípio durante as interações via chat. Este postulado visa a prestigiar a seleção da proposta mais vantajosa, em detrimento de um formalismo exacerbado que não contribua para o interesse público.

Corroborando tal entendimento, destaca-se o ensinamento doutrinário de Marçal Justen Filho sobre o princípio do formalismo moderado, segundo o qual 'O formalismo moderado destina-se a impedir que exigências burocráticas exacerbadas comprometam o interesse público, afastando propostas vantajosas apenas por falhas menores que poderiam ser sanadas sem prejuízo à Administração.' A aplicação desse princípio ao caso concreto reforça a necessidade de se reconsiderar a decisão ora impugnada, uma vez que a Recorrente sempre se mostrou disposta a sanar eventuais dúvidas, conforme histórico das interações.

3.3. Da Vinculação ao Edital e da Necessidade de Análise Global da Proposta

Cumpre ressaltar que o edital é o guia máximo que vincula a Administração Pública e os participantes do certame. Como expresso na jurisprudência do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 2941/2018 - Plenário TCU), não cabe exigir documentos ou elementos de comprovação além dos que estão estabelecidos claramente no instrumento convocatório. No presente caso, a Recorrente apresentou toda a documentação solicitada para comprovar a exequibilidade, incluindo propostas detalhadas, planilhas de custos, orçamentos de fornecedores e notas fiscais, em conformidade com o espírito dos itens 8.10, 8.11 e 8.13 do Edital, que preveem a diligência e a oportunidade de demonstração. O item 8.9.4 do Edital, que fundamenta a desclassificação, não pode ser interpretado de forma a criar uma exigência probatória desarrazoada ou não explicitada claramente quanto à forma no instrumento convocatório.

8.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.9.1. contiver vícios insanáveis;

8.9.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.9.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.9.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.9.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.11. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.11.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.11.2. nexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.13. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

Conforme se verifica do Edital e de seu Anexo I (Termo de Referência), não há uma exigência taxativa de um formato documental específico ou um nível de detalhamento exaustivo para cada insumo em sede de comprovação de exequibilidade que justifique a desclassificação da Recorrente diante da vasta documentação comprobatória de custos e capacidade técnica já apresentada. A exigência de detalhamento minucioso para serviços de manutenção corretiva, como se fossem fornecimento de bens com especificações fixas, excede o razoável e o disposto no edital.

O item 8.9.4 do Edital, que fundamentou a desclassificação, deve ser interpretado à luz dos itens 8.10, 8.11 e 8.13 do mesmo Edital, que garantem ao licitante a oportunidade de demonstrar a viabilidade de sua proposta e impõem à Administração o ônus da prova da inexequibilidade real, e não meramente presumida.

AV LAGUNA Nº 68 PLANALTO SALA 11 SEG 2 ANDAR [redacted] 5154[redacted]6405 CEP:69044-800
EMAIL: [redacted]

A "demonstração de exequibilidade" exigida pelo item 8.9.4 foi, de fato, fornecida através do conjunto da obra documental: propostas detalhadas, planilhas de custos, atestados de capacidade técnica que demonstram expertise (e, portanto, otimização de custos) e, crucialmente, orçamentos e notas fiscais que balizam os preços dos insumos. A desclassificação demonstra claramente que o Pregoeiro interpretou o item 8.9.4 de forma isolada e excessivamente rigorosa, desconsiderando o restante do Edital e os princípios aplicáveis.

Além disso, segundo entendimento reiterado pelo Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 1513/2021 - Plenário TCU), é imprescindível que a Administração realize uma análise global e integrada da proposta apresentada. Não é razoável ou proporcional que pequenos equívocos pontuais ou a ausência de detalhamento minucioso de itens de menor relevância sirvam para fundamentar a rejeição total da proposta, especialmente quando há evidente comprovação técnica e financeira da capacidade de execução.

3.4. Da Observância aos Princípios Constitucionais da Razoabilidade e Proporcionalidade

Ressalte-se ainda que os princípios constitucionais da razoabilidade e da proporcionalidade devem nortear as decisões administrativas (art. 37 da Constituição Federal). Uma interpretação restritiva e excessivamente formalista, que desconsidera o conjunto probatório apresentado pela Recorrente, compromete não apenas esses princípios, mas também o interesse público primário em obter serviços eficientes e economicamente vantajosos, conforme amplamente demonstrado pela Recorrente.

3.5. Do Direito ao Recurso

O art. 165, inciso I, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021, assegura ao licitante o direito de interpor recurso contra a decisão que o inabilitar ou julgar suas propostas.

4. DAS RAZÕES RECURSAIS

A decisão de desclassificar a Recorrente dos itens supramencionados merece reforma, pelos motivos que se passa a expor:

4.1. Da Efetiva Demonstração de Exequibilidade e Capacidade Técnica

A Recorrente apresentou um conjunto robusto de documentos aptos a comprovar sua capacidade de executar os serviços licitados com os preços ofertados. Foram juntadas:

- **Propostas de Preço detalhadas por item**: Conforme consta no arquivo "1. Anexos 01.pdf" (a partir da p. 60), a Recorrente apresentou suas propostas com a composição de custos para cada item, incluindo material, mão de obra, impostos, taxas e lucro.

PROPOSTA DE PREÇO

1	Serviço de manutenção corretiva em forno elétrico/gás turbo industrial, 220 volts, para 10 bandejas, com realização dos procedimentos de: substituição do quadro de comando (painel digital com termostato), compreendendo: fornecer serviços técnicos de manutenção do forno industrial, com todos os ajustes, reparos e substituições necessárias, identificadas por seu corpo técnico; fornecer e efetuar a substituição do quadro de comando (painel digital com termostato) do forno industrial. A empresa contratada deverá fornecer o quadro de comando compatível com o equipamento a ser consertado; realizar a substituição do quadro de comando; fornecer o certificado e a garantia do serviço realizado; ficar responsável por todo o ferramental, insumos (quadro de comando (completo), acessórios, fios, isolamentos, outros produtos e equipamentos aplicados), pessoal e encargos necessários para a correta execução do serviço e ainda pela limpeza do equipamento após a execução do serviço; retirar e devolver o equipamento, com seu	1	sv	R$ 2.499,99
1.1	MATERIAL: QUADRO DE COMANDO (PAINEL DIGITAL TERMOSTATO)	-	-	R$ 835,00
1.2	AJUSTES, REPAROS E SUBSTITUIÇÕES NECESSARIAS (ACESSORIOS E ISOLAMENTOS)	-	-	R$ 355,00
1.3	FERRAMENTAS DIVERSAS	-	-	R$ 155,00

2	MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA EM FORNO COMBINADO ELÉTRICO MARCA WICTORY MODELO WCPR 20V, COM REPOSIÇÃO DE ATERRAMENTO, SENSOR E CHAVE (LIGA /DESLIGA), BORRACHA DE VEDAÇÃO DA PORTA E FECHADURA.	1	sv	R$ 2.499,99
1.1	TROCA DE ATERRAMENTO, SENSOR E CHAVE LIGA E DESLIGA	-	-	R$ 774,00
1.2	AJUSTES, REPAROS E SUBSTITUIÇÕES NECESSARIAS (ACESSORIOS E ISOLAMENTOS)	-	-	R$ 178,00
1.3	FERRAMENTAS DIVERSAS	-	-	R$ 274,00
1.4	MAO DE OBRA	-	-	R$ 450,00
1.5	BORRACHA, VEDAÇÃO E MATERIAL DIVERSOS	-	-	R$ 190,00
1.6	IMPOSTOS E TAXAS	-	-	R$ 350,00
1.7	LUCRO	-	-	R$ 283,99
3	CÂMARA FRIGORÍFICA PARA CONGELAMENTO. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM AÇÕES A SEREM REALIZADAS: LIMPEZA DOS CONDENSADORES E DA UNIDADE EVAPORADORA COM PRODUTOS QUÍMICOS, REPARO DE BUCHAS VENTILADORAS, REPAROS NOS TRINCOS E DOBRADIÇAS E PEQUENOS REPAROS NOS PORTAIS DE FIBRA DE VIDRO, SANEAMENTO DE VAZAMENTO DE GÁS COM PREVISÃO DE RECARGA DE GÁS, TROCA DE TROCA DE ÓLEO DO COMPRESSOR, REVISÃO DOS DISPOSITIVOS ELÉTRICOS, CHAVE LIGA /DESLIGA, CONTACTORES, RELÉS,	1	sv	R$ 5.399,00

- **Atestados de Capacidade Técnica e Atas de Registro de Preços Anteriores**: Foram apresentados diversos atestados emitidos por diferentes órgãos militares, incluindo o próprio 1º Batalhão de Infantaria de Selva (Aeromóvel), que comprovam a vasta experiência da Recorrente na prestação de serviços de manutenção de equipamentos de cozinha industrial, similares aos licitados. Estes documentos demonstram não apenas a expertise técnica, mas também o conhecimento prático dos custos envolvidos.

AV LAGUNA Nº 68 PLANALTO SALA 11 SEG 2 ANDAR I ([redacted]-5154/[redacted]6405 CEP:69044-800
EMAIL: [redacted]

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
4º BATALHÃO DE AVIAÇÃO DO EXÉRCITO
(ESQUADRÃO CORONEL RICARDO PAVANELLO)

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins e a quem possa interessar que a Empresa **F ALVES DOS SANTOS JUNIOR LTDA,** inscrita sob o CNPJ: 27.985.750/0001-16, estabelecida na avenida laguna, 68 - sala sala 11 seg andar - planalto, CEP: 69.044-800, na cidade de Manaus-AM, prestou os serviços compreendendo os seguintes itens abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
	EMPENHO: 2023NE000236	
1	Serviço de manutenção corretiva em máquina de gelo	1
2	Serviço de manutenção corretiva em modeladora de pães industrial	1
3	Serviço de manutenção corretiva em liquidificador industrial	2
4	Serviço de manutenção corretiva em balcão térmico	1

ATESTAMOS, que a empresa cumpriu todos os prazos de entrega estabelecido, incluindo a validade dos itens, em nossos registros não existe nenhum fato que desabone sua conduta e responsabilidade cumprindo todas as obrigações assumidas, pelo que atestamos para os fins que fizerem necessários.

Manaus/AM, 20 de outubro de 2023.

AV LAGUNA Nº 68 PLANALTO SALA 11 SEG 2 ANDAR I [redacted]5154/[redacted]6405 CEP:69044-800
EMAIL:[redacted]

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 16ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(1º Gpt Fron/1971)
BRIGADA DAS MISSÕES
ESTRADA DO AEROPORTO Nº 4174, BAIRRO AEROPORTO, CEP 69555-180,
TEFÉ-AM FONE (92) 3659-1000 / 2015 - *E-mail:aprov@16bdainfsl.eb.mil.br*

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para fins de comprovação de capacidade técnica, que a empresa F. A. JUNIOR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 27.985.750/0001-16, situada na Rua Laguna, 68, sala 11, Seg Planalto, Manaus-AM, prestou à 16ª Brigada de Infantaria de Selva, sob o CNPJ nº 09.570.063/0002-39, serviços de manutenção de equipamentos de cozinha em geral, durante o ano de 2024.

Informamos ainda que a mesma cumpriu todos os prazos estipulados e se enquadrou aos padrões exigidos, não constando qualquer fato que possa desabonar sua conduta até a presente data.

Tefé – AM, 04 de junho de 2024.

[redacted] AMARAL – TC
Ordenador de Despesas da 16ª Brigada de Infantaria de Selva

- Notas Fiscais de Compra de Materiais e Orçamentos de Fornecedores: Para subsidiar os custos apresentados nas planilhas, a Recorrente juntou notas fiscais de aquisição de materiais e diversos orçamentos de fornecedores idôneos do mercado local (e.g., Amazon Refrigeração, Rolapeças, Grilo Elétrico, Frigelar, Usemaq), demonstrando acesso a peças e componentes com preços competitivos. (anexo).

Página 1 / 2 - 45015661-1

FRIGELAR

Orçamento(s) Sujeito(s) a Análise de Crédito: 45015661-1

Vendedor:
E-mail: renecavalcante@frigelar.com.br
Telefone:
Filial 39 AM

Cliente: F. A. DOS SANTOS JUNIOR LTDA
Endereço: AV LAGUNA, 68 SALA SALA 11 SEG ANDAR
PLANALTO - MANAUS - AM

Código: 3900005059
CNPJ/CPF: 27985750000116
RG/IE: 053931394
Grupo Fiscal: AM-OS

FRIGELAR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
R PARA,640
NOSSA SENHORA DAS GRACAS
69053-575 MANAUS -AM -BRA
CNPJ: 926604060039-91 IE: 053879694
Ordem de Venda: OV 018862820

Data Criação : 16/01/2025 16:07
Data envio/impressão: 20/01/2025 16:45
Data Validade: 17/01/2025
Carrinho: 45015661-1

Forma de Pagamento: Deposit
Depósito Antecipado
Valor da entrada: R$1.021,77

Ordem de compra do cliente:
Tipo de Venda: Venda Uso, Consumo Ou Imobilizado (VDA USO/IM)
Tipo de frete: Retirada por Agendamento
Transportadora:

Sq.	Foto	Código Referência	Descrição	NCM	Origem	PIS COFINS Inclusos	ICMS Calc. Incluso	Unid.	Qtd.	Vl. Unit.	Vl. Unit. IPI	Vl. Unit. ST	Vl. Unit. C/Imp	Vl. Total
1		C161674 TC900E POWER	CONTROLADOR FULL GAUGE CONGELADO C/DEG FORCADO 110/220V C/ SENSOR S/SITRAD	90328982	4	9,25%	20%	Pc	1	R$147,8000	R$0,0000	R$0,0000	R$147,8000	R$147,8000
2		C10980 EOS-SO-55866	SEPARADOR OLEO 3/4 SOLDA HERMETICO EOS	84213990	1	9,25%	8,80%	PC	1	R$389,0827	R$0,0000	R$0,0000	R$389,0827	R$389,0827
3		C37315 EOS-AS-207	SEPARADOR LIQUIDO 7/8 SOLDA EOS	73110000	1	9,25%	20%	PC	1	R$349,6656	R$0,0000	R$0,0000	R$349,6656	R$349,6656
4		S107797 AC0008	BACTERICIDA PROT ECCO AIR MARINE 5L	38089429	0	9,25%	20%	Pc	2	R$67,6089	R$0,0000	R$0,0000	R$67,6089	R$135,2179
									(Valor x Qtd)	R$1.021,77	R$0,00	R$0,00	R$1.021,77	R$1.021,77

TOTAL DE TODAS AS OVS

Total dos Produtos:	R$1.021,77
Total do Frete:	R$0,00
Arred:	R$0,00
Total da(s) Ov(s)	R$1.021,77

B A EL TRICA LTDA
AVENIDA RECIFE, 2150 FLORES
MANAUS - AM - CEP: 69058775
CNPJ: 02.887.535/0001-51
IE: 041400755
Fone [redacted]

Cliente: CONSUMIDOR
Fantasia: CONSUMIDOR
Endereço: AVENIDA M RIO YPIRANGA, 2150
Municí io: MANAUS
CNP /CPF: 222.222.222-22
Cond.Pag: A VISTA
Form.Pag.: 001 - DINHEIRO

Código: 00037359
Fone: [redacted]
Bairro: PARQUE 10 DE NOVEMBRO
C.E.P.: 69098-211
IE/R :

001 - DINHEIRO (A VISTA)

ORÇAMENTO N 000000359995 — IMPRESSO SEM VALIDADE FISCAL — 1/1

SEQ	C DI O	DESCRIÇÃO / MARCA	CST	NCM	BASE ICMS	ICMS	UNID.	QTDE	VR. UNIT	VR.DESC	VR.VENDA	VR. TOTAL
1	02953	CONTACTORA 40A 220V 15CV 50/60HZ WEG DRIVE: CWM40-00 1004 10045504	060	85364900	0,00	0,00	UN	1,00	635,60	95,34	540,26	540,26

O Pregoeiro, em suas comunicações, destacou a ausência de cotação para o item "Quadro de Comando" referente ao item 1 da licitação. Contudo, a proposta da Recorrente para o item 1 (Serviço de manutenção corretiva em forno elétrico/gás) detalha o custo do "MATERIAL: QUADRO DE COMANDO (PAINEL DIGITAL TERMOSTATO)" no valor de R$ 835,00.

1	Serviço de manutenção corretiva em forno elétrico/gás turbo industrial, 220 volts, para 10 bandejas, com realização dos procedimentos de: substituição do quadro de comando (painel digital com termostato), compreendendo: fornecer serviços técnicos de manutenção do forno industrial, com todos os ajustes, reparos e substituições necessárias, identificadas por seu corpo técnico; fornecer e efetuar a substituição do quadro de comando (painel digital com termostato) do forno industrial. A empresa contratada deverá fornecer o quadro de comando compatível com o equipamento a ser consertado; realizar a substituição do quadro de comando; fornecer o certificado e a garantia do serviço realizado; ficar responsável por todo o ferramental, insumos (quadro de comando (completo), acessórios, fios, isolamentos, outros produtos e equipamentos aplicados), pessoal e encargos necessários para a correta execução do serviço e ainda pela limpeza do equipamento após a execução do serviço; retirar e devolver o equipamento, com seu	1	sv	R$ 2.499,99
1.1	MATERIAL: QUADRO DE COMANDO (PAINEL DIGITAL TERMOSTATO)	-	-	R$ 835,00
1.2	AJUSTES, REPAROS E SUBSTITUIÇÕES NECESSARIAS (ACESSORIOS E ISOLAMENTOS)	-	-	R$ 355,00
1.3	FERRAMENTAS DIVERSAS	-	-	R$ 155,00

A exequibilidade deste valor é suportada por orçamentos de componentes que integram um quadro de comando, como contatores e controladores de temperatura, obtidos junto a fornecedores como Usemaq, Rolapeças e Grilo Elétrico, constantes nos orçamentos anexos.

Field not found: frdsPreVendas."logomarca_local"

USEMAQ MAQUINAS EQUIPAMENTOS
07.850.230/0001-99
LUCIANA WAQUIM CAMPOS DE OLIVEIRA - ME
AV. AUTAZ MIRIM, 7514 - TANCREDO NEVES
MANAUS AM C.E.P.: 69.087-215 Tel.: [redacted] Fax: [redacted]
E-Mail: use[redacted]

Emissão: 10/05/2025 às 14:28:54
REQUISIÇÃO/PEDIDO/SOLICITAÇÃO Página: 1 de 2

Documento: **00069002** Data: **12/05/2025**

Cliente: CLIENTE À VISTA Tel.: 9299999999
C.P.F.: . . -
Endereço: , Bairro:
Ponto de Ref.:
Cidade: MANAUS UF: AM C.E.P.: 69000000

Fatura	Vencimento	Valor	Fatura	Vencimento	Valor	Fatura	Vencimento	Valor
069002/01-01	12/05/2025	1.887,00						

Código	Descrição dos Produtos	Referência	Quantidade	P. Unitário	Desconto	P. Total
0000000736442	**INTERRUPTOR BIP 10A (VERMELHO)	PA006078	1	37,50	0,00	37,50
0000000752855	**BUCHA PORTA DO FORNO PROGAS	20316	1	23,50	0,00	23,50
0000000745918	*SUPORTE MICRO CHAVE PRP - 2010L	P16261	1	20,00	0,00	20,00
0000000753982	**BORRACHA TEDESCO FTT 300 3512MM	6159CZSM	1	320,00	0,00	320,00
0000000752923	**CONTROLADOR DE TEMPERATURA	20391	1	815,00	0,00	815,00
0000000748070	**TERMOPAR TIPO J PONTA 8MM CABO 1,20M	1846	1	65,00	0,00	65,00
0000000035378	SENSOR DE CHAMA CANDELA C/ BASE	406	1	50,00	0,00	50,00
0000000752442	**CABO SILICONE 10MM 300º		1	35,00	0,00	35,00
0000000752435	**CABO SILICONE 6MM 300°		1	26,00	0,00	26,00
0000000732659	*CONTATORA 40A 220V		1	495,00	0,00	495,00

Obs.:

Total Bruto:	**1.887,00**
(+) Acréscimo:	**0,00**
(-) Desconto:	**0,00**
(-) Troca/Devol.:	**0,00**
Total Líquido:	**1.887,00**

Representante: RAQUEL Cond.Pagto.: A VISTA
Data de Entrega: 12/05/2025 Usuário.:

1ª Via - CONTROLE DE CAIXA

Documento: **00069002** Data: **12/05/2025**
Recebi o(s) item(ns) acima especificado(s).

Local e Data

CLIENTE À VISTA

4.2. Da Necessária Observância do Princípio do Formalismo Moderado e da Instrumentalidade das Formas

A Recorrente reconhece a importância do cumprimento das exigências editalícias. Todavia, o excesso de rigor formal não pode se sobrepor à busca pela proposta mais vantajosa, especialmente quando eventuais omissões ou imprecisões documentais são passíveis de saneamento e não comprometem a análise da qualificação ou da proposta em si.

Ademais, o item 8.15 do Edital é claro ao dispor que 'Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta', permitindo ajustes que não majorem o preço. Se meros erros em planilhas são passíveis de saneamento, com maior razão o são eventuais interpretações divergentes sobre o nível de detalhamento esperado, especialmente quando a Recorrente apresentou documentos suporte como orçamentos de fornecedores e notas fiscais, e se mostrou colaborativa durante as diligências.

Durante o processo, a Recorrente buscou atender a todas as diligências, mesmo enfrentando dificuldades operacionais, como instabilidade de energia e internet, conforme relatado no chat. A insistência na apresentação de documentos de forma exaustivamente detalhada para cada componente de cada serviço de manutenção *corretiva* pode, com a devida vênia, configurar um formalismo excessivo.

4.3. Da Flagrante Contradição no Julgamento dos Itens e Vício Procedimental

É de crucial importância ressaltar que a Recorrente foi considerada HABILITADA e teve sua proposta JULGADA EXEQUÍVEL para os **itens 3 e 5** do presente Pregão Eletrônico nº 90007/2025, conforme Ata de Registro de Preços N.º 90032/2025 (anexo).

3	CÂMARA FRIGORÍFICA PARA CONGELAMENTO. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM AÇÕES A SEREM REALIZADAS: LIMPEZA DOS CONDENSADORES E DA UNIDADE EVAPORADORA COM PRODUTOS QUÍMICOS, REPARO DE BUCHAS VENTILADORAS, REPAROS NOS TRINCOS E DOBRADIÇAS E PEQUENOS REPAROS NOS PORTAIS DE FIBRA DE VIDRO, SANEAMENTO DE VAZAMENTO DE GÁS COM PREVISÃO DE RECARGA DE GÁS, TROCA DE ÓLEO DO COMPRESSOR, REVISÃO DOS DISPOSITIVOS ELÉTRICOS, CHAVE LIGA /DESLIGA, CONTACTORES, RELÉS, DISJUNTORES QUADRO DE COMANDO COM CONTROLADOR DIGITAL E FIAÇÃO DIVERSA, REVISÃO NO SISTEMA DE DEGELO. SUBSTITUIÇÃO DE QUALQUER PEÇA OU EQUIPAMENTO POR CONTA DA CONTRATADA. GARANTIA DE 3 MESES	Sv (3)	R$ 5.399,00	*Conforme TR*
5	MANUTENÇÃO CORRETIVA DE EQUIPAMENTO DE COZINHA INDUSTRIAL - MÁQUINA DE GELO MODELO EGC-300+E, MARCA EVEREST, COM A MANUTENÇÃO CORRETIVA E SUBSTITUIÇÃO DE COMPRESSOR, RECOMPLETAMENTO DE GÁS MATERIAL E PEÇAS UTILIZADAS PARA CONSERTO/MANUTENÇÃO FICARÁ POR CONTA DA CONTRATADA.	Sv (3)	R$ 1.999,00	*Conforme TR*

AV LAGUNA Nº 68 PLANALTO SALA 11 SEG 2 ANDAR [redacted]
EMAIL: [redacted]

Ora, a documentação base apresentada para a demonstração da exequibilidade (planilhas de custo, orçamentos, notas fiscais, atestados) é similar para todos os itens. Se a metodologia de precificação e a documentação suporte foram consideradas suficientes para atestar a exequibilidade dos itens 3 e 5, causa estranheza a desclassificação dos demais itens sob o mesmo argumento. Tal fato sugere uma possível inconsistência na análise ou a aplicação de um rigor desproporcional para os itens desclassificados.

Observa-se, portanto, contradição manifesta e vício procedimental no julgamento exarado pelo D. Pregoeiro. Ao reconhecer a exequibilidade das propostas para os itens 3 e 5 com base na documentação e metodologia de precificação apresentadas pela Recorrente, e, concomitantemente, rejeitar os demais itens (1, 2, 4, 6, 8, 10, 11, 13, 14, 15 e 16) sob a justificativa de 'não demonstração de exequibilidade', a decisão administrativa incorre em grave inconsistência. Tal discrepância na análise de propostas fundamentadas em documentação de mesma natureza e padrão de elaboração não apenas viola o princípio da isonomia entre os itens licitados, mas compromete a própria legalidade e coerência do ato decisório, ensejando sua imediata revisão.

4.4. Da Natureza dos Serviços de Manutenção Corretiva

Conforme explicitado pela Recorrente no chat, e como é de notório conhecimento técnico, em serviços de manutenção *corretiva*, a identificação exata de todas as peças e componentes a serem substituídos muitas vezes só ocorre no momento da execução do serviço, após a desmontagem e diagnóstico do equipamento. Exigir um detalhamento exaustivo prévio de cada parafuso ou componente em uma planilha de custos para serviços dessa natureza pode ser impraticável.

A Recorrente, com sua experiência, apresentou planilhas de custos que alocam percentuais para materiais, mão de obra, despesas indiretas e lucro, uma prática comum e aceitável para esse tipo de serviço, especialmente quando amparada por um histórico de execuções bem-sucedidas (Atestados) e acesso comprovado a fornecedores de peças (Orçamentos).

4.5. Da Comprovação de Custos e Acesso a Materiais

As notas fiscais de aquisição de materiais e os orçamentos de fornecedores demonstram que a Recorrente possui pleno acesso ao mercado de peças e componentes, com preços que viabilizam as propostas ofertadas. A alegação do Pregoeiro de que "A planilha de custo não comprova algo, ela informa. Cabe a outros documentos (...) comprovar o que se está falando na planilha de custos" foi atendida pela juntada de tais orçamentos e notas.

A Recorrente reitera sua idoneidade, transparência e total interesse em colaborar com a Administração Pública, tendo participado ativamente de todas as fases do certame e envidado esforços para o saneamento das dúvidas do D. Pregoeiro.

5. DOS PEDIDOS

A Recorrente reforça enfaticamente que demonstrou plenamente a exequibilidade das suas propostas por meio da documentação robusta e detalhada já apresentada. Ressalta-se que, conforme expressamente previsto no item 8.11.1 do Edital, a presunção inicial de inexequibilidade das propostas, identificada pela Administração quando a oferta é inferior a 50% do valor de referência, somente pode ser confirmada após diligências efetivamente comprovarem que os custos da empresa superam os valores ofertados.

Deste modo, é imperioso esclarecer que o ônus da comprovação inequívoca dessa situação cabe exclusivamente à Administração Pública. Neste sentido, ao longo de todas as fases, a Recorrente forneceu documentação completa, incluindo planilhas detalhadas de custos, notas fiscais e diversos atestados de capacidade técnica que demonstram claramente a compatibilidade e viabilidade das propostas ofertadas com os preços apresentados.

Salienta-se que os serviços objeto do pregão são de manutenção corretiva, cuja natureza intrínseca impõe a impossibilidade prática de detalhamento exaustivo prévio de cada componente a ser utilizado, situação plenamente considerada nas propostas apresentadas. Assim, a exigência do Pregoeiro por detalhamento além do razoável constituiu rigor excessivamente formal e desproporcional, afrontando diretamente o princípio do formalismo moderado previsto no próprio Edital e na legislação vigente.

Portanto, considerando todos os documentos fornecidos e as particularidades dos serviços de manutenção corretiva, a decisão de desclassificação da Recorrente se mostra indevida,

vez que a Administração não cumpriu integralmente seu ônus probatório para justificar a inexequibilidade das propostas apresentadas.

Ante o exposto, e confiando no elevado senso de justiça e na correta aplicação da lei por parte desta Administração, a Recorrente requer:

a) O recebimento e processamento do presente Recurso Administrativo, por ser tempestivo e cabível na espécie;
b) No mérito, o PROVIMENTO do presente recurso para REFORMAR a decisão que desclassificou a Recorrente dos itens 1, 2, 4, 6, 8, 10, 11, 13, 14, 15 e 16 do Pregão Eletrônico n.º 90007/2025, reconhecendo a exequibilidade de suas propostas;
c) Por conseguinte, seja a Recorrente declarada VENCEDORA dos referidos itens, com a consequente adjudicação do objeto e convocação para a assinatura das respectivas Atas de Registro de Preços.

Reitera-se o compromisso da Recorrente com a lisura e a transparência do processo licitatório, bem como sua plena e já comprovada capacidade para executar o objeto contratado com excelência.

CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA
27.985.750/0001-16
[redacted]
RUA MARITIBA, Nº 2-SALA 02 – LÍRIO DO VALE
CEP 69038-090
MANAUS – AM

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Manaus/AM, 16 de maio de 2025.

F. A DOS SANTOS JUNIOR LTDA
CNPJ nº 27.985.750/0001-16
[redacted]
Titular

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (AEROMÓVEL)
(Companhia de Pedestre do Mato Grosso – 1754)
BATALHÃO AMAZONAS

3° Sgt Gabriel de Melo
Pregoeiro do PE 90007/2025 da UASG 160006

A F.A. DOS SANTOS JUNIOR ME, CNPJ n° 27.985.750/0001-16

DECISÃO DO PREGOEIRO

1. DO RECONHECIMENTO

1.1 DO RECURSO

Referente ao recurso registrado no sistema pela pessoa jurídica F.A. DOS SANTOS JUNIOR ME, CNPJ n° 27.985.750/0001-16

Ao analisar os pressupostos objetivos do recurso:

a) Existência de ato administrativo decisório: Há ato administrativo decisório e o recurso faz referência a este;
b) Tempestividade: O recurso foi interposto seguindo o prazo prescrito em edital referente aos itens 4, 6 e 10. Não seguiu-se o prazo de intenção de recurso para os itens 1, 2, 8, 11, 13, 14, 15 e 16;
c) Forma: O recurso segue a forma escrita e, por se tratar de um Pregão Eletrônico, está em documento PDF;
d) Fundamentação: A empresa fundamentou seus argumentos e durante a decisão do pregoeiro estes argumentos e fundamentações serão analisados.

Ao analisar os pressupostos subjetivos do recurso:

a) Legitimidade recursal: O recurso registrado está em nome da empresa F.A. DOS SANTOS JUNIOR ME, sendo esta legítima aos interesses recursais.
b) Interesse recursal deriva da lesividade da decisão aos interesses do particular: Há interesse particular por parte da F.A. DOS SANTOS JUNIOR ME, CNPJ e os atos administrativos decisórios do pregoeiro durante o certame foram de encontro a estes.

1.2 DA CONTRARRAZAO

Não foi registrado nenhuma contrarrazão.

1.3 DECISÃO DE RECONHECIMENTO

O presente recurso a ser analisado inicia com a intenção de recurso. Há uma janela de 10 (dez) minutos após o julgamento da proposta e outra de 10 (dez) minutos após a habilitação para que as empresas participantes do certame registrem sua intenção em registrarem recursos.
Durante essa janela, a empresa F.A. DOS SANTOS JUNIOR ME registrou sua intenção de recurso nos itens 4, 6 e 10. No entanto, referente aos itens 1, 2, 8, 11, 13, 14, 15 e 16 não o fez.
Sendo assim, a legitimidade recursal é da empresa que registrou sua intenção, levando a seguinte decisão.
Conheço do recurso da empresa F.A. DOS SANTOS JUNIOR ME no que compete aos itens 4, 6 e 10.
Não conheço do recurso referente aos demais itens citados na peça recursal.

2. DAS ALEGAÇÕES DA F.A. DOS SANTOS JUNIOR ME

A referida peça inicia-se relembrando a Administração do dever de diligenciar as propostas que apresentarem indícios de inexequibilidade, ou seja, aquelas que encontram-se abaixo de 50% do valor estimado pela Administração.
O autor alega que sua desclassificação foi feita ferindo o princípio do formalismo moderado pois a recorrente demonstrou durante o certame disposição em sanar as dúvidas da Administração referente a sua proposta, e que a solicitação do pregoeiro durante as diligências vão de encontro ao princípio.
Além disso, **com base no Acórdão 2941/2018 – Plenário TCU**, afirma que "não cabe exigir documentos ou elementos de comprovação além dos que estão estabelecidos claramente no instrumento convocatório". Em seguida, afirma ter apresentado todos os documentos solicitados e que estes restam suficientes para comprovar sua exequibilidade.
A partir do que foi dito, continua seu raciocínio de que o item 8.9.4 fora interpretado criando-se uma "exigência probatória desarrazoada ou não explicitada claramente quanto à forma no instrumento convocatório" ao solicitar "formato documental específico" ou

“nível de detalhamento exaustivo para cada insumo” para que comprove a exequibilidade da proposta.
Ainda mais, segue-se a linha de que a correta interpretação do item 8.9.4 do edital deveria ser interpretada em conjunto com os itens 8.10, 8.11 e 8.13, os quais obrigam o pregoeiro a diligenciar caso não reste comprovada a exequibilidade.
Para comprovar seus argumentos, a recorrente traz documentos enviados durante o certame que aparentam comprovar a exequibilidade dos itens, entre eles estão: Proposta de Preço do item 1 e 2 com detalhamento dos custos alocados, dois atestados de capacidades técnicas demonstrando a execução de serviços similares com a Administração Pública, duas notas fiscais de itens que seriam utilizados no serviço.
Por fim, solicita o recebimento do Recurso Administrativo, pede a reforma da decisão que desclassificou os itens 1, 2, 4, 6, 8, 10, 11, 13, 14, 15 e 16, e requer a declaração de “VENCEDORA” dos referidos itens.

3. DA ANÁLISE

3.1 DO DEVER DE DILIGENCIAR

A recorrente inicia suas alegações relembrando a Administração sobre o dever de diligenciar, citando muito bem o §2° do artigo 59 da lei 14.133/2021. Vejamos o texto na íntegra:

> § 2º A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do caput deste artigo.

Por mais que a letra fria da lei traz a palavra “poderá”, podendo ser interpretado como um ato discricionário do agente público, este agente da contratação entende a norma como um dever, o qual não há espaço para subjetivismo e pessoalidade diante do caso concreto. O pregoeiro DEVE diligenciar para aferir a exequibilidade das propostas.

Mas assim como a recorrente inicia sua peça nos lembrando de tão importante dever, cabe a este agente buscar os fatos acontecidos no certame. Utilizando como exemplo o chat do item 1, podemos ver impressionantes 9 (nove) convocações, sendo 07 (sete) delas em caráter de diligência para fins de que a recorrente obtivesse êxito em sua comprovação.

Se não considerarmos o vasto espaço de tempo que existiu entre uma convocação e outra, e levando em conta de que cada convocação teve apenas o tempo mínimo de duas horas, podemos afirmar que o autor obteve assombrosas 14 (quatorze) horas de prazo para deixar claro à Administração que sua proposta encontrava-se exequível.

Além das convocações, houveram dois esclarecimentos no chat, primeiro afirmando que atestados de capacidade técnicas não comprovam custos do serviço, logo não seriam suficientes para a apreciação de sua tabela de custo, segundo o pregoeiro afirma que não

é possível entender uma série de notas fiscais dispersas sem que as conecte de forma clara aos itens mencionados. Afinal, a maioria dos itens levariam peças que poderiam variar durante o serviço assim como pediam peças específicas que deveriam ser comprovadas na tabela de custo.

Logo, resta-se mais que comprovado que a Administração Pública cumpriu seu DEVER de diligenciar diante de indício de proposta inexequível. O fez de tal forma que, ao invés de suposto prejuízo esta vem alegando.

3.2 FORMALISMO MODERADO

O formalismo moderado é um princípio essencial para o bom andamento de processos licitatórios. Ele visa proteger a Administração Pública de atos legais que poderão lesioná-la ou trazer a perda de uma janela de oportunidade.

Como bem cita a Recorrente, este princípio pode ser visto no Art. 12, inciso III da Lei 14.133/2021 que fala que o desatendimento de exigências meramente formais por parte dos licitantes não poderão afasta-los ou invalidar o processo.

É com este norte que o agente público busca não determinar, com base no subjetivismo, o que deve ou não ser diligenciado. Nem mesmo escolher formas mas sim comprovações de fatos. Isto se mostra no modo como os outros dois participante apresentam suas tabelas de custo. São FORMAS totalmente distintas, mas ambas deixam claro as alocações de seus custos e comprovam, através de ofertas de outros fornecedores, os itens que pretendem utilizar no serviço solicitado.

Cabe ressaltar que, em nenhum momento este pregoeiro trouxe a obrigação de determinada forma de comprovação. Esta poderia ser dada diante de notas fiscais, orçamentos de fornecedores das peças utilizadas, notas de terceiros emitidas pela receita, ofertas em sites que ofereçam as peças ou ainda qualquer outra FORMA genuína que comprovasse os valores.

O que não se deve admitir diante do formalismo moderado, ou mais precisamente do que se pede no inciso III do art. 12, é a aceitação de documentos que não comprovam os custos. Por exemplo, a Recorrente tenta se utilizar de Atestado de Capacidade Técnica para alegar a exequibilidade. Este documento comprova que o licitante já realizou serviços SIMILARES anteriormente e não OS CUSTOS apresentados em planilha.

Caso fosse assim, não restaria prejudicada a forma mas sim O CONTEÚDO. Conteúdo este que o legislador e a equipe de planejamento, ao instruir os processos, solicitam.. Não faria sentido algum a distinção entre capacidade técnica e exequibilidade da proposta caso estas servissem para o mesmo fim.

3.3 DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DA JURISPRUDÊNCIA

A recorrente baseia a interpretação das cláusulas do edital e da legislação a um entendimento do TCU, onde o mesmo diz que:

> "Como expresso na jurisprudência do Tribunal de Contas da União (**Acórdão nº 2941/2018 - Plenário TCU**), não cabe exigir documentos ou elementos de comprovação além dos que estão estabelecidos claramente no instrumento convocatório."

Sendo assim, o artigo 59, §2° da lei 14.133/2021 deveria, com base no raciocínio da Recorrente, ser entendido com mais cautela, onde o pregoeiro não deveria solicitar tais documentos pois cria exigência comprobatória não explícita no edital.

Mas neste caso, o que o legislador objetivou ao escrever, dentro do Art. 59, §2° da lei 14.133/2021, "exigir dos licitantes que ela [exequibilidade] seja demonstrada" ? Afinal, estamos diante de uma norma que obriga o agente diligenciar a proposta com indícios de inexequibilidade.

Não há outra resposta se não a do que este agente público veio pedindo durante todas as sete convocações de diligência, o qual era a comprovação genuína, independente da forma apresentada, de que os custos apresentados na tabela são reais.

Mas infelizmente, em uma breve pesquisa aos acórdãos do TCU, verificou-se que o acórdão, cujo relator fora o excelentíssimo senhor José Mucio Monteiro, utilizado pela Recorrente para interpretar as cláusulas e a legislação desta forma, **sequer discorre sobre o assunto mencionado**.

> Acórdão 2.941/2018 – Plenário TCU: VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria operacional que teve por objetivo a avaliação de políticas públicas de inclusão social e produtiva do Governo Federal no Estado de Rondônia, particularmente no tocante às contribuições do Sistema Nacional de Emprego (Sine) para a inclusão de pessoas no mercado de trabalho e das condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família para a manutenção de alunos em sala de aula.

Em nenhum item, de todo o texto do acórdão, fora possível verificar o entendimento do TCU que a Recorrente tentou utilizar como base para suas interpretações. Indo além, a

tentativa de utilizar tal acórdão desta forma poderá ser visto com mais rigor ao se interpretar, após a conclusão de devido processo legal, que a Recorrente buscou através deste acórdão **alterar a verdade dos fatos**. Neste caso, ao utilizarmos da analogia, o Código de Processo Civil, em seu artigo 80, diz ser considerado litigante de má-fé quem assim o faz. Porém, apenas o devido processo legal poderá concluir isto.

Não resta dúvida quanto a inaplicabilidade de tal entendimento que fora atribuído ao Tribunal de Contas da União e de que as solicitações de documentos que comprovem os custos apresentados em planilha é legal e encontra nos itens 8.11 sua previsão no edital.

3.4 DA DEMONSTRAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE E CAPACIDADE TÉCNICA

3.4.1 CAPACIDADE TÉCNICA E FALTA DE INTERESSE RECURSAL

Mais uma vez a Recorrente traz a capacidade técnica para o centro da discussão. No entanto, está pacificado o entendimento de que o autor tem totais condições TÉCNICAS de exercer o serviço solicitado. Em nenhum momento durante o certame fora expressado tal questionamento. Porém, comprovar a capacidade técnica não informa à Administração de que o serviço poderá ser realizado NO VALOR OFERECIDO.

A Recorrente falha mais uma vez em sua peça ao trazer dados de itens dos quais não expressou a intenção de recorrer da decisão no prazo estabelecido no edital. O que, afinal, é extremamente questionável pois, os referidos itens abriram para intenção de recurso no mesmo horário dos itens 4, 6 e 10, o quais o autor conseguiu intencionar no prazo legal. Logo, não há sequer perda de prazo mas apenas inércia demonstrando falta de interesse recursal.

3.4.2 DOS PEDIDOS REITERADOS DA EXEQUIBILIDADE NÃO DEMOSNTRADA

Podemos observar no chat o tratamento cordial, dever do agente que lida com a coisa pública, e informando, com precisão, o que era necessário após ter recebido uma pasta com diversas notas fiscais aleatórias. Segue as falas:

Dia 09/05/2025

> “Pregoeiro: -Senhor licitante, muito obrigado por enviar os orçamentos que comprovem os custos das peças. (09:10)

Pregoeiro: - No entanto, ainda não consigo saber quais peças fazem parte de qual item. Por exemplo, o item 1 será utilizado quais materiais em seu serviço? (09:12)

Pregoeiro: -Vou convocá-lo mais uma vez para **descriminar os itens utilizados em quais serviços**;(09:15)

Sistema: -Sr. Fornecedor F. A. DOS SANTOS JUNIOR LTDA, CNPJ 27.985.750/0001-16, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 11:17:00 do dia 09/05/2025. Justificativa: Conforme informado no chat, solicito que esclareça quais itens serão utlizados nos serviços de sua proposta. (09:16)"

Fica claro neste momento de que, diante de uma tabela de custos apresentada anteriormente e um pasta com diversas notas fiscais com itens aleatórios, a Recorrente deveria apenas criar o nexo entre uma informação e outra. Por exemplo, "este item descriminado no item 1 é o que o item 5 da NF XX da Empresa YZ LTDA".

Porém, há um pedido de prorrogação do prazo de convocação às 10:36 do mesmo dia.

Às 14:05, **cinco horas depois** do pedido de prorrogação, fora enviado uma nova convocação, cedendo mais duas horas para envio do que se pedia. Mais uma vez, o autor solicita a prorrogação informando problemas de energia. Porém, o pedido vem às 16:05 de uma sexta-feira, logo a prorrogação é dada após **TODO O FINAL DE SEMANA,** dando-se, além das prorrogações anteriores, DOIS DIAS com o autor sabendo o que estava sendo solicitado.

Dia 12/05/2025

"Pregoeiro: - Se utilizando do formalismo moderado, este pregoeiro deu diversas possibilidades para envio da proposta com a devida comprovação de exequibilidade. Este pregoeiro fará isso um última vez na próxima convocação para evitar restar prejudicado no processo o princípio da celeridade e da equidade (Lei 14.133/2021 art. 5°) (09:02)

Sistema: -Sr. Fornecedor F. A. DOS SANTOS JUNIOR LTDA, CNPJ 27.985.750/0001-16, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 11:04:00 do dia 12/05/2025. Justificativa: Para envio do documento que comprova

a devida exequibilidade PARA TODOS OS ITENS.(09:02)

Pregoeiro: -Ainda mais, informo que o item "Quadro de Comando" citado na nova tabela de custos em conjunto com a proposta não foi encontrado dentro dos orçamentos enviados pelo senhor licitante”

Porém, para a surpresa deste agente da contratação, o sistema informa que nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor. Restando a Administração ignorada diante da sua 9ª convocação, após diversas oportunidades, e restando claro o que se estava pedindo para que comprovasse a exequibilidade de sua proposta.

Diante de tantas convocações de diligência, de tamanhas explicações do que se estava solicitando, do prazo exacerbado dado ao licitante para que entregasse sua documentação, não restava outra opção diante do cenário onde o fornecedor ignorava por completo a convocação. Para não retirar o direito dos outros participantes e tratar a todos com equidade, além disso não perder a celeridade devida do processo, este pregoeiro tinha o dever de desclassificar a proposta, esta que não comprovou sua exequibilidade ao ponto de ignorar a convocação que a pedia.

4. DA DECSÃO

Devido ao exposto durante toda a presente peça, não conheço do recurso registrado referente aos itens 1, 2, 8, 11, 13, 14, 15 e 16.

Conheço do recurso registrado referente aos itens 4, 6 e 10 e **INDEFIRO** os pedidos de reformar a decisão que desclassificou a Recorrente nos referidos itens bem como declará-la “VENCEDORA” dos mesmos.

Remeto o presente recurso para apreciação por parte do Ordenador de Despesa.

3° Sgt [redacted]

Pregoeiro do 1° BIS (Amv)

GRUPO I - CLASSE V - PLENÁRIO
TC 027.110/2018-4
Natureza: Relatório de Auditoria
Interessado: Tribunal de Contas da União
Unidades: Ministério do Trabalho; Ministério do Desenvolvimento Social; Ministério da Educação; Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Trabalho de Porto Velho/RO; Secretaria Municipal da Educação de Porto Velho/RO; Secretaria Estadual da Educação de Rondônia; Secretaria Estadual da Assistência e do Desenvolvimento Social de Rondônia

Sumário: AUDITORIA OPERACIONAL DO ÂMBITO DA FOC INCLUSÃO ECONÔMICA. AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA DO GOVERNO FEDERAL NO ESTADO DE RONDÔNIA, COM ENFOQUE NA INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO E NAS CONDICIONALIDADES DE EDUCAÇÃO DO BOLSA FAMÍLIA. IDENTIFICAÇÃO DE DEFICIÊNCIAS E DE BOAS PRÁTICAS. APENSAMENTO DOS AUTOS AO PROCESSO PRINCIPAL.

RELATÓRIO

Adoto, como relatório, com alguns ajustes e supressões, a instrução produzida pela Secex/RO sobre a matéria dos autos (peca 41):

"(...)

I. Apresentação

1. Trata-se de Auditoria Operacional realizada no âmbito da Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) Inclusão Socioeconômica, coordenada pela Secretaria de Controle Externo da Previdência - SecexPrevidência, com o objetivo de avaliar políticas de inclusão social e produtiva do Governo Federal, em especial as voltadas para inclusão no mercado de trabalho por meio de ações do Ministério do Trabalho - MTb e do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, bem como as condicionalidades da educação voltadas para o Bolsa Família.

(...)

II. Introdução

(...)

II.2 Visão geral do objeto

(...)

5. Nesse sentido, foi utilizado como base para o trabalho o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), lançado pelo Governo Federal em junho de 2011, por meio do Decreto 7.492/2011, direcionado às famílias que viviam com uma renda familiar inferior a R$ 70 mensais por pessoa.

6. Esse plano é baseado em três pilares: garantia de renda, para alívio imediato da situação de extrema pobreza; acesso aos serviços públicos, visando melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias; e inclusão produtiva, com o objetivo de aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e das cidades.

7. De acordo com a consulta ao Siop, referente aos exercícios de 2013 a 2017, o BSM contemplou 45 ações orçamentárias de 15 órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

Este documento é peça do processo 641114.001536/2025-12 Para verificação das assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 60699645.

8. Diante desse contexto, a Segecex, por meio da Ordem de Serviço 09/2018, constituiu grupo de trabalho com o objetivo de propor diretrizes e ações de fiscalização e definir a estratégia de atuação do TCU e o escopo da auditoria operacional no tema de Inclusão Socioeconômica. Assim, o grupo de trabalho definiu as seguintes ações que comporão a primeira etapa do trabalho:

a) Sistema Nacional de Emprego (Sine);

b) Plano Progredir;

c) Política Nacional de Economia Solidária;

d) Condicionalidades da Educação para o Bolsa Família.

9. Para o trabalho no Estado de Rondônia, foi delineado como escopo o Sine, o Plano Progredir e a Condicionalidade da Educação para o Bolsa Família.

10. O Sistema Nacional de Emprego (Sine), criado pelo Decreto 76.403/75, e regulamentado pela Resolução Codefat 758/2016, é um conjunto de políticas públicas que busca maior efetividade na colocação dos trabalhadores na atividade produtiva, visando a inclusão social, nas cidades e no campo, via emprego, trabalho e renda, por meio de atividades autônomas, pequenos empreendimentos individuais ou coletivos.

11. As principais ações do Sine consistem em habilitação ao seguro-desemprego, intermediação de mão-de-obra, qualificação social e profissional, orientação profissional e fomento a atividades autônomas e empreendedoras.

12. O Plano Progredir, instituído pelo Decreto 9.160/2017, constitui um conjunto articulado de ações de inclusão produtiva para pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

13. O Progredir objetiva, entre outros, estimular e ampliar o acesso de pessoas incluídas no Cadastro Único ao mundo do trabalho, articular e coordenar a oferta de serviços para inclusão produtiva, de forma a aproximar os trabalhadores e os empreendedores de baixa renda e o mundo do trabalho, por meio de ações de intermediação de mão de obra, qualificação profissional e empreendedorismo, bem como incentivar ações municipais, estaduais e de órgãos e entidades públicas e de instituições privadas que promovam a inclusão do público-alvo do CadÚnico no mundo do trabalho.

14. O Estado de Rondônia apresentou apenas um projeto no Plano Progredir, o Projeto Socioeducativo 'Virando o Jogo', elaborado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que tem o objetivo de aprimorar o serviço de proteção social aos adolescentes que estão em cumprimento de medidas Socioeducativas. Entretanto, em virtude do aludido projeto não ser direcionado à intermediação da mão de obra, nem à qualificação da mão de obra, não fora objeto do presente trabalho.

15. Também não fez parte do escopo da Secex/RO a avaliação de projetos da economia solidária.

16. No tocante às condicionalidades do Bolsa Família, a presente fiscalização, visando ao cumprimento do Acórdão 1.827/2017 – Plenário, limitou-se aos requisitos educacionais. Isto é, não foram abordadas as condicionalidades relacionadas à área de saúde.

17. Uma vez delimitada as condicionalidades de educação do programa Bolsa Família, para a finalidade a que se propõe o presente escopo, foram eleitas as seguintes normas afeitas ao tema: Lei 10.836, de 9/1/2004, Decreto 5.209, de 17/9/2004, Instrução Operacional Conjunta 19 Senarc-SNAS, 7/2/2013.

18. Considerando que as condicionalidades são contrapartidas sociais que devem ser cumpridas pelo núcleo familiar para que esse possa receber o benefício mensal, no caso da educação, estabeleceram-se, nos termos do art. 3º, parágrafo único, da Lei 10.836/2004, os seguintes requisitos: frequência escolar mínima de 85% para crianças de 6 a 15 anos; e, para adolescentes de 16 a 17 anos, 75% de frequência escolar mínima.

19. Elencados os requisitos do benefício, foi definida a repercussão, como processo de análise dos resultados do acompanhamento, identificação dos descumpridores das condicionalidades e aplicação dos efeitos gradativos de condicionalidades.

Este documento é peça do processo 64114.001536/2025-12 Para verificação das assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 60699645.

20. Em outras palavras, uma vez que o objetivo das condicionalidades é assegurar o acesso dos beneficiários às políticas sociais básicas, fixaram-se efeitos progressivos da quebra das condicionalidades, quais sejam: advertência, bloqueio, suspensão e cancelamento.

21. Configurando-se objetivo e condicionante da política de inclusão social, a frequência escolar é aferida a partir sistema Presença. E, em caso de descumprimento da frequência mínima, o aluno automaticamente é inserido no Sistema de Condicionalidades (Sicon).

22. Dessa forma, tendo a vista a gestão e a repercussão do descumprimento das condicionalidades, acerca da educação, o presente trabalho, buscando estudar o efeito da condicionalidade na inclusão produtiva, pautou-se nas ações realizadas pelas secretarias de educação, escolas, Cras/Creas, Ministério Público, para garantia da frequência mínima estabelecida nas normas anteriormente citadas.

II.3 Objetivo e questões de auditoria

(...)

24. A partir do objetivo do trabalho e a fim de avaliar em que medida os recursos estão sendo aplicados de acordo com a legislação pertinente, formularam-se as questões adiante indicadas no trabalho desenvolvido por esta Secex/RO.

a) Questão 1: Nos Estados, DF e Municípios, a atuação dos Sines contribui para a inclusão socioeconômica das pessoas em situação de vulnerabilidade?

b) Questão 2: Nos Estados, DF e Municípios, as condicionalidades de Educação do Programa Bolsa Família (PBF) são eficazes na manutenção dos alunos em sala de aula contribuindo para inclusão socioeconômica?

25. Ressalte-se que a SecexPrevidência, coordenadora desta FOC, elaborou a matriz de planejamento com quatro questões a serem respondidas neste trabalho, porém, as secretarias regionais participantes foram separadas em dois grupos distintos, cabendo a cada uma investigar determinadas questões, quais sejam, as questões 2 e 3 ficaram com o grupo A e as questões 2 e 4 ficaram com o grupo B, sendo a questão 1 de responsabilidade da equipe coordenadora. Assim, apenas as questões 2 e 4 precisaram ser importadas para a matriz de planejamento desta Secex/RO.

(...)

III. Achados de auditoria

III.1. Articulação deficiente ou inexistente entre as ações de Intermediação de Mão de Obra, Qualificação e Orientação Profissional

Tipificação: falhas/impropriedades

Situação encontrada:

43. Não há articulação entre as ações de Intermediação de Mão de Obra (IMO) e Qualificação Profissional (QP). Em visita ao Sine Estadual de Porto Velho/RO, Sine Municipal de Porto Velho/RO e Sine Estadual de Ji-Paraná/RO, constatou-se que os supramencionados equipamentos públicos não oferecem o serviço de qualificação profissional.

44. Os gerentes do Sines visitados, informaram que os atendentes da IMO realizam o aconselhamento, de maneira informal, sobre a importância da qualificação profissional para inserção no mercado de trabalho, e as instituições que realizam a qualificação profissional, tais como: Senai, Senac, Institutos Federais, entre outros. Porém, o referido aconselhamento é realizado de forma genérica e superficial, sem atentar-se as necessidades e potencialidades dos trabalhadores.

45. Nessa linha, constatou-se que articulação entre a Intermediação de Mão de Obra (IMO) e a Orientação Profissional (OP) é deficiente. Os gerentes do Sines visitados, também, informaram que os atendentes da IMO realizam a orientação profissional de forma empírica e informal, sem atentar-se para as necessidades e potencialidades do público demandante, notadamente os trabalhadores com alto risco de vulnerabilidade, que possuem baixa escolaridade e/ou experiência profissional difusa e pouco especializada.

Este documento é peça do processo 641114.001536/2025-12 Para verificação das assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 60699645. Pág 327 de 357

46. Verificou-se, ainda, que os Sines estadual e municipal não direcionam a qualificação profissional aos pretendentes às vagas com base em parâmetros concernentes aos principais motivos de recusa do empregador. Isso porque não fazem sequer o mapeamento dos motivos pelos quais os empregadores recusam os trabalhadores encaminhados para entrevista. Além disso, não foi identificada evidência de que os Sines adotam providências para combater as principais causas de recusa pelos empregadores.

Objetos nos quais o achado foi constatado:

47. As atividades desenvolvidas pelos Sines Estaduais de Porto Velho/RO e Ji-Paraná/RO, e o Sine Municipal de Porto Velho/RO, decorrentes dos Convênios 777034/2012 e 775650/2012, celebrado entre o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com o Governo do Estado de Rondônia, e com Prefeitura de Porto Velho/RO, respectivamente.

(...)

Causas da ocorrência do achado:

50. Ausência de articulação entre a intermediação de mão de obra e os programas de geração de renda, como Microcrédito Produtivo Orientado ou fomento à Economia Solidária pelos Sines; ausência de articulação entre a intermediação de mão de obra e orientação profissional pelos Sines; ausência de articulação entre a intermediação de mão de obra e qualificação profissional pelos Sines, assim como com outros agentes de qualificação social e profissional; e falta de mapeamento e tratamento dos principais problemas de qualificação de mão de obra dos postulantes às vagas de emprego.

Efeitos/Consequências do achado:

51. Não aproveitamento de pessoas com perfil empreendedor pelos Sines e aumento de recusa dos postulantes às vagas de emprego pelos empregadores.

Encaminhamento:

52. Propõe-se encerrar o presente processo, apensando-o definitivamente ao TC 017.192/2018-8 (processo de consolidação), consoante orientação da coordenação central desta FOC, com objetivo de fornecer subsídios ao relatório consolidador das informações, com fundamento nos arts. 36 e 37 da Resolução TCU 259/2014 c/c o art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

III.2. Deficiências na estrutura e nos recursos materiais e humanos para atender à demanda dos postulantes às vagas de emprego e outros serviços prestados pelos Sines

Tipificação: falhas/impropriedades

Situação encontrada:

53. O Sine Estadual de Ji-Paraná/RO funciona em um espaço de apenas 13m² no Shopping Cidadão da cidade. A gerente do Sine Ji-Paraná, Sra. Andréia Lima de Bastos, relatou que o referido equipamento público é muito pequeno, contendo duas estações de atendimento e três servidores, que são insuficientes para atender a demanda do município de aproximadamente 130 mil habitantes.

54. Ressalta-se que no dia da visita, o Sine Estadual de Ji-Paraná/RO não estava realizando atendimento ao público, apenas organizando os materiais e estações de trabalho para a retomada das atividades rotineiras, em razão de um incêndio na rede de distribuição de energia do Shopping Cidadão que ocasionou a paralisação de dois meses em suas atividades.

Objetos nos quais o achado foi constatado:

55. Sine Estadual de Ji-Paraná/RO.

(...)

Causas da ocorrência do achado:

58. Espaço físico dos Sine Estadual de Ji-Paraná/RO é incompatível com a demanda dos usuários locais dos serviços ofertados; a quantidade de estações de atendimento e pessoal, também, são insuficientes para a demanda dos usuários locais.

Este documento é peça do processo 641114.001536/2025-12 Para conferir as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 60699645.

Efeitos/Consequências do achado:

59. O crescimento das filas e do tempo de espera no atendimento, com a consequente desmotivação, descontentamento e reclamações dos usuários.

Encaminhamento:

60. Propõe-se encerrar o presente processo, apensando-o definitivamente ao TC 017.192/2018-8 (processo de consolidação), consoante orientação da coordenação central desta FOC, com objetivo de fornecer subsídios ao relatório consolidador das informações, com fundamento nos arts. 36 e 37 da Resolução TCU 259/2014 c/c o art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

III.3. Não há tratamento especial no Sine a trabalhador em condição de vulnerabilidade, que leve em conta suas desvantagens no mercado de trabalho

Tipificação: falhas/impropriedades

Situação encontrada:

61. Tendo como norte o questionário padronizado da FOC aplicado aos gestores do Sine (peças 27, 28 e 29), verificou-se que os Sines visitados, no encaminhamento dos trabalhadores inscritos para as vagas captadas, não tratam de modo especial os trabalhadores com alto risco de desemprego de longa duração (acima de 12 meses de desempregado) e de vulnerabilidade, como por exemplo, os beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) ou do Cadastro Único. Foi relatado inclusive a dificuldade de empregar beneficiários de PBF e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) pelo receio de perder o emprego e o benefício, bem como a baixa autoestima.

62. Outro ponto relatado, fora de que apesar de o sistema dar prioridade aos trabalhadores que estão recebendo o seguro desemprego, não foi apontado nenhum tratamento especial a estes trabalhadores, que chegam a recusar o emprego quando encaminhados ao empregador para não perder o seguro.

Objetos nos quais o achado foi constatado:

63. As atividades desenvolvidas pelos Sines Estaduais de Porto Velho/RO e Ji-Paraná/RO, e o Sine Municipal de Porto Velho/RO, decorrentes dos Convênios 777034/2012 e 775650/2012, celebrado entre o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com o Governo do Estado de Rondônia, e com Prefeitura de Porto Velho/RO, respectivamente

(...)

Causas da ocorrência do achado:

66. Desconhecimento de que o trabalhador em condição vulnerável apresenta dificuldades adicionais de natureza física, financeira, informacional e atitudinal; falta de clareza dos trabalhadores em condição vulnerável quanto aos seus direitos e obrigações; falta de orientação profissional voltada para os direitos de grupos sociais específicos, como por exemplo de trabalhadores resgatados de regime de trabalho forçado ou de condição análoga à de escravo, pescadores artesanais, empregados domésticos, pessoas com deficiência, imigrantes e refugiados e de jovens.

Efeitos/Consequências do achado:

67. Fuga de procura da população vulnerável pelos serviços dos Sines e aumento de recusa do empregador pelos serviços prestados pelo Sine.

Encaminhamento:

68. Propõe-se encerrar o presente processo, apensando-o definitivamente ao TC 017.192/2018-8 (processo de consolidação), consoante orientação da coordenação central desta FOC, com objetivo de fornecer subsídios ao relatório consolidador das informações, com fundamento nos arts. 36 e 37 da Resolução TCU 259/2014 c/c o art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

III.4. Baixa tempestividade de atendimento às famílias descumpridoras das condicionalidades de educação

Este documento é peça do processo 64114.001536/2025-12 Para verificação das assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 60699645.

Tipificação: falhas/impropriedades

Situação encontrada:

69. Os prazos para atendimento da família em descumprimento das condicionalidades não obedecem ao previsto na norma. Realizou-se entrevista com as Coordenadoras dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) 'Betinho', no município de Porto Velho/RO, e do CRAS no município de Presidente Médici/RO, a Coordenadora do CRAS 'Betinho' relatou que o respectivo equipamento público não possui capacidade operacional suficiente para atender a todas as famílias que estão em descumprimento das condicionalidades do PBF, notadamente da condicionalidade da educação.

70. Constatou-se que os CRAS, no tocante a condicionalidade de educação, agem de forma reativa e deficiente. Deficiente, pois não atuam nas causas do descumprimento da condicionalidade, com visitas as famílias, com o fito de diagnosticar as causas da ausência dos alunos, e consequentemente adotar as medidas apropriadas, tais como: encaminhamento para as autoridades competentes nos casos de abuso e violência. E reativa, pois são os pais/responsáveis que procuram o CRAS, depois que o benefício é bloqueado ou suspenso, para informar as causas da ausência dos alunos, com o respectivo atestado escolar.

Objetos nos quais o achado foi constatado:

71. Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) 'Betinho', localizado em Porto Velho/RO, e o CRAS de Presidente Médici/RO.

(...)

Causas da ocorrência do achado:

74. Os CRAS/CREAS não possuem capacidade operacional suficiente para atender todas as famílias nos prazos normativos.

Efeitos/Consequências do achado:

75. Interrupção do pagamento do PBF às famílias não atendidas em tempo hábil e falta de tempestividade para interposição do recurso.

Encaminhamento:

76. Propõe-se encerrar o presente processo, apensando-o definitivamente ao TC 017.192/2018-8 (processo de consolidação), consoante orientação da coordenação central desta FOC, com objetivo de fornecer subsídios ao relatório consolidador das informações, com fundamento nos arts. 36 e 37 da Resolução TCU 259/2014 c/c o art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

III.5. Percepção do pouco impacto das condicionalidades de educação sobre a inclusão no mundo do trabalho dos beneficiários do PBF

Tipificação: falhas/impropriedades

Situação encontrada:

77. O cumprimento da condicionalidade da educação não se mostra suficiente à formação e preparação do aluno ao mercado de trabalho. Isso é facilmente perceptível pelo relato dos entrevistados que a maior evasão escolar ocorre entre os jovens, por motivos familiares, entre eles a necessidade de ingressar no mercado de trabalho para ajudar na renda familiar, mesmo com o benefício.

Objetos nos quais o achado foi constatado:

78. Secretaria de Estado da Educação de Rondônia (Seduc/RO), Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho/RO (Semed), escolas estaduais e municipal.

(...)

Causas da ocorrência do achado:

Este documento é peça do processo 641114.001536/2025-12 Para conferência das assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 60699645.

81. A presença do aluno em sala de aula, desconexa com a qualidade do ensino, não ambientaliza às exigências do mercado de trabalho; as condicionalidades possuem caráter assistencial se limitando à presença como requisito do benefício, sem correspondência com a progressão escolar do beneficiário.

Efeitos/Consequências do achado:

82. Cumprimento da condicionalidade se traduz em mera obrigação legal à percepção do benefício. e desmotivação do aluno PBF.

Encaminhamento:

83. Propõe-se encerrar o presente processo, apensando-o definitivamente ao TC 017.192/2018-8 (processo de consolidação), consoante orientação da coordenação central desta FOC, com objetivo de fornecer subsídios ao relatório consolidador das informações, com fundamento nos arts. 36 e 37 da Resolução TCU 259/2014 c/c o art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

III.6. Percepção do pouco impacto das condicionalidades de educação sobre o desempenho escolar dos beneficiários do PBF

Tipificação: falhas/impropriedades

Situação encontrada:

84. Educadores entrevistados creem que a mera presença do aluno em sala de aula desacompanhada da qualidade do ensino ou do incremento das condições socioeconômicas desses não induz melhoras ao desempenho escolar. Relataram que a presença dos alunos de baixa renda nas escolas deve-se basicamente a dois fatores: a exigência da presença dos alunos nas escolas como requisito para o recebimento do PBF, e o recebimento da merenda escolar, em razão da carência nutricional na família.

85. De outro plano, relataram que as dificuldades na assiduidade dos alunos na escola decorrem das condições socioeconômicas dos beneficiários do PBF tais como: a violência na comunidade; a situação de extrema pobreza de muitas famílias; a desestruturação familiar pelo abandono do pai, pelo vício de drogas e bebidas em integrantes da família.

Objetos nos quais o achado foi constatado:

86. Secretaria de Estado da Educação de Rondônia (Seduc/RO), Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho (Semed), escolas estaduais e municipais.

(...)

Causas da ocorrência do achado:

89. As condicionalidades possuem caráter assistencial se limitando à presença como requisito do benefício, sem correspondência com a progressão escolar do beneficiário.

Efeitos/Consequências do achado:

90. Manutenção da dependência socioassistencial estatal e ineficácia das condicionalidades nos avanços educacionais.

Boas Práticas:

91. Elaboração de documento de controle de aluno infrequente: a Secretaria de Estado da Educação de Rondônia (Seduc/RO) e o Ministério Público do Estado de Rondônia (MP/RO) elaboraram a Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente (FICAI), distribuídas às escolas, preenchida quando há falta do aluno, onde são registradas as causas apuradas da infrequência e as medidas adotadas pela escola. Em seguida, é encaminhada ao Conselho Tutelar para acompanhamento e por fim ao Ministério Público (peça 38).

92. A Instituição do Projeto Avalia Porto Velho: o município de Porto Velho/RO, por meio do Decreto Municipal 14.571/2017, criou a referida prova institucional, caracterizada como um instrumento pedagógico de coleta de informações, destinada a avaliar os níveis de proficiência da aprendizagem dos estudantes atendidos no Ensino Fundamental, em razão da necessidade de alcançar

Este documento é peça do processo 641114.001536/2025-12 Para verificação das assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 60699645.

e de ultrapassar as metas projetadas para o IDEB, tanto do Município como de cada unidade escolar da Rede Pública Municipal de Ensino.

Encaminhamento:

93. Propõe-se encerrar o presente processo, apensando-o definitivamente ao TC 017.192/2018-8 (processo de consolidação), consoante orientação da coordenação central desta FOC, com objetivo de fornecer subsídios ao relatório consolidador das informações, com fundamento nos arts. 36 e 37 da Resolução TCU 259/2014 c/c o art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

(...)

V. Conclusão

95. Em relação à atuação dos Sines no Estado de Rondônia para a inclusão socioeconômica das pessoas em situação de vulnerabilidade (Questão 1), constatou-se a atuação deficiente ou inexistente entre as ações de Intermediação da Mão de Obra, Qualificação e Orientação Profissional (subitem III.1); a deficiência na estrutura e nos recursos materiais e humanos para atender à demanda dos postulantes às vagas de emprego e outros serviços prestados pelos Sines (subitem III.2); a ausência de tratamento especial no Sine a trabalhador em condição de vulnerabilidade, que leve em conta suas desvantagens no mercado de trabalho (subitem III.3).

96. No tocante à eficácia da condicionalidade da educação do Programa Bolsa Família (PBF) na manutenção dos alunos em sala de aula e na contribuição para sua consequente inclusão socioeconômica a nível do Estado de Rondônia (Questão 2), constatou-se a baixa tempestividade de atendimento às famílias descumpridoras das condicionalidades de educação (subitem III.4); a percepção do pouco impacto das condicionalidades de educação sobre a inclusão no mundo do trabalho dos beneficiários do PBF (subitem III.5); e a percepção do pouco impacto das condicionalidades de educação sobre o desempenho escolar dos beneficiários do PBF (subitem III.6).

97. Na condicionalidade da educação, destaca-se como boas práticas a elaboração de documento de controle de aluno infrequente pelo Governo do Estado e sua utilização pelas escolas municipais e estaduais e a instituição do Projeto Avalia Porto Velho (subitem III.6).

98. Considerando-se que esta auditoria faz parte de uma Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) que visa avaliar políticas de inclusão social e produtiva do Governo Federal, os resultados deste trabalho desenvolvido no Estado de Rondônia contidos neste relatório, serão tratados juntamente com os dos outros estados participantes, de forma sistêmica no relatório consolidador da SecexPrevidência, TC 017.192/2018-8. Portanto, a proposta de encaminhamento é o apensamento destes autos ao processo consolidador da FOC.

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

99. Ante todo o exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo o encerramento deste processo com o seu apensando definitivo ao TC 017.192/2018-8 (processo de consolidação), consoante orientação da coordenação central desta FOC, com objetivo de fornecer subsídios ao relatório consolidador das informações, com fundamento nos arts. 36 e 37 da Resolução TCU 259/2014 c/c o art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU."

É o relatório.

Este documento é peça do processo 64114.001536/2025-12 Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 60699645.

VOTO

Trata-se de auditoria operacional inserida na Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) Inclusão Socioeconômica, que está sendo desenvolvida sob a coordenação da Secretaria de Controle Externo da Previdência (SecexPrevidência) e tem por objetivo avaliar políticas públicas federais de inclusão social e produtiva da população carente e em vulnerabilidade social.

2. A presente ação de controle, em particular, teve como escopo a avaliação, no Estado de Rondônia, das contribuições do Sistema Nacional de Emprego (Sine) para a inclusão de pessoas no mercado de trabalho e das condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família para a manutenção de alunos em sala de aula.

3. O Sine, criado pelo Decreto 76.403/75 e regulamentado pela Resolução Codefat 758/2016, é um conjunto de políticas públicas destinado a ampliar e facilitar a colocação dos trabalhadores, das cidades e do campo, na atividade produtiva, via emprego, trabalho e renda, por meio de atividades autônomas, pequenos empreendimentos individuais ou coletivos. As principais ações do Sine consistem em habilitação ao seguro-desemprego, intermediação de mão-de-obra, qualificação social e profissional, orientação profissional e fomento a atividades autônomas e empreendedoras.

4. As condicionalidades do Bolsa Família, por sua vez, são contrapartidas sociais a serem cumpridas pelo núcleo familiar para que se possa receber o benefício mensal, valendo frisar que esta auditoria limitou-se à avaliação dos requisitos educacionais, sem abordar, em linha com as diretrizes genéricas definidas para a FOC, as condicionantes relacionadas à área de saúde. O trabalho buscou qualificar o efeito de tais exigências, sobretudo as de frequência escolar mínima, na inclusão produtiva, olhando para a gestão desses requisitos e a repercussão do seu descumprimento, a partir de ações realizadas por secretarias de educação, escolas e Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

5. Com base nesse escopo, foram aplicadas as seguintes questões de auditoria, elaboradas na fase de planejamento da FOC:

a) Questão 1: Nos Estados, DF e Municípios, a atuação dos Sines contribui para a inclusão socioeconômica das pessoas em situação de vulnerabilidade?

b) Questão 2: Nos Estados, DF e Municípios, as condicionalidades de Educação do Programa Bolsa Família (PBF) são eficazes na manutenção dos alunos em sala de aula contribuindo para inclusão socioeconômica?

6. Em relação à atuação dos Sines no Estado de Rondônia, constatou-se articulação deficiente ou mesmo inexistente de ações de Intermediação da Mão de Obra, Qualificação e Orientação Profissional; deficiência na estrutura e nos recursos materiais e humanos para atender à demanda dos postulantes às vagas de emprego e outros serviços prestados pelos Sines; e ausência de tratamento especial no Sine a trabalhador em condição de vulnerabilidade, que leve em conta suas desvantagens no mercado de trabalho.

7. Relativamente à eficácia das condicionalidades da educação do Programa Bolsa Família (PBF) na manutenção dos alunos em sala de aula e na contribuição para sua consequente inclusão socioeconômica, constatou-se no Estado de Rondônia baixa tempestividade de atendimento às famílias descumpridoras das condicionalidades de educação; e percepção do pouco impacto dos requisitos de educação sobre a inclusão no mundo do trabalho e sobre o desempenho escolar dos beneficiários do PBF.

8 Feitas essas considerações, e uma vez que esta auditoria integra FOC cujo respectivo relatório principal, a ser produzido pela SecexPrevidência, desenvolverá os resultados ora reportados, referentes ao Estado de Rondônia, de forma sistêmica e consolidada com as de outros estados participantes, cabe determinar o apensamento dos presentes autos ao processo consolidador (TC 017.192/2018-8).

Este documento é peça do processo 64114.001536/2025-12 Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 60699647.

Assim, voto por que o Tribunal adote o acórdão que ora submeto ao Plenário.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 12 de dezembro de 2018.

[redacted]
Relator

Este documento é peça do processo 64114.001536/2025-12 Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 60699647.

ACÓRDÃO Nº 2941/2018 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC-027.110/2018-4
2. Grupo I – Classe V – Relatório de Auditoria
3. Interessado: Tribunal de Contas da União
4. Unidades: Ministério do Trabalho; Ministério do Desenvolvimento Social; Ministério da Educação; Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Trabalho de Porto Velho/RO; Secretaria Municipal da Educação de Porto Velho/RO; Secretaria Estadual da Educação de Rondônia; Secretaria Estadual da Assistência e do Desenvolvimento Social de Rondônia
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secex/RO
8. Advogados constituídos nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria operacional que teve por objetivo a avaliação de políticas públicas de inclusão social e produtiva do Governo Federal no Estado de Rondônia, particularmente no tocante às contribuições do Sistema Nacional de Emprego (Sine) para a inclusão de pessoas no mercado de trabalho e das condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família para a manutenção de alunos em sala de aula.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 36 e 37 da Resolução TCU 259/2014 c/c o art. 169, inciso V, do Regimento Interno, em considerar cumpridos os objetivos da auditoria e encerrar o presente processo com o seu apensamento definitivo ao TC 017.192/2018-8.

10. Ata n° 50/2018 – Plenário.
11. Data da Sessão: 12/12/2018 – Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2941-50/18-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)
[redacted]
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
[redacted]
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
CRISTINA [redacted]
Procuradora-Geral

Este documento é peça do processo 64114.001536/2025-12 Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 60699649.

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (AEROMÓVEL)
(Companhia de Pedestres do Mato Grosso - 1754)
BATALHÃO AMAZONAS

TERMO DE JUNTADA POR ANEXAÇÃO DE DOCUMENTO

Termo nº 013/2025 - Processo 64114.001536/2025-12

Em 22/05/2025 às 09:34, faço anexar ao presente processo 64114.001536/2025-12, o(s) documento(s): RECURSO ADMINISTRATIVO - 1 BIS - PE 900072025- F A DOS SANTOS JR LTDa.pdf, Decisão Administrativa 1° Grau.pdf, Acórdão 2941 de 2018 Plenário.pdf.

[redacted] 3º Sgt
Auxiliar da SALC

1. RELATÓRIO DE DECLARAÇÕES

i. Condições de participação

Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

ii. Declarações para fins de habilitação

Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.

Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

iii. Declarações de cumprimento à legislação trabalhista

Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

iv. Profissionais organizados sob a forma de cooperativa (1)

Participo da licitação sob a forma de cooperativa, que atende ao disposto no art. 16 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

(1) Declaração válida apenas para cooperativas

v. Relação de fornecedores que declararam que cumprem e estão cientes de todas as declarações acima:

Fornecedor	Data declaração	Outras declarações (2)
49.823.432/0001-91 - 49.823.432 LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	06/05/2025 19:12	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Não
50.820.964/0001-54 - ALEX SANDRO PINHEIRO DOS SANTOS LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	22/04/2025 22:47	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
59.481.761/0001-55 - AMPLITUDE MECANICA INDUSTRIAL LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	29/04/2025 07:29	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Não

(2) Declarações referentes ao art. 3ª da lei complementar nª 123/2006 e no Decreto nª 12.304/2024 respectivamente

Copyright Compras.gov.br

v. Relação de fornecedores que declararam que cumprem e estão cientes de todas as declarações acima:

Fornecedor	Data declaração	Outras declarações (2)
34.670.829/0001-13 - BRUNA SANTANA CALDERARO Porte Empresa: ME ou EPP	06/05/2025 23:21	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
45.665.595/0001-32 - D. G. C. DE MELO LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	25/04/2025 00:47	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
26.368.873/0001-45 - DMTECH COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	25/04/2025 16:37	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
17.279.326/0001-00 - ENERGIBRAS EMPREENDIMENTOS LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	24/04/2025 13:32	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
27.985.750/0001-16 - F. A. DOS SANTOS JUNIOR LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	05/05/2025 14:51	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
49.570.533/0001-06 - GLOBAL FACILITIES LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	06/05/2025 15:44	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
52.707.286/0001-43 - ISADORA MACHADO SOARES Porte Empresa: ME ou EPP	02/05/2025 15:36	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
08.840.458/0001-60 - MANAUS MANUNTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	23/04/2025 10:02	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
22.899.299/0001-09 - MECATRON TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	06/05/2025 15:19	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
21.150.162/0001-86 - META LICITACOES E SOLUCOES EM ENGENHARIAS LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	06/05/2025 20:54	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
34.536.423/0001-42 - METRO NORTE EMPREENDIMENTOS LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	23/04/2025 15:40	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
55.961.220/0001-73 - NAVLIC COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	06/05/2025 23:52	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
37.065.611/0001-28 - OLIVEIRA SERVICOS AMBIENTAIS E ENGENHARIA LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	23/04/2025 23:17	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
28.388.146/0001-75 - PAULO MICHEL DE SOUZA MARQUES LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	06/05/2025 22:24	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
14.032.244/0001-60 - SIGMA DA AMAZONIA LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	06/05/2025 19:48	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
54.466.025/0001-04 - TRISOL SOLUCOES OBRA ELETRICA E REFRIGERACAO LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	06/05/2025 09:22	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim

(2) Declarações referentes ao art. 3ª da lei complementar nª 123/2006 e no Decreto nª 12.304/2024 respectivamente

Copyright Compras.gov.br

v. Relação de fornecedores que declararam que cumprem e estão cientes de todas as declarações acima:

Fornecedor	Data declaração	Outras declarações (2)
38.084.736/0001-68 - UNA ENGENHARIA E SERVICOS LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	06/05/2025 16:58	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim
48.714.145/0001-80 - V. R. LOPES LTDA Porte Empresa: ME ou EPP	29/04/2025 08:44	Tratamento diferenciado ME/EPP: Sim Programa de Integridade: Sim

(2) Declarações referentes ao art. 3ª da lei complementar nª 123/2006 e no Decreto nª 12.304/2024 respectivamente

Copyright Compras.gov.br

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ALEX SANDRO PINHEIRO DOS SANTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 50.820.964/0001-54
Certidão nº: 25693904/2025
Expedição: 09/05/2025, às 09:26:17
Validade: 05/11/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ALEX SANDRO PINHEIRO DOS SANTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **50.820.964/0001-54**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 09/05/2025 09:26:02

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **ALEX SANDRO PINHEIRO DOS SANTOS LTDA**
CNPJ: **50.820.964/0001-54**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 13/05/2025 08:31:27

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **ALEX SANDRO PINHEIRO DOS SANTOS LTDA**
CNPJ: **50.820.964/0001-54**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**50.820.964/0001-54**		
Razão Social:	**ALEX SANDRO PINHEIRO DOS SANTOS LTDA**		
Nome Fantasia:	**A S COMERCIAL**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**11/12/2025**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**30/08/2025**	**Automática**
FGTS		Validade:	**17/05/2025**	**Automática**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**01/07/2025**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**22/05/2025**
Receita Municipal	Validade:	**22/07/2025**

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/12/2025**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ALEX SANDRO PINHEIRO DOS SANTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 50.820.964/0001-54
Certidão nº: 26283077/2025
Expedição: 13/05/2025, às 08:31:22
Validade: 09/11/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ALEX SANDRO PINHEIRO DOS SANTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **50.820.964/0001-54**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ENERGIBRAS EMPREENDIMENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 17.279.326/0001-00
Certidão nº: 26056401/2025
Expedição: 12/05/2025, às 09:25:58
Validade: 08/11/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ENERGIBRAS EMPREENDIMENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **17.279.326/0001-00**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 12/05/2025 09:25:37

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **ENERGIBRAS ENGENHARIA LTDA**
CNPJ: **17.279.326/0001-00**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**17.279.326/0001-00**	DUNS®:	**903108740**
Razão Social:	**ENERGIBRAS EMPREENDIMENTOS LTDA**		
Nome Fantasia:	**ENERGIBRAS**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**23/02/2026**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**20/07/2025**	**Automática**
FGTS		Validade:	**12/05/2025**	**Automática**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**20/07/2025**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**23/07/2025**
Receita Municipal	Validade:	**11/06/2025**

VI - Qualificação Econômico-Financeira

	Validade:	**31/05/2025**

CPF: 088.XXX.XXX-07 Nome: [redacted]

Ass: _____

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 13/05/2025 08:33:06

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **F. A. DOS SANTOS JUNIOR LTDA**
CNPJ: **27.985.750/0001-16**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**27.985.750/0001-16**	DUNS®:	**918410263**
Razão Social:	**F. A. DOS SANTOS JUNIOR LTDA**		
Nome Fantasia:	**UNIVERSAL COMERCIO E SERVICOS**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**31/07/2025**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**03/08/2025**	**Automática**
FGTS		Validade:	**16/05/2025**	**Automática**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**07/09/2025**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**29/05/2025**
Receita Municipal	Validade:	**21/05/2025**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2025**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: F. A. DOS SANTOS JUNIOR LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 27.985.750/0001-16
Certidão nº: 26283479/2025
Expedição: 13/05/2025, às 08:32:55
Validade: 09/11/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **F. A. DOS SANTOS JUNIOR LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **27.985.750/0001-16**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**38.084.736/0001-68**
Razão Social:	**UNA ENGENHARIA E SERVICOS LTDA**
Nome Fantasia:	**UNA ENGENHARIA**
Situação do Fornecedor:	**Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **12/02/2026**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**
MEI:	**Não**
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**29/10/2025**	**Automática**
FGTS		Validade:	**23/05/2025**	**Automática**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**08/11/2025**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital		Validade:	**30/06/2025**
Receita Municipal	(Isento)		

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/06/2026**

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**38.084.736/0001-68**
Razão Social:	**UNA ENGENHARIA E SERVICOS LTDA**
Nome Fantasia:	**UNA ENGENHARIA**
Situação do Fornecedor:	**Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **12/02/2026**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**
MEI:	**Não**
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**29/10/2025**	**Automática**
FGTS		Validade:	**23/05/2025**	**Automática**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**08/11/2025**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital		Validade:	**30/06/2025**
Receita Municipal	(Isento)		

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/06/2026**

Emitido em: 13/05/2025 15:41 1 de 1

CPF: 088.XXX.XXX-07 Nor[redacted]

Ass: _____

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: UNA ENGENHARIA E SERVICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 38.084.736/0001-68
Certidão nº: 26403620/2025
Expedição: 13/05/2025, às 15:42:51
Validade: 09/11/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **UNA ENGENHARIA E SERVICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **38.084.736/0001-68**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 13/05/2025 15:42:14

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **UNA ENGENHARIA E SERVICOS LTDA**
CNPJ: **38.084.736/0001-68**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (AEROMÓVEL)
(Companhia de Pedestres do Mato Grosso - 1754)
BATALHÃO AMAZONAS

TERMO DE JUNTADA POR ANEXAÇÃO DE DOCUMENTO

Termo nº 014/2025 - Processo 64114.001536/2025-12

Em 22/05/2025 às 11:55, faço anexar ao presente processo 64114.001536/2025-12, o(s) documento(s): relatorio-termo-aceite-16000605900072025-PREGAO.pdf, Alex - habilitação (1).pdf, Alex - habilitação (2).pdf, Alex - Habilitacao, (1).pdf, Alex - Habilitacao, (2).pdf, Alex - Habilitacao, (3).pdf, Energi - Habilitacao (1).pdf, Energi - Habilitacao (2).pdf, Energi - Habilitacao (3).pdf, F A Santos - habilitacao (1).pdf, F A Santos - habilitacao (2).pdf, F A Santos - habilitacao (3).pdf, UNA - Habilitacao (1).pdf, UNA - Habilitacao (2).pdf, UNA - Habilitacao (3).pdf, UNA - Habilitacao (4).pdf.

[redacted] º Sgt
Auxiliar da SALC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (AEROMÓVEL)
(Companhia de Pedestres do Mato Grosso - 1754)
BATALHÃO AMAZONAS

Despacho Nº 3686-Suport Doc/B Adm/Cmdo

Manaus, AM, 12 de agosto de 2025.

Assunto: Conformidade e encerramento do processo

1. O processo de Pregão eletrônica nº 90007/2025 - NUP 64114.001536/2025-12 do aprovisionamento, para contratação de prestação de serviço de equipamentos de cozinha industrial para atender a demanda do 1º BIS (Amv), está em conformidade com as legislações em vigor.
2. Não possuindo mais documentações complementares a serem anexadas ao presente processo, faço o encerramento, arquivamento e disponibilização do processo em sua integra no Dspace conforme legislação vigente.

[redacted]**BRASIL - 1º Ten**
Chefe do Suporte Documental do Btl

Documento **assinado eletronicamente**, por meio de **assinatura simples**, pelo(a) **1º Ten** [redacted]**BRASIL**, em 12/08/2025, às 16:12 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

Código de verificação: gy1+-4xof-ot36-O4aN

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA (AEROMÓVEL)
(Companhia de Pedestres do Mato Grosso - 1754)
BATALHÃO AMAZONAS

TERMO DE ARQUIVAMENTO

Termo nº 015/2025 - Processo 64114.001536/2025-12

Em 12/08/2025 às 16:13, faço arquivar o(s) processo(s) 64114.001536/2025-12 pelo seguinte motivo: Conformidade e encerramento do processo.

[redacted] BRASIL - 1º Ten
Chefe do Suporte Documental do Btl